O gestor roqueiro
Há 13 anos como CEO do Rock In Rio, Luis Justo abraça o lema do fundador da marca: 'Sonhar grande e fazer acontecer' EU&

Meio ambiente
De fonte renovável, biodegradável e compostável, bioplástico busca mercado, e aguarda leis mais rígidas EU&

Turismo
Confeitaria Colombo completa 130 anos no mesmo endereço, no centro do Rio, um ícone do Brasil da Belle Époque EU&

Sexta-feira, 13 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6087 | R$ 6,00
www.valor.com.br

ACOMPANHE UM DOS DEBATES MAIS IMPORTANTES DO PLANETA ATUALMENTE

O Valor Econômico, principal veículo de economia, finanças e negócios do Brasil, e a Amcham Brasil, maior Câmara Americana de Comércio fora dos Estados Unidos, irão reunir lideranças empresariais e autoridades brasileiras e internacionais para discutir a transição energética como eixo central frente às mudanças climáticas globais e explorar oportunidades econômicas para os dois países. Não deixe sua marca de fora!

O EVENTO, EM PARCERIA COM AMCHAM, FAZ PARTE DAS COMEMORAÇÕES DOS 25 ANOS DO VALOR ECONÔMICO E DOS 200 ANOS DAS RELAÇÕES ENTRE BRAZIL-US

Acesse e saiba mais:
climatesummit.valor.com.br

19 DE SETEMBRO DE 2024

DAS 9H ÀS 13H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

PALESTRANTES CONFIRMADOS

Abrão Neto
CEO da Amcham Brasil

André Corrêa do Lago
Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Barry Glickman
Presidente de Tecnologias e Soluções Sustentáveis da Honeywell

Carolyn Kissane
Especialista em geopolítica da New York University

David L. Goldwyn
Presidente, Goldwyn Global Strategies, LLC

Gabriel Santamaria
Head de Sustentabilidade Empresarial no Banco do Brasil

Gilberto Tomazoni
CEO Global na JBS S.A.

Jorge Arbache
Professor de economia da Universidade de Brasília

Jorge Viana
Presidente da ApexBrasil

Luciana Costa
Diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES

Luisa Palacios
Pesquisadora sênior do Centro de Política Global de Energia da Universidade de Columbia

Morgan Doyle
Representante do BID no Brasil

Marcos Peigo
CEO e cofundador Scala Data Centers

Marina Marçal
Chefe de Diplomacia para Cidades e Advocacy na C40 Cities

Mauricio Tolmasquim
Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras

Paula Kovarsky
Vice-presidente de Estratégia, M&A e Sustentabilidade na Raízen Chief Strategy Officer

Thomas Rowland-Rees
Head de Pesquisa da América do Norte da BloombergNEF

ENTREVISTADOS PELOS JORNALISTAS DO VALOR ECONÔMICO

Maria Fernanda Delmas
Diretora de redação do Valor Econômico

Daniela Chiaretti
Repórter especial de Ambiente do Valor

Francisco Goes
Chefe sucursal Rio do Valor Econômico

Marcello Corrêa
Coordenador do Valor Econômico em Brasília

Temas abordados

- Por que a transição energética é tão crítica?
- Brazil-US: liderando juntos a transição energética
- Brazil-US: desbloqueando o potencial Brazil-US em energias renováveis
- Powershoring: oportunidades de investimento em energia?

Apresentação

Patrocínio Master

Patrocínio

Apoio

Realização

Apoio Institucional

O gestor roqueiro
Há 13 anos como CEO do Rock In Rio, Luis Justo abraça o lema do fundador da marca: 'Sonhar grande e fazer acontecer' EU&

Meio ambiente
De fonte renovável, biodegradável e compostável, bioplástico busca mercado, e aguarda leis mais rígidas EU&

Turismo
Confeitaria Colombo completa 130 anos no mesmo endereço, no centro do Rio, um ícone do Brasil da Belle Époque EU&

Sexta-feira, 13 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6087 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

LUCIANO CLAUDINO/CÓDIGO 19/AGÊNCIA O GLOBO

Área de pastagem é atingida por incêndio na região de Campinas (SP): modelos de avaliação de risco das seguradoras, baseados em séries históricas, perdem eficácia ante extremos climáticos

Mudança climática leva seguradoras a reavaliarem gerenciamento de riscos

Finanças Para o setor, impacto de dois meses das chuvas no RS teve magnitude semelhante aos mais de dois anos da covid, que geraram indenizações de R$ 7 bi

Rita Azevedo
De São Paulo

As mudanças climáticas começam a forçar uma transformação na maneira como as seguradoras gerenciam os riscos. O novo cenário, marcado por extremos como secas prolongadas e chuvas intensas, impõe desafios e exige ajustes no modelo de negócios do setor.

Se há pouco tempo o Brasil era visto como "sem problemas" do ponto de vista de eventos naturais extremos, "agora eles aprenderam o caminho", diz o presidente da BrasilSeg, Amauri Vasconcelos. Os efeitos sobre o mercado de seguros são obviamente significativos. As fortes chuvas registradas no Rio Grande do Sul entre abril e maio, por exemplo, tiveram um impacto para as seguradoras próximo ao da pandemia da covid-19, que durou mais de dois anos. "Um evento isolado de dois meses está se aproximando da maior calamidade já coberta pelo setor", afirma Vasconcelos.

No Brasil, as seguradoras pagaram em indenizações decorrentes da covid-19 cerca de R$ 7 bilhões, dos quais a BrasilSeg desembolsou aproximadamente R$ 2 bilhões. Já o volume de pagamentos para atender aos avisos de sinistros relativos às enchentes no Rio Grande do Sul chegou a R$ 5,6 bilhões no fim de julho, podendo alcançar de R$ 6 bilhões a R$ 8 bilhões, diz a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg).

"Continuamos usando modelos de série histórica para avaliação de risco, mas o problema é que a gente tem uma quebra de série histórica evidente com a questão climática", resume Dyogo Oliveira, presidente da CNSeg. Nesse cenário, o setor tem que atualizar o modo como avalia a probabilidade de eventos catastróficos.

O diretor-presidente do IRB(Re), Marcos Falcão, observa que eventos que ocorriam uma vez a cada 100 ou 200 anos se tornaram mais frequentes. "Isso é um aumento de risco e, quando aumenta o risco, o preço do seguro sobe", afirma. Nesses momentos, há pessoas que deixam de comprar seguros por causa do aumento do custo, justamente num momento em que a cobertura passa a ser ainda mais importante, segundo Falcão, que vê o novo quadro como um desafio para todo o setor. **Página C1**

Agosto responde por 49% da área queimada no ano

Victoria Netto e Maria Cristina Fernandes
Do Rio e de São Paulo

Com 5,65 milhões de hectares queimados, agosto registrou quase metade (49%) de toda a área afetada por incêndios no Brasil neste ano, segundo o Monitor do Fogo, do MapBiomas. Foi o pior agosto da série histórica, iniciada em 2019. O Cerrado foi o bioma mais afetado, com 43% da área queimada total no mês.

Enquanto o fogo avança, a medida provisória que cria a Autoridade Climática ainda não foi finalizada, mas ambientalistas e o agronegócio já disputam o cargo. Quando a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) sugeriu a criação do posto, na campanha eleitoral de 2022, o nome que tinha em mente era o do engenheiro florestal Tasso Azevedo, que acaba de se mudar para os EUA, onde é professor visitante da Universidade de Princeton. Interlocutores do governo no setor privado respeitam a experiência de Azevedo, mas apontam que seu perfil não agregaria trânsito por setores resistentes às políticas ambientais. Outros cogitados são Carlos Nobre — um dos mais respeitados climatologistas do mundo — e o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura. **Página A4**

'Valor' e Amcham promovem evento sobre clima em NY

De São Paulo

Em 19 de setembro, o **Valor** e a Amcham Brasil vão reunir autoridades e especialistas brasileiros e americanos na sede da ONU, em Nova York, no "Brazil-US Climate Impact Summit 2024", um debate sobre clima e transição energética. "Já sabíamos da urgência e relevância do tema 'transição energética', mas os acontecimentos das últimas semanas dão uma importância ainda maior ao encontro", disse Frederic Kachar, diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio. O CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto, destaca que Brasil e EUA estão na "liderança da transição energética e têm a oportunidade de alavancar ganhos mútuos". Interessados em acompanhar o seminário in loco podem se inscrever até o meio-dia de hoje (13). **Página A2**

Subsídio em renegociação de dívida dos Estados pode chegar a R$ 62 bi

Marta Watanabe
De São Paulo

O projeto aprovado pelo Senado para a renegociação de dívidas estaduais com a União cria um subsídio anual em encargos de cerca de R$ 48 bilhões a ser bancado pelo governo federal. Considerando o período de transição estabelecido para Estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) — Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, cuja adesão ainda está pendente —, a conta pode chegar a R$ 61,9 bilhões no primeiro ano.

Os cálculos de Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre, pressupõem a adesão de todos os Estados aos termos do projeto (PLP) 121/2024, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara. A estimativa compara o que os Estados deveriam pagar com os encargos vigentes hoje (IPCA + 4%) com uma situação em que todos os governos estaduais cumpririam as condições que permitem a redução dos encargos para IPCA mais zero. **Página A6**

A doutora Marisa Monte

RONNY SANTOS/FOLHAPRESS

Em junho, Marisa Monte recebeu o título de doutora honoris causa pela USP — a terceira mulher a receber a honraria, cuja concessão foi proposta pela Faculdade de Educação. A homenagem não foi só por sua carreira artística. Ela também construiu uma trajetória de 23 anos na filantropia, auxiliando diversos projetos, principalmente em educação e saúde. "Esse título é uma prova de que a arte tem o poder de impactar vidas, de despertar consciências e de promover mudanças." EU&

Nunes e Boulos sobem e Marçal cai, diz Datafolha

Cristiane Agostine
De São Paulo

Nova pesquisa Datafolha sobre a eleição paulistana mostra o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), com 27% das intenções de voto, seguido pelo deputado Guilherme Boulos (Psol), com 25%. O influenciador Pablo Marçal (PRTB) marcou 19%. Nunes e Boulos se distanciaram de Marçal, embora o candidato do Psol esteja empatado com o ex-coach no limite da margem de erro, de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos. Com 65% do tempo do horário eleitoral, Nunes avançou 5 pontos. A rejeição de Marçal subiu de 38% para 44%. **Página A13**

Em 3 meses, 2 mil vagas de medicina foram aprovadas

Beth Koike
De São Paulo

Em três meses, cerca de 2 mil vagas de medicina pleiteadas judicialmente foram autorizadas pelo Ministério da Educação. Ainda há 110 processos em andamento e várias faculdades com pedidos indeferidos pelo MEC estão voltando à Justiça. Segundo fontes, instituições de pequeno porte que obtiveram liminares têm vendido vagas a outros grupos por cerca de R$ 600 mil, com negociações feitas por escritórios de advocacia e até corretor de imóveis. O valor pode chegar a R$ 1 milhão em casos em que houve credenciamento do MEC. **Página B1**

Destaque

Paes critica segurança, e diz que fica
Em sabatina realizada pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), franco favorito à reeleição, criticou a política de segurança pública do governador Cláudio Castro (PL) e reafirmou que não deixará o cargo na metade do mandato para disputar o governo do Estado. **A14**

Indicadores

Ibovespa	12/set/24	-0,48 %	R$ 16,8 bi
Selic (meta)	12/set/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	12/set/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	12/set/24		5,6548/5,6554
Dólar comercial (mercado)	12/set/24		5,6185/5,6191
Dólar turismo (mercado)	12/set/24		5,6670/5,8470
Euro comercial (BC)	12/set/24		6,2429/6,2441
Euro comercial (mercado)	12/set/24		6,2190/6,2197
Euro turismo (mercado)	12/set/24		6,2964/6,4764

Ambiente Desafios e cooperação entre países na transição energética serão temas de debate na ONU

Valor e Amcham reúnem especialistas e autoridades de Brasil e EUA em evento em NY

De São Paulo

A cooperação entre Brasil e Estados Unidos na transição energética, em um contexto de mudanças climáticas, além dos desafios globais nesta seara são temas que serão objeto de debate entre autoridades brasileiras e internacionais, além de especialistas e lideranças empresariais no Brazil-US Climate Impact Summit 2024. O evento será realizado no dia 19 de setembro, na sede das Nações Unidas, em Nova York, e é promovido pelo **Valor** e pela Amcham para discutir temas urgentes que estão no topo da agenda de governos e empresas.

Brasil e Estados Unidos estão bem posicionados para liderar o processo de transição energética e atrair parte desses investimentos, impulsionando as duas economias e as respectivas agendas de sustentabilidade.

"Estamos entusiasmados com a receptividade que temos tido nos eventos internacionais do **Valor** logo no primeiro ano. O summit repete o sucesso que tivemos nos dois seminários anteriores", disse Frederic Kachar, diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio. "A capacidade de reunir líderes do setor privado, de governos e da academia, do Brasil e dos EUA, conjugada com o repertório dos nossos jornalistas na condução dos painéis, tem se mostrado uma fórmula bem-sucedida. Já sabíamos da urgência e relevância do tema 'transição energética', mas os acontecimentos das últimas semanas dão uma importância ainda maior ao encontro. Vamos trabalhar com esmero para extrair o máximo de recomendações e inspirações dos debates", completou ele.

O CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto, lembra que o Brasil é a economia em desenvolvimento que mais recebe investimentos estrangeiros em energias renováveis no mundo e que os EUA têm adotado políticas ambiciosas na área de energia limpa. "Ambos os países estão na liderança da transição energética e, juntos, possuem a oportunidade de alavancar os seus ganhos mútuos e o impacto positivo para o clima e o meio ambiente", afirmou o executivo. Neto será um dos painelistas do Brazil-US Climate Impact Summit 2024, na semana que vem, em Nova York (*confira a lista completa no quadro*).

O summit vai tratar das oportunidades e desafios da transição energética e deve receber cerca de 200 convidados. O evento também faz parte das comemorações dos 25 anos do **Valor** e dos dois séculos de relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, e repete a parceria de sucesso do Summit Valor Econômico Brazil-USA, realizado em maio. Essas iniciativas consolidam o papel do **Valor** e da Amcham como indutores de discussões essenciais para a economia e o futuro de empresas e países.

O investimento global em energia limpa deverá atingir quase o dobro do montante destinado aos combustíveis fósseis em 2024, segundo um relatório divulgado em junho pela Agência Internacional de Energia (AIE). O desembolso total em energia em todo o mundo deve ultrapassar US$ 3 trilhões em 2024, sendo US$ 2 trilhões destinados a tecnologias limpas, o que inclui energias renováveis, veículos elétricos, energia nuclear, redes, armazenamento, combustíveis de baixas emissões e melhorias de eficiência, entre outras iniciativas, segundo a AIE. As cifras, apesar de relevantes, são insuficientes diante da necessidade estimada de US$ 4,5 trilhões por ano para atingir as metas de zerar as emissões líquidas de gases poluentes até 2030.

Interessados em acompanhar o seminário presencialmente em Nova York podem se inscrever até o meio dia desta sexta pelo site https://oglobo.globo.com/projetos/climatesummitvalor/ — as inscrições são limitadas devido às normas de segurança da ONU. O Brazil-US Climate Impact Summit 2024 tem apresentação da Petrobras, patrocínio máster da Scala Data Centers, JBS e Banco do Brasil e apoio do governo do Rio de Janeiro, Febraban e ApexBrasil e apoio institucional do Atlantic Council. O evento terá ampla cobertura, incluindo transmissão ao vivo e repercussão nas plataformas do **Valor**, de "O Globo" e da CBN.

Climate Impact Summit

Saiba quem serão os palestrantes

- **Abrão Neto,** CEO da Amcham Brasil;
- **André Corrêa do Lago,** secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil;
- **Barry Glickman,** Presidente de tecnologia e soluções sustentáveis da Honeywell;
- **Carolyn Kissane,** especialista em geopolítica da New York University;
- **David Goldwyn,** presidente da Goldwyn Global Strategies;
- **Laura Lochman,** Bureau de recursos Energéticos do Departamento de Estado dos EUA
- **Luciana Costa,** diretora de infraestrutura, transição energética e mudança climática do BNDES;
- **Gabriel Santamaria,** head de sustentabilidade do Banco do Brasil
- **Gilberto Tomazoni,** CEO Global da JBS;
- **Jorge Arbache,** professor da UNB;
- **Jorge Viana,** presidente da Apex Brasil;
- **Luisa Palacios,** pesquisadora sênior do Centro de Política Global de Energia da Universidade de Columbia
- **Marcos Peigo,** CEO da Scala Data Centers;
- **Marina Marçal,** chefe de diplomacia para cidades e advocacy na C40 Cities;
- **Mauricio Tolmasquim,** diretor de transição energética e sustentabilidade da Petrobras;
- **Morgan Doyle,** representante do BID no Brasil;
- **Paula Kovarsky,** VP de Estratégia e Sustentabilidade na Raizen
- **Thomas Rowland-Rees,** Head de pesquisa da América do Norte da Bloomberg NEF

Alta do varejo em julho surpreende

Anaïs Fernandes e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

Após esfriarem em junho, as vendas no varejo brasileiro voltaram a surpreender positivamente em julho e ampliaram a percepção entre economistas de que o terceiro trimestre começou sem grande desaceleração da atividade.

O volume de vendas do varejo restrito subiu 0,6% em julho, após queda de 0,9% em junho. A expectativa mediana colhida pelo Valor Data era de alta de 0,5%. Na comparação com julho de 2023, o varejo restrito avançou 4,4% — o 14º mês seguido de crescimento nessa comparação. No ano, o varejo restrito acumula alta de 5,1% e, em 12 meses até julho, de 3,7%.

Já o varejo ampliado — que inclui veículos, material de construção e atacarejo e é mais importante para projeções de PIB — apresentou ligeiro crescimento em julho, de 0,1% ante junho, bem melhor do que a expectativa mediana (queda de 0,4%). Na comparação com julho de 2023, o volume de vendas do varejo ampliado subiu 7,2%. No ano, acumula alta de 4,7% e, em 12 meses até julho, de 3,8%.

"Em ambos os conceitos, o volume de vendas de julho foi o segundo maior da série histórica, atrás apenas de maio no restrito e de agosto de 2012 no ampliado", nota Caio Napoleão, economista da MCM Consultores, em relatório.

Para Igor Cadilhac, economista do PicPay, os números indicam que o varejo retomou "sua tendência de crescimento, após uma queda pontual em junho", diz em comentário a clientes.

Na passagem de junho para julho, as vendas avançaram em oito das 11 atividades pesquisadas (*veja quadro completo ao lado*).

O principal destaque positivo no varejo restrito, diz a MCM, foram as vendas de hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que subiram 1,7% em julho, ante junho. A categoria corresponde a mais da metade do conceito restrito, segundo Napoleão, e foi impulsionada, entre outras coisas, pela deflação de 1,51% da alimentação no domicílio no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho.

É possível ainda que as Olimpíadas tenham fomentado o interesse por esportes e, assim, as vendas de roupas, acessórios e artigos esportivos, diz Napoleão, com possível impacto em tecidos, vestuário e calçados, que subiu 1,8% em julho, e de outros artigos de uso pessoal e doméstico, que avançou 2,1%.

Cristiano Santos, gerente do IBGE responsável pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), destaca que o ritmo de expansão de outros artigos — que inclui lojas de departamentos, óticas, joalherias, artigos esportivos e brinquedos — é mais de três vezes o do varejo restrito no mês. Em 2024, até julho, o aumento das vendas na categoria chega a 8,1%, após queda de 10,8% em 2023. No acumulado em 12 meses, no entanto, está perto da estabilidade. "Foi um segmento que sofreu muito por causa da crise contábil de redes de departamento, que provocou fechamento de lojas e redução de vendas. Agora, há recuperação", diz Santos.

Na direção contrária, o aumento de preço dos combustíveis veiculares, de 3,31% no IPCA de julho, pressionou as vendas nos postos, levando as vendas de combustíveis e lubrificantes na PMC a recuarem 1,1% em julho, ante junho.

Esse foi o segundo principal destaque negativo do varejo no mês, segundo Napoleão. O outro, diz, foi a categoria de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, que registrou recuo de 1,5% em julho, ante junho, mas após cinco avanços seguidos em que acumulou alta de 15% e renovou a máxima histórica cinco vezes, pondera Napoleão. "A retração do mês sugere mera acomodação após sequência de resultados fortes."

> "Varejo retomou tendência de crescimento, após queda pontual"
> *Igor Cadilhac*

Considerando o varejo ampliado, o principal destaque positivo foram as vendas de veículos, motos, partes e peças, que subiram 3,8% em julho, ante junho. Com cinco altas em sete meses, as vendas aumentaram quase 16% desde o início do ano e registraram em julho o maior volume desde abril de 2013, segundo Napoleão.

Ainda em relação ao varejo ampliado, Santos diz ser possível que o atacarejo tenha "ofuscado" a alta de veículos em julho, fazendo com o que o conceito ampliado ficasse virtualmente estável. O atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo cresceu 0,6% em julho deste ano, na comparação com o mesmo período de 2023 — por ser um grupo que o IBGE passou a acompanhar recentemente, não há ainda registros da variação mês contra mês. "Ainda assim, o segmento apresentou forte aceleração na métrica interanual, ao sair de -11,6% [em junho]", diz Napoleão.

"A PMC apresentou um resultado em linha com o esperado no conceito restrito e ligeiramente superior à expectativa no ampliado, com uma abertura melhor do que o resultado de estabilidade poderia sugerir", conclui Napoleão.

Ainda assim, ele considerou o avanço nas vendas do varejo em julho "modesto". Napoleão aponta que o resultado do mês manteve o desempenho do conceito restrito compatível com a tendência pré-pandemia — que até chegou a ser superada em maio —, mas, no caso do ampliado, o varejo ainda está distante da tendência pré-covid. O conceito, diz Napoleão, passou por muitas mudanças nos últimos anos que podem ter afetado sua tendência de crescimento, de transformações no mercado automotivo à inclusão do atacarejo.

De qualquer forma, "o varejo tem sido a grande surpresa do ano", afirma André Valério, economista sênior do Banco Inter. Ele observa que, dos sete meses de 2024 com dados divulgados pelo IBGE, o varejo restrito cresceu em seis. "Ninguém antecipava isso. É a consequência natural do mercado de trabalho apertado e da atividade robusta, com impulso fiscal um pouco acima do esperado", afirma.

Junto à alta de 1,2% na pesquisa do IBGE para os serviços em julho, a percepção é que a economia "segue impulsionada e bastante resiliente no terceiro trimestre", diz a Kínitro Capital em relatório.

Com os dados de julho, a "herança estatística" para o varejo restrito indica alta de 0,3% no terceiro trimestre e de 4,4% no ano, segundo a gestora. Já o varejo ampliado ficaria com alta de 0,6% no terceiro trimestre e de 3,9% em 2024.

Para os próximos meses, a perspectiva de eventual retorno do aperto monetário traz um cenário menos benéfico para segmentos do varejo, diz Geórgia Veloso, economista do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Ela nota ainda que os Índices Gerais de Preços (IGPs) estão em alta, o que pressiona custos aos produtores e pode levar a aumentos da inflação também aos consumidores nos próximos meses. "Isso aperta um pouco o cenário para o varejo", diz.

Para agosto, a MCM, por exemplo, projeta, preliminarmente, retrações de 1,5% no varejo restrito, ante julho, e de 0,8% no ampliado.

DIVULGAÇÃO

André Valério, do Banco Inter: "O varejo tem sido a grande surpresa do ano; ninguém antecipava isso"

Comércio em alta

Seis dos sete meses de 2024 foram de alta

Variação ante mês anterior (em %)

Varejo restrito | Varejo ampliado*

jul/23: 0,6 / -0,5 — jan/24: 3,7 / 2,5 — jul/24: 0,6 / 0,1

Desempenho em julho (em % ante junho)

Atividade	%
Varejo restrito	**0,6**
Combustíveis e lubrificantes	-1,1
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,7
Tecidos, vestuário e calçados	1,8
Móveis e eletrodomésticos	1,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-1,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,1
Equips e material para escritório, informática e comunicação	2,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,1
Varejo ampliado	**0,1**
Veículos e motos, partes e peças	3,8
Material de construção	-0,2

Fonte: IBGE * Varejo ampliado inclui veículos e motos, partes e peças; material de construção; e atacado de alimentos ** Não há dado disponível para o indicador na série com ajuste sazonal

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Ambiente Órgão não teria o poder de execução orçamentária, mas seria uma instância a ser consultada em questões relacionadas ao tema

Autoridade climática desperta disputa entre agro e ambientalistas

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

As minutas das medidas provisórias com o estatuto jurídico da emergência e da autoridade climática ainda estão sujeitas a ajustes. A indefinição em torno do escopo da autoridade condiciona a ocupação do cargo, mas a disputa já está acelerada entre ambientalistas e o agronegócio.

Quando a ministra Marina Silva negociou a criação do cargo durante a campanha de 2022, o nome que ela tinha em mente era Tasso Azevedo. Engenheiro florestal, Azevedo participou da criação de algumas das principais iniciativas ambientais do país.

São iniciativas públicas, como o Serviço Florestal Brasileiro, do qual foi diretor, e o Fundo Amazônia, quanto privadas, como o Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), atualmente sob coordenação do Observatório do Clima, e o Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomas) onde ainda se mantém. Acabou de lançar, com o jornalista Claudio Angelo, o livro "O silêncio da motoserra" (Cia das Letras, 2024).

Azevedo, que acabou de se mudar para Nova Jersey, nos Estados Unidos, onde é acadêmico visitante da Universidade de Princeton, nega que seu nome tenha voltado à tona para ocupá-lo, mas celebra a decisão do governo de criar o instrumento, do qual foi um dos formuladores durante a transição. Vê três atribuições principais para o cargo. A primeira é de garantir que o Brasil zere a emissão de gases de efeito estufa até 2050 da mesma maneira que o Banco Central zela pelo cumprimento das metas de inflação.

A segunda é a de garantir que os municípios e os Estados tenham condições para implementar as mudanças que assegurem a redução dessas emissões, numa articulação semelhante àquela posta em operação pelo Fundo Amazônia. E, finalmente, a terceira atribuição do cargo seria a de assegurar que o mercado de carbono se mantenha íntegro e livre de subterfúgios.

Usa o desmatamento para a instalação de painéis solares como exemplo de descoordenação das políticas públicas de enfrentamento do aquecimento global. E aponta como uma das consequências da descoordenação das iniciativas o envio emergencial de água por helicóptero quando o planejamento adequado permitiria fazê-lo por barco com um custo dez vezes menor.

Ao contrário de outras "autoridades" como a olímpica, a climática não teria o poder de execução orçamentária, mas seria uma instância a ser consultada ao longo de processos como a tramitação de um projeto de impacto ambiental pelo Congresso e ainda na regulamentação de políticas do setor, como a Funai o faz na área indígena.

Ainda que transversal, a Autoridade Climática teria dificuldades, por exemplo, de impedir iniciativas como a carta, assinada pelos ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para que a União Europeia não implemente, no fim deste ano, a lei antidesmatamento aprovada pelo Parlamento Europeu em 2020. Esta lei pode barrar a importação de produtos produzidos em áreas desmatadas depois de 2020.

Interlocutores do governo no setor privado respeitam a experiência de Azevedo no tema, mas apontam que seu perfil não agregaria trânsito por setores resistentes às políticas ambientais, indispensável à articulação política necessária ao cargo. A determinação deste governo em enfrentar o tema esbarra na muralha erguida pelo agronegócio no Congresso Nacional em articulação com o Centrão para não avançar em projetos de criminalização do desmatamento e das queimadas.

Um dos nomes que o setor privado vê se encaixar neste perfil é o do ex-governador e ex-senador do Espírito Santo e ex-diretor do BNDES, Paulo Hartung. Hoje presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Hartung nega sondagem ou disposição para assumir o cargo. Vê sua contribuição mais alinhada aos bastidores da articulação entre os setores público e privado, mas não se furta a definir o perfil que vê como mais adequado para ocupá-lo: "Este cargo chega com atraso, mas deve ter o apoio de todos porque é benéfico ao país. O nome ideal deve agregar ao conhecimento científico a capacidade de operar a política."

> Ter um nome capaz de transitar por setores resistentes à agenda climática é um dos desafios

Os outros nomes cogitados são Carlos Nobre e Arnaldo Jardim, o primeiro mais próximo dos ambientalistas, e o segundo, do setor privado. Nobre, um dos mais respeitados cientistas do país, foi pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além de presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Hoje é coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas.

Jardim é deputado federal pelo Cidadania, de São Paulo. Não está no setor privado, como Hartung, mas atua, no Congresso, junto à chamada bancada ruralista. Jardim já foi secretário de Agricultura do governo de São Paulo na gestão Geraldo Alckmin e hoje, no quinto mandato na Câmara dos Deputados, é vice-presidente da poderosa Frente Parlamentar da Agricultura, principal braço legislativo do agronegócio.

O perfil do nome a ser indicado depende muito da formatação do cargo e a que ministério estará subordinado. A determinação da ministra Marina Silva de manter a autoridade climática sob a alçada do Ministério do Meio Ambiente favorece um nome de um ambientalista e desfavorece opções como a de Jardim.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Tasso Azevedo: engenheiro florestal é o preferido de Marina Silva para o cargo, mas trânsito político é restrito

Agosto responde por metade da área queimada no país no ano

Victoria Netto
Do Rio

Com 5,65 milhões de hectares queimados, o mês de agosto responde por quase metade (49%) da área queimada no Brasil desde janeiro deste ano, de acordo com o levantamento Monitor do Fogo, realizado pelo MapBiomas e divulgado nesta quinta-feira (12). Foi o pior agosto da série, iniciada em 2019.

Em um ano, o aumento para o mês de agosto é de 149%. Em números absolutos, isso significa que 3,3 milhões de hectares foram queimados a mais no mês passado, quando comparado com agosto de 2023, de acordo com o estudo.

O Cerrado foi o bioma com a maior área queimada em agosto de 2024, com 2,4 milhões de hectares, ou 43% de toda a área queimada no Brasil no período. Com 2 milhões de hectares queimados, a Amazônia vem em segundo lugar.

A pesquisadora no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e coordenadora técnica do Monitor do Fogo, Vera Arruda, afirma que a área queimada no Cerrado foi a maior dos últimos seis anos.

"O cenário é alarmante. O bioma, que é extremamente vulnerável durante a estiagem, viu a maior extensão de queimadas nos últimos seis anos, refletindo a baixa qualidade do ar nas cidades", diz, em nota a especialista do Ipam.

Os três Estados que mais registraram focos de fogo foram Mato Grosso, Pará e Mato Grosso do Sul — este no Pantanal. Os municípios de São Félix do Xingu (Pará), Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul) foram os que apresentaram as maiores áreas queimadas.

> **86%**
> **das queimadas em SP foram em agosto**

O Estado de São Paulo foi um dos destaques do período. Cerca de 86% da área queimada (ou 370 mil hectares) ocorreu no mês passado.

Os municípios paulistas mais afetados foram Ribeirão Preto, Sertãozinho e Pitangueiras. Segundo o levantamento, o fogo atingiu predominantemente áreas agropecuárias (88,7%), especialmente de cultivo de cana-de-açúcar, com 236 mil hectares queimados.

Quase dois terços (65%) da extensão queimada em agosto foi em vegetação nativa, com as formações savânicas respondendo por um quarto (25%) da área queimada no mês, apontou o novo levantamento.

O estudo do MapBioma também mostra que as pastagens respondem por um em cada quatro hectares queimados (24%) e se destacam como a área de uso agropecuário que mais queimou no mês passado.

Crise no clima vai prejudicar turismo, diz ministro

Isadora Peron e Andrea Jubé
De Brasília

O ministro do Turismo, Celso Sabino, avalia que os eventos climáticos extremos que têm assolado o Brasil — como as enchentes no Rio Grande do Sul e os incêndios que se alastram pelo país — vão invariavelmente impactar o setor. Ele, no entanto, se mostra otimista e aposta que o ano terminará com um número recorde de visitantes estrangeiros, que poderá chegar a 7 milhões.

"Afeta porque uma das nossas vantagens competitivas é a estabilidade climática, a ausência de furacões, de eventos que acontecem em outros lugares do mundo. Essas mudanças climáticas têm, sem dúvida nenhuma, preocupado não só o Brasil, mas o mundo inteiro", diz o ministro em entrevista ao **Valor**.

Esse será um dos temas que vão ser tratados durante o encontro que vai reunir ministros do Turismo dos países do G20 em Belém, entre os dia 19 e 21 de setembro. Segundo ele, um dos debates será em torno da "resiliência no turismo", que vai tratar não apenas de como prevenir, mas também como responder, de maneira imediata e com ações efetivas, a esses eventos climáticos, para minimizar os danos ao setor.

O ministro, que é paraense, afirma ainda que a reunião da próxima semana será um "teste" para a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP30, que será realizada em Belém no ano que vem. Além dos ministros do G20, 40 representantes de outros países também vão participar do evento. "A cidade já está movimentada, o percentual de ocupação dos hotéis está bem alto. E a gente vai ter três dias ali de teste na cidade para a COP."

Ele, no entanto, reconhece que há uma preocupação em relação à infraestrutura da cidade para atender delegações que virão do mundo inteiro. "Se fosse em Tóquio, em Nova York, em Dubai ou em Paris, também teria essa preocupação. E em Belém não vai ser diferente. Mas o governo está trabalhando para realizar uma grande COP, investindo bilhões de reais em obras de infraestrutura na cidade, em financiamento para a construção de hotéis, pousadas, estrutura viária, saneamento básico."

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Celso Sabino: expectativa de superar neste ano recorde de turistas estrangeiros

O ministro diz ainda que a expectativa é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancione, até a próxima semana, a Lei Geral do Turismo, que foi aprovada pelo Congresso. Um dos pontos da nova norma é fortalecer a aviação regional, considerado um dos gargalos do país, devido a sua dimensão continental.

"Dentro da Lei Geral do Turismo nós estamos permitindo que o Fundo Nacional de Aviação Civil possa servir de garantia para empréstimos para a companhia comprar avião, comprar motor, turbina. E também tem outro dispositivo que permite que esse fundo possa subsidiar o querosene da aviação, dentro da Amazônia Legal, que é a área em que nós precisamos evoluir mais com o número de voos", diz.

Entre os programas da pasta, ele destaca o "Conheça o Brasil voando", que teria ampliado em mais de três dezenas o número de novos voos regionais dentro do território nacional.

O ministro diz ainda ter uma preocupação em fomentar o turismo entre os membros do Mercosul. Segundo ele, dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) apontam que o turista viaja em um raio de, em média, 500 quilômetros de onde mora. Portanto, é preciso aumentar esse mercado entre os países vizinhos.

"O México recebe um grande número de turistas porque ele é colado no maior mercado do mundo. Se nós fôssemos vizinho dos Estados Unidos, nós estaríamos recebendo o mesmo número de turistas que o México recebe."

Sabino conta ainda que, até julho, o país já contabilizava a visita de mais de 4 milhões de turistas estrangeiros e que espera que, até o fim do ano, o país possa "beliscar o número de 7 milhões" de visitantes, superando o recorde de 2018.

Segundo ele, o que tem feito mais pessoas virem ao Brasil é "o bom momento que o país vive na economia, nas relações internacionais e na própria imagem lá fora com a liderança do presidente Lula".

O ministro destaca que o principal motivo que ainda afasta os turistas do Brasil é o medo da violência e que o governo prepara uma campanha publicitária para mostrar que é seguro viajar pelo país. Ele citou como exemplo o caso de jogadores do Philadelphia Eagles que vieram ao Brasil na semana passada disputar a primeira partida de NFL realizada no país, em São Paulo.

O grupo externou preocupação com a segurança e disse que não gostaria de vir ao Brasil por causa da alta taxa de criminalidade. Uma matéria do jornal "The New York Times", no entanto, mostrou que, no ano passado, a capital paulista registrou 4,2 assassinatos por 100 mil pessoas. Já na Filadélfia, esse índice foi de 26,1 por 100 mil pessoas.

O ministro também cita dados de um levantamento recente feito pela seguradora americana Berkshire Hathaway Travel Protection, que colocou o Brasil como o 15º país mais seguro para viajar em 2024. No ano anterior, o país ocupava o 42º lugar na lista. Ele, no entanto, diz desconhecer a pesquisa da Women's Danger Index, também dos EUA, que apontou o Brasil como o segundo país mais perigoso do mundo para as mulheres viajarem sozinhas.

Contas públicas Projeto do Senado não é necessariamente benéfico a todos os entes, alerta FGV Ibre

União pode gastar até R$ 62 bilhões com socorro aos Estados

Marta Watanabe
De São Paulo

Novo capítulo na série de renegociação de dívidas estaduais com a União, o recente projeto aprovado pelo Senado estabelece novo programa de refinanciamento que cria um subsídio anual em encargos de cerca de R$ 48 bilhões a ser suportado pelo governo federal. Considerando o período de transição estabelecido para Estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) — Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e também Minas Gerais, cuja adesão ainda está pendente —, a conta para o governo federal pode chegar a R$ 61,9 bilhões no primeiro ano. Mesmo assim, um dos desafios é garantir que todos os Estados entrem no programa de refinanciamento.

Os cálculos do economista Manoel Pires, pesquisador e coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), pressupõem a adesão de todos os Estados aos termos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

A estimativa considera o que os Estados deveriam pagar com os encargos vigentes hoje e também que todos os entes estejam na condição do PLP que permita o pagamento de IPCA mais zero como encargo da dívida à União. Pelas regras vigentes, os Estados pagam encargos com base em IPCA mais 4% ou Selic, o que for mais vantajoso.

“O governo federal hoje se endivida aproximadamente com IPCA mais 6%. Então, os Estados que estão pagando IPCA mais 4% estão recebendo um subsídio de dois pontos percentuais. Num país federativo, é natural que haja algum tipo de subsídio entre União e Estados”, diz Pires. A questão, destaca, é o tamanho do subsídio. “Sair do IPCA mais 4% para o IPCA mais zero cria um subsídio de R$ 48 bilhões anuais. O espaço fiscal aberto para o governo subnacional é ainda maior se considerarmos os Estados que estão em dificuldade, no regime de recuperação fiscal”, diz Pires.

O PLP aprovado pelo Senado, explica Pires, parece ter tentado reproduzir o conceito da Lei 9.496, que criou, em 1997, o atual marco das dívidas estaduais. Naquele ano, a União assumiu R$ 95,3 bilhões em dívidas dos Estados, o que equivalia a 9,6% do PIB. A lei de 1997, aponta , foi longeva. Desde 2014, porém, as rodadas de refinanciamento das dívidas estaduais com a União se intensificaram com várias leis complementares (LCs), como a LC 148, em 2014, a LC 156, em 2016 e a 178, em 2021. Ele inclui no histórico a LC 159, de 2017, do RRF.

Com reestruturação das dívidas estaduais em 30 anos, em 360 parcelas mensais, o PLP 121/24 criou três situações que o Estado pode escolher, cada uma delas com um critério de encargo: IPCA mais 0%, IPCA mais 1% e IPCA mais 2% (ver quadro abaixo).

“É bom ressaltar que pagar IPCA mais 0% significa reduzir em quatro pontos percentuais o que os Estados hoje deveriam estar pagando”, dis. Os governos estaduais podem conseguir isso a partir de três hipóteses. Na primeira, o Estado, explica, pode antecipar 20% da dívida, destinar 1% da dívida para um fundo (Fundo de Equalização Federativa) e outro 1% da dívida para investimentos específicos feitos pelo próprio governo estadual.

“Uma segunda hipótese é o Estado antecipar apenas 10% das dívidas em vez de 20%. Em contraposição, a fatia para o Fundo de Equalização sobe de 1% para 1,5%, mantendo 1% para investimentos específicos. Ele troca 10% de antecipação de dívida por mais 0,5 ponto percentual de aporte nesse fundo a cada ano.”

Na terceira situação que permite o IPCA mais zero, prossegue Pires, o Estado faz a amortização inicial da dívida. Mas nesse caso o governo deve aplicar 2% da dívida ao fundo de equalização, mais 2% em investimentos. Essa opção, dentro de todos os cenários possíveis no PL 121/24, diz Pires, deve ser a “estratégia dominante”.

“A relação de custo e benefício é mais favorável para os Estados nessa opção. A dívida vai ficar a mais barata possível e ao mesmo tempo é a hipótese que exige menos recurso financeiro a curto prazo. É muito melhor para o Estado aplicar 2% em investimento específico, que é um dinheiro dele mesmo, do qual vai se beneficiar politicamente, do que antecipar 20% das dívidas para a União, algo do qual não se beneficiará. E 20% é muito mais caro do que 2%”, compara.

“A proposta dá uma volta enorme para criar cenário no qual os Estados terão suas dívidas com encargos em IPCA mais zero. Na prática a proposta está tirando os Estados de IPCA mais 4% para IPCA mais zero.”

O rol de investimentos específicos que os Estados precisarão fazer, diz Pires, é bastante amplo. É preciso gastar, explica, integralmente em educação profissional técnica de nível médio, infraestrutura de universalização de ensino infantil, educação em tempo integral, infraestrutura de saneamento, habitação e transportes, segurança pública e adaptação às mudanças climáticas. “É muito fácil cumprir essa exigência de gastos com investimento específico.”

Outra polêmica do PLP são os ativos que podem ser usados para amortizar a dívida. “Há a situação tradicional, que é a transferência de recurso financeiro. Mas há itens mais polêmicos, com ativos que não são líquidos e cujo valor justo não é simples de ser avaliado. Nas participações societárias, por exemplo. O governo de Minas Gerais faria uma cessão da participação societária, ou de uma parcela dessa participação, para a União. Será que a União tem interesse em ser administradora ou gestora da Cemig? Também há possibilidade de cessão de crédito inscrito na dívida ativa. Há dificuldade enorme para definir o valor justo disso. Em geral, esses créditos estão longe de serem líquidos e são altamente judicializáveis.”

Para Pires, a proposta criou uma sistemática ampla para possibilitar a amortização, mas o único direito líquido e certo é a transferência de recursos financeiros. “Os outros itens são muito difíceis de ser viabilizados.”

O PLP prevê também uma regra de transição para quem está no Regime de Recuperação Fiscal. “No primeiro ano, esses Estados do RRF não pagam IPCA, por exemplo. Eles pagarão 20% da parcela devida. No segundo ano, 40%, e assim por diante, até os 100% no quinto ano. Isso foi feito porque atualmente os Estados do regime de recuperação pagam muito pouco. Alguns não estão pagando nada. É o caso de Minas Gerais, que entrou com pedido para entrar no regime, mas não apresentou proposta. O Estado não paga a dívida com base em liminar do Supremo Tribunal Federal [STF].”

“A escadinha de pagamento foi criada para incentivar esses Estados a entrarem na novo acordo. Contudo, essa escadinha aumenta ainda mais o subsídio”, diz Pires. A questão, diz ele, é que, para os Estados do RRF, mesmo com essa gradação, a adesão ao PL 121/24 pode não valer a pena, se compararmos o que eles pagam atualmente com o que eles pagariam em IPCA mais zero e com os 2% de transferência de para o fundo de equalização.

Isso acontece porque os Estados do RRF não estão pagando a dívida de acordo com o coeficiente de atualização monetária da regra geral. “Eles estão naquela regra de pagamento gradual em dez anos, para normalizar a situação.”

> “Se os Estados do RRF não aderirem, para que serve a proposta?”
> *Manoel Pires*

Goiás, exemplifica, Pires, paga hoje R$ 102,7 milhões. Se entrasse no IPCA mais zero do acordo proposto, pagaria R$ 717,4 milhões. Com a regra da escadinha, porém, pode pagar R$ 143,5 milhões no primeiro ano, mas também aportaria R$ 337,8 milhões anuais no fundo de equalização.

“Então não é óbvio que para os Estados do RRF vale a pena entrar nesse acordo. Isso possivelmente deve ser debatido na Câmara. A proposta parece ser dúbia sobre o real incentivo para a adesão desses Estados do RRF.” Pires calcula que sem adesão dos Estados do RRF, o novo subsídio do governo federal nos encargos cairia para R$ 21,8 bilhões anuais. “Mas se os Estados do RRF não aderirem, para que serve a proposta? Será um baita benefício fiscal aos que já estão pagando. Quem tem capacidade de pagar as dívidas não precisa passar por nenhuma reestruturação.”

O PLP 121/24 também trouxe condicionantes para o crescimento da despesa dos Estados que entrarem no acordo. A despesa cresce limitada ao IPCA caso não tenha havido crescimento da receita primária no ano anterior. Caso essa receita tenha crescido mas com resultado primário negativo ou nulo, a despesa poderá subir IPCA mais 50% do crescimento real da receita primária. Se a receita crescer e houver superávit primário, a despesa pode crescer IPCA mais 70% da variação real da receita.

Existem exclusões à regra. Saúde e educação, por exemplo, não entram na conta desse limite. Despesas financiadas com transferências obrigatórias e as obrigações criadas pela própria renegociação também estão fora da conta.

Para Pires, a proposta traz uma tentativa de fortalecer o equilíbrio fiscal dos Estados, o que pode mudar a tendência do “spend and tax”, no qual se corre atrás de receitas, com aumento de carga tributária, para cobrir o aumento de despesas. “Mas vincular gasto à arrecadação aumenta a volatilidade do gasto público. Em tese, desvincular gasto de receita gera mais estabilidade da despesa.”

Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, considera que o impacto dessa vinculação pode não ser tão negativo. “Porque não é a vinculação às receitas de despesas de contas específicas, como da saúde e da educação. Quando é para o agregado [das despesas], é possível segurar salário” , exemplifica. ”Há margens de manobra.”

Ponto importante e inovador, diz Pires, é o efeito redistributivo da nova renegociação, que beneficiaria os Estados muito pouco endividados e com participação alta no Fundo de Participação dos Estados (FPE). A distribuição dos recursos, diz Pires, será por critério misto, sendo 80% pelos percentuais do (FPE) e 20% pelo inverso da relação entre a dívida consolidada e a receita corrente líquida. O maior aporte ao fundo seria do Estado de São Paulo, com contribuição líquida de R$ 5,37 bilhões anuais, calcula Pires, ainda considerando a adesão de todos os governos estaduais. “Se os Estados do RRF não entrarem no acordo, o que acontecerá, no final das contas, é uma grande redistribuição de São Paulo, com recursos da União, para os demais Estados”, avalia Pires.

“Diferentemente dos projetos anteriores, nesse há uma reorganização do fluxo financeiro na relação entre União e Estados. Há um grande esquema de redistribuição da União para os Estados mais pobres e com menos endividamento”, avalia Pires.

Um ponto “frágil” da proposta, diz Pires, é que a fiscalização do acordo fica a cargo do Tribunal de Contas dos Estados. “O histórico que temos com isso não é bom.” O texto do PLP, aponta, permite entender que o Ministério da Fazenda vai receber os relatórios para dar publicidade. “Mas tem muito pouco poder de fazer algum tipo de gestão, caso haja algum descumprimento.”

Com a redução dos encargos da dívida, destaca Samuel Pessôa, pesquisador do FGV Ibre, a conta fica toda com a União. “Para quem não está pagando a dívida, é melhor continuar não pagando do que entrar nessa negociação.” O efetivo interesse de todos os governos estaduais para a adesão ao acordo, avalia, depende do STF.

Para Pires, a entrada do STF nos últimos anos na discussão sobre dívidas entre Estados e União “fragilizou muito” a posição do governo federal para negociação. Qualquer acordo novo, defende, tem que pressupor algum tipo de validação do STF. “Sem isso, ficará muito difícil ter uma relação federativa mais longeva. É preciso que o STF acompanhe isso e, de certa forma, participe de alguma forma do acordo. O caso de Minas Gerais é muito emblemático. O STF deu a liminar pra Minas no começo de agosto. Dez dias depois Minas Gerais estava renovando vários benefícios fiscais. É óbvio que uma solução racional pra isso é eventualmente dar a liminar, mas com algum tipo de amarra para não incorrer nesse tipo de situação.”

Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, chama a atenção para o contexto de fragilidade da responsabilidade fiscal tanto no âmbito da União quanto no dos governos regionais. Reflexo disso, diz ele, é o projeto de lei em tramitação no Senado que flexibiliza a contabilização da despesas de pessoal. “Foi aprovado pela Câmara dos Deputados e ainda precisa ser discutido no Senado. Mas é uma tentativa de flexibilizar de novo a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir mais gastos nos governos regionais.”

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Manoel Pires: “Governo federal hoje se endivida com IPCA mais 6%; Estados que estão pagando IPCA mais 4% estão recebendo subsídio de dois pontos percentuais”

O que a proposta estabelece

Formas de correção previstas no PLP 121/2024

Hipóteses	IPCA + 0%	IPCA + 1%	IPCA + 2%
I	Antecipação de 20% das dívidas+1% para Fundo de Equalização Federativa+1% para investimentos específicos	Antecipação de 20% das dívidas+1% para Fundo de Equalização Federativa	NA
II	Antecipação de 10% das dívidas+1,5% para Fundo de Equalização Federativa+1% para investimentos específicos	Antecipação de 10% das dívidas+1,5% para Fundo de Equalização Federativa+0,5% para investimentos	Antecipação de 10% das dívidas+1% para Fundo de Equalização Federativa
III	Aplicarem 2% para Fundo de de Equalização Federativa +2% para investimentos específicos	Aplicarem 2% para Fundo de Equalização Federativa +1% para investimentos específicos	Aplicarem 2% para Fundo de de Equalização Federativa +0,5% para investimentos específicos

Estimativa de subsídio com todos os Estados (Considerando adesão para IPCA + zero - R$ milhões)

Estado	Encargos Atuais (CAM+4%)*	Novos Encargos (IPCA+0%)	Subsídio
AC	44,0	17,5	**26,5**
AL	895,6	356,7	**538,9**
AM	36,5	14,5	**22,0**
AP	53,8	21,4	**32,4**
BA	590,0	235,0	**355,0**
CE	125,6	50,0	**75,6**
DF	105,5	42,0	**63,5**
ES	171,1	68,1	**102,9**
GO	1.801,3	717,4	**1.083,9**
MA	119,3	47,5	**71,8**
MG	15.211,9	6.058,3	**9.153,6**
MS	746,2	297,2	**449,0**
MT	111,1	44,3	**66,9**
PA	121,7	48,4	**73,2**
PB	97,8	38,9	**58,8**
PE	407,6	162,3	**245,3**
PI	0,0	0,0	**0,0**
PR	1.270,1	505,8	**764,2**
RJ	16.724,6	6.660,7	**10.063,8**
RN	70,4	28,0	**42,4**
RO	292,1	116,3	**175,8**
RR	5,5	2,2	**3,3**
RS	9.906,0	3.945,2	**5.960,9**
SC	1.160,0	462,0	**698,0**
SE	122,0	48,6	**73,4**
SP	29.612,7	11.793,5	**17.819,1**
TO	0,0	0,0	**0,0**
Total	79.802,4	31.782,1	48.020,3

Fonte: STN e PLP 121/2024, com elaboração do economista Manoel Pires. *CAM:Coeficiente de Atualização Monetária. O cálculo do subsídio considera quanto os Estados deveriam estar pagando de acordo com as regras vigentes para o pagamento da dívida com a União. Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não pagam o valor integral atualmente porque estão no Regime de Recuperação Fiscal. Minas Gerais tem uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Seguridade social Procuradoria-Geral da Fazenda já bateu recorde este ano ao recuperar R$ 836 milhões do Fundo entre janeiro e julho

PGFN prevê reaver mais de R$ 1 bilhão desviado do FGTS

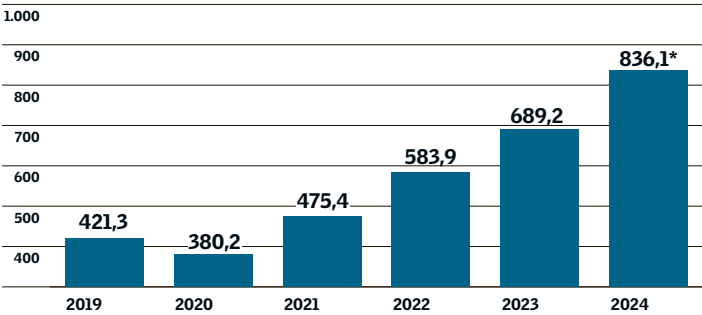
Guilherme Pimenta
De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estima recuperar mais de R$ 1 bilhão de recursos devidos por empresas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) este ano. De janeiro a julho, já foram recuperados R$ 836,1 milhões, o que já configura um recorde histórico. Em 2023, o valor recuperado totalizou R$ 689 bilhões.

Diferentemente da cobrança em dívida ativa da União, quando o recurso ingressa no Orçamento como receita primária, os valores recuperados pelo FGTS vão diretamente para a conta do trabalhador devido — e, no caso dos encargos, entram para a gestão do fundo.

Em entrevista ao **Valor**, João Grognet, procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS, afirmou que a recuperação recorde decorre de uma estratégia traçada há alguns anos pela PGFN de, principalmente, priorizar acordos, com base na capacidade de pagamento da empresa devedores, o que foi possível com a lei da transação tributária, de 2020.

Também no fim da última década, contou o procurador, a equipe passou a utilizar novas técnicas de cobranças adequadas ao perfil econômico dos devedores. Atualmente, dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional indicam que há R$ 53,7 bilhões devidos por empresas ao FGTS.

Recursos recuperados do FGTS
Transações e novas estratégias elevam arrecadação - em R$ milhões

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional *Até julho

Em relação aos acordos, Grognet cita uma conciliação firmada com a Varig, que vai permitir liquidar um débito de R$ 560 milhões de FGTS a ser quitado à vista com parte dos recursos de um precatório a ser pago pela União.

Acordo com Minas

Outro exemplo de acordo é uma conciliação com o próprio poder público: no fim do ano passado, a PGFN negociou uma transação com o Estado de Minas Gerais, o que possibilitou uma regularização de FGTS de R$ 713 milhões, beneficiando 76 mil trabalhadores — envolvendo ex-servidores do Estado que haviam sido efetivados e, posteriormente, demitidos.

Também no ano passado, a PGFN conduziu um acordo com o Grupo João Santos, de Pernambuco, produtor do Cimento Nassau, no qual foi possível regularizar dívidas de aproximadamente R$ 11 bilhões, sendo R$ 270 milhões referentes a créditos do FGTS.

Além das novas estratégias e dos acordos firmados, a PGFN passou a concentrar internamente, a partir de 2023, toda a cobrança dos valores devidos ao fundo — antes, havia um compartilhamento dessa atribuição com a Caixa Econômica Federal, que era responsável por cobrar uma parte dos valores devidos.

Em 2015, por exemplo, o valor recuperado do fundo de garantia foi de R$ 223,6 milhões, montante que vem crescendo desde então — em 2019, foram R$ 421 milhões recuperados, enquanto o patamar de 2022 somou R$ 583,9 milhões.

Em relação ao arrecadado até julho deste ano (R$ 836,1 milhões), representa um salto de 273,9% em nove anos.

"O montante de FGTS recuperado pode significar a diferença entre uma pessoa, que foi demitida e cujo antigo empregador não pagou o FGTS, ter o que servir na mesa para sua família ou não", comentou o procurador-geral adjunto.

Segundo ele, além de considerar uma política pública "que privilegia os trabalhadores, também busca a justa medida para apoiar os devedores, que muitas vezes estão passando por dificuldades financeiras, a regularizar seus débitos e retornarem ao ciclo econômico, gerando emprego e renda para a população".

Uma das mudanças na estratégia, explicou o procurador da Fazenda, foi passar a investir no protesto do FGTS, o que é muito mais eficaz e barato do que a cobrança judicial direta.

"Alguns devedores merecem toda a força do Estado, enquanto outros merecem a compreensão do Estado e melhor adequação da estratégia de recuperação dos ativos", considerou o procurador.

Grognet explica que, a partir de 2022, a PGFN passou a realizar grandes transações de FGTS, como o caso da Varig, do Grupo João Santos e de Minas Gerais, o que deve se manter nos próximos anos com a possibilidade de negociação aberta a partir da lei de transação tributária.

Além disso, o valor de recuperação acima de R$ 1 bilhão deve se manter sustentável, segundo ele explicou, com novos projetos que estão sendo implementados, como o FGTS Digital.

Propostas da reforma tributária da renda já estão com Lula, diz Haddad

Estevão Taiar e Gabriel Shinohara
De Brasília

As propostas de reforma tributária sobre a renda já estão nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deve apresentá-las em um "futuro próximo". A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

De acordo com Haddad, as propostas foram apresentadas por ele próprio e outros integrantes do Ministério da Fazenda para Lula em uma reunião de duas horas realizada no Palácio da Alvorada. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também "já está informado das propostas". A ideia com a reforma é isentar do Imposto de Renda (IR) aqueles que ganham até R$ 5 mil — uma das principais promessas eleitorais de Lula.

"Um dos caminhos oferecidos parece bastante promissor dos pontos de vista econômico e político", disse Haddad.

A respeito da regulamentação da reforma tributária sobre consumo, o ministro da Fazenda afirmou que não haverá "prejuízo" se a discussão for concluída no ano que vem. Mas disse que acredita ser possível que os projetos de lei sejam aprovados tanto na Câmara quanto no Senado ainda em 2024, para que Lula sancione as mudanças até o fim de dezembro.

"Penso que não seria nem justo com as pessoas envolvidas nesse empreendimento que elas não tivessem possibilidade de concluir a regulamentação durante a presidência das duas casas [Câmara e Senado]", disse, referindo-se respectivamente aos presidentes Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Classificados por Haddad como "os grandes líderes dessa mudança", Lira e Pacheco deixam a presidência de Câmara e Senado no começo do ano que vem.

Na área econômica, o ministro da Fazenda mostrou alguma preocupação com os reflexos do enfraquecimento da economia chinesa.

"As pessoas começam a falar que não só está desacelerando, como pode ter uma retração da economia internacional, e aí penalizando exportadores de commodities, como o Brasil", disse. Ele também mencionou a necessidade de atenção a "eleições em países estratégicos".

Curta

Covid em alta

Casos de covid-19 estão com tendência de alta em quatro Estados e no Distrito Federal, segundo boletim InfoGripe, da Fiocruz. Na última semana, o instituto já tinha alertado para o aumento de casos de síndrome respiratória aguda grave (Srag) por covid em Goiás e São Paulo. Agora, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal também apontam tendência de alta, informa o boletim.

Relações externas Ideia do país no G20 é incluir pequenos produtores, minorias e proteção ambiental

Brasil propõe produzir alimento com justiça social

Lúcia Helena de Camargo
Para o **Valor**, de São Paulo

Combater a fome e promover o desenvolvimento sustentável, com justiça social. Essa é a fórmula para o agronegócio brasileiro avançar de maneira consistente e justa, no consenso entre ambientalistas e governo. “Temos potencial para conquistar um patamar privilegiado na economia mundial. A produção do agro brasileiro consegue alimentar o planeta, mesmo considerando as previsões de que dos atuais 8 bilhões de habitantes chegaremos a quase 10 bilhões em 2050”, diz Rodrigo Cappella diretor da Ação Estratégica, agência focada em agronegócio.

A pauta do governo para a reunião de ministros de Agricultura do G20 segue em consonância com essas intenções ao discutir sustentabilidade nos sistemas agroalimentares, a ampliação da contribuição do comércio internacional para a segurança alimentar e nutricional, o reconhecimento do papel da agricultura familiar, camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais para sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivos.

“O G20 representa o 80% do PIB global. Assim, temos agora a oportunidade, com o grupo de trabalho da agricultura, de construir propostas e compromissos completos para melhorar a qualidade de vida das pessoas no planeta, fornecendo alimento em abundância para todos”, disse o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, na abertura da reunião. “A produção de alimentos reúne grandes ativos — equipamentos, máquinas, sementes —, mas nenhum é mais importante do que água e sol na quantidade certa, por isso precisamos pensar em produção sustentável, levando em consideração as mudanças climáticas.”

A ambição do Brasil de ser o grande produtor de alimentos não é descabida, mas será necessário desenvolver muitas potencialidades para que se concretize, de acordo com o professor Marcos Jank, que dá aulas de agronegócio global no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Em primeiro lugar, é preciso enfrentar a difícil conjuntura: a FAO, órgão da Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura, estima que, na média, 30% da população mundial sofre com algum grau de insegurança alimentar, sendo 19% moderada e 11% severa. A insegurança alimentar moderada está associada à incapacidade de ter acesso seguro a alimentos necessários à nutrição e à vida saudável. A severa está mais relacionada à quantidade insuficiente de calorias, ou seja, desnutrição e fome.

Na África o problema é mais grave, chegando a 61% de insegurança alimentar (24% severa). Na América Latina e Caribe, são 38% (13% severa). Ásia figura com 24% (10% severa) e a América do Norte e a Europa registram, em média, 8% (1% na categoria severa). Entre os cerca de 800 milhões de habitantes em desnutrição, mais da metade (402 milhões) está na Ásia, seguida pela África, com 282 milhões. Embora a África detenha percentual mais alto, a população asiática é maior. Os dois continentes detêm 92% da população mundial em desnutrição.

De acordo com o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2024, da FAO, os indicadores de progresso das metas globais de nutrição mostram que o mundo caminha no sentido contrário, com incremento da insegurança alimentar devido a diversos fatores, da falta de dinheiro à distribuição desigual de alimentos. Instabilidades políticas, choques econômicos e eventos climáticos extremos têm piorado o problema. A pandemia de covid-19 agravou a situação. A guerra na Ucrânia dificultou o trânsito de alimentos por rotas usuais.

Disputas comerciais agravam o contexto, prejudicando sistemas agroalimentares, com geração de alta nos preços dos alimentos, o que dificulta o acesso à nutrição de qualidade pelas populações mais vulneráveis. “A sugestão para começarmos a resolver essa questão é colocar o comércio internacional no centro da agenda. O Brasil exporta quase 40% daquilo que produz. Figura em terceiro lugar nas exportações e quarto em produção do setor agro global. Temos que usar esse poder na hora de negociar”, afirma Jank. “No entanto, as instituições que vinham regulando o mundo desde o pós-guerra estão cada vez mais fracas, não têm conseguido estabelecer parâmetros justos”, diz. “As rodadas de negociações do G20 seguem sem muito avanço. Isso ocorre porque os países impõem um volume absurdo de medidas protecionistas.”

> “O desperdício representa cinco vezes a emissão do setor de aviação”
> *Marcelo Souza*

O estudo Comércio e Segurança Alimentar Global, elaborado pelo Insper este ano, traz, entre outros aspectos, a constatação de que o preço de alimentos mais perecíveis, como os de fonte animal e frutas, é mais alto em regiões emergentes da Ásia e África, enquanto o valor dos alimentos básicos, como cereais e tubérculos, não varia muito entre as regiões.

O que acaba ocorrendo é que há menor acesso a dietas diversificadas nas regiões mais pobres e com maior prevalência de população em insegurança alimentar e desnutrição. Jank aponta esse como um dos desafios que tocam o Brasil em particular, diante da grande produção nacional de carne, legumes e frutas: criar meios de fazer chegar esses alimentos a quem mais precisa, dentro e fora do território nacional.

Se o crescimento populacional projetado para as próximas décadas impõe aumento e diversificação de toda a produção agrícola sustentável, no paralelo há outro grande gargalo a ser resolvido: o desperdício.

“Em 2019, foram desperdiçadas 931 milhões de toneladas de alimentos no mundo, cerca de 17% do total produzido; em 2022, o número subiu para 1,05 bilhão de toneladas, chegando a cerca de 20% de desperdício. Enquanto isso nós temos um terço da população mundial em vulnerabilidade alimentar”, diz Marcelo Souza, presidente do Instituto Nacional de Economia Circular e CEO da Indústria Fox, citando dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Segundo o órgão, a humanidade desperdiçou o equivalente a 1 bilhão de refeições por dia em 2022, em alimentos que tomaram grandes áreas de terra para serem cultivados, ao custo de US$ 1 trilhão. E acabaram no lixo.

A maioria do desperdício ocorre nas residências (60%), seguido do setor de serviços (25%) e varejo (15%). “Não adianta mirar nos serviços dos restaurantes ou na distribuição do varejo, já que a maior perda está nos lares. Temos que educar as pessoas desde crianças para aprender a aproveitar os alimentos integralmente, a conservar de maneira adequada, a equacionar compras”, diz. “A depender do grau de urbanização, há crianças que têm dificuldade de saber de onde vem o feijão.”

Ele não enxerga, porém, melhoras no curto prazo. “Ano a ano os indicadores só pioram. Precisamos mudar a seta e estancar o desperdício. O terreno que está sendo usado na produção poderia ser remanejado para recuperar florestas e matas ciliares”, diz. “Seguimos com a discussão sobre a redução da temperatura do planeta. Mas o desperdício representa cinco vezes do que a emissão do setor de aviação.”.

No contexto da reunião do G20, apenas quatro países — Austrália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos —, e a União Europeia têm estimativas de desperdício alimentar adequadas para acompanhar os progressos até 2030.

Para resolver o problema do desperdício e outros relacionados à produção de alimentos, além da educação, a tecnologia seria a ferramenta, que “deveria ser uma aliada de todas as horas”, na visão de Rodrigo Capella. “Não usamos os recursos tecnológicos como poderíamos, porque para isso acontecer precisamos antes fomentar a agricultura familiar, com aumento de linhas de financiamento para que o pequeno produtor tenha fôlego para investir em tecnologia e capacitações.”

Especialista em agronegócio pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), Capella estende o conceito de tecnologia aos conhecimentos ancestrais dos primeiros habitantes do Brasil. “Não estamos falando apenas de máquinas que otimizam a produção, computadores, ciência genética, drones e inteligência artificial, mas de soluções, que podem estar nos saberes tradicionais. O desafio inclui integrar os povos originários e comunidades indígenas à produção do agro; eles podem ter muitos conhecimentos a compartilhar”, diz. “O caminho para o desenvolvimento sustentável passa também por essa troca.”

Capella diz crer em perspectivas favoráveis para o Brasil nos próximos anos, dentro do contexto de ampliação do agronegócio, com preservação do meio ambiente. “Estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apontam que o produtor rural brasileiro já conserva cerca de 200 milhões de hectares de florestas dentro das propriedades. É número extremamente interessante, que valida a preocupação com a preservação.”

A visão se alinha com o lema da presidência brasileira no G20 — “Construir um mundo justo e um planeta sustentável” —, tendo o plano de usar os sistemas agroalimentares como estratégicos. “Não há conflito entre produzir e preservar”, diz Fávaro. “Vamos apresentar no evento nosso modelo de produção de alimentos, que vai permitir dobrar a produção do país nos próximos anos respeitando o meio ambiente.”

Prevalência da insegurança alimentar
Por região do planeta, em %

Fonte: Insper Agro Global e FAO (dados de 2022). *Somados os níveis moderado e severo

Origem do desperdício (%)

Fonte: FAO

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.397.080/0001-96 - NIRE Nº 33.3.0029224-1
COMPANHIA ABERTA - REG. CVM Nº 01936-4
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2024

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de 2024, às 12:00 horas, na sede da Companhia localizada na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, reuniu-se o Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. **PRESENÇA**: Presentes os membros do conselho de administração abaixo assinados e a Sra. Mariana Felix. **MESA**: Trabalhos presididos por José Paulo Werberich e secretariados por Lívia Rezende. **ORDEM DO DIA**: **Itens Deliberativos**: **1)** Renúncia e Eleição Membros do Conselho de Administração. **DELIBERAÇÕES:** Referente ao item **(1) da Ordem do Dia**, considerando a renúncia da Sra. Mariane Carvalho Medeiros, a partir desta data, os senhores Conselheiros registraram seus agracimentos ao trabalho dedicado à Companhia pela Sra. Mariane e aprovaram, por unanimidade, a **eleição** da Sra. **Mariana Felix Vasconcellos de Andrade**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 137.532 OAB/RJ inscrita no CPF/MF sob nº 054.410.537-04, com endereço comercial na Praia do Flamengo, 78 - 8º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.210-904, para o cargo de **Membro Titular do Conselho de Administração**, cuja eleição será ratificada na próxima Assembleia da Companhia, **com início do mandato na data de hoje,** para cumprir o prazo do mandato de sua antecessora, até a Assembleia Geral Ordinária de 2026. O membro do Conselho de Administração ora eleito tomará posse, nos termos da Lei das S.A., mediante a assinatura do respectivo termo de posse, ocasião na qual declarara à Companhia o preenchimento dos requisitos de elegibilidade previstos na Lei das S.A. e o seu desimpedimento para exercício do seu respectivo cargo. O Conselho de Administração fica portanto composto na forma abaixo:

Nome	Cargo
José Paulo Werberich	Membro Titular e Presidente
Juliano Pansanato de Souza	Membro Titular
Leonardo Pimenta Gadelha	Membro Titular
Mariana Felix Vasconcellos de Andrade	Membro Titular e Secretária

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, a ser assinada pelos Conselheiros de Administração, Srs. José Paulo Werberich, Juliano Pansanato de Souza, Leonardo Pimenta Gadelha e por mim, Lívia Rezende, que nesta oportunidade secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2024. Confere com o original lavrado em livro competente. Lívia Rezende - **Secretária**. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Itapebi Geração de Energia S.A.. Certifico o arquivamento em 29/08/2024, sob o nº 00006422352. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EuroChem

FERTILIZANTES TOCANTINS S.A.
CNPJ/ME Nº. 05.571.228/0001-55 - NIRE 17.300.008.389
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

1. **Data, Hora e Local:** No dia 06 de fevereiro de 2024, às 09 horas, por meio de videoconferência, na sede da Fertilizantes Tocantins S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins, na Rodovia TO 050, Km 64, s/nº, Margem Esquerda-Anel Viário, CEP 77500-000. 2. **Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 e do art. 7, § 3º do Estatuto Social, em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Augusto Cesar Gomes de Oliveira; e Secretária: Sra. Karina Oliveira Maffei. 4. **Ordem do dia**: (i) ratificar a renúncia apresentada pelos Srs. Julio Enrique Varela Gubitosi e Bruno Pessoa Serapião aos seus respectivos cargos de Diretor da Companhia; e (ii) deliberar sobre a eleição de novos Diretores. 5. **Deliberações:** Após exame das matérias constantes na ordem do dia, a acionista da Companhia decidiu aprovar, em sua íntegra, sem ressalvas, reservas ou restrições: (i) Ratificar a renúncia apresentada pelos Srs.: a) **Julio Enrique Varela Gubitosi**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 63.161.129-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 234.834.598-63, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; e b) **Bruno Pessoa Serapião**, brasileiro, engenheiro mecânico aeronáutico, solteiro convivente em união estável, portador da Cédula de Identidade RG nº 428280 e inscrito no CPF/MF sob o nº 162.746.258-95, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ao cargo de Diretor Presidente. **(ii) Deliberar sobre a eleição de novos Diretores:** Ato contínuo, a acionista aprovou a eleição como membros da Diretoria da Companhia, dos nomes abaixo indicados, eleitos para o período remanescente do mandato atual da Diretoria da Companhia, ou seja, encerrando-se em 25 fevereiro de 2024: a) **Gustavo Bastide Horbach,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG 1121795114 e inscrito no CPF/MF sob o nº 641.684.845-72, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4285, 7º andar – Itaim Bibi, Cond. Edifício Vera Cruz II, CEP.: 04538-133, para o cargo de Diretor Presidente; b) **Pérsio Pimentel Pinto Ravena**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG 16.988.551-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 758.623.367-53, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4285, 7º andar - Itaim Bibi, Cond. Edifício Vera Cruz II, CEP.: 04538-133, para o cargo de Diretor Financeiro; e c) **Fábio Cânfora**, italiano, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RNE nº V978080-R/Classificação: Permanente/Validade: 11/08/2031, inscrito no CPF/MF sob o nº 062.473.087-52, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4285, 7º andar - Itaim Bibi, Cond. Edifício Vera Cruz II, CEP.: 04538-133, para o cargo de Diretor de Suprimentos; Por fim, foi ratificada a eleição dos demais Diretores da Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/02/2023, arquivada na Junta Comercial do Estado do Tocantins sob número 20230127380 em sessão de 07/03/2023, cuja composição passa a ser a seguinte: (i) **Gustavo Bastide Horbach,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG 1121795114 e inscrito no CPF/MF sob o nº 641.684.845-72, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Pérsio Pimentel Pinto Ravena**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG 16.988.551-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 758.623.367-53, para o cargo de Diretor Financeiro (iii) **Fábio Cânfora**, italiano, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RNE nº V978080-R/Classificação: Permanente/Validade: 11/08/2031, inscrito no CPF/MF sob o nº 062.473.087-52, para o cargo de Diretor de Suprimentos; (iv) **Augusto César Gomes de Oliveira**, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG. nº 11781604, inscrito no CPF/MF nº 081.995.016-50, para o cargo de Diretor de Operações; e (v) Nicolas Matheus Cereza, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade sob nº 7.812.953-0/SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 036.415.929-41, para o cargo de Diretor de Logística, todos com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4285, 7º andar – Itaim Bibi, Cond. Edifício Vera Cruz II, CEP.: 04538-133. 6. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, nos termos do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. 7. **Assinaturas:** Mesa: Augusto Cesar Gomes de Oliveira (Presidente); e Karina Oliveira Maffei (Secretária). Presidente e Secretária assinam a presente ata de forma eletrônica, nos termos da legislação e regulamentação aplicável. **Acionista Presente:** Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. – representada por seu administrador, Carlos Alberto Mercante. Cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Porto Nacional, 06 de fevereiro de 2024. **Augusto Cesar Gomes de Oliveira** - Presidente, **Karina Oliveira Maffei** - Secretária. JUCETINS sob nº 20240100212 em 16/02/24. Cleci Zancan Cassol - Secretária-Geral.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Centro de Biologia Marinha

ALTERAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 01/2024 - CEBIMar - PROCESSO SEI Nº 154.00002719/2024-25. O Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 01/2024 - CEBIMar, do tipo menor preço, cujo objeto é **Contratação de serviço locação mensal de vaga seca e prestação de serviço de Marina, para abrigo e movimentação de embarcação**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 13/09/2024 a partir das 09h**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 07/10/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **“Portal de Compras do Governo Federal”** através do sitio **www.gov.br/compras.** O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 13/09/2024**, além da página do **gov.br**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes, http://www.cebimar.usp.br/pt/ e www.doe.sp.gov.br.**

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
CNPJ/ME nº 11.992.680/0001-93 - NIRE 35.300.379.560 - CVM nº 22497 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na forma da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e do seu Estatuto Social, a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Qualicorp” ou “Companhia”) convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia **3 de outubro de 2024, às 9 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings* (“Plataforma Eletrônica”), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia (“AGE”): *Deliberar sobre a outorga, pela Companhia, de exoneração de responsabilidade e quitação ao Sr. José Seripieri Filho, na qualidade de antigo administrador e acionista relevante da Qualicorp (“Fundador”), nos termos e para os fins do “Instrumento de Cooperação” celebrado entre a Companhia e o Fundador em 28 de outubro de 2021 (“Instrumento de Cooperação”), no contexto da potencial celebração de acordo de leniência entre a Companhia e as autoridades competentes, conforme descrito na Proposta da Administração (“Acordo de Leniência”), sob a condição suspensiva de que o Fundador cumpra integralmente com a obrigação de repartição de custos assumida nos termos do Instrumento de Cooperação, compreendendo o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da obrigação pecuniária a ser assumida pela Companhia no âmbito do Acordo de Leniência.* **Informações Gerais:** A Companhia informa que se encontra à disposição dos acionistas, em sua sede e no seu site de Relações com Investidores (ri.qualicorp.com.br), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), o “*Manual para a Participação de Acionistas e Proposta da Administração*” (“Manual”), contendo **(i)** instruções detalhadas para a participação dos acionistas na AGE virtualmente, por meio da Plataforma Eletrônica; e **(ii)** todas as informações e os documentos necessários para o exercício do direito de voto pelos acionistas na AGE. Sem prejuízo às instruções, às regras e aos procedimentos detalhados no Manual, para participar da AGE, o acionista deverá acessar o ambiente virtual da Plataforma Eletrônica, por meio do endereço https://assembleia.ten.com.br/800144742, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários à sua habilitação para participar e votar na AGE, conforme descritos abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da AGE (ou seja, até o dia 1º de outubro de 2024) (“Cadastro”): **(i)** Pessoa Física: Documento de identidade com foto do acionista, sendo aceitos RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas; **(ii)** Pessoas Jurídicas: Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais; **(iii)** Fundos de Investimento: Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também a política de voto do fundo ou documento equivalente); último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo; demais documentos societários que comprovem a representação legal do administrador ou gestor, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Caso o acionista deseje participar da AGE por meio de procurador, além de apresentar a documentação prevista acima, deverá apresentar também a cópia da procuração outorgada e os documentos que comprovem a identidade e o poder de representação do procurador. As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. A Companhia dispensará a tradução juramentada de procurações que tenham sido originalmente lavradas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. O acionista, procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de seu Cadastro e será responsável por providenciar, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O acesso à Plataforma Eletrônica no momento da AGE deverá ser realizado pelo acionista por meio do seu login e senha individual. Para acessar a Plataforma Eletrônica, são necessários: **(i)** computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e **(ii)** conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Eletrônica. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Eletrônica. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail ri@qualicorp.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a AGE, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Eletrônica para participar e, conforme o caso, votar na AGE. Os acionistas que participarem da AGE via Plataforma Eletrônica, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, III, da Resolução CVM nº 81/22.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

Eldorado Brasil

Eldorado Brasil Celulose S.A.
CNPJ/MF nº 07.401.436/0002-12 - NIRE 35.300.444.728
Companhia Aberta - Categoria B

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Às 15:00 horas do dia 08 de agosto de 2024, na sede social da Eldorado Brasil Celulose S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Bloco II, Subsolo, Sala 18, Vila Jaguara, CEP 05118-100 (“Companhia” ou “Eldorado”). **2. Convocação e Presenças:** Convocação realizada nos termos do Artigo 12, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, por meio do *Diligent Boards* (portal de governança da Companhia), bem como via *e-mail* enviado a todos os membros do Conselho de Administração no dia 29 de julho de 2024, tendo sido, portanto, conferida ciência inequívoca da realização da presente reunião do Conselho de Administração da Companhia (“Reunião”). Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que parte dos membros do Conselho de Administração da Companhia participou por meio digital (videoconferência - via sistema *Zoom),* conforme facultado pelo Artigo 12, Parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia. Participaram, ainda, os Srs. Carmine De Siervi, Diretor Presidente; Fernando Storchi, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Antonio Carlos Macedo, Gerente Gerai de Controladoria da Companhia; e Euclydes Paula Santos Neto, Gerente de Contabilidade; e as Sras. Fabiana Lia de Blasiis e Micheile Shenshin Liang e o Sr. Arthur Gersioni, advogados integrantes do departamento jurídico da Companhia, bem como Sr. Otávio Yazbek e Sra. Rafaela Lacaz, advogados e assessores jurídicos do Conselho de Administração da Companhia. Também foram convidados a participar da Reunião a Sra. Leslie Nares e os Srs. Marcelo Ramos e Mario Neto, representantes da firma de auditoria independente da Companhia, KPMG Auditores Independentes (“KPMG”). **3. Mesa:** Verificado o quórum necessário à instalação da Reunião, a Mesa foi composta pelos Srs. Aguinaldo Gomes Ramos Filho, Presidente da Mesa, e Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves, Secretário da Mesa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as informações financeiras trimestrais referentes ao período de 3 (três) meses findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes (“ITR2T/24”). **5. Deliberações:** O Sr. Presidente declarou regularmente instalada a Reunião e os membros do Conselho de Administração presentes declararam que receberam previamente o material objeto da Ordem do Dia por meio do *Diligent Boards.* Passou-se, então, às deliberações. 5.1. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia realizou apresentação sobre os resultados da Eldorado no trimestre encerrado em 30 de junho de 2024 e os conselheiros endereçaram suas dúvidas sobre o ITR2T/24 à administração da Companhia, que foram todas respondidas. Na sequência, a KPMG realizou apresentação sobre os trabalhos por ela realizados referentes ao ITR2T/2024, bem como prestou todos os esclarecimentos solicitados pelos membros do Conselho de Administração. Após finalizados os debates, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram o ITR2T/24, por maioria e sem ressalvas, com voto contrário dos conselheiros Srs. Mauro Eduardo Guizeline, João Adalberto Elek Júnior e Raul Rosenthal Ladeira de Matos. **6. Manifestações:** Os membros do Conselho de Administração apresentaram manifestações de voto por escrito, que foram recebidas pela Mesa, anexadas à presente ata e arquivadas na sede da Companhia. **7. Ata em Forma de Sumário:** Foi aprovado, por unanimidade dos membros do Conselho de Administração, que a ata desta Reunião fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. **8. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou sobre os itens desta ata, a presente ata foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **9. Conselheiros Presentes:** Srs. Aguinaldo Gomes Ramos Filho, Sérgio Longo, Francisco de Assis e Silva, Mareio Antônio Teixeira Linares, Raul Rosenthal Ladeira de Matos, João Adalberto Elek Júnior e Mauro Eduardo Guizeline. “Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.” São Paulo, 08 de agosto de 2024. **Luiz Henrique de Carvalho Vieira Carvalho -** Secretário. **JUCESP** nº 327.630/24-3 em 02/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	0,1	5,9	-4,1	2,2	-1,2	3,1	-0,6	2,4	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,9	2,0	-2,3	2,4	-1,5	2,5	0,2	1,6	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,0	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,6	-0,9	0,9	0,8	0,2	0,7	3,7	-2,3	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,1	2,5	-0,8	0,6	1,8	-1,5	2,2	0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,2	1,7	-0,5	0,2	0,3	-0,4	0,4	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,2	0,0	0,1	0,3	0,4	0,6	0,1	0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	**jul/24**	**2024**	**2023**	**12 meses**	**ago/24**	**jul/24**	**dez/23**	**ago/23**
IBGE									
IPCA	-0,02	0,38	2,85	4,62	4,24	6.966,50	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-0,14	0,26	2,80	3,71	3,71	7.149,55	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	0,12	0,83	2,07	-3,30	4,23	1.128,41	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	0,20	0,32	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	0,11	0,93	1,54	-5,92	4,11	1.314,28	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	0,30	0,72	2,48	-11,34	4,94	1.829,58	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	0,04	1,01	1,19	-3,77	3,80	1.107,61	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-0,16	0,54	2,85	3,55	4,18	754,55	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	0,70	0,72	4,27	3,49	5,23	1.134,78	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	0,18	0,06	2,12	3,15	3,56	689,58	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia set/24 0,18% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana set/24 0,13%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de julho*

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita total	**1.546,9**	**1.423,8**	**8,64**	**221,5**	**202,3**	**9,49**
Receita Adm. Pela RFB**	1.002,0	896,8	11,73	144,4	125,0	15,51
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	354,6	339,7	4,37	50,9	49,6	2,75
Receitas Não Adm. Pela RFB	190,3	187,3	1,56	26,2	27,8	-5,80
Transferências a Estados e Municípios	**298,2**	**274,8**	**8,52**	**37,9**	**34,7**	**9,31**
Receita líquida total	**1.248,6**	**1.149,0**	**8,67**	**183,5**	**167,6**	**9,53**
Despesa Total	**1.325,9**	**1.230,5**	**7,75**	**192,8**	**205,1**	**-5,99**
Benefícios Precidenciários	577,2	558,3	3,39	73,4	94,6	-22,42
Pessoal e Encargos Sociais	212,0	208,9	1,47	36,6	36,8	-0,50
Outras Despesas Obrigatórias	223,7	190,0	17,71	30,6	31,0	-1,13
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	313,0	273,3	14,54	52,2	42,8	22,10
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-77,3**	**-81,5**	**-5,17**	**-9,3**	**-37,5**	**-75,27**

Discriminação	jul/24 Valor	jul/24 Var. %	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	jul/23 Valor	jul/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,7	81,20	-0,4	450,94	1,4	-
Discrepância estatística	1,4	-	-1,0	-	2,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-8,6**	**-78,64**	**-40,3**	**-34,02**	**-33,9**	**-30,21**
Juros Noniminais	**-72,8**	**-16,10**	**-86,7**	**29,56**	**-38,7**	**11,11**
Result. Nominal do Gov. Central	**-81,4**	**-35,96**	**-127,1**	**-0,79**	**-72,7**	**-12,96**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Marçal e os equilibristas da política nacional

Andrea Jubé

A disputa acirrada — e prematura — pela presidência da Câmara dos Deputados jogou luz sobre dois habilidosos caciques da política nacional: o secretário da Casa Civil de São Paulo e presidente do PSD, Gilberto Kassab, e o senador pelo Piauí e presidente do Progressistas (PP), Ciro Nogueira.

São dois equilibristas avançando na ponta dos pés sobre a corda bamba que traz o governo em uma ponta, e a oposição na outra. Eles evocam a imagem do acrobata Phelippe Petit, que em 1974, caminhou sobre um cabo de aço de 42 metros, ligando as torres norte e sul do World Trade Center — décadas antes dos terroristas derrubarem os arranha-céus de 140 andares.

Mas a principal diferença entre Nogueira, Kassab e Petit é que os dois políticos jamais cruzariam o abismo sem uma rede de proteção. Já o francês desafiou a gravidade recorrendo, unicamente, a um bastão para se equilibrar.

Numa conjuntura em que o fenômeno Pablo Marçal voltou a desafiar a política tradicional, com estilo agressivo, recordes de engajamentos e discurso fabricado para atrair o "povo prascóvio", citado por Riobaldo, Nogueira e Kassab demonstram que, no jogo do poder, há espaço para os políticos ladinos, daqueles que ainda conseguem tirar as meias sem descalçar os sapatos.

Ciro Nogueira é o artífice da candidatura do líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), à sucessão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Jovem, 35 anos, com trânsito fluente do baixo clero à cúpula, com fama de cumpridor de acordos, Motta entrou no jogo com a missão de construir um consenso em torno de seu nome. Missão na qual o vice-presidente da Casa e presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), não foi bem sucedido, e por isso, saiu do páreo.

Nogueira, Motta e Pereira não imaginavam, contudo, que o PSD de Kassab e o União Brasil de Elmar Nascimento (BA) fariam uma aliança para sustentar as respectivas candidaturas por mais tempo. Lira e Nogueira atuam, intensamente, nos bastidores e esperam alcançar essa unanimidade em torno do nome de Motta depois das eleições, quando os ânimos serenarem.

Não é briga para amadores. Nogueira e Kassab destacam-se entre outras lideranças do Centrão por navegarem nas águas turbulentas da política com um pé em cada canoa.

Se for bem sucedido na estratégia, e conseguir a desistência do PSD e do União Brasil na disputa pelo lugar de Lira, Ciro Nogueira vai se projetar como a liderança da oposição que controla um ministério no governo Lula — ele é padrinho político do ministro do Esporte, André Fufuca (PP-MA) —, e ainda poderá eleger o presidente da Câmara com a benção do Palácio do Planalto.

Seria um golpe de mestre. Isso porque, publicamente, Nogueira veste o figurino de opositor radical da gestão Lula e de aliado incondicional do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Sem alarde, contudo, o senador do Piauí que foi aliado no passado de gestões petistas, mantém boa interlocução com auxiliares de Lula no palácio. Um deles disse à coluna que se todos os representantes da oposição fossem como Nogueira, seria mais fácil governar.

Da mesma forma, Kassab mantém a aliança local com o governador paulista Tarcísio de Freitas, enquanto o PSD comanda três ministérios na gestão Lula: Minas e Energia, Agricultura e Pesca. Mas em contraponto a Nogueira, Kassab articula com discrição. Pratica a neutralidade que pregou desde a fundação do PSD, em 2011, ao anunciar que não seria um partido "de direita, nem de esquerda nem de centro".

O cientista político Cláudio Couto, professor da FGV/Eaesp, vê, na atual conjuntura eleitoral, uma coexistência entre as forças do Centrão e da extrema direita, rachada entre Pablo Marçal e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ele identifica Marçal avançando sobre territórios em relação aos quais Bolsonaro achava que detinha o monopólio, mas não sobre o Centrão. "Marçal mostrou que o espaço do [governador] Tarcísio não estava garantido como sucessor de Bolsonaro, e que o ex-presidente não é mais o principal líder da extrema direita", observou.

Couto não visualiza, contudo, uma nova onda de "outsiders" personificada em Marçal, como aquela que caracterizou as eleições municipais de 2016. Naquele ano, chamou a atenção a vitória de dois quadros estranhos à política em capitais estratégicas, como o empresário João Doria, então no PSDB, em São Paulo, e Alexandre Kalil, presidente do Atlético Mineiro, que concorreu pelo nanico PHS, em Belo Horizonte.

Analisando o efeito Marçal em São Paulo, Couto diz que "já não se trata mais tanto de 'outsiders', mas, sim, de se ter um voto de direita radical consolidado no país, com uma parcela significativa do eleitoral".

Ele acrescentou um terceiro fator ao "efeito Marçal", que excede o terreno da extrema direita. "O Marçal faz um discurso sobre alcançar a prosperidade pelo trabalho, que tem muito apelo para uma parcela da sociedade que quer vencer pela sua capacidade", observou. "É o jovem que trabalha, os filhos da 'uberização', daí o voto jovem no Marçal", completou.

Na Bienal do Livro, um jovem declarou ao **Valor** que gostava de Marçal por causa da "muvuca". Na política tradicional, Kassab e Nogueira não dão ponto sem nó. No passado, Phelippe Petit declarou que se lhe dessem três laranjas, ele faria acrobacia com elas. Em resumo, cada um joga com as cartas que tem à mão.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Congresso Todos os destaques da oposição foram rejeitados; proposta seguiu para a sanção

Câmara conclui a votação do PL que estende desoneração

MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 10/7/2024

Lira: em encontro na tarde de quarta-feira, com Fernando Haddad e líderes partidários, o presidente da Câmara selou acordo que viabilizou a votação

Marcelo Ribeiro e Flávia Maia
De Brasília

A Câmara dos Deputados concluiu na quinta-feira (12) a aprovação do projeto de lei que viabiliza a manutenção da desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios, além de estabelecer medidas de compensação para o sistema. A proposta prevê a reoneração gradual desses segmentos e das cidades a partir de 2025. Todos os destaques apresentados pela oposição, com sugestões de mudança, foram rejeitados. Com a conclusão da apreciação, a proposição foi encaminhada para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na madrugada de quinta-feira, os parlamentares já haviam aprovado o texto-base do projeto e derrubado os destaques — propostas de modificação do texto principal. A conclusão da votação ficou para a manhã seguinte, quando a Casa aprovou a redação final da matéria.

A análise do texto começou no último dia do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que governo e Congresso formalizassem um acordo para a manutenção do programa de desoneração. Em abril, a Corte chegou a determinar o fim da medida, mas depois decidiu conceder um período para que ajustes na legislação fossem construídos.

Na noite de quarta-feira, pouco antes do fim desse período, o governo pediu à Corte mais três dias "unicamente para finalização do trâmite legislativo".

A solicitação foi atendida pelo ministro Cristiano Zanin, relator do processo. Com isso, a expectativa era que Lula sancionasse a medida ainda na quinta-feira. Até o fechamento desta edição, no entanto, o texto ainda não havia sido publicado no "Diário Oficial da União" (DOU).

Horas antes da votação, ainda na quarta-feira, um encontro entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários selou o acordo que viabilizou a análise do tema.

Ficou decidido que haveria um ajuste redacional para que valores esquecidos em instituições financeiras — cerca de R$ 8,6 bilhões — passem a ter apenas efeito contábil e não entrem no cálculo do resultado primário.

O acordo serviu para atender ao Banco Central (BC), que, um dia antes da apreciação, encaminhou aos parlamentares uma nota relatando preocupação sobre uma eventual apropriação desse montante como parte da compensação para a desoneração. Na avaliação da autoridade monetária, essa incorporação estaria em desacordo com sua metodologia estatística, indo de encontro às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e ao entendimento recente do STF sobre a matéria.

A sessão de quarta foi encerrada justamente quando os parlamentares apreciavam essa emenda de redação. Na quinta-feira, o trecho foi aprovado, com apoio de 231 deputados; 54 parlamentares votaram contra, 53 obstruíram e um se absteve. A oposição tentou obstruir a sessão, mas os requerimentos que buscavam adiar a votação foram rejeitados pela maioria dos parlamentares.

Em uma mudança de última hora, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) abriu mão da relatoria, que acabou ficando com o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE).

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Juntos, os 17 setores da economia beneficiados pela desoneração geram cerca de 9 milhões de empregos.

A partir do projeto de lei, proposto pela equipe econômica após acordo com o Congresso Nacional, a cobrança sobre salários voltará a ser feita de forma progressiva a partir do ano que vem. Passará a ser de 5% em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027; e 20% em 2028.

Entre as medidas de compensação aprovadas no projeto, haverá uma espécie de Desenrola para a renegociação das multas cobradas pelas agências reguladoras.

Será criado ainda o Programa Regime Especial de Regularização Cambial Tributária, que permitirá ao contribuinte declarar de forma voluntária recursos, bens ou direitos de origem lícita não declarados ou declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, mantidos no Brasil ou no exterior, ou repatriados por residentes ou domiciliados no Brasil. Sobre o montante declarado, será cobrada da alíquota de 15% de Imposto de Renda a título de ganho de capital.

Além disso, pessoas físicas residentes no país poderão atualizar o valor dos bens imóveis já informado à Receita Federal para o valor de mercado e tributar a diferença com uma alíquota de 4% do imposto de renda. Enquanto isso, as empresas poderão atualizar o valor dos bens imóveis constantes no ativo permanente de seu balanço patrimonial e tributar com uma alíquota de 6% do imposto de renda da pessoa jurídica e de 4% da contribuição social sobre o lucro líquido.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto foi vetado pelo presidente Lula, mas o veto foi derrubado pelo Congresso, desencadeando a série de movimentos que foi parar no Supremo Tribunal Federal.

PF indicia Janones por suspeita de 'rachadinha'

Flávia Maia
De Brasília

A Polícia Federal indiciou o deputado federal André Janones (Avante-MG) pelo crime de "rachadinha" — prática em que o parlamentar solicita a devolução de parte da remuneração dos seus assessores. De acordo com a corporação, Janones é "o eixo central em torno do qual toda a engrenagem criminosa gira" e participou de todas as etapas do crime "desde o início até o desfecho".

O relatório com as conclusões da Polícia Federal foi anexado aos autos do inquérito que investiga o parlamentar no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Luiz Fux. Para a PF, Janones praticou os crimes de corrupção passiva, peculato e associação criminosa.

Janones passou a ser investigado depois da divulgação pela imprensa de uma mensagem de áudio em que o deputado fala a assessores que eles teriam que devolver uma quantia do salário recebido na Câmara dos Deputados para que ele pudesse abater um prejuízo na campanha eleitoral de 2016.

Segundo a PF, há elementos contundentes da prática criminosa, sobretudo nos áudios com falas do deputado e do assessor a respeito da devolução salarial. "A equipe investigativa se deparou com indícios da perpetração da tipologia de 'rachadinha' mais comum: saques em espécie após o crédito salarial", disse o relatório.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 5/6/2024

André Janones nega irregularidades

Em fevereiro, o ministro Luiz Fux autorizou a quebra do sigilo bancário e fiscal do deputado federal a pedido da PF. Segundo o relatório, os dados fiscais "não deixam dúvidas no que concerne ao exaurimento do crime de corrupção passiva". Por meio deles, a equipe investigativa se deparou com uma variação patrimonial desproporcional do deputado.

"Os dados fiscais também não deixam dúvidas no que concerne ao exaurimento do crime de corrupção passiva. Por meio deles, a equipe investigativa se deparou com uma variação patrimonial 'a descoberto' do parlamentar, nos anos de 2019 e 2020, respectivamente de R$ 64.414,12 e R$ 86.118,06", afirmou o relatório.

Janones teve um processo contra ele arquivado em junho deste ano no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. A maioria dos deputados acatou o parecer do relator do processo, Guilherme Boulos (Psol), hoje candidato à Prefeitura de São Paulo. Boulos não se manifestou sobre o mérito do caso (se Janones recebeu ou não parte dos salários de assessores). Defendeu em seu parecer que o conselho não poderia se manifestar sobre um episódio ocorrido antes do atual mandato do parlamentar.

O **Valor** tentou contato com Janones, mas não obteve retorno. Quando o inquérito foi aberto no ano passado, ele negou ter cometido as irregularidades.

Eleições Prefeito cresce 5 pontos em uma semana e atinge 27%

Nunes e Boulos se distanciam de Marçal, aponta Datafolha

Cristiane Agostine
De São Paulo

A pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (12) mostra o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), com 27% das intenções de voto, seguido pelo deputado federal Guilherme Boulos (Psol), com 25%, e o influenciador Pablo Marçal (PRTB) com 19%.

Na rodada anterior do levantamento, divulgada no dia 5, havia um triplo empate técnico entre Nunes, Boulos e Marçal, com a liderança numérica do candidato do Psol. Agora, o prefeito está à frente e empatado tecnicamente apenas com o candidato do Psol. Já Boulos está empatado com Marçal no limite da margem de erro da pesquisa, de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Distante dos líderes da pesquisa, estão a deputada federal Tabata Amaral (PSB) com 8% e o apresentador José Luiz Datena (PSDB) com 6%. Marina Helena (Novo) tem 3%. Beto Haddad (DC) e Ricardo Senese (UP) têm 1% cada. Os demais não pontuaram. Votos em branco e nulos somam 7% e indecisos, 4%.

A pesquisa mostra um cenário favorável para Nunes tanto no primeiro turno quanto em um eventual segundo turno, quando venceria Boulos e Marçal.

No comando da máquina municipal, com o apoio da máquina estadual, por meio do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e com 65% do tempo da propaganda eleitoral, Nunes cresceu oito pontos desde o início da campanha, em 16 de agosto. O prefeito tinha 19% na pesquisa feita entre 20 e 21 de agosto, passou para 22% na semana passada e agora, 27%. Boulos foi de 23% para 25% em uma semana. Marçal oscilou negativamente de 22% para 19%.

Em um eventual segundo turno, Nunes venceria Marçal por 59% a 27%, uma diferença maior do que a registrada na semana passada, de 53% do prefeito e 31% do influenciador. Se a disputa fosse entre Nunes e Boulos, o prefeito ganharia por 53% a 38% — na semana passada, 49% a 37%.

Já em uma disputa entre Boulos e Marçal, o candidato do Psol venceria por 47% a 38%. Na pesquisa anterior, Boulos tinha 45% e Marçal, 39% no segundo turno.

Além de oscilar negativamente, Marçal viu sua rejeição aumentar de 38% para 44% em uma semana. O postulante tem a maior rejeição entre os candidatos. Boulos é rejeitado por 37% e Nunes, por 21%.

A pesquisa mostra que Nunes conseguiu ampliar suas intenções de voto entre bolsonaristas, que votaram no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e em Tarcísio em 2022, depois de uma série de atividades de campanha conjuntas entre o prefeito e o governador. Ao mesmo tempo, Marçal perdeu espaço sobre esse eleitorado.

Entre os eleitores de Tarcísio, o prefeito cresceu de 30% para 42%, em uma semana. Já Marçal passou de 45% para 36% entre esses eleitores. Em relação a quem votou no segundo turno de 2022 em Bolsonaro, Nunes foi de 31% para 39%. Marçal oscilou de 48% para 42%.

O prefeito tem feito acenos aos bolsonaristas e foi ao ato de 7 de setembro na avenida Paulista, apesar de ter tido uma participação discreta. O governador redobrou a aposta em Nunes e tem participado da propaganda eleitoral. Bolsonaro foi o responsável por escolher o vice de Nunes, Mello Araújo (PL), mas ainda não participou da campanha na capital paulista.

Apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Boulos tem 48% das intenções de voto dos eleitores do petista. O prefeito, no entanto, registra 19% das intenções de voto de lulistas, mesmo após a participação de Lula em eventos de Boulos e da exibição do petista na propaganda do candidato do Psol.

Boulos aposta em seu crescimento entre os mais pobres para participar de um eventual segundo turno, mas o prefeito ainda tem mais intenção de voto entre aqueles com renda até dois salários mínimos. Nessa fatia, Nunes tem 27%, Boulos, 21% e Marçal, 13%. Nesse recorte, a margem de erro é de 5 pontos percentuais.

Entre os eleitores com renda de dois a cinco salários mínimos, Nunes tem 28%, Boulos, 25% e Marçal, 23%. Já entre os mais ricos, Boulos registra 34%. O prefeito tem 23% e o candidato do PRTB, 21%.

Com o início da propaganda eleitoral, Nunes viu a avaliação de seu governo melhorar: 31% consideram a gestão como ótima ou boa (eram 26% na pesquisa passada); 45% acham que é regular (eram 46%) e 21% avaliam como ruim ou péssima (eram 24%).

A pesquisa foi contratada pelo jornal "Folha de S.Paulo" e registrada na Justiça Eleitoral sob o código SP-07978/2024. Foram ouvidos 1.204 eleitores na terça-feira (10) e na quarta-feira (11).

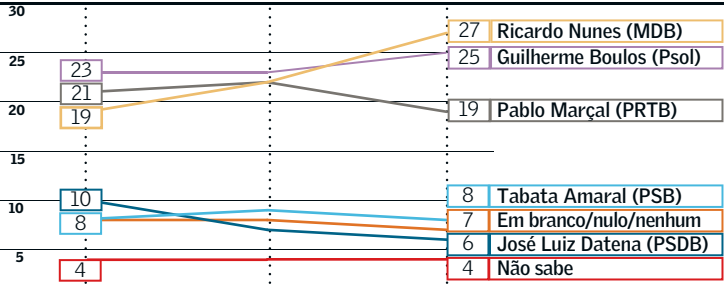
EDILSON DANTAS/O GLOBO — 8/8/2024

Nunes ganharia com folga de seus rivais no 2º turno

EDILSON DANTAS/O GLOBO — 8/8/2024

Boulos cresceu dois pontos percentuais e atingiu 25%

São Paulo

Pesquisa Datafolha de intenção de votos - em %

	20-21/ago	3-4/set	10-11/set
Marina Helena (Novo)	4	3	**3**
Bebeto Haddad (DC)	1	1	**1**
João Pimenta (PCO)	0	1	**0**
Ricardo Senese (UP)	1	0	**0**
Altino Prazeres (PSTU)	0	0	**0**

Segundo turno
Cenário 1

	20-21/ago	3-4/set	10-11/set
Ricardo Nunes (MDB)	47	49	**53**
Guilherme Boulos (Psol)	38	37	**38**
Em branco/nulo/não votariam	13	11	**8**
Não sabem	2	2	**1**

Segundo turno
Cenário 2

	20-21/ago		10-11/set
Ricardo Nunes (MDB)	53		**59**
Pablo Marçal (PTRB)	31		**27**
Em branco/nuio/não votariam	15		**13**
Não sabem	2		**1**

Segundo turno
Cenário 3

	20-21/ago		10-11/set
Guilherme Boulos (Psol)	45		**47**
Pablo Marçal (PRTB)	39		**38**
Em branco/nulo/não votariam	12		**14**
Não sabem	3		**2**

Fonte: Folha e Datafolha. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos. Nível de confiança: 95%. 1.204 entrevistas (20-21/8 e 3-4/9, 10-11/9). Registros no TSE: SP-08344/2024 (20-21/8), SP-03608/2024 (3-4/9) e SP-07978/2024 (10-11/9). * Candidatura foi indeferida pela Justiça Eleitoral

Eleições Prefeito quer criar grupo de elite na Guarda Municipal e jura por 'Momo' que cumpre mandato

Paes fala em 'politização' da polícia e diz que nomeações para segurança viraram 'varejão'

Fabio Couto e Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), voltou à carga com o tema da segurança pública na sabatina do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, na quinta-feira (12), assim como fez na véspera o seu principal oponente, Alexandre Ramagem (PL). O assunto domina o debate eleitoral para a prefeitura da cidade e foi usado por Paes para criticar o governador do Estado, Cláudio Castro (PL), com quem vive um embate desde o início da campanha, e também o postulante bolsonarista ao Palácio da Cidade.

Paes fez duras críticas a Castro, afirmando que o governador promoveu uma "absurda politização" das forças de segurança ao lotear politicamente o comando das Polícias Civil e Militar. Definindo como "incompetente" a gestão de Castro, o prefeito disse que as nomeações para os cargos de chefia no combate à violência não se dão por questões técnicas, mas sim pelo que chamou de "varejão" da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

"Os delegados que comandam delegacias, os comandantes de batalhão... virou um 'varejão' na disputa de nomeações na base de governo na Assembleia Legislativa. Outro dia recebi informações que no Segurança Presente [parceria com o setor privado para policiamento em áreas da cidade], se você arrumar quem pague o investimento, você tem direito a escolher os policiais militares que vão participar [do programa]. É muito ruim, e a gente vê as consequências disso no nosso dia a dia", disse.

Ele continuou, fazendo menção à mudança recente na Secretaria de Polícia Civil, que substituiu no cargo Marcus Amim, indicado pelo presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União Brasil), por Felipe Curi. "Repare, onde é que ele [Amim] foi nomeado? Chefe de segurança da Assembleia Legislativa do Rio."

MÁRCIA FOLETTO/AGÊNCIA O GLOBO

Eduardo Paes, candidato à reeleição: classificou como 'estelionato eleitoral' Alexandre Ramagem dizer que vai resolver o problema da segurança no Rio

Sobre a afirmação de Paes, Bacellar disse em nota: "A Alerj, que conta com aliados do prefeito trabalhando ao nosso lado, tem demonstrado a cada dia sua independência, refutando todas as insinuações sobre essa narrativa." Castro não respondeu à reportagem.

Ainda nas críticas ao chefe do Executivo fluminense, Paes "reprovou" a política de segurança pública do governador. Foi uma referência à fala de Ramagem, na sabatina de quarta-feira (11), que deu "nota 7" à gestão do atual ocupante do Palácio Guanabara. A intenção do prefeito é colar Castro no candidato bolsonarista para contaminá-lo com a baixa popularidade do governo estadual. Por essa linha, Paes acusou Ramagem de estar fazendo um "estelionato eleitoral": "Acredito que seja um estelionato eleitoral o candidato do governador vir dizer que, a partir da prefeitura, ele vai resolver o problema da segurança pública no Rio de Janeiro."

"Ao trazer um tema que diz respeito e é de responsabilidade de um sujeito que acabou de ser eleito governador e que faz a não-política de segurança pública mais incompetente que já vi na história do Rio, me obrigo a dizer que não vou permitir que se pratique estelionato eleitoral. Já chega de gente despreparada enganando a população", completou.

Embora o prefeito diga que a segurança pública não seja o foco da disputa municipal, esse foi o principal assunto da sabatina. Paes, contudo, afirmou que está sendo "obrigado" a tratar da questão: "Eu não queria nem estar aqui discutindo o governo do Estado e a segurança pública. Eu fui obrigado porque o candidato do governador trouxe esse tema para a eleição. Isso é um 'não-tema' nessa eleição."

"Não sou eu que estou dizendo que a segurança não é uma responsabilidade dos prefeitos. É a Constituição Federal que define esses instrumentos de combate à criminalidade. O ente da federação que tem menos relevância nisso é o município. É uma tarefa do governo estadual", afirmou também.

O prefeito, porém, falou de propostas próprias para reduzir a criminalidade no Rio. Ele defende a armar um grupo de elite da Guarda Municipal que seja "muito bem treinado, muito controlado, muito bem acompanhado por uma corregedoria". No entanto, admitiu que vê dificuldades de que essa medida passe pela Câmara Municipal.

Ainda que diga não querer discutir segurança, Paes o faz — não só na sabatina, mas também em propagandas na TV e no rádio, em que afirma que a violência vive uma crise que extrapola a capital e atinge toda a região metropolitana. Tal discurso, conforme o **Valor** mostrou em reportagens, é uma forma de o prefeito marcar posição numa eventual disputa ao Palácio Guanabara, em 2026.

Na sabatina, contudo, Paes voltou a prometer que vai terminar o mandato caso seja reeleito: "Jurei pelo Vasco e pela Portela, posso jurar até pelo Rei Momo."

No tema da mobilidade urbana, Paes disse que pretende, se reeleito, fazer uma nova licitação a partir do ano que vem das linhas municipais de ônibus urbanos, cujos contratos vencem entre 2026 e 2027.

O prefeito disse que planeja promover nos ônibus regulares a mesma "revolução" que fez no BRT, ao destacar que rompeu o contrato vigente e reestatizou o modal. Paes também ressaltou que a administração municipal passou a pagar subsídios às empresas de ônibus para diminuir o valor da tarifa de R$ 7 para R$ 4,30. Ele, no entanto, reconheceu que o sistema de linhas regulares não tem boa qualidade na prestação do serviço: "Colapsou", afirmou.

Sobre o BRT, Paes pretende trocar os ônibus articulados em dois corredores — Transcarioca, que vai do Aeroporto do Galeão à Barra da Tijuca, e Transoeste, da Barra a Santa Cruz, na zona Oeste — por veículos leves sobre trilhos (VLT). O prefeito, porém, disse que esse é um projeto de médio a "longuíssimo" prazos e que se daria por meio de um misto de parcerias público-privadas, recursos do Tesouro Nacional e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outras fontes. A conclusão das obras não seria antes do fim do novo mandato, em 2028.

Na saúde, Paes disse que só vai discutir a municipalização dos hospitais federais no Rio depois das eleições. O prefeito rebateu uma nota do Ministério da Saúde que dava como certo o repasse dos hospitais à gestão da cidade: "Quem tem que assumir sou eu. Não está certo ainda [a municipalização]. Nós conversamos, mas disse que temos que esperar o processo eleitoral", afirmou.

As sabatinas do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN são realizadas com os três candidatos mais bem colocados nas pesquisas. O primeiro entrevistado foi Alexandre Ramagem, na quarta-feira (11). Na sexta-feira (13), será a vez do deputado federal Tarcísio Motta (Psol).

Na semana que vem, entre os dias 16 e 20, serão entrevistados os candidatos à Prefeitura de São Paulo. A ordem dos sabatinados é Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (Psol), José Luiz Datena (PSDB), Tabata Amaral (PSB) e Pablo Marçal (PRTB).

valor.com.br

Veja o que é #Fato ou #Fake no site **https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/12/veja-o-que-fato-ou-fake-na-sabatina-de-eduardo-paes-para-o-globo-extra-valor-e-cbn.ghtml**

Planalto manterá distância de disputa na Câmara

Renan Truffi, Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Apesar da insistência do líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA), em tentar viabilizar sua candidatura à Presidência da Casa, o Palácio do Planalto decidiu que irá manter distância da disputa. Segundo interlocutores, foi essa a mensagem de "cautela" que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou para Nascimento no encontro que os dois tiveram na quarta-feira, a portas fechadas, no Palácio da Alvorada.

O **Valor** apurou que, nas conversas com o presidente, Nascimento deixou claro que vai levar sua candidatura até o fim e insistirá na formação de um bloco alternativo na Câmara com o apoio do PSD — que tem o deputado Antonio Brito (PSD-BA) como outro nome colocado para o pleito.

Os acenos de Nascimento para o governo começaram depois que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu deixar de patrociná-lo como possível sucessor e, em seu lugar, resolveu apoiar o líder do Republicanos na Câmara, Hugo Motta (PB), indicado pelo vice-presidente da Casa, Marcos Pereira (Republicanos-SP).

Preterido, o parlamentar baiano vem, desde então, buscando a gestão petista para tentar um acordo que envolveria outros partidos de centro. Foi esse o contexto que levou Nascimento a se reunir com Lula nessa semana.

Na conversa, inclusive, o deputado do União Brasil aproveitou para tentar colar a imagem de "oposicionista" em Hugo Motta. Isso porque, entre as legendas que já indicaram dar suporte ao candidato do Republicanos, estão partidos que estiveram ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na corrida presidencial de 2022. Motta também é um conhecido aliado do presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), que faz oposição aberta ao governo Lula.

Neste sentido, o líder do União deixou claro ao presidente da República que não tem disposição de ter o PL, partido de Bolsonaro, entre as siglas que o apoiarão na disputa. Com esse gesto, Nascimento quis fazer um aceno de aproximação com o Palácio do Planalto. Ele apontou, por fim, querer ter interlocução direta com o Executivo, tarefa que até então era intermediada por Lira.

Em resposta, Lula teria sinalizado, mais uma vez, que o governo preferiria um nome de consenso e, por isso, deve se manter distante das negociações. Nos bastidores, entretanto, uma ala do Palácio do Planalto diz enxergar o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) com uma "leve vantagem" sobre Elmar Nascimento.

O motivo, dizem essas fontes, é que Hugo Motta tem apostado na retórica de "união" entre os partidos do Centrão, enquanto o líder do União Brasil insiste em levar a divergência para o voto. Nesse sentido, alguns integrantes do governo dizem estar sentido que a proposta de Motta estaria surtindo mais efeito do que a do rival.

A "temperatura" sentida por essa ala do Planalto é proveniente das conversas que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), e sua equipe têm feito com ministros do governo e partidos que integram a base aliada petista. A "rodada de conversas" está sendo feita a pedido de Lula.

A suposta vantagem de Motta, porém, também não é unanimidade entre os petistas. Há um outro grupo na Esplanada que tem certa preferência por Elmar, ainda que a ordem seja não tomar partido, e gostaria de ver o nome do União Brasil prosperar na corrida pela eleição interna — como forma de o governo Lula se livrar de vez da turbulenta relação com Arthur Lira.

União não abrirá mão de candidatura, afirma Sabino

Isadora Peron e Andrea Jubé
De Brasília

O ministro do Turismo, Celso Sabino, afirmou ao **Valor** que o seu partido, União Brasil, não vai abrir mão da candidatura do deputado Elmar Nascimento (União-BA) à presidência da Câmara e que a ordem, até o dia 1º de fevereiro de 2025, é conversar com todas as legendas para tentar construir uma ampla aliança em torno do nome do parlamentar.

Sabino tornou-se personagem central na disputa pela sucessão de Arthur Lira (PP-AL). Foi na sua casa, na segunda-feira (9), que Elmar e Antonio Brito (PSD-BA) fecharam um acordo para continuar na disputa, a despeito das articulações de Lira para que o nome de consenso seja o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

"O presidente Lira está buscando construir um consenso. Antes, os candidatos eram Elmar, Brito e Marcos Pereira. O Marcos Pereira desistiu em nome do Hugo Motta. E agora os três, com o presidente Lira, estão tentando construir um consenso em torno de um nome. Isso vai ser até a véspera da eleição, é sempre assim. Às vezes tem um nome e, no dia da eleição, troca por outro. O Elmar e o Brito fizeram esse acordo, de que ninguém vai desistir até lá", afirmou.

Sabino afirmou que a candidatura de Nascimento é "de um de um conjunto de deputados, não é só do deputado Elmar". Ele destacou, contudo, que o deputado não vai negociar com o PL a questão da anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. O ministro disse que a posição do União sobre o assunto está clara, já que o partido votou contra dar início à análise do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta semana.

PF, MP e CGU investigam Prefeitura de Patos (PB)

Mariana Assis e Julia Lindner
De Brasília

A Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram, na quinta-feira (12), uma operação para combater possíveis crimes licitatórios e desvio de recursos públicos na obra de restauração da Alça Sudeste e da Avenida Manoel Mota, na cidade de Patos (PB).

Com valor inicial de R$ 5 milhões, a maior parte dos recursos (R$ 4,7 milhões) é oriunda de emendas parlamentares destinadas há quatro anos pelo deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), um dos principais cotados para a presidência da Câmara em 2025. A cidade tem como prefeito Nabor Wanderley (Republicanos), pai de Motta.

O prefeito e o deputado destacam que não são alvos de investigação. Em nota, a prefeitura frisou que o contrato em questão foi assinado pela gestão anterior.

Apesar disso, Wanderley assinou a ordem de serviço para o início da obra e, na ocasião, em dezembro de 2021, enalteceu o papel do filho para viabilizá-la. Segundo ele, "os recursos foram empenhados pelo deputado federal Hugo Motta" e a obra ocorreu "graças ao empenho do deputado". Nas redes sociais, Motta destacou, em janeiro deste ano, que a obra é "fruto do nosso trabalho em Brasília".

Segundo relatório de auditoria da CGU, "foram identificados indícios de conluio entre licitantes, cláusulas restritivas de concorrência no edital, superfaturamento em aditivos contratuais e manipulação de planilhas".

Os agentes cumpriram dois mandados de busca e apreensão expedidos pela 14ª Vara Federal em Patos (PB). Também houve o sequestro de bens móveis e imóveis pertencentes aos investigados, no valor de R$ 269.108,21, relacionados ao superfaturamento identificado pela CGU.

De acordo com a PF, se for comprovada a autoria e materialidade, os envolvidos podem responder por crimes como frustração do caráter competitivo, pagamento irregular em contrato administrativo, peculato, crimes tributários e lavagem de capitais.

O contrato da obra de restauração da Alça Sudeste e da Avenida Manoel Mota foi celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Caixa Econômica Federal, e a Prefeitura de Patos em dezembro de 2020 e vai até dezembro de 2024.

Em nota, a prefeitura de Patos destaca que "tem colaborado de forma plena com as investigações, tendo fornecido todos os documentos e informações solicitados relacionados ao contrato celebrado em 2020", diz a nota.

"A administração municipal permanece disponível para esclarecer eventuais dúvidas e fornecer explicações adicionais que possam contribuir para a elucidação dos fatos", acrescenta a administração do município.

Nabor Wanderley é candidato à reeleição no pleito de outubro.

Cenário Pesquisas das câmaras de comércio dos EUA e da UE apontam desânimo com queda nos lucros e tensão geopolítica

Empresas dos EUA e da Europa cortam investimentos na China

Yoko Kubota e Liza Lin
Dow Jones, de Pequim

Muitas empresas globais estão rebaixando a China em suas listas de destino de investimentos e consolidando suas operações no país, citando o crescimento mais lento e a redução dos lucros.

A tendência desanimadora para os investimentos é o foco de dois relatórios divulgados esta semana pela Câmara de Comércio da União Europeia na China e a Câmara de Comércio dos Estados Unidos em Xangai.

"O risco de fazer negócios na China aumentou nos últimos anos e ao mesmo tempo o mercado está desacelerando", diz Eric Zheng, presidente da AmCham Xangai.

Uma pesquisa da Câmara de Comércio dos Estados Unidos constatou que a porcentagem dos entrevistados que classificam a China como principal destino dos investimentos de suas sedes caiu ao menor nível desde que essa pesquisa anual começou a ser feita há 25 anos.

A China já se deu conta disso. Em agosto, o governo da cidade de Xangai disse que um de seus desafios econômicos mais urgentes é o esvaziamento da "cadeia de frutas" — uma referência à decisão da Apple de transferir a produção de alguns produtos eletrônicos para países como Índia e Vietnã.

Impulsionando essas decisões está uma crise econômica prolongada, a intensificação da concorrência local, as tensões geopolíticas e o surgimento de destinos de produção alternativos na Ásia. As câmaras do comércio afirmam também que as margens de lucro na China não superam mais as de outros mercados.

No mês passado, o Walmart vendeu uma participação de oito anos que mantinha em uma das principais plataformas de e-commerce da China por US$ 3,6 bilhões e a IBM fechou institutos de pesquisa na China, afetando mais de 1.000 empregos.

As montadoras também estão reduzindo seus investimentos na China porque as companhias chinesas agora detêm quase três quintos do mercado de carros de passageiros. Neste terceiro trimestre a maioria dos automóveis novos vendidos passaram a ser elétricos ou híbridos plug-in, em vez de veículos movidos puramente a gasolina, nos quais as montadoras estrangeiras há muito detêm uma vantagem.

Recentemente, a Honda Motor do Japão suspendeu a produção em três fábricas na China e reduziu o número de funcionários por meio de planos de aposentadoria voluntária. As vendas unitárias da Honda na China caíram 32%, para 209 mil, no trimestre abril-junho, comparado ao mesmo período do ano passado.

Em 2023, os investimentos estrangeiros na China caíram 8% em relação ao ano anterior, em termos de yuans. Segundo números da Organização das Nações Unidas (ONU), a Indonésia, com uma população bem menor do que a da China, está atraindo mais dos chamados investimentos verdes em que novas instalações são construídas do zero.

Certamente a maioria das empresas não está abandonando a China. A maior parte está tentando manter as operações existentes, com algumas afirmando que acompanhar a tecnologia chinesa as ajuda a aprimorar sua vantagem competitiva. O Walmart está aumentando o número de suas lojas Sam's Club no país.

> "O risco de fazer negócios aumentou e o mercado chinês está desacelerando"
> *Eric Zheng*

Em uma pesquisa anual da Câmara do Comércio dos EUA conduzida em maio, 15% dos participantes disseram que a China é seu principal destino de investimentos. Durante anos esse percentual foi de 20% dos participantes.

Em outra pesquisa, cerca de 20% dos 306 participantes consultados pela câmara americana em Xangai disseram que vão reduzir os investimentos na China este ano, citando preocupações com o crescimento da economia e as decisões de redirecionar investimentos para lugares como a Índia e o Vietnã.

Em meados de agosto, o Ministério do Comércio da China convocou uma reunião com empresas estrangeiras que estão fazendo grandes investimentos no país e prometeu eliminar em tempo hábil os obstáculos financeiros e burocráticos que elas enfrentam. Entre os participantes estavam representantes da fabricante dinamarquesa de brinquedos Lego e da companhia farmacêutica Moderna.

A agência de planejamento econômico de Xangai disse no mês passado que o declínio nos investimentos estrangeiros em Xangai se deve em parte ao fato de empresas multinacionais como fornecedoras da Apple estarem transferindo capacidade de produção para fora do país, segundo o "The Paper", um meio de comunicação apoiado pelo governo de Xangai. Muitos fornecedores da Apple, como a montadora de produtos eletrônicos Quanta, têm bases de produção na cidade.

A ênfase da Apple em terceirizar para a Índia e o Vietnã aumentou depois das tensões geopolíticas e dos lockdowns da pandemia de covid-19 na China.

Uma década ou duas atrás, as multinacionais corriam para a China, atraídas por sua mão de obra abundante e barata e o potencial poder de compra de seus 1,4 bilhão de habitantes.

Naquela época, as empresas estrangeiras vendiam para um mercado ávido por seus produtos e podiam cobrar um ágio. Mas desde então, as concorrentes chinesas melhoraram a tecnologia e a oferta de produtos. A competição local está aumentando em carros, aço, artigos esportivos e outros setores, sempre acompanhada de guerras de preços acirradas.

Entre as mais atingidas estão as montadoras estrangeiras. A Hyundai da Coreia do Sul vendeu uma fábrica em 2021 e fechou outra no ano seguinte. Em janeiro deste ano, a Hyundai vendeu sua terceira fábrica chinesa para uma companhia local por mais de US$ 227 milhões. Enquanto isso, ela está crescendo na Índia.

Mesmo assim, para as empresas com os produtos certos, a China ainda é grande demais para ignorar. Nos automóveis, é o maior mercado mundial em vendas unitárias.

Se a demanda interna aumentar, a China voltará a se tornar uma prioridade de investimento para as multinacionais, segundo afirma Allan Gabor, presidente da Câmara de Comércio dos EUA em Xangai. "Trata-se da economia. O lado da demanda é o maior fator. As empresas estão na China por se tratar da China", diz ele.

EUA anunciam sanções a autoridades aliadas do regime de Maduro

Daniel Flatley e Patricia Laya
Bloomberg

Os EUA anunciaram sanções a 16 autoridades ligadas ao presidente venezuelano Nicolás Maduro sob alegações de que eles obstruíram eleições "livres e justas" no país. Entre os nomes estão a presidente do Tribunal Supremo de Justiça do país e uma diretora do conselho eleitoral. Além disso, o Departamento de Estado dos EUA tomará medidas para impor restrições de visto a autoridades que apoiam Maduro.

"O Departamento do Tesouro está mirando funcionários-chave envolvidos na proclamação fraudulenta e ilegítima de vitória de Maduro e na sua repressão brutal à liberdade de expressão após a eleição, enquanto a esmagadora maioria dos venezuelanos pede mudanças", disse o secretário-adjunto do Tesouro, Wally Adeyemo, em comunicado. "O governo Joe Biden-Kamala Harris continuará a usar nossas ferramentas para responsabilizar Maduro e seus comparsas e apoiar as aspirações democráticas do povo venezuelano."

As medidas têm como alvo os principais líderes que, segundo os EUA, colaboraram com Maduro para minar a votação de 28 de julho. A lista inclui membros da autoridade eleitoral, do Tribunal Supremo e da Assembleia Nacional, assim como do serviço de inteligência e da polícia militar de contra-inteligência, conhecidos como Sebin e DGCIM.

Os EUA esperam que a última rodada de sanções possa pressionar Maduro e seus aliados a mudar de rumo antes de 5 de janeiro, quando o novo mandato presidencial da Venezuela deve começar, de acordo com altos funcionários do governo Biden, que falaram com repórteres sob condição de anonimato.

As últimas sanções vêm um mês e meio depois que a autoridade eleitoral declarou que Maduro foi reeleito para um terceiro mandato consecutivo, apesar dos dados publicados pela oposição que indicavam que ele perdeu por uma ampla margem. Protestos contra a proclamação de vitória de Maduro se espalharam por Caracas e outras cidades nos dias após a votação, com mais de 2.400 venezuelanos presos — incluindo mais de 100 menores — na repressão mais feroz de seu governo de 11 anos.

Entre os aliados que se tornaram alvos das novas sanções estão a presidente do Tribunal Supremo, Caryslia Rodríguez, o juiz Inocencio Figueroa, a diretora do conselho eleitoral Rosalba Gil e o secretário-geral, Antonio Meneses. Também estão na lista a promotora pública Dinorah Bustamante, o vice-presidente da Assembleia Nacional, Pedro Infante, e Asdrubal Brito, diretor da polícia militar de contra-inteligência.

Com as últimas sanções, o Tesouro dos EUA já colocou em sua lista mais de 140 autoridades venezuelanas atuais ou antigas e impôs cerca de 2.000 restrições de visto.

O Departamento de Justiça dos EUA também apreendeu um dos aviões de Maduro, um jato Dassault Falcon 900EX, após concluir que ele foi comprado e operado em violação às sanções dos EUA. O jato, que foi levado a Flórida, havia sido apreendido no início do ano pela polícia na República Dominicana quando pousou em Santo Domingo.

Sánchez recebe opositor venezuelano em Madri

Teresa Medrano
Associated Press, de Madri

O candidato opositor venezuelano Edmundo González reuniu-se ontem com o premiê da Espanha, Pedro Sánchez, quatro dias após exilar-se na Europa com base em um acordo negociado com o governo de Nicolás Maduro.

González saiu da Venezuela depois de semanas escondido nas embaixadas da Holanda e da Espanha em Caracas, após a Justiça venezuelana emitir uma ordem de prisão contra ele, a pedido do governo de Maduro, que segundo seu partido teria vencido as eleições presidenciais de 28 de julho. Quando o opositor chegou a Espanha, Sánchez estava fora do país, em uma viagem oficial à China.

Sánchez confirmou a visita de González por um vídeo nas redes sociais, no qual aparecem passeando juntos pelos jardins do palácio, nos arredores de Madri. González foi recebido como uma demonstração do "compromisso humanitário e da solidariedade da Espanha com os venezuelanos", acrescentou a mensagem.

Em comunicado, González agradeceu a Sánchez por trabalhar pela "recuperação da democracia e dos direitos humanos" na Venezuela e disse que "continuará a luta pela vontade soberana do povo venezuelano".

Um dia antes da visita, o Congresso tinha aprovado uma moção não vinculante apresentada pelo conservador Partido Popular, que pediu ao governo de coalizão de esquerda liderado por Sánchez que reconheça González como o presidente eleito da Venezuela.

A chegada de González ao território espanhol aumentou as tensões entre os governos de Madri e Caracas, com Jorge Rodríguez, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, pediu na quarta-feira "que se rompam imediatamente todas as relações diplomáticas e comerciais". "Que todos os representantes do governo da Espanha se retirem e tragam os nossos de volta", discursou Rodríguez em uma sessão na Assembleia Nacional venezuelana, na qual afirmou que "todas as atividades comerciais de empresas espanholas se encerrem imediatamente".

China derruba demanda global de petróleo, diz AIE

Giulia Petroni
Dow Jones

A rápida desaceleração no crescimento da demanda chinesa por petróleo tem levado a uma redução do consumo mundial, o que reforça as expectativas de que a demanda atingirá seu pico até o fim da década, avalia a Agência Internacional de Energia (AIE).

A organização, que tem sede em Paris, mudou sua previsão de crescimento da demanda mundial de petróleo neste ano de 970 mil barris por dia para 903 mil b/d — sua segunda revisão para baixo em apenas dois meses. Ao mesmo tempo, deixou praticamente inalteradas as estimativas de crescimento para 2025, em torno de 954 mil b/d. A demanda total é estimada em média de 103 milhões de b/d este ano e de 103,9 milhões de b/d no próximo ano.

As projeções da AIE continuam substancialmente mais baixas do que as da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). No início da semana, o cartel anunciou uma leve redução em sua previsão, mas ainda estima que um forte crescimento na demanda de 2,03 milhões de b/d este ano e 1,74 milhão de b/d em 2025.

No primeiro semestre deste ano, o crescimento mundial da demanda continuou a desacelerar, com aumento de 800 mil b/d no ano, o menor volume desde 2020, segundo a agência.

"O principal motor dessa retração é uma China em rápida desaceleração", avaliou a AIE. Em julho, o consumo na segunda maior economia do mundo sofreu uma contração de 280 mil b/d, quarto mês consecutivo de queda. Para efeito de comparação, o ritmo de crescimento médio ao longo de 2023 foi de cerca de 1 milhão de b/d.

"O freio repentino do crescimento da demanda chinesa por petróleo a partir do início do ano tem um impacto profundo nos mercados", informou a AIE, que citou a crise prolongada do setor imobiliário do país e o aumento da participação dos veículos elétricos no mercado automotivo.

A expectativa para 2024 é que a expansão da demanda por petróleo da China seja de apenas 180 mil b/d. A desaceleração no consumo é mais aparente em produtos industriais, como a nafta e o diesel. A AIE avalia que a China pode chegar antes do previsto ao nível de estabilidade da demanda.

"Como a China está ficando para trás em relação à tendência prevista, outros países asiáticos se tornarão cada vez mais indispensáveis para o crescimento da demanda por petróleo", acrescentou a agência. Ao mesmo tempo, a situação atual da demanda dos EUA é incerta e outras economias avançadas também apresentam um cenário bastante desigual.

O relatório da AIE de ontem foi divulgado depois que os preços do petróleo despencaram na semana passada, como reflexo das preocupações cada vez maiores a respeito da demanda mundial e das perspectivas de um mercado com excesso de oferta em 2025. O enfraquecimento dos preços levou a Opep e seus aliados — o grupo conhecido como Opep+ — a adiar em dois meses um aumento planejado da produção, mas a medida não foi suficiente para reverter as perdas acentuadas nos preços.

Ontem, o preço do petróleo tipo Brent — referência mundial — foi negociado a US$ 71,97 por barril.

Segundo a AIE, a oferta mundial de petróleo aumentou em 80 mil b/d em agosto, um ritmo bem inferior ao de julho, por causa de perdas de produção na Líbia e de obras de manutenção na Noruega e no Cazaquistão. A oferta total atual é estimada em 102,9 milhões de b/d em média este ano e de 105 milhões de b/d no próximo.

Os países que não integram a Opep+ ainda estão no rumo de liderar o fornecimento mundial, com previsões de que a produção cresça em 1,5 milhão de barris por dia em 2024 e 2025, impulsionada por EUA, Guiana, Canadá e Brasil.

Trump rejeita um novo debate com Kamala

ALEX BRANDON/AP

O ex-presidente dos EUA Donald Trump voltou a rejeitar ontem a realização de outro debate com a vice-presidente Kamala Harris, como vinham pedindo até mesmo membros de sua campanha. Em um post publicado em sua plataforma Truth Social, Trump afirmou ter sido "o vencedor do debate da terça-feira" e que a rival democrata "radical de esquerda" pretende um novo encontro para "uma revanche" — afirmação que contraria a maioria dos analistas do país, para os quais Kamala foi melhor no confronto. Ela já tinha dito que aceitaria debater de novo com o republicano. No dia 1º, o vice na chapa de Trump, J.D. Vance, e o vice de Kamala, Tim Walz, debaterão em Nova York, no último confronto entre as campanhas antes da eleição de 5 novembro. Na foto, Trump faz comício no Arizona.

Reforma do Judiciário do México é aprovada

Agências internacionais

Mais da metade dos Estados no México votaram ontem a favor da reforma judicial, após a proposta já ter sido aprovada pelo Congresso Nacional nas últimas semanas, permitindo que o presidente Andrés Manuel López Obrador sancione o polêmico projeto de lei.

Já no início do dia, 19 das 31 legislaturas estaduais e a capital do México tinham apoiado a reforma que exige que todos os juízes federais, incluindo os da Suprema Corte, sejam eleitos por voto popular.

Por se tratar de uma reforma na Constituição do México, pelo menos dois terços dos Legislativos dos Estados deverão endossar o que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Críticos do plano alertam que isso provavelmente dará ao partido governante Morena o controle sobre o judiciário, eliminando os mecanismos de freios e contrapesos sobre o poder presidencial e retrocedendo o país em 50 anos.

Os membros da Suprema Corte serão eleitos em um voto nacional no próximo ano, junto com metade de todos os juízes federais. Os juízes restantes, incluindo os do tribunal eleitoral, serão escolhidos em 2027.

Valor ECONÔMICO

Balança precisa pender para o lado da proteção ambiental

Com quase dois terços do território nacional encoberto por fumaça de incêndios no campo, na sequência do trágico dilúvio no Rio Grande do Sul, o governo deveria ter agido com mais intensidade e presteza aos eventos climáticos extremos que, ao que tudo indica, vieram para ficar. As reações oficiais às queimadas, do Amazonas a São Paulo, parecem protocolares, adaptadas à paupéria de recursos do Ministério do Meio Ambiente, e estão muito aquém da urgência requerida. É alarmante que Amazonas, Pantanal e Cerrado queimem simultaneamente, intoxiquem com sua fuligem todas as cidades no caminho do fogo e nenhuma providência de envergadura pareça estar a caminho.

Só agora a ideia de uma Autoridade Climática, uma proposta de Marina Silva da campanha eleitoral de 2022, entrou nas prioridades e de um jeito estranho. O governo aparentemente aceitou o instrumento, que deverá coordenar e executar um plano de prevenção e adaptação ao choque climático que ainda não existe — quando o contrário deveria ocorrer. Disputas de poder sepultaram por dois anos a ideia que ressurge quando nada mais parece estar à mão para indicar um rumo plausível de ação.

A magnitude da crise cresce com a proliferação rápida do fogo. De janeiro até quarta-feira (11), o país registrou 172.815 focos de incêndio, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o maior número desde 2010. Já a estiagem é a mais extensa vista em décadas, segundo o Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres Naturais (Cemaden). São 5 milhões de km² sob algum grau de seca, ou 59% do território nacional, com parte da área já enfrentando condições adversas há 12 meses. Dos 27 Estados brasileiros, apenas o Rio Grande do Sul e Santa Catarina não estão sendo fortemente afetados.

A combinação de baixo volume de chuvas, em decorrência do fenômeno El Niño, e da antecipação da estação seca, uma das muitas consequências das mudanças climáticas, alimenta as chamas que se alastram pelo país. Embora o clima seja favorável à propagação, especialistas dizem que os incêndios não são acidentais. É preciso intenção para que o fogo comece, e a Polícia Federal investiga o assunto.

A fumaça dos incêndios ganhou os céus, levando consigo um tom cinza-alaranjado de apocalipse e secura de deserto à paisagem das cidades em várias regiões. São Paulo é há quatro dias consecutivos líder de um ranking de pior qualidade do ar entre 120 cidades do mundo, feito pelo site suíço IQAir. Outros municípios enfrentam situação similar, o que põe em risco a saúde da população, especialmente idosos e crianças.

O quadro desolador já exigia ações mais contundentes, mas, diante da inércia dos Executivos, e o puro desdém do Congresso, mais preocupado com emendas, coube ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenar que policiais e bombeiros militares de áreas não afetadas fossem deslocados para ajudar no enfrentamento dos incêndios. Ainda que a ação seja imprescindível e tenha ocorrido após uma audiência de conciliação, não é tarefa de um juiz, e sim do Executivo, mobilizar forças para combater queimadas.

Pressionado a reagir, o presidente Lula partiu com uma comitiva de ministros para Manaus e anunciou que o país terá uma Autoridade Climática, que chega tarde e ainda carece de detalhes sobre sua estrutura. A culpa pelo atraso, porém, não é apenas do Planalto. Lula também anunciou um pacote de R$ 650 milhões para o combate à estiagem e ao fogo no Amazonas. O investimento inclui a pavimentação da polêmica BR-319, obra da ditadura militar ligando Manaus a Porto Velho, amaldiçoada pelos ambientalistas e cientistas por conta dos riscos que pode trazer à floresta.

O contraste expõe a incoerência de um governo que tenta se equilibrar entre uma ala desenvolvimentista, que defende projetos como a exploração de petróleo na foz do Amazonas, e outra ambientalista, que viu parte dos seus planos só saírem da gaveta para embelezar discursos ou em momentos oportunos. Não bastassem as contradições do Executivo, o Congresso parece pouco interessado no problema e, nos últimos dias, ignorou que o país está queimando para tocar uma agenda de pouco interesse para a sociedade.

Já está mais do que claro que os efeitos das mudanças climáticas serão mais intensos daqui para frente. Preveni-los é bem mais barato e eficaz que remediá-los. Só um plano sério, abrangente, que envolva diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil, será capaz de dar conta do recado. O governo tem condições de liderar essa missão e há bons exemplos a serem seguidos. É o caso do trabalho feito para conter o desmatamento na Amazônia, que caiu quase pela metade em relação ao ano passado.

Espera-se mais do que respostas tardias de um governo eleito para substituir os negacionismos e as "boiadas" de Jair Bolsonaro. Se, daqui em diante, a balança não passar a pender para o lado da proteção ambiental, a COP30, pensada para ser uma vitrine que levaria o país à liderança global da luta contra as mudanças climáticas, poderá se transformar em um fiasco.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Antes de investimentos pesados, país precisa criar plano viável e estabelecer alianças. Por **Fernando Landgraf**

Quem quer comprar terras raras?

As terras raras fazem parte dos minerais estratégicos por motivos geopolíticos. Nem é um negócio muito grande, mas é dominado pela China, tem preços voláteis, o futuro da mobilidade elétrica depende delas e algumas de suas aplicações têm uso militar. A principal aplicação das terras raras, aquela que define sua criticidade, se dá nos super-ímãs inventados 40 anos atrás. Os 17 elementos, que juntos formam as terras raras, ocorrem conjuntamente na natureza, são quimicamente semelhantes, mas só alguns formam compostos que tem propriedades magnéticas excepcionais: praseodímio, neodímio, disprósio e térbio.

Um importante minério foi recentemente identificado em grande quantidade no Brasil, muito mais simples de extrair os elementos químicos úteis, apesar do seu baixo teor: as argilas iônicas. Até onde poderão ir as empresas que detêm direitos de pesquisa ou de lavra desses minérios? Exportarão um concentrado de terras raras? Farão a separação dos elementos individuais úteis? Teremos uma fábrica de ímãs de terras raras no Brasil?

Uma importante questão é, quem compra? Vários projetos de mineração estão em curso, pretendendo desenvolver o processo de concentração do conjunto de elementos de terras raras para exportação. Não é viável exportar o minério bruto, pois o teor de terras raras é em geral menor do que 3%. O minério precisa ser processado para concentrar o teor de terras raras. O mercado comprador desses concentrados são as empresas que fazem a separação de cada elemento químico das terras raras, um processo hidrometalúrgico complexo, demorado e caro, que envolve operações de extração por solventes, troca iônica e cristalização.

Esse mercado comprador está basicamente localizado na China, assim como os próximos elos da cadeia até o produto final, os ímãs de terras raras. A China produz algo como 90% desses ímãs usados no mundo. Aproximadamente 150.000 t de ímãs são produzidos anualmente, usados nos discos rígidos das nuvens, nos motores dos carros elétricos e nos geradores eólicos. Empresas chinesas separam 90% das terras raras do mundo.

A Austrália aparece como segundo lugar nesse mercado, com base em uma empresa, a Lynas, que faz a separação na Malásia e tem crescido e sobrevivido graças ao interesse de fabricantes japoneses de ímãs. O governo americano está colaborando no financiamento de uma instalação de separação da Lynas no Estado do Texas. A produção americana de concentrado de terras foi retomada, na mina de Mountain Pass (MP). Os EUA ofereceram vantagens para essa mineradora construir uma instalação de separação, pois hoje ela vende tudo para a China. São projetos em constituição, ameaçados pela redução momentânea dos preços das terras raras no mercado mundial.

O primeiro produtor brasileiro desse concentrado, a Mineração Serra Verde, tem sua produção já comprometida para os chineses. Hoje, o único comprador independente é a Neo Performance, que processa até 3.000 t por ano e declarou interesse em comprar concentrado da Meteoric, empresa australiana que está desenvolvendo seu processo em Poços de Caldas. Uma empresa americana, a Energy Fuels, anunciou que já está em operação a primeira fase de uma planta de separação em White Mesa (EUA), e menciona ter adquirido reservas na Bahia.

DIVULGAÇÃO

Vários outros projetos de concentração de terras raras estão em pesquisa no Brasil. A questão é aquela, "quem comprará o concentrado"? Existe demanda suficiente para todas essas ofertas?

Os preços do óxido de neodímio hoje são bem maiores do que o histórico da década de 2010, excluído o pico de 2011. O preço médio do Nd metálico entre 2015 e 2020 foi de US$ 50/kg, subiu para US$ 200 em janeiro de 2022 e hoje, agosto de 2024, está em US$ 70.

Discute-se a viabilidade de estabelecer aqui no Brasil uma instalação de separação. O Centro de Pesquisas Minerais (Cetem), no RJ, tem acumulado experiência laboratorial na separação por solvente. É o suficiente para projetar uma instalação industrial? Que empresa se interessaria por isso? A Meteoric e outras aceitam trabalhar nessa hipótese.

Volta novamente a mesma questão: mas quem compraria os óxidos de neodímio produzidos por uma iniciativa brasileira? Para transformar o óxido em metal, fundir a liga neodímio-ferro-boro, teria que ser uma empresa produtora de ímãs.

O Senai CIT-MG vai operar em breve uma instalação semi-industrial de fabricação de ímãs, que pode incentivar empreendedores a investir. Quantas empresas fabricantes de ímãs existem fora da China? Poucas. A principal empresa alemã, VAC, beneficiou-se de ajuda do governo americano para produzir ímãs na Carolina do Sul. A Neo Performance, que fabrica uma classe diferente de ímãs, os bonded-magnets (5% do mercado total de ímãs), na Tailândia, anunciou que vai montar fábrica de ímãs sinterizados na Europa. A mineradora MP afirma investir numa fábrica de ímãs com capacidade para 1000 toneladas por ano. No Japão, a antiga Hitachi Metals, agora chamada Proterial, é o principal fabricante.

Por fim, quem compra os ímãs? A indústria automobilística, a de discos rígidos, a de geradores eólicos, por exemplo, vão se dispor a pagar mais por um produto "ocidental" se o preço chinês for imbatível? Os fabricantes chineses de carros elétricos que estão sendo instalados no Brasil trarão da China seus motores a ímã de terras raras?

A riqueza mineral brasileira não é suficiente para garantir o tal adensamento das subsequentes cadeias produtivas. É possível conceber uma política industrial que agregue mais valor? Outros estão fazendo isso: os Estados Unidos lançaram várias ações de apoio a iniciativas industriais de separação de terras raras e fabricação de ímãs. Em março de 2024 a União Europeia editou o Ato das Matérias Primas Críticas, com iniciativas para garantir o acesso da Europa às terras raras. Com o intuito de proteger a sua posição dominante, em dezembro de 2023 a China proibiu a exportação de tecnologia e equipamentos da cadeia das terras raras.

Qualquer plano brasileiro tem que demonstrar, ao menos no papel, sua viabilidade. Quem compra? No caso dos concentrados brasileiros, a tarefa me parece ser das próprias 'junior miners'. Para avançarmos em direção à separação, é necessário estabelecer a escala mínima economicamente viável, identificar candidatos a compradores de óxidos e estabelecer alianças, ao menos no papel, que indiquem o interesse real na futura compra. Se avançarmos ainda mais, na direção de uma fábrica de ímãs, também será necessário estabelecer a escala viável e buscar os compradores adequados a essa escala. Essas alianças precisam ser estabelecidas antes de investir mais pesadamente nesses caminhos. Onde buscar as alianças? Nos EUA, Europa, no Japão, na China?

Fernando JG Landgraf é professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador do INCT sobre ímãs de terras raras.

Decisões para o futuro das juventudes

Ana Inoue

Há uma efervescência de acontecimentos no país, neste momento, que nos levam a tomadas de decisões importantes em relação ao futuro que vamos construir para a nação. Temos as eleições municipais que se aproximam e são sempre um marco democrático relevante. Temos, infelizmente, eventos climáticos extremos e aterrorizantes ao redor de todo o país, com tempo seco, altas temperaturas, queimadas recorrentes, entre outros, que cada vez mais alertam para a urgência do debate climático com compromisso e de maneira contundente. Além disso, há a construção de políticas públicas que irão dar as diretrizes de campos fundamentais para a sociedade nos próximos anos, como o Plano Nacional de Educação (PNE), um norte para a educação a ser ofertada na próxima década.

Apesar de partirem de campos diversos, são temas que nos dão a oportunidade para refletir sobre qual é o futuro que queremos para o nosso país. E agir.

Há dois pontos que precisaremos encarar: o primeiro é que, sim, temos que pensar no futuro e trabalhar para que ele seja bom para cada um, para o país e para o planeta, ainda que isso seja trabalhoso e desafiador. O segundo ponto é que não há como pensar o futuro do país sem compreender que as juventudes são centrais nesta reflexão. Não há futuro sem envolver as juventudes.

Por isso, nossas escolhas precisam considerar o papel central que elas têm. Sei que nem sempre as compreendemos, nem bem temos as ferramentas para aprender tudo que precisamos para isso. Mas os jovens serão, em breve, os definidores das políticas, da economia e do desenvolvimento deste nosso país. E, antes disso, ainda há bastante por fazer para que eles possam fazer melhor do que o que já foi feito.

Ao acompanhar o debate eleitoral que acontece agora, por exemplo, rememoro uma reflexão que trouxe aqui neste espaço nas eleições presidenciais, em 2022, e que são parte da escolha dos candidatos neste pleito municipal. É necessário que os planos de governo contemplem, além do compromisso com a democracia, propostas de políticas públicas direcionadas às juventudes, como, por exemplo, ações para garantir empregabilidade e renda com dignidade.

Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos continua sendo mais do que o dobro da que se refere à população geral. Os futuros prefeitos podem fazer muito para fortalecer a inclusão produtiva das juventudes e essa deve ser uma sinalização expressa nos planos de governo. As juventudes habitam as cidades. É no território que vivem e sobrevivem.

A inclusão produtiva passa, invariavelmente, pela formação geral e profissional adequada que podemos oferecer. Neste ponto, aliás, é importante analisarmos os últimos resultados divulgados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023, que apontou um avanço importante na educação nos Estados que atuam com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada ao Ensino Médio.

Isso se refletiu, por exemplo, quando considerado o Ensino Médio integrado a EPT, nos seguintes estados: Goiás (4,8); Espírito Santo (4,8), Paraná (4,7), Pernambuco (4,6) e Ceará (4,6). Esses resultados indicam, além da potência da EPT para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, também uma ferramenta de combate à evasão e melhoria do fluxo. É algo que precisa estar no norte dos tomadores de decisões, em todas as esferas, para proporcionar essa via qualificada de educação para as juventudes.

Finalmente haverá como acompanhar e melhorar a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica

Neste ponto, amplio essa reflexão para os caminhos da educação que estão sendo construídos no país. Aqui se destaca o Plano Nacional de Educação (PNE), que orientará qual educação estamos prevendo para a próxima década. Essa é uma oportunidade valiosa de definirmos metas, indicadores e caminhos que deverão ser percorridos para garantir uma educação de qualidade para as juventudes. Um dos aspectos do PNE é, inclusive, o da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O PNE que está em debate impactará o futuro de uma geração — crianças, jovens e adultos. No atual PNE, temos as metas 10 e 11 que fazem referência à ampliação das matrículas e à qualidade da EPT. Neste sentido, tivemos avanços significativos — as matrículas aumentaram e, nesta última semana, foi assinado o decreto que cria a diretoria de avaliação da educação profissional e tecnológica no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pelas avaliações educacionais de âmbito nacional.

Este fato merece destaque e celebração pois finalmente teremos como acompanhar e incidir para melhorar a qualidade da EPT. Para o próximo PNE será fundamental seguir fortalecendo a articulação de uma formação geral robusta e cidadã com a formação para o mundo do trabalho, garantindo alinhamento com as novas economias (como por exemplo, a bioeconomia) e com a inclusão produtiva digna. Mas, para além disso, esta geração que será formada nos próximos dez anos terá que se preparar para enfrentar desafios imensos que herdarão inevitavelmente — destaque à questão climática e ambiental.

De forma literal, dados recentes do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) mostraram que, no início de setembro, mais de 240 cidades brasileiras registraram umidade relativa do ar menor ou igual à do deserto do Saara. Esse dado é mais um triste indicador dos efeitos climáticos extremos que temos enfrentado, dia após dia, ao redor do país. Recentemente, também, as queimadas ganharam espaço no noticiário. No último mês de agosto, foram mais de 68 mil focos de queimadas registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o pior resultado para o mês desde 2010. Isso sem falar dos demais desafios que assolam o país, como as enchentes.

Além da evidente urgência que se impõe ao Poder Público, é igualmente urgente prepararmos as juventudes para que saibam agir nesse cenário desafiador. Estamos falando do ar que respiramos, da terra que produz o alimento, da água que bebemos, da biodiversidade que garante a manutenção da vida e da saúde — e devemos lembrar que os metais que produzem bens como carros, aviões e celulares igualmente dependem da natureza.

Formar as juventudes para saber atuar nesta realidade com discernimento é determinante do futuro do país. E vale lembrar o quanto a Educação Profissional e Tecnológica como parte do desenvolvimento profissional das juventudes é uma aliada importante nesse processo, por poder proporcionar formação moderna e qualificada para reposicionar o país frente aos desafios climáticos, de desenvolvimento e de diminuição de desigualdades.

Há muito a decidir quando pensamos no futuro das juventudes, mas no cenário de hoje, de efervescência de tantas decisões a tomarmos, reforço que algumas dessas que trago aqui precisam estar no radar de todos nós como cidadãos e, principalmente, dos que governam e irão governar as cidades e o país. O futuro do país é construído hoje e precisamos de consciência e compromisso para que seja o melhor possível para quem fica.

Ana Inoue é superintendente do Itaú Educação e Trabalho, frente da Fundação Itaú com foco em educação profissional, juventudes e sua inclusão no mundo do trabalho.

Problemas avançam mais que instituições criadas para resolvê-los. Por **António Guterres**

O relançamento da cooperação global

Estão em curso, em Nova York, as negociações finais para a Cúpula do Futuro que acontecerá este mês, durante a qual chefes de Estado irão negociar a reforma dos alicerces da cooperação internacional. As Nações Unidas convocaram esta Cúpula única devido a um fato evidente: os problemas mundiais estão avançando mais rapidamente do que as instituições que foram criadas para resolvê-los.

Basta olhar à nossa volta. Os conflitos ferozes e a violência estão infligindo sofrimentos terríveis; as divisões geopolíticas são abundantes; as desigualdades e as injustiças estão por todo lado, corroendo a confiança, agravando os ressentimentos e alimentando o populismo e o extremismo. Os velhos desafios relacionados à pobreza, à fome, à discriminação, à misoginia e ao racismo estão assumindo novas formas. Entretanto, enfrentamos ameaças novas e existenciais, desde o caos climático descontrolado e a degradação ambiental até as tecnologias, como a Inteligência Artificial, que se desenvolvem num vácuo ético e jurídico.

A Cúpula do Futuro reconhece que as soluções para todos esses desafios estão nas nossas mãos, mas precisamos de uma atualização dos sistemas que só as lideranças mundiais podem oferecer.

A tomada de decisões no nível internacional está presa no tempo. Muitas instituições e ferramentas internacionais são um produto dos anos 1940 — uma era anterior à globalização, à descolonização, ao reconhecimento generalizado dos direitos humanos universais e da igualdade de gênero, à chegada da humanidade ao espaço — para não falar do ciberespaço.

Os vencedores da Segunda Guerra Mundial ainda têm preeminência no Conselho de Segurança da ONU, enquanto todo o continente africano carece de um lugar permanente. A arquitetura financeira mundial pesa fortemente contra os países em desenvolvimento e não proporciona uma rede de segurança quando enfrentam dificuldades, deixando-os afogados em dívidas, o que desvia fundos que deveriam ser investidos na sua população.

Os construtores da paz dos anos 1940 criaram instituições que ajudaram a prevenir a Terceira Guerra Mundial e conduziram muitos países da colonização à independência. No entanto, não reconheceriam o mundo de hoje

E as instituições internacionais oferecem um espaço limitado para muitos dos principais atores do mundo de hoje — da sociedade civil ao setor privado. Os jovens que herdarão o futuro são quase invisíveis, enquanto os interesses das gerações vindouras estão subrepresentados.

A mensagem é clara: não podemos criar um futuro adequado para os nossos netos com um sistema construído para os nossos avós. A Cúpula do Futuro será uma oportunidade para relançar uma colaboração multilateral adequada ao século XXI.

As soluções que propomos incluem uma Nova Agenda para a Paz centrada na atualização das instituições e das ferramentas internacionais para prevenir e pôr fim aos conflitos, incluindo o Conselho de Segurança da ONU. A Nova Agenda para a Paz apela a um esforço renovado para livrar o nosso mundo das armas nucleares e de outras armas de destruição em massa e ampliar a definição de segurança de modo a abranger a violência baseada em gênero e a violência de gangues. Leva em consideração as futuras ameaças à segurança, reconhecendo a natureza mutável da guerra e os riscos de armamento das novas tecnologias. Por exemplo, precisamos de um acordo internacional para proibir as chamadas Armas Letais Autônomas, que podem tomar decisões de vida ou de morte sem intervenção humana.

As instituições financeiras internacionais devem ser o reflexo do mundo de hoje e estar equipadas para liderar uma resposta mais poderosa aos desafios atuais: endividamento, desenvolvimento sustentável, ação climática. Isto significa tomar medidas concretas para fazer face ao superendividamento, para aumentar a capacidade de empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento e para alterar o seu modelo de negócio para que os países em desenvolvimento tenham muito mais acesso a financiamento privado com taxas acessíveis.

Sem este financiamento, os países em desenvolvimento não serão capazes de enfrentar a nossa maior ameaça futura: a crise climática. Precisam urgentemente de recursos para transitarem dos combustíveis fósseis, que destroem o planeta, para as energias limpas e renováveis.

E, tal como sublinharam os líderes no ano passado, a reforma da arquitetura financeira mundial é também fundamental para impulsionar o tão necessário progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Cúpula vai também focar nas novas tecnologias com impacto mundial, procurando formas de eliminar a exclusão digital e estabelecer princípios comuns para um futuro digital aberto, livre e seguro para todos.

A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia revolucionária com aplicações e riscos que só agora começamos a compreender. Apresentamos propostas específicas para que os governos, juntamente com as empresas de tecnologia, o meio acadêmico e a sociedade civil, trabalhem na gestão de riscos para a IA e no monitoramento e mitigação dos seus danos, bem como no compartilhamento dos seus benefícios. A governança da IA não pode ser deixada aos ricos: exige que todos os países participem e a ONU está pronta para tornar-se uma plataforma de união.

Os direitos humanos e a igualdade de gênero são um fio condutor que liga todas estas propostas. A tomada de decisões a nível mundial não pode ser repensada sem o respeito por todos os direitos humanos e pela diversidade cultural, garantindo a plena participação e liderança das mulheres e das meninas. Exigimos esforços renovados para remover as barreiras históricas — legais, sociais e econômicas — que excluem as mulheres do poder.

Os construtores da paz dos anos 1940 criaram instituições que ajudaram a prevenir a Terceira Guerra Mundial e conduziram muitos países da colonização à independência. No entanto, não reconheceriam o mundo de hoje.

A Cúpula do Futuro constitui uma oportunidade para construir instituições e ferramentas mais eficazes e inclusivas para a cooperação internacional, em sintonia com o século XXI e com o nosso mundo multipolar. Apelo aos tomadores de decisão que não deixem escapar esta oportunidade.

António Guterres é secretário-geral da ONU.

Frase do dia

"Há um grande esquema de redistribuição para Estados mais pobres e com menor endividamento".

De Manoel Pires, economista do FGV-Ibre, sobre a proposta de renegociação de dívidas estaduais aprovado pelo Senado

Cartas de Leitores

8 de janeiro

Como compreender que aqueles que se declaram bolsonaristas, ardorosos defensores da lei e da ordem, manifestem agora o desejo de anistiar indivíduos que, em 8 de janeiro, invadiram o patrimônio público, depredaram bens, destruíram obras de arte de valor inestimável, agrediram policiais no exercício de suas funções e atentaram contra os princípios basilares da democracia? É possível conciliar, sob qualquer prisma lógico ou jurídico, essa defesa da ordem com a complacência a atos que, por sua própria natureza, negam o Estado de Direito e afrontam a integridade institucional da nação? Onde reside a coerência em tal postura?

Luciano de Oliveira e Silva
luciano.os@adv.oabsp.org

Horário de verão

O "horário de verão", além da economia ser pequena, provoca danos paralelos que não são levados em conta. O relógio biológico da população fica alterado, causa insegurança psicológica e física (sair no escuro facilita o "trabalho" dos criminosos), desatenção/acidentes, diminui a produtividade em geral, ex: trabalhadores, alunos, etc., Há diversos estudos disponíveis sobre isto e depois, quando as pessoas estiverem mais ou menos adaptadas ao horário de verão, verão que há o transtorno/retorno ao horário anterior, causando os mesmos problemas.

José Augusto Baldassari Filho
jabf@uol.com.br

Vereadores

A História tem confirmado a justeza da declaração atribuída a Sir Winston Churchill, segundo a qual a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais Ao receber, porém, pelo noticiário, relatos dando conta de golpes de corrupção praticados por prefeitos e vereadores, a sociedade tem o direito de indagar se não caberia um aperfeiçoamento do nosso regime, mediante o qual este segmento capilar, no caso de representação de populações inferiores a um determinado limiar — 30 mil habitantes, por exemplo —, passasse a ser não remunerado, constituindo os respectivos mandatos nada além de uma espécie de estágio probatório para candidaturas a cargos mais abrangentes Tais modificações representariam uma sensível redução do custo de nossa perdulária democracia.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correção

Na matéria "Estiagem causa apreensão com armazenamento de usinas hidrelétricas" (edição de 11/09, pág. A5), a ilustração que indica os níveis dos reservatórios nos quatro submercados do país foi publicada de forma invertida. Houve troca de datas: Por exemplo: o percentual no submercado Norte de 94,4% no dia 1/4 saiu incorretamente como sendo do submercado Nordeste no dia 1/12/23. Confira a ilustração corrigida na versão digital: https://bit.ly/3TpiiwO.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Tecnologia
Mira Murati, diretora da OpenAI, fala sobre novo modelo de IA capaz de raciocinar B5

Aviação
Credores da Azul no exterior estão divididos sobre novos recursos para empresa B2

Varejo
"Taxa das blusinhas" não trará prejuízos ao programa da Receita Federal B3

Ensino Em três meses, MEC aprovou cerca de 2 mil assentos da graduação mais cobiçada do setor

Faculdades com liminar usam até corretor de imóveis para vender vagas de medicina

Beth Koike
De São Paulo

Em apenas três meses, cerca de 2 mil vagas de medicina pleiteadas judicialmente foram autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC) e esse número será ainda maior. Isso porque há outros 110 processos em análise e várias faculdades que tiveram seu pedido de abertura de curso, feito via liminar e indeferido pela pasta, agora estão entrando novamente na Justiça.

Nesse cenário de ampla oferta, segundo fontes, há instituições de ensino de pequeno porte do interior que obtiveram liminar e agora estão vendendo no mercado essas vagas de medicina judicializadas por R$ 600 mil, cada — um valor 70% inferior ao praticado há dois anos — com negociações realizadas por meio de escritórios de advocacia e até corretor de imóveis.

"O MEC vem tentando restabelecer a legitimidade do Mais Médicos e a responsabilização pelas aprovações dos cursos de medicina, com base no que foi decidido pelo STF", disse Rodolfo Cabral, consultor jurídico do Ministério da Educação.

No total, há 186 processos judiciais pleiteando cursos de medicina fora do Programa Mais Médicos, que é o caminho oficial para operar essa graduação no Brasil desde 2013. Essas liminares somadas equivalem a cerca de 35 mil vagas — para efeitos de comparação, o setor privado todo detinha 37,8 mil vagas em 2022 (dado mais recente).

Desse volume, o MEC analisou, nos últimos três meses, 75 processos, sendo que 35 (2 mil vagas) foram aprovadas e 34 (8,7 mil) negadas. *(veja arte)*. Há essa desproporção porque o governo só autoriza a criação de 60 vagas para cada pleito, mas muitas escolas solicitaram mais de 100.

O incremento dessa graduação no mercado ainda é incerto. Além do grande volume de processos, nos últimos dias, grupos educacionais entraram na Justiça para reverter decisões do MEC que havia negado os pedidos de abertura de cursos da Ser Educacional em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, e da Unis, em Varginha (MG). Os juízes que acataram as demandas dessas duas instituições de ensino derrubaram às regras da Lei dos Mais Médicos. Por essa legislação, graduações de medicina só podem ser abertas em cidades que tenham menos de 3,75 médicos por mil habitantes e com infraestrutura na rede pública de saúde para os alunos realizarem aulas práticas.

> "O MEC vem tentando restabelecer a legitimidade do Mais Médicos"
> *Rodolfo Cabral*

"Caso essas decisões avancem, nossa expectativa é que cerca de 75% das vagas sejam aprovadas. Hoje, está em torno de 50%", disse Paulo Chanan, presidente da Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi).

Segundo fontes, essa nova onda de venda de vagas ocorre porque muitos daqueles que entraram na Justiça, há cerca de dois anos, já tinham intenção de lucrar com liminares e não operar uma faculdade nessa área. Aqueles que já obtiveram o credenciamento do MEC estão negociando, cada vaga de medicina, por cerca de R$ 1 milhão. Já entre aqueles que estão apenas com a liminar, há ofertas de cerca de R$ 600 mil — essa diferença de preço ocorre porque ainda há risco de indeferimento. Há dois anos, uma vaga era avaliada em R$ 2 milhões.

Em junho, a Cruzeiro do Sul adquiriu uma faculdade em Curitiba, cuja graduação de medicina foi aberta por meio de uma liminar e, posteriormente, obteve autorização. O Centro de Ensino em Pinhais conseguiu credenciamento da pasta em 2022 e já havia realizado dois processos seletivos. A Cruzeiro pagou R$ 1,2 milhão, por vaga — o menor preço já fechado no setor.

Pressão alta
Panorama da judicialização nos cursos de medicina

Fonte: MEC

"O processo de aprovação de vagas com liminares está acelerado, num ritmo bem acima do que estávamos prevendo, o que vai impactar o setor mais rapidamente", disse Leandro Bastos, analista do Citi.

"O número de vagas aprovadas tende a ser maior do que as estimativas iniciais do setor que eram de 3 mil a 4 mil. O preço e ocupação podem se deteriorar mais rapidamente", segundo Maurício Cepeda e Lucas Nagano, analistas do Morgan Stanley, em relatório.

O MEC começou a analisar os pedidos judiciais para abertura de curso de medicina em junho, logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar que os processos que estavam em fase adiantada de análise dentro da pasta poderiam seguir os trâmites. De um total de 365 liminares encaminhadas ao MEC, 186 se enquadraram à regra determinada pelo STF. A pasta passou a adotar os mesmos critérios de elegibilidade usados no Mais Médicos, que é o caminho legalizado para operar essa graduação no país. O programa prioriza cidades do interior — o que desagradou a turma das liminares que pede abertura em grandes cidades. Eles argumentam que esses critérios foram implementados após o ingresso das liminares.

Procurada, a Ser informou que seus cursos de medicina pleiteados para as cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram solicitados em 2022, por meios de processos administrativos, e que obtiveram conceitos 5 e 4, respectivamente (de um ranking entre 1 a 5). E, que em julho de 2024, esses processos foram indeferidos com base em "fundamentos que são objetos de questionamentos judiciais e administrativos."

A empresa informa ainda que "em setembro corrente, uma nova decisão judicial foi publicada autorizando a reabertura de vestibular e reinício das aulas enquanto os respectivos recursos administrativos perante o Conselho Nacional de Educação (CNE) não tiverem decisão definitiva e que deu entrada em todos os seus processos judiciais e administrativos de acordo com a Lei do SINAES e legislação em vigor."

O Grupo Unis, mantido pela Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, informou que prefere não comentar neste momento a decisão, uma vez que ainda aguarda o desenrolar do processo.

Destaques

Investimento da Enel

A Enel Brasil atualizou o investimento que fará no Brasil até 2026 para R$ 20 bilhões, com 80% dedicados à distribuição de energia em São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. A empresa esteve no centro de uma polêmica após apagões atingirem distribuidoras e deixarem 2,1 milhões de consumidores sem luz por dias em São Paulo, além de cidades do interior do Rio. "Num cenário de mudanças climáticas, nosso compromisso é atuar para garantir a melhora na qualidade dos serviços", disse o presidente Antonio Scala. A empresa italiana atende a cerca de 15 milhões de clientes em 274 cidades.

Conselho da Braskem

A Petrobras indicou Olavo Bentes David, assessor de sua presidência, para o conselho de administração da Braskem, no lugar de Paulo Roberto Britto Guimarães. Se os acionistas da petroquímica aprovarem, David permanece até a assembleia que apreciará as demonstrações financeiras de 2025. Guimarães também era indicado. Além dele, a estatal tem outros três conselheiros na Braskem: José Henrique Reis de Azeredo, Carlos Plachta e Danilo Ferreira da Silva.

Petrobras na CAM

A Petrobras disse que obteve sentença final favorável em processo na Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM). O processo foi iniciado por associação que pretendia ser coletiva ao tentar englobar todos os acionistas da estatal que tiveram ações da empresa entre 2010 e 2015. A sentença extinguiu o processo por entender que uma associação não tem legitimidade para atuar como substituta de acionistas em ação civil pública.

Clientes da Wework temem ser despejados

CYRIL MARCILHACY/BLOOMBERG

A operação mundial da Wework passou por recuperação judicial nos EUA

Imóveis

Luiz Fernando Figliagi e Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Empresas que alugam espaços de escritório com a Wework, que está inadimplente com os proprietários do imóveis no país, estão procurando alternativas com concorrentes desse mercado para evitar o risco de despejo.

Fundos imobiliários que alugam edifícios para a empresa emitiram comunicados nas últimas semanas alertando sobre a inadimplência da Wework e ameaçaram com ordens de despejo.

A Wework passa por um momento delicado em sua operação mundial — pediu recuperação judicial ("Chapter 11") nos Estados Unidos em novembro de 2023, processo encerrado em junho.

Um executivo da área jurídica de uma companhia que ocupa andares de um prédio da Wework na zona oeste de São Paulo afirmou ao **Valor**, sob condição de anonimato, que a empresa ficou sabendo das ações de despejo pela mídia. "Fomos surpreendidos. Todas as empresas estão pagando a Wework normalmente", disse ele, referindo-se a outras companhias do mesmo local.

Embora muitos ocupantes de coworkings consigam operar de forma remota, há preocupação com questões legais, como o fato de ser preciso ter uma sede para manter a empresa aberta no país. "Precisamos de mais tempo para tomar uma decisão e nos mobilizar", disse. Essa fonte não descarta entrar com medidas judiciais.

Dos fundos que comunicaram inadimplência da Wework, dois publicaram fatos relevantes na semana passada informando sobre o pagamento de aluguéis atrasados. O ALMI11, que tem um edifício no Rio, comunicou o pagamento de três meses. O TRNT11, com prédio em São Paulo, anunciou que recebeu o aluguel de julho.

Concorrentes da empresa veem, nessa crise, oportunidade para ampliar operações. A GoWork, que possui 40 mil m^2 de escritórios compartilhados em São Paulo, já fechou 32 contratos com clientes vindos da Wework, afirmou o CEO Fernando Bottura, para 312 estações de trabalho. A empresa está orçando outras 2,8 mil estações. Proprietários de dez ativos alugados para a Wework já teriam procurado a empresa.

O IWG (International Workplace Group), dono das marcas Regus e Spaces e líder mundial no segmento, também fechou contratos com clientes da Wework, disse o CEO Tiago Alves. No início de junho, a companhia, segunda maior no segmento de coworking na cidade, segundo a consultoria Newmark, assumiu um prédio da Wework, na rua Cerro Corá, na zona oeste. "Tivemos que garantir continuidade para os ocupantes, nos mexer muito rápido com junta comercial, para trocar documentos, dar segurança jurídica", disse. O prédio está 50% ocupado.

A empresa tem interesse em outros ativos da Wework, e Alves disse ser procurado por "quase todos" os proprietários dos prédios.

Segundo a Newmark, se a Wework deixasse todos os espaços que ocupa em São Paulo, que somam 144 mil m^2 de área locada, a vacância na cidade subiria de 21,8% para 24,5%. Algumas regiões seriam mais afetadas, caso de Pinheiros, onde a taxa subiria de 13% para 20,5%, e da Berrini, onde passaria de 15,8% para quase 21%.

Mariana Hanania, diretora de pesquisa de mercado da Newmark, afirmou que antes dos pedidos de despejo da Wework já havia um movimento de empresas que ocupam escritórios compartilhados, principalmente as grandes, buscarem áreas próprias, o que pode ser potencializado.

Segundo uma fonte, há incerteza entre os ocupantes sobre as condições de saída, porque a Wework poderia cobrar multas. Para as concorrentes, é momento de zelar pela imagem dos coworkings. "Precisamos provar para o mercado e para os proprietários de ativos que a solução funciona", disse Bottura.

Alves ressaltou que o setor está em seu "melhor momento", incentivado pelo trabalho híbrido, que a sua companhia atua há 30 anos no Brasil, onde tem 48 mil clientes.

Embora se fale em sublocação, os contratos da Wework são de prestação de serviço, porque envolvem também outras atividades, como recepção e caixa postal, afirmou o advogado imobiliário Paulo Rodrigues, do escritório Dias Carneiro. Assim, o inquilino da Wework não tem relação jurídica com o proprietário do imóvel, e este pode impedi-lo de frequentar o prédio se o despejo acontecer.

Procurada, a Wework disse, em nota, que desconhece qualquer ordem de despejo e segue operando os seus prédios. O atraso nos pagamentos teria o objetivo de "acelerar as conversas para chegar a resoluções que sejam do melhor interesse de todo o ecossistema". Afirmou, ainda, que as negociações já estão resultado em acordos com locadores.

INÊS 249

Aviação Detentores de dívidas no exterior estão divididos em meio a negociações por mais recursos

Garantias acirram disputa entre credores da Azul

Cristian Favaro e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Grupos detentores de títulos de dívidas no exterior (“bondholders”) estão se desentendendo em meio às negociações para que a Azul consiga levantar mais capital no mercado, apurou o **Valor**.

A aérea, que passa por uma nova reestruturação financeira, tem buscado essa classe de credores para levantar entre US$ 300 milhões e US$ 400 milhões usando a Azul Cargo, braço de logística da companhia, como garantia.

O motivo dessa desavença é a diferença nas garantias que cada um desses credores recebeu pelos seus títulos no passado e como elas podem ser compensadas para a liberação de novo capital para a aérea.

“A Azul tem várias emissões de bonds, com vencimentos e garantias diferentes. A visão de alguns desses credores é de que as negociações precisam observar isso”, disse uma fonte. O cenário tem levado a divergências dentro desse grupo, que precisa tomar uma decisão acerca dos recursos adicionais à aérea.

Reportagem do portal Debtwire na quarta-feira (11) informou que parte desses credores havia se separado do grupo principal e estaria buscando um assessor para o tema, entre eles, estaria a gestora Oaktree Capital Management.

Em comunicado ao mercado, essa categoria de credores nega o rompimento, mas não detalha as disputas internas que estariam ocorrendo acerca das garantias.

“O grupo Ad Hoc de Detentores de Notas da Azul permanece unido e pretende se envolver construtivamente com a Azul”, afirmou, em nota. Essa parcela de credores representa cerca de 90% das notas seniores garantidas com vencimentos em 2028, 2029 e 2030. O grupo tem 90% dos papéis conversíveis em circulação com vencimento em 2028. A Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP e Mattos Filho foram contratados como consultores jurídicos e PJT Partners como consultor financeiro.

A Azul iniciou conversas com arrendadores e bondholders para encontrar uma saída para sua atual situação financeira e evitar uma reestruturação mais profunda por meio de um Chapter 11, equivalente à recuperação judicial.. Reuniões ocorreram na semana passada em Nova York.

Aérea buscou seus bondholders para levantar entre US$ 300 milhões e US$ 400 milhões

LEO PINHEIRO/VALOR

Companhia aérea iniciou conversas com arrendadores e bondholders para encontrar uma saída para sua atual situação financeira e evitar a recuperação judicial

Avaliada em cerca de US$ 800 milhões, a Azul Cargo deverá ser usada como principal garantia para a aérea levantar recursos e evitar a Chapter 11. A operação seguiria a mesma lógica da feita com o Tudo Azul, programa de pontos da aérea, que foi dado como garantia a um empréstimo no ano passado.

Uma fonte próxima às conversas disse que a Azul precisa de entrada de recursos ainda neste ano para ganhar fôlego e que é mais provável é de que esse dinheiro venha dos atuais credores.

Joana Bontempo, consultora e responsável pela área de reestruturação de empresas de CSMV Advogados, disse que a obtenção de dinheiro novo junto a credores de bonds de emissões distintas normalmente é tarefa complexa, pois as emissões precisam ser renegociadas para permitir novas garantias e alinhar interesses divergentes.

“As diferentes prioridades de pagamento e direitos dos credores precisam ser acomodados para que se alcance uma solução consensual e rápida”, disse.

A negociação com “bondholders”, segundo fontes, está amarrada com as conversas com arrendadores de avião. Isso porque os detentores de dívidas externas teriam demonstrado interesse em dar mais recursos à Azul, mas esse dinheiro novo não poderia ser usado para pagar arrendadores. Desta forma, a dívida com os arrendadores teria de ser equacionada antes de se conseguir levantar um novo dinheiro.

Do lado dos arrendadores, as dívidas totais somavam cerca de R$ 18 bilhões no fim do segundo trimestre. A conversa atual envolve cinco deles, que detêm mais de 90% da dessa dívida: AerCap, Avolon, Azorra, NAC e Falko.

No ano passado, a Azul fechou um acordo para renegociar a dívida com os arrendadores de aeronaves, cujo pagamento envolvia a emissão de US$ 370,5 milhões de títulos de dívida sem garantia, com vencimento em 2030, a um custo de 7,5%, e a opção de receber mais US$ 570 milhões em ações preferenciais da Azul, que seriam emitidas a um valor de R$ 36 por ação.

Como a ação da aérea não caminhou bem de lá para cá por causa do câmbio e da crise no Rio Grande do Sul, a Azul iniciou uma nova rodada de conversas para evitar uma forte diluição.

Segundo fontes, as conversas em andamento com os arrendadores seriam para entregar uma parcela fixa da empresa em troca da conversão da dívida em “equity”. A diluição, segundo fontes, deverá ficar na casa de 25%.

US$ 800 milhões é a avaliação da Azul Cargo

Nos bastidores, a Azul tem visto uma boa janela de negociação. De um lado, a empresa não está em situação de default de seus papéis, o que abriria espaço para uma conversa mais amigável. O cenário de default costuma jogar as empresas contra a parece, uma vez que dá aos credores o poder de executar as dívidas — é neste momento que grupos costumam pedir a proteção de credores com o Chapter 11.

De outro lado, a Azul terá ainda a ajuda do governo brasileiro após liberação do uso do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) como garantia para empréstimos. A visão do mercado, entretanto, é de que as aéreas apenas devem conseguir acessar o recurso oficialmente no ano que vem.

Procuradas, Azul e Oaktree Capital Management não se manifestaram.

O clima e a economia

ESG

Wellington Vitorino

A crise climática é um dos desafios mais urgentes do século XXI. O aumento das temperaturas, a intensificação de eventos climáticos extremos, como furacões e secas, e a elevação dos níveis do mar são algumas das consequências diretas do aquecimento global. Mas, além dos impactos ambientais evidentes, a crise tem implicações econômicas profundas, as quais temos sentido de forma cada vez mais agressiva.

As empresas certamente sairão prejudicadas. Elas já enfrentam um cenário de crescentes incertezas. Setores vulneráveis, como agricultura, energia e seguros, estão entre os primeiros a serem impactados.

A agricultura, por exemplo, depende diretamente das condições climáticas. Com a crescente instabilidade do clima, as colheitas ficam menos previsíveis, impactando a produção e os preços dos alimentos — e vale lembrar que o Brasil contribui consideravelmente para alimentar o mundo. As indústrias energéticas, sobretudo as que dependem de recursos fósseis, estão sob pressão para adaptar seus modelos de negócio, já que a transição para fontes de energia renováveis é cada vez mais necessária.

A crise climática também aumenta custos operacionais. A adaptação às novas realidades ambientais exige investimentos significativos em infraestrutura resiliente, tecnologia verde e processos de produção mais eficazes. Algumas empresas já sofrem com impactos em ativos, precisando mudar suas instalações para locais menos vulneráveis ambientalmente. Aquelas que não se adaptarem correm o risco de perder competitividade, embora isso também abra espaço para a inovação em setores ligados às tecnologias limpas.

Há impactos também no mercado de trabalho. A transição para uma economia mais sustentável deve criar novas oportunidades de emprego, mas também eliminar postos de trabalho em setores tradicionais, como o de combustíveis fósseis. Precisamos urgentemente de políticas públicas que facilitem essa transição via requalificação profissional, para que boa parte dos trabalhadores possa acessar, de fato, novas oportunidades de emprego.

Mais graves ainda são os impactos sentidos pelo conjunto da sociedade. A mudança climática pode agravar a pobreza e aumentar desigualdades. Sobretudo em regiões vulneráveis, como as zonas costeiras ou rurais, eventos climáticos extremos causam danos diretos, como destruição de infraestrutura e perda de vidas, e forçam migrações, o que pode sobrecarregar os serviços públicos e agravar tensões sociais. Nas cidades, a urbanização desordenada nos torna mais expostos a enchentes e ondas de calor, com prejuízo evidente para a qualidade de vida.

Precisamos, portanto, de uma resposta coordenada entre governos, iniciativa privada e sociedade civil. Mitigar os impactos econômicos da crise climática requer investimentos em programas de sustentabilidade, como a redução das emissões de gases do efeito estufa, o incentivo às práticas agrícolas regenerativas e a promoção de inovações tecnológicas.

Solucionar nossa maior crise contemporânea demanda uma abordagem colaborativa. Só assim poderemos garantir um futuro econômico mais justo e sustentável para todos.

Wellington Vitorino é diretor-executivo do Instituto Four
E-mail wvitorino@institutofour.org

Consumo Técnicos da Receita Federal temiam que cobrança pudesse alterar os hábitos do comprador

‘Taxa das blusinhas’ não deve afetar compras

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O início da cobrança de 20% de imposto de importação para compras de até US$ 50 feitas em plataformas que aderiram ao Remessa Conforme não deve trazer prejuízos ao programa da Receita Federal, na avaliação de integrantes da equipe econômica.

Havia receio entre os técnicos que a taxação pudesse mudar o comportamento do consumidor ou das empresas, mas isso foi observado pontualmente em julho e deve se estabilizar.

O **Valor** apurou que houve um aumento grande em julho no número de encomendas de pequeno valor que entraram no país, porque as plataformas anteciparam o registro de importação nos últimos dias do mês e os consumidores também adiantaram as compras, com medo da taxação. Depois, em agosto, houve uma queda nas importações, o que os técnicos consideram natural, já que o movimento de compra foi antecipado.

A expectativa é que haja uma normalização em setembro, com o programa seguindo o seu fluxo normal. A primeira impressão entre os técnicos é que não houve impacto relevante nos preços, mesmo com a cobrança do Imposto de Importação a partir de agosto.

Eles observam que os clientes têm um ganho de logística com o Remessa, pois as cargas são liberadas primeiro e as encomendas estão chegando bem mais rápido para os consumidores. Isso tem ajudado o programa a se manter com bons resultados, explicou uma fonte ao **Valor**.

> “Hoje, temos 100% das informações relacionadas às remessas [de fora]”
> *R. Barreirinhas*

Também não está sendo observado um prejuízo aos pedidos de certificação. Pelo contrário, as compras já feitas em plataforma fora do Remessa são taxadas em 60%, independentemente do valor. O número de certificações concedidas inclusive cresceu nos últimos meses.

O Congresso Nacional aprovou em junho um projeto de lei que alterou as alíquotas a serem aplicadas às remessas internacionais. De agosto do ano passado até julho deste ano, quando a Receita deu início ao Remessa Conforme, as compras de até US$ 50 feitas em plataformas certificadas eram isentas de imposto de importação, pagando apenas 17% de ICMS. Alguns sites isentavam os consumidores da cobrança do imposto estadual.

Com a aprovação da Lei 14.902/2024, a nova tributação passou a ser de 20% de Imposto de Importação para compras de até US$ 50 e de 60% para valores acima, mas com uma parcela a deduzir de US$ 20. Uma medida provisória estabeleceu o início da vigência da alíquota para 1º de agosto deste ano. Não houve mudança no ICMS.

Entre os técnicos do governo, havia o receio de que a nova cobrança pudesse afetar o programa. Isso chegou a ser manifestado publicamente pelo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, em julho.

“Há um ano, não tínhamos ideia do que entrava no Brasil [de pequenas encomendas]. E, hoje, nós temos 100% das informações relacionadas às remessas [internacionais]. Tudo isso é com base no programa Remessa Conforme e boa parte do esforço da aduana é para que nós não percamos isso nessa transição para a tributação”, explicou Barreirinhas, em 22 de julho.

De acordo com dados da Receita Federal, são 15 empresas diferentes certificadas, entre elas gigantes do varejo, como AliExpress, Amazon, Magazine Luiza, Mercado Livre, Shein, Shopee e Temu. Há outras 13 empresas que já ganharam o direito à certificação, mas não concluíram a implementação do Remessa em suas plataformas de vendas. Por isso, os clientes ainda não têm o benefício de comprar pagando imposto de 20%.

20% é a tarifa sobre a compra de até US$ 50

O total de remessas internacionais recebidas em junho e julho deste ano foi de 38,96 milhões, sendo que houve o registro de 94% delas, de acordo com dados da Receita Federal. O valor aduaneiro das encomendas registradas e oriundas de sites participantes do Remessa Conforme foi de US$ 574,1 milhões no bimestre, o equivalente a R$ 3,13 bilhões. Como ainda não havia cobrança de imposto de importação para compras até US$ 50, somente encomendas acima desse valor recolheram o tributo federal, o que resultou em R$ 91,5 milhões aos cofres públicos.

Ricos vão mais ao atacarejo, mostra pesquisa

Adriana Mattos
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

Lojas de atacarejo têm preços, em média, 10% a 15% abaixo do verificado em canais como os supermercados e estão crescendo dentro das capitais

As camadas de renda mais alta da população frequentam mais o atacarejo no país do que as classes de menor renda.

Levantamento da Nielsen a respeito do perfil de compra, e sobre os acessos das classes de menor poder aquisitivo às marcas, mostra que 63% dos consumidores C, D e E foram, em algum momento, às lojas do atacarejo no último um ano, até março. Mas entre os mais ricos, esse percentual supera os 75%.

Na média do Brasil, inclusive, esse percentual de penetração de 63% está abaixo da média nacional, de 75,1%.

“Isso mostra como o atacarejo pode ganhar muito mais mercado entre as camadas de menor renda e vai contra uma percepção geral de que o atacarejo tem um consumo já explorado entre classes de baixa renda”, afirmou Gabriel Fagundes, diretor de insights para a indústria da NielsenIQ (NIQ).

O fato de as lojas estarem concentradas, principalmente, fora dos grandes centros urbanos — área com metro quadrado mais barato para a expansão do atacado — o que exige uma locomoção maior para fazer as compras, tem impacto nesses números. O alto desembolso por compra, por causa do volume maior comprado acaba atraindo principalmente as camadas A e B da população para as lojas e também explica esse perfil de compradores, diz o executivo.

Nos últimos anos, houve um aumento no número de unidades dentro de capitais, especialmente de lojas do Assaí e Atacadão, para aproximar o atacarejo de outros tipos de públicos. Isso encarece o custo geral das empresas, pelo preço do terrenos, mas pode ser compensando por um aumento de volume vendido e ganhos de escala.

Lojas de atacarejo têm preços, em média, 10% a 15% abaixo do verificado em canais como os supermercados. Isso indica que classes de alta renda têm mais acessos a canais de venda para economizar na compra de alimentos do que os mais pobres.

Apesar desse desequilíbrio, tem ocorrido uma evolução na participação do atacarejo como canal de venda dentro dos domicílios mais pobres.

Um ano atrás, nos 12 meses terminados em março de 2023, a frequência das classes C, D e E no atacarejo era de 56,6% — e atingia 51% até março de 2022.

No Brasil como um todo, esses percentuais eram de 65,4% até março de 2022, de 70,6% até março de 2023, subindo a 75,1% até março de 2024. O diretor da NIQ destaca que o “gap” (lacuna) de pontos percentuais entre a fatia de C, D e E e o total diminui no decorrer do período.

> “Seguimos neste ano com crescimento em valor e volume vendido”
> *Gabriel Fagundes*

O relatório da NIQ apresentado nesta quinta-feira (12), e batizado “Tropicalizar para Crescer”, trata do potencial inexplorado das classes baixas na América Latina. Ele destaca o perfil de compra de camadas de menor renda em Brasil, México, Peru, Colômbia, Chile e Venezuela, e a oportunidade de crescimento para essa faixa de renda.

Somados, esses países têm US$ 358 bilhões em renda total das classes de baixa renda (C, D e E), calcula a NIQ.

Pela pesquisa, 14% do gasto das classes de menor renda está alocado em marcas de alto valor, versus 20% do painel total de classes. Ainda é menor que o geral, mas o executivo da empresa de pesquisas destaca que isto sinaliza potencial a ser desenvolvido nessa faixa, e também de que há interesse dos compradores nos produtos mais supérfluos.

Nas marcas de preço baixo, estão alocados 26% dos gastos, e naquelas de preço médio, a fatia do gasto alcança 61%.

Há uma percepção, entre consultores de consumo, de que pessoas com menos recursos não podem errar na compra, e correr o risco de levar produtos de menor qualidade para casa, perdendo o investimento feito na compra.

Por isso, buscam produtos de marcas percebidas como de maior qualidade — isso apesar da evolução das marcas de primeiro preço em termos de qualidade final nos últimos anos.

“No fim do dia, as marcas mais baratas tem importância grande na cesta, mas 14% do gasto vai para as marcas mais caras. O senso comum das empresas é pensar que explorar o consumo na menor renda ‘não é para mim’, mas isso não é necessariamente verdade”, disse Fagundes.

Questionado se a NIQ tem verificado um aumento no consumo da população de menor renda pelas marcas mais caras passado o período da pandemia que comprimiu rendimento das famílias e elevou os juros, Fagundes disse que a maior estabilidade de indicadores econômicos tem levado a uma recuperação da demanda.

“São a previsibilidade e a estabilidade que levam a pessoas a consumir mais ou passar a gastar em alguma outra marca. O que vemos hoje é que não são todas as marcas e nem todas as categorias que estão nessa situação melhor, mas já vemos em diferentes classes ou categorias um crescimento. E isso está mais distribuído pelos produtos”, disse ele. “Seguimos neste ano, pelas nossas últimas pesquisa, com crescimento em valor e volume vendido.”

O executivo ainda deu exemplo de marcas de alto preço que conseguiram ampliar a venda em classes C, D e E. Produzir linhas com menor volume, e logo, proporcionalmente, com preços mais baixos, tem sido uma estratégia bem recebida. Assim como ser uma marca referência numa categoria, que tem alta percepção de valor.

“Por exemplo, temos um ‘case’ de uma marca de tempero que é mais cara que a média, mas que tem uma percepção positiva forte no segmento de ervas em geral. E apesar de ser inacessível para a classe de menor renda nessa área de ervas, ela vai muito bem em temperos porque carrega essa força da marca”, diz.

14% do gasto vai para marcas mais caras

Curtas

General Mills vende

A General Mills disse nesta quinta-feira (12) que venderá seu negócio de iogurtes na América do Norte, incluindo a marca Yoplait, para duas empresas francesas de laticínios por um total de US$ 2,1 bilhões. A empresa americana afirmou que os negócios nos Estados Unidos e no Canadá, que geraram cerca de US$ 1,5 bilhão em vendas líquidas no ano fiscal de 2024, operarão de forma independente após a conclusão do acordo. A Lactalis, uma empresa de capital fechado, comprará o negócio nos EUA, enquanto a cooperativa de laticínios Sodiaal adquirirá a unidade canadense. Além da Yoplait, Go-Gurt e outras marcas de iogurte, o acordo inclui instalações de fabricação no Tennessee, Michigan e Québec. A General Mills disse que espera que as transações resultem em redução de aproximadamente 3% no lucro ajustado por ação nos primeiros 12 meses após o fechamento, excluindo os custos da transação e outros impactos. Ela pretende usar os recursos para recompra de ações. “Gerenciando eficientemente nosso portfólio e concentrando o foco em nossas plataformas globais e marcas locais, que têm melhores perspectivas de crescimento e margens mais atraentes, estaremos em posição melhor para gerar retorno para os acionistas no longo prazo”, disse o diretor-presidente da General Mills, Jeff Harmening. A companhia tem produzido e distribuído produtos Yoplait nos EUA desde o final dos anos 1970 e adquiriu o controle total da marca canadense em um acordo de troca com a Sodiaal, em 2021. O acordo anunciado na quinta-feira deve ser concluído em 2025. A General Mills disse que fornecerá mais detalhes sobre os efeitos financeiros das transações na próxima divulgação de resultados.

SEC revê regras

A Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) irá votar na próxima quarta-feira (18) algumas mudanças nas regras do mercado de ações americano, na maior revisão já feita em quase 20 anos. O órgão irá deliberar sobre alterações na “Regulação do Sistema Nacional de Mercado” (NMS), que é o conjunto de regras que visa melhorar a transparência e a execução de preços justos no mercado de ações dos EUA. A votação irá tratar sobre os incrementos mínimos de preços para as negociações de ações, além de discutir as reduções dos limites de taxas de acesso e o aumento da transparência de ordens com melhores preços. Essas mudanças fazem parte de um pacote de alterações anunciado pela SEC em dezembro de 2022, como uma resposta às especulações das chamadas “ações meme”, como GameStop e AMC. Entre as medidas que foram divulgadas na época, a mais polêmica, e que ainda não está na pauta da SEC, é um mecanismo de leilão que forçaria as corretoras a oferecerem ordens de investidores não profissionais a um grupo maior de investidores caso as negociações fossem menores que US$ 200 mil. Outra proposta, sobre a chamada “melhor execução”, exigiria que as corretoras documentassem exatamente como analisaram o mercado para garantir que recebessem o melhor preço para seus clientes. Atualmente, a definição de melhor execução é definida pela Autoridade Reguladora da Indústria Financeira, não pela SEC. Em 2022, o boom das “ações meme” evidenciou a prática de pagamento por fluxo de ordens, na qual grandes empresas como Citadel Securities e Virtu Financial compram ordens de clientes de corretoras de varejo, como a Robinhood, em vez de ir diretamente para o mercado de ações.

Moderna segura P&D

A Moderna anunciou uma grande redução em seus esforços de pesquisa e desenvolvimento, à medida que a farmacêutica busca estender seu caixa para cobrir um período prolongado de prejuízos. A empresa planeja cortar os gastos com pesquisa e desenvolvimento em 20%, começando em 2025, pausando vários programas de medicamentos e descontinuando outros. Agora, espera gastar US$ 16 bilhões em P&D de 2025 até 2028, abaixo da projeção anterior de US$ 20 bilhões. A farmacêutica afirma que esses cortes a levarão a um ponto de equilíbrio em termos de custo operacional até 2028. Essa nova meta está dois anos atrasada em relação à data de equilíbrio de 2026 que a Moderna havia estabelecido em novembro do ano passado. O ajuste financeiro ocorre enquanto as vendas de vacinas da empresa continuam a decepcionar, mesmo em meio a expectativas modestas. A Moderna disse que espera uma receita total entre US$ 2,5 bilhões e US$ 3,5 bilhões em 2025, abaixo da estimativa de consenso atual da FactSet, de US$ 3,9 bilhões. A Moderna afirma que as economias de custos significam que não precisará levantar capital antes de atingir o ponto de equilíbrio. Isso deve aliviar as preocupações crescentes em Wall Street de que a reserva de caixa da empresa, que era de US$ 10,8 bilhões em 30 de junho, não duraria o suficiente até o retorno da empresa à lucratividade. A companhia tem 10 produtos que espera lançar nos próximos anos, incluindo uma vacina contra a gripe, uma vacina combinada contra gripe e covid-19, uma vacina contra o norovírus e um medicamento contra o câncer, desenvolvido em parceria com a Merck. “Nossa plataforma é extremamente produtiva”, disse o diretor-presidente, Stephane Bancel.

Commodity Desaceleração da demanda global terá impacto no consumo e põe em alerta investidores

Medo de recessão cresce e petróleo segue pressionado

Lukanyo Mnyanda e Alan Livsey
De Financial Times, de Londres

As recentes quedas do petróleo empurraram a cotação para fora da faixa de negociação dos últimos 12 meses, em meio ao crescente nervosismo dos investidores quanto ao impacto da desaceleração das maiores economias do mundo na demanda. O Brent, que era negociado entre US$ 73 e US$ 92 desde outubro, chegou a US$ 68,68 na terça (10), menor patamar desde o fim de 2021.

A queda veio depois de um relatório mostrar que as importações de petróleo pela China ainda estão abaixo dos níveis de 2023, o que se somou aos temores cada vez maiores quanto à demanda mundial. Apesar de ter reconquistado certo terreno na quarta-feira, o referencial internacional do petróleo acumula queda de 13% desde 26 de agosto, quando a cotação subiu, em meio a receios quanto à oferta.

O West Texas Intermediate (WTI), referencial dos Estados Unidos, chegou a cair para US$ 65,27, menor cotação desde maio de 2023, embora tenha se recuperado 2,1% na quarta-feira. O Brent subiu para US$ 70,61, depois de o furacão Francine ter afetado a produção de petróleo e gás na costa americana do Golfo do México

Na terça, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) reduziu a projeção para a demanda da commodity pelo segundo mês consecutivo, apenas alguns dias depois de oito membros da Opep+ terem anunciado que o plano para reverter cortes voluntários na produção em outubro seria postergado em dois meses.

"Todos estão mudando para o lado da expectativa baixa ... [dizendo] que a China está ruim, os EUA estão em declínio e, de repente, estamos todos consumidos por conversas sobre a baixa e um grande clima de baixa", disse Bjarne Schieldrop, principal analista de commodities do banco SEB. Pelas "entrelinhas", ele prevê que a Opep aceitará "um preço [de mercado] mais baixo, um pouco mais de volatilidade e maior incerteza no mercado".

Outros especialistas também mostram cautela. O Citigroup aconselha investidores a vender em qualquer movimento de alta e calcula que a cotação cairá a US$ 60 em 2025, em razão de um "excesso considerável" de oferta. Em uma conferência antes da queda de terça-feira, Ben Luckock, chefe da área de petróleo da comercializadora Trafigura, disse que o Brent cairia em breve "para a casa dos US$ 60", embora também tenha alertado contra um excesso de pessimismo.

Alguns administradores de fundos também preveem preços fracos. "Estamos com uma alocação abaixo do referencial em ações de petróleo", disse Paul Gooden, da Ninety One, acrescentando que a gestora de ativos espera "eventos de cauda no lado negativo".

> "Todos estão mudando para a expectativa do lado de baixa"
> *Bjarne Schieldrop*

A queda dos preços representa um desafio para a Opep+. Mesmo com o adiamento do plano de elevar a produção em 180 mil barris por dia em outubro e em 540 mil até o fim do ano, estrategistas acreditam que o grupo pode ter dificuldade em sustentar os preços.

O adiamento da reversão dos cortes voluntários vem acompanhado do risco de ceder participação de mercado a outros produtores, e de forma permanente, segundo analistas. Segundo a Opep, o crescimento da oferta em 2024 será puxado principalmente por EUA, Brasil e Canadá.

Fator que limita a alta de preço do Brent (cuja média em 2024, até o fim de agosto, era de US$ 82,90) é a perspectiva de que a Opep possa liberar mais óleo no mercado caso as cotações subam bastante.

Por outro lado, os conflitos no Oriente Médio e, por um breve período, a disputa política que interrompeu grandes partes da produção da Líbia, vinham dando um piso ao mercado. Mas fraca demanda removeu esse suporte.

A decisão da Opep de postergar o aumento da produção não conseguiu sustentar os preços, sinal de que "o mercado não ficou impressionado e queria mesmo um cancelamento" dos cortes, disse Nitesh Shah, chefe da área de commodities da WisdomTree, uma gestora de ETFs, fundos negociados em bolsa como ações.

"A verdade é que a demanda está muito fraca e, portanto, apenas adiar não é suficiente. Eles precisavam [ter enviado] um sinal forte de que manteriam as restrições de produção por mais tempo que apenas essa postergação de dois meses." O declínio dos preços chega em momento sensível, antes da eleição nos EUA.

Embora a queda possa favorecer a vice-presidente Kamala Harris por reduzir os preços da gasolina e por ajudar a conter a inflação, a fraqueza no mercado também sinaliza uma crescente preocupação de que a economia dos EUA possa estar se dirigindo a uma forte desaceleração. Durante boa parte dos últimos cinco anos, a escassez de oferta fez com que o petróleo para entrega em 12 meses fosse negociado abaixo dos preços de curto prazo, numa média de US$ 5 por barril. Essa diferença desapareceu.

Isso sinaliza que os estoques podem estar em alta, como poderia ocorrer no caso de uma recessão, segundo o Morgan Stanley, embora seus economistas não prevejam isso. O banco reduziu sua previsão para o Brent no quarto trimestre de 2024 de US$ 80 para US$ 75 por barril, e projeta que a cotação ficará em US$ 75 ao longo de 2025.

Na terça, a Agência de Informações sobre Energia dos EUA (EIA) previu que o barril voltará a US$ 80 ainda em setembro, chegando a US$ 82 no quarto trimestre.

Na Kabum!, um Trajano que vira gamer e volta ao interior

Varejo

André Ítalo Rocha
De São Paulo

Julio Trajano, sobrinho-neto de Luiza Trajano, a fundadora do Magazine Luiza, foi um adolescente sem tempo para videogames. Começou a trabalhar cedo, aos 14 anos, como vendedor em uma loja do Magalu, e passou a juventude dividido entre os negócios da família e os estudos.

Agora, aos 45 anos, está preenchendo essa lacuna. Assim que assumiu, em 2023, como CEO da Kabum!, o e-commerce de tecnologia e games comprado por sua família em 2021, percebeu que precisava mergulhar no mundo dos gamers para conhecer bem o seu principal público consumidor: passou a ler de tudo sobre o assunto e aprendeu, finalmente, a jogar.

"Agora, estou jogando jogos como League of Legends e Fifa no PlayStation, mas eu sou muito ruim, muito ruim", contou, bem-humorado, o executivo a jornalistas em Limeira, no interior de São Paulo. Ali, todos os funcionários o chamam de Julinho.

Se a cultura da Kabum! deu um start em sua versão gamer, Trajano está levando para a companhia o DNA de varejo físico da família. Após inaugurar em abril, em São Paulo, na Marginal Tietê, a primeira loja física da marca, o CEO prepara mais duas, aproveitando o espaço de outros pontos do Magalu, no modelo store in store.

A primeira operação funciona como revenda com descontos de produtos devolvidos ao e-commerce, dentro da unidade do Magalu. A próxima unidade, de perfil semelhante, será inaugurada em breve no Shopping Aricanduva, na zona leste da capital paulista. Já a terceira, será maior e focada na experiência, com arena para clientes assistirem a campeonatos, e deve ter produtos novos. O endereço é o Conjunto Nacional, em parte do espaço da antiga Livraria Cultura, que o grupo assumiu e terá visibilidade para cada marca, incluindo também Netshoes e Época Cosméticos.

"Esses dias, encontrei a Luiza no elevador, em São Paulo, e ela disse, daquele jeito dela, que 'até dezembro fica pronto'. Mas falei: 'Luiza, não vai ficar, é muito grande'", contou o executivo, que acha que a ambição do projeto é coisa para o primeiro semestre de 2025. O espaço total, segundo ele, terá entre 5 mil e 6 mil metros quadrados.

Embora a estrela do complexo no Conjunto Nacional seja o Magalu, Trajano crê que a localização, na av. Paulista, será estratégica para aproximar a Kabum! do público jovem — historicamente, u, ponto de encontro de adolescentes, inclusive os que jogam joga RPG.

Trajano está na Kabum! há exatos 18 meses e chegou para substituir, no comando, os dois irmãos fundadores, Leandro e Thiago Ramos, que foram demitidos depois que uma briga judicial tornou insustentável a permanência da dupla. Eles cobram do Magalu R$ 1 bilhão de "earn-out" da aquisição e processaram o Itaú BBA, assessor da transação, por entenderem que o banco favoreceu a família Trajano na negociação — uma disputa ainda em andamento e sobre a qual a Kabum! não comenta.

> Julinho já comandou outros negócios do grupo, como o e-commerce do Magalu, e a Netshoes

Julinho já comandou outros negócios do grupo, como a operação de e-commerce do Magalu, e a Netshoes, sua última passagem. A primeira loja física do Kabum!, inclusive, era para ter sido da marca esportiva. "Lá seria a primeira da Netshoes, mas acabou não rolando, e aproveitei o espaço para a Kabum!. Tivemos de fazer coisas novas para uma empresa de e-commerce, como controle de estoque e comissão de vendedor, mas que não eram novidade para mim."

A ida para o e-commerce sediado em Limeira representou um retorno ao interior. Nascido em Franca, interior paulista, cidade da família, o sobrinho-neto de Luiza passou 15 anos em São Paulo antes de se mudar para Limeira. Reconhece que gosta da capital e sente falta da metrópole, mas tem aproveitado as vantagens da vida interiorana, como um céu mais limpo e perder menos tempo no trânsito. "Levo nove minutos para chegar ao trabalho. Em São Paulo, eram 40."

Nesses 18 meses, já deu tempo para os funcionários criarem intimidade suficiente para tirar sarro do chefe. Na reunião que toda a empresa faz semanalmente, o time de logística elaborou um quiz para uma dinâmica e criou a placa "blindado pelo Julinho" para ser levantada por aqueles que não quisessem responder — e a brincadeira acabou virando ilustração, depois colada na parede da sala de edição de vídeos.

Ao trocar o seu nicho de consumo, deixando a turma de esportes que compra na Netshoes para aderir à comunidade gamer da Kabum!, Trajano confessa que se impressionou com o grau de engajamento do seu novo público. "Outro dia eu estava chegando em casa, no elevador, com o crachá do Kabum! e um menino de 15 anos ficou muito empolgado quando percebeu que eu trabalhava lá". A história, ele diz, chegou a inspirar uma peça de campanha da Kabum!, reproduzindo a cena em vídeo.

Desde que chegou, as vendas da Kabum! seguem em alta. No ano passado, foram R$ 3,8 bilhões em receita. E a projeção para 2024 é fechar com R$ 5 bilhões. O varejo físico, ainda restrito a uma unidade, representa uma parte pequena da receita da Kabum!, mas a empresa tem planos de longo prazo para se espalhar pelo país, aproveitando a capilaridade da rede Magalu. "A gente aproveita espaço, aumenta o fluxo, divide as despesas, mas eu não roubo o público do Magalu, porque vou estar levando um novo público."

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

DIVULGAÇÃO
Julio Trajano está há 18 meses no comando da companhia comprada em 2021

Curtas

Havanna à venda

A argentina Havanna, conhecida pelos alfajores e doce de leite, contratou o UBS para analisar potencial venda de suas operações na América Latina, apurou o **Valor**. A companhia, que tem ações listadas na bolsa argentina, também tem investidores financeiros interessados em vender a participação, segundo fontes. Além da América Latina, a companhia possui operações na Espanha e nos EUA. A leitura é que o negócio pode interessar a nomes globais da indústria de chocolate ou fundos de "private equity", que compram participações de empresas. Outra fonte disse que a Havanna já teria chegado a considerar separar a operação brasileira em uma sondagem de negócios, dada a dificuldade que poderia encontrar em se desfazer de todo o pacote. Apenas no Brasil, a Havanna possui 191 lojas, sobretudo franquias. Procurada, a reportagem não conseguiu contato com a Havanna. O UBS não comentou.

Nova compra da WEG

A WEG anunciou nesta quinta-feira (12) um acordo para comprar a fabricante de motores turca Volt Electric Motor, subsidiária do Grupo Saya, por US$ 88 milhões. Segundo a companhia, a Volt tem capacidade de produção de um milhão de motores por ano e forte presença na Turquia, Europa, Oriente Médio e Ásia Central. Em 2023, a Volt teve uma receita operacional líquida de US$ 70 milhões, com uma margem Ebitda de 18,5%. A empresa possui 690 funcionários e uma fábrica. "Esta aquisição está alinhada à estratégia de crescimento do negócio de motores industriais e comerciais da WEG", afirmou a companhia, em comunicado. A localização estratégica da Volt permitirá ampliar a presença e oferta de produtos da WEG em mercados altamente competitivos, afirmou.

Agenda Tributária

Mês de Setembro de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Agosto/2024
13	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	1º a 10/setembro/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º)	5035*	"
	Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM)	1605*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras	5286*	1º a 10/setembro/2024
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	1º a 10/setembro/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	1º a 10/setembro/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	Agosto/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"
13	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770*	16 a 31/agosto/2024
13	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746*	16 a 31/agosto/2024
13	Cide - Combustíveis - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9331*	Agosto/2024
13	Cide - Remessas ao Exterior - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a remessa de importâncias ao exterior nas hipóteses tratadas no art. 2º da Lei nº 10.168/2000, alterado pelo art. 6º da Lei nº 10.332/2001.	8741*	Agosto/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Movimento Falimentar

Nota da redação: Excepcionalmente, não publicaremos a coluna nesta data.

Tecnologia Dona do robô ChatGPT lança o produto o1 em meio à corrida das 'big techs' para criar modelos de algoritmo cada vez mais potentes e avançados

OpenAI diz que sua nova inteligência artificial é capaz de raciocinar

Madhumita Murgia
Financial Times, de Londres

OpenAI lançará um produto de inteligência artificial (IA) que diz ser capaz de raciocinar, permitindo solucionar problemas complexos de matemática, ciência e programação. Isso seria um passo crucial para que máquinas alcancem uma cognição similar à de seres humanos.

Esses modelos de IA, chamados de o1, são apresentados como um sinal do avanço das capacidades tecnológicas dos últimos anos, em meio à corrida das empresas para criar sistemas de IA cada vez mais complexos. Em particular, há uma nova corrida entre as empresas de tecnologia, como Google DeepMind, OpenAI e Anthropic, para criar softwares capazes agir de forma independente, os chamados "agentes" — bots personalizados idealizados para ajudar as pessoas a trabalhar, a criar ou a se comunicar melhor e a interagir com o mundo digital.

Segundo a OpenAI, os modelos foram integrados ao ChatGPT Plus desde esta quinta-feira (12). Eles foram projetados para ajudar cientistas e desenvolvedores, em vez de usuários comuns. A empresa diz que os modelos o1 superaram o desempenho dos modelos existentes, como o GPT-4o, em um exame qualificatório para a Olimpíada Internacional de Matemática, no qual teve 83% de acertos, em comparação aos 13% do GPT-4o.

De acordo com Mira Murati, diretora de tecnologia da OpenAI, os modelos também abrem caminhos para entender como a IA funciona. "Conseguimos visibilidade dentro do pensamento do modelo [...] podemos observar seu processo de raciocínio, passo a passo", disse ela ao "Financial Times".

Os novos modelos se valem de uma técnica chamada aprendizado por reforço para abordar os problemas. Demoram mais para analisar as consultas, o que os torna mais custosos que os modelos GPT, mas suas respostas são mais consistentes e refinadas.

"O que ele está fazendo durante esse tempo é [...] explorar diferentes estratégias para responder à sua consulta", disse Mark Chen, pesquisador principal do projeto. "Se perceber que cometeu erros, pode corrigi-los."

Para aplicações como as pesquisas on-line — que a OpenAI está experimentando por meio de sua ferramenta SearchGPT —, Murati disse que esse conjunto de modelos poderia abrir um "novo paradigma para as buscas", ao permitir uma melhor pesquisa e recuperação de informações.

PHILIP PACHECO/BLOOMBERG

"Podemos observar seu processo de raciocínio [do o1], passo a passo"
Mira Murati

Ensinar softwares de computador a realizar raciocínios passo a passo e a planejar com antecedência são marcos importantes na invenção de uma inteligência artificial geral (IAG) — máquinas com capacidades cognitivas semelhantes às humanas —, segundo especialistas da área.

Caso os sistemas de IA demonstrem, de fato, raciocínio genuíno, isso permitiria "consistência de fatos, argumentos e conclusões feitos pela IA, [e] avanços na agência e autonomia da IA, provavelmente os principais obstáculos à IAG", disse Yoshua Bengio, cientista da computação da Universidade de Montreal e ganhador do prestigiado Prêmio Turing.

Houve progressos constantes nessa área, com modelos como o GPT, o Gemini, do Google, e o Claude, da Anthropic, exibindo algumas capacidades iniciais de raciocínio, disse Bengio. Porém, o consenso científico é que os sistemas de IA ainda não chegaram a um raciocínio verdadeiramente geral.

"A maneira correta de avaliar os avanços é ter avaliações independentes de cientistas e acadêmicos, sem conflitos de interesse", acrescentou Bengio.

Gary Marcus, professor de ciências cognitivas na Universidade de Nova York e autor do livro "Taming Silicon Valley" (Domando o Vale do Silício, em tradução livre), fez um alerta similar. "Temos visto repetidamente reivindicações sobre raciocínio que se desmoronam após inspeções meticulosas e pacientes da comunidade científica, então, eu veria com ceticismo qualquer nova reivindicação."

Bengio também destacou que softwares com capacidades mais avançadas representam um risco maior de uso indevido nas mãos de pessoas mal-intencionadas. A OpenAI informou ter "reforçado" seus testes de segurança para acompanhar os avanços, o que incluiu fornecer acesso prévio a uma versão de pesquisa do modelo a institutos independentes de segurança de IA do Reino Unido e dos Estados Unidos .

Nos próximos anos, o progresso da IA será guiado pelos avanços nessa área, segundo tecnólogos.

Segundo Aidan Gomez, CEO da startup de IA Cohere e um dos pesquisadores do Google que ajudou a criar a tecnologia de transformadores que dá sustentação a chatbots como o ChatGPT, ensinar modelos a trabalhar em problemas mostrou trazer melhorias "dramáticas" em suas capacidades. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Captação de US$ 5 bi em andamento

Dow Jones, de Nova York

A OpenAI está tentando captar US$ 5 bilhões, o que daria uma avaliação de US$ 150 bilhões para a empresa que é dona do ChatGPT. Espera-se que o acordo de financiamento seja liderado pela Thrive Capital, de acordo com o "Financial Times", que citou termos enviados a potenciais investidores.

A avaliação seria um aumento substancial em relação ao valor de US$ 86 bilhões da empresa no final de 2023, quando alguns funcionários venderam ações privadas da empresa. Apple, Nvidia e Microsoft estão potencialmente envolvidas no acordo, segundo o "Financial Times", embora ainda estejam discutindo o tamanho e os termos de sua participação.

A Microsoft investiu US$ 13 bilhões na OpenAI desde 2019, mas recentemente reduziu sua dependência da empresa ao criar uma unidade interna de IA.

A OpenAI está cultivando laços mais estreitos com a Apple, incluindo ser a primeira parceira a equipar o iPhone com IA. A verdadeira surpresa é o possível envolvimento da Nvidia, que ainda não fez um investimento de tão alto perfil em uma startup de IA.

Uma coalizão de apoio à OpenAI seria potencialmente alarmante à Alphabet, dona do Google, que está na corrida para desenvolver ferramentas de IA.

O projeto de lei para IA que 'rachou' o Vale do Silício

George Hammond e Cristina Criddle
Financial Times, de San Francisco

A tentativa da Califórnia de regulamentar a inteligência artificial (IA) dividiu o Vale do Silício, com opositores alertando que o marco legal poderá prejudicar a concorrência e a posição dos Estados Unidos de líder mundial em tecnologia.

Após travar uma baralha feroz para apresentar emendas ou enfraquecer o projeto de lei enquanto ele tramitava pela câmara legislativa da Califórnia, executivos de empresas como OpenAI e Meta aguardam ansiosamente para ver se Gavin Newsom, o governador democrata do Estado, o sancionará. A decisão tem prazo até 30 de setembro.

A Califórnia é o centro da crescente indústria da IA, e com a ausência de uma lei federal para regulamentar a tecnologia nos EUA — quanto mais um padrão global uniforme —, as implicações irão muito além do Estado.

"O resto do mundo certamente está agora muito atento ao que está acontecendo na Califórnia e nos EUA de forma mais ampla, e o resultado lá deverá ter repercussões nos esforços regulatórios de outras nações", disse ao "Financial Times" Yoshua Bengio, professor da Universidade de Montreal e um "padrinho" da IA.

Por que a Califórnia quer regulamentar a IA?

O desenvolvimento acelerado de ferramentas de IA capazes de gerar respostas semelhantes às humanas para perguntas ampliou os riscos percebidos em torno da tecnologia, que vão de disputas legais, como violações de direitos autorais, à desinformação e a proliferação de "deepfakes". Alguns até consideram que ela pode representar uma ameaça à humanidade.

O presidente dos EUA, Joe Biden, emitiu uma ordem executiva no ano passado com o objetivo de definir padrões nacionais de segurança para a IA, mas o Congresso americano não avançou na aprovação de leis nacionais.

A Califórnia liberal muitas vezes tomou a dianteira na regulamentação de questões em que o governo federal ficou para trás. Agora, a IA está no centro das atenções com a Lei de Inovação Segura para Sistemas Pioneiros de Inteligência Artificial, proposta pelo senador da Califórnia, Scott Wiener. Entre os vários projetos de lei apresentados em diferentes Estados, o da Califórnia é o mais provável de ter um impacto real, uma vez que é o Estado que se encontra no centro da explosão da IA e abriga grandes empresas como OpenAI, Anthropic, Meta e Google.

"As grandes empresas de IA, que têm sido as mais enfáticas nessa questão, estão no momento presas a uma corrida por participação de mercado e maximização dos lucros, o que poderá levar a negligências quando se trata de segurança, e é por isso que precisamos de algumas regras para aqueles que estão na liderança dessa corrida", diz Bengio.

O que o projeto de lei diz?

Wiener disse que seu projeto de lei "exige apenas que os maiores desenvolvedores de IA façam o que cada um deles repetidamente se comprometeu em fazer: realizar testes básicos de segurança em modelos de IA muito poderosos".

O projeto de lei exigirá que os desenvolvedores que construírem grandes modelos avaliem se eles serão "razoavelmente capazes de causar ou materialmente permitir danos críticos" que vão do uso malicioso ou roubo à criação de uma arma biológica. Espera-se, então, que as empresas adotem salvaguardas razoáveis contra esses riscos identificados.

Os desenvolvedores terão que construir um "interruptor de segurança" em quaisquer novos modelos acima de um certo tamanho, caso eles sejam mal-utilizados ou se tornem desonestos. Eles também serão obrigados a redigir um relatório de segurança antes de treinar um novo modelo e serem mais transparentes — eles terão que relatar "cada incidente de segurança de inteligência artificial" ao procurador-geral do Estado e realizar todos os anos uma auditoria independente para garantir a conformidade.

O projeto de lei é voltado para os modelos que custam mais de US$ 100 milhões para treinar, aproximadamente o valor necessário para treinar os principais modelos hoje. Mas essa é uma meta em movimento rápido: o presidente-executivo da Anthropic, Dario Amodei, previu que o próximo grupo de modelos de ponta custará US$ 1 bilhão para treinar, valor que poderá chegar a US$ 10 bilhões em 2026.

O projeto de lei se aplicará a todas as empresas que fazem negócios na Califórnia, independentemente de onde elas estão baseadas, o que efetivamente cobrirá todas as empresas atualmente capazes de desenvolver modelos de IA, segundo Bengio.

Ele introduzirá penalidades civis de até 10% do custo de treinamento de um modelo contra desenvolvedores cujas ferramentas causarem mortes, roubos ou danos à propriedade. Ele também criará responsabilidades para empresas que oferecem recursos de computação para treinar esses modelos e para as firmas de auditoria, tornando-as responsáveis por coletar e reter informações detalhadas sobre as identidades e intenções dos clientes. Não fazer isso poderá resultar em multas de até US$ 10 milhões.

Quem é a favor do projeto de lei e quem é contra?

Wiener e seus colegas afirmam que há um forte apoio público a novas regulamentações da IA. Ele também obteve o apoio qualificado da startup de IA Anthropic e de Elon Musk, bem como do sindicato de atores SAG-AFTRA e de dois grupos de defesa dos direitos das mulheres.

Na segunda-feira (9), 100 funcionários de grandes empresas de IA como OpenAI, xAI e Google DeepMind assinaram uma carta pedindo a Newsom que sancione o projeto de lei. "É viável e apropriado que companhias de IA de ponta testem se os modelos de IA mais poderosos podem causar danos severos, e que essas empresas implementem proteções razoáveis contra esses riscos", escreveram eles.

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

Senador Scott Wiener: forte apoio público a novas regulamentações para IA

Quem é contra?

Os críticos — que incluem acadêmicos como a professora de IA na Universidade Stanford, Fei-Fei Li, a firma de venture capital Andreessen Horowitz e a aceleradora de startups Y Combinator — afirmam que o projeto de lei prejudicará empresas em estágio inicial e desenvolvedores de códigos abertos que compartilham publicamente o código subjacente aos seus modelos.

O projeto de lei SB 1047 "desacelerará o ritmo de inovação e levará engenheiros e empreendedores de classe mundial da Califórnia a deixar o Estado em busca de maiores oportunidades em outros lugares", alertou o diretor de estratégia da OpenAI, Jason Kwon, em uma carta a Wieger no mês passado. Ele reiterou uma das queixas mais comuns: a de que Wiener está se intrometendo em uma área que deveria ser tratada em âmbito federal.

Os oponentes também afirmam que ele sufocará a inovação ao acumular requisitos onerosos sobre os desenvolvedores e torná-los responsáveis pelo uso de seus modelos de IA por maus usuários. Ele legisla sobre riscos que ainda não existem, acrescentam eles.

"Filosoficamente, antecipar as consequências de como as pessoas vão usar seu código em software é um problema muito difícil. Como as pessoas vão usá-lo, como você vai antecipar que alguém causará danos? Isso é um grande inibidor. É uma ladeira muito escorregadia", diz Dario Gil, diretor de pesquisas da IBM.

Dan Hendrycks, diretor do Center for AI Safety (Cais), que desempenhou um papel fundamental na formulação do projeto de lei, diz que os oponentes "querem que os governos deem a eles um cheque em branco para construir e empregar quaisquer tecnologias que eles queiram, independentemente dos riscos ou danos para a sociedade".

Hendrycks, que também é consultor da xAI de Musk, está sendo alvo de críticos que classificam o Cais como uma organização radical, excessivamente preocupada com os riscos associados à IA. Os oponentes também expressaram preocupações de que o Cais tenha feito lobby para obter influência sobre um "Conselho de Modelos Pioneiros" que o projeto de lei criará, composto por nove diretores do setor e da academia, e encarregado de atualizar as regulamentações em torno dos modelos de IA e garantir a conformidade.

Wiener rejeitou esses argumentos, classificando-os de uma "teoria da conspiração". "A oposição tentou pintar qualquer um que apoiasse o projeto de lei como 'catastrófico'", disse Wiener. "Eles disseram que esses eram riscos de ficção científica; que estávamos pensando demais no [filme] 'O Exterminador do Futuro'. Não estamos. Estamos preocupados com riscos muito reais, como o desligamento da rede elétrica ou do sistema bancário, ou a criação de uma arma química ou biológica."

Como o projeto de lei tenta abordar essas preocupações?

Wiener disse que ele e sua equipe passaram os últimos 18 meses envolvendo-se "com qualquer um que estivesse disposto a se reunir conosco" para discutir o projeto, incluindo Li e sócios da Andreessen e da Y Combinator.

Uma das preocupações deles era que a exigência de um mecanismo de desligamento ("kill switch") para modelos de código aberto impediria outros desenvolvedores de modificar ou construir sobre esses modelos, por medo de que eles fossem desligados a qualquer momento. Isso poderia ser fatal para empresas jovens e para a academia, que dependem de modelos de código aberto mais baratos ou gratuitos.

O projeto de lei de Wiener foi alterado para excluir os modelos de fonte aberta que foram ajustados além de um certo nível por terceiros. Eles também não precisarão ter um "kill switch".

Algumas das restrições originais do projeto de lei também foram moderadas, incluindo a redução do escopo para penalidades civis e a limitação do número de modelos abrangidos pelas novas regras.

O projeto se tornará uma lei?

O SB 1047 foi aprovado com facilidade no legislativo do Estado. Agora, o governador Newsom precisa decidir se sanciona o projeto, permite que ele se transforme em lei sem a sua assinatura ou o veta. Se ele vetar, a legislatura da Califórnia poderá anular isso com uma votação de maioria de dois terços. Mas, segundo um porta-voz da Wiener, não há praticamente nenhuma chance de isso acontecer. A última vez que o veto de um governador da Califórnia foi derrubado foi em 1980.

O governador está em uma situação difícil, dada a importância do setor de tecnologia para o seu Estado. Mas permitir que a IA cresça sem controle pode ser ainda mais problemático.

Eu adoraria que isso fosse uma legislação federal: se o Congresso agisse nesse espaço e aprovasse um forte projeto de lei de segurança de IA, eu ficaria feliz em fazer as malas e ir para casa", disse Wiener. "Mas a triste realidade é que embora o Congresso esteja sendo bem-sucedido em questões de saúde, infraestrutura e clima, ele realmente teve problemas com a regulamentação tecnológica. Enquanto o Congresso não agir, a Califórnia tem a obrigação de liderar porque somos o coração do setor de tecnologia." ***(Tradução de Mario Zamarian)***

INÊS 249

Imóveis de Valor

FOTOS DE AO-SP/DIVULGAÇÃO

Curtas metragens, grandes projetos: a escassez de terrenos nos bairros mais valorizados da capital paulista tem estimulado a criação de prédios modernos e luxuosos em áreas estreitas, como este, em desenvolvimento nos Jardins

Modelo é adotado por incorporadoras e arquitetos para lidar com a falta de áreas disponíveis para grandes empreendimentos nos bairros mais cobiçados de SP

Predinhos modernos: solução para a escassez de terrenos

Incorporadoras e construtoras da capital paulista têm enfrentado um problema grave nos últimos anos: a aguda escassez de terrenos para erguer novos empreendimentos. No alto padrão, a crise ainda é maior — bairros nobres, como Itaim, Vila Nova Conceição e Jardins, extremamente verticalizados, estão ficando sem alternativas ou demandando anos de negociações, lote a lote, para a formação de áreas.

Para lidar com um contexto tão desafiador, algumas empresas têm assumido o risco de lançar produtos sofisticados em espaços compactos, apostando no design e na arquitetura de qualidade. Para essa turma, o melhor antídoto para a falta de terrenos é investir em ousadia e criatividade.

Um desses projetos é da construtora Baumann, nos Jardins. Em um terreno de dez por 50 metros, surgirá um residencial-butique com apenas 11 pavimentos e dois apartamentos por andar. A missão está nas mãos do arquiteto francês Greg Bousquet, da AO-SP.

"É um desafio mais complexo do que projetar prédios em terrenos maiores", afirma Bousquet. Segundo ele, no caso do edifício da Baumann, considerando os recuos exigidos por lei, sobrará um espaço com quatro metros de largura para o prédio. "Mesmo assim, será possível extrair vantagens como a exclusividade no número de moradores, as vistas de 180 graus dos apartamentos e uma fachada com design mais instigante, para atrair as pessoas e marcar a paisagem do bairro", explica.

O arquiteto desenvolve projeto semelhante no Itaim, em uma área de 693 metros quadrados: o edifício Nato, da incorporadora Paes & Gregori. Com um pouco mais de espaço e se valendo da esquina onde está, o prédio comportará mais apartamentos, além de lojas no térreo. A entrega está prevista para o início do ano que vem.

"Esses produtos devem ser bem pensados, contar com layouts muito bem encaixados e apostar em uma arquitetura de qualidade para vencer o desafio do terreno", resume o francês, que já trabalha em um projeto com área ainda menor: 300 metros quadrados.

Terrenos diminutos assim são a nova realidade dos escritórios de arquitetura que atendem algumas incorporadoras na cidade. Na PSA, de Pablo Slemenson, a demanda por prédios em áreas a partir de 600 metros quadrados cresce a cada mês. Um deles foi encomendado pela Gamaro Incorporadora, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães, no Itaim.

Com nome ainda em sigilo, o edifício terá 48 apartamentos para moradia e outros 33 para locação por temporada. "Buscamos agregar valor nesse projeto com pé-direito duplo em 40% das unidades, aumentando a sensação de espaço, e oferecendo 'amenities' mais adequados ao público-alvo, como duas academias, piscina, sala de festa e spa", explica Lucas Augusto, gestor de Criação da PSA.

Mesmo em um terreno um pouco maior, de 1,2 mil metros quadrados, Augusto diz que uma das maiores dores

Ainda que apertado, o lote na esquina permitiu expor a fachada do Edifício Nato para a rua. No detalhe, o "rooftop" do prédio que abrigará a área de lazer projetada pelo arquiteto Greg Bousquet

de cabeça foi como resolver a questão da garagem. "Encaixar as vagas de estacionamento e organizar a circulação dos veículos no subsolo foi o maior desafio", informa.

O lançamento está previsto para o fim de setembro. O valor do metro quadrado gira em torno de R$ 35 mil, e o VGV é estimado em R$ 200 milhões. "Nossa aposta é atrair o público que frequenta a região: executivos de bancos, das 'fintechs' e dos 'family offices' e os investidores", conta Fabrício Costa, diretor de Incorporação da Gamaro.

OPORTUNIDADE

Essa onda de predinhos modernos em São Paulo reflete um senso de oportunidade capturado por incorporadoras-butique. Uma delas é a Global Realty Brasil (GRB), que tem dois projetos (Orla Paulistana e Suzano) em terrenos compactos praticamente vizinhos, nas ruas Suzano e Itacema, no Jardim Paulista.

"Gostamos desse tipo de negócio. Navegamos em um segmento em que as grandes empresas do setor não querem investir", analisa André Fakiani, CEO da GRB.

Para ele, São Paulo tem repetido o mesmo fenômeno vivido em Manhattan, em Nova York: lotes estreitos em bairros bem localizados ganhando edifícios compactos e luxuosos. "Com o valor caro do metro quadrado observado hoje, esse tipo de projeto começa a valer a pena para o incorporador. Em terrenos no Itaim, é possível alcançar VGV de R$ 200 milhões, mesmo em áreas tão pequenas."

O Orla Paulistana ocupará um terreno de pouco mais de 700 metros quadrados. Com projeto do escritório aflalo/gasperini arquiteros, terá 16 apartamentos, um por andar, com três suítes, além da cobertura. Já o Suzano foi erguido em uma área de 650 metros e entregue com sete unidades exclusivas, todas vendidas a R$ 4,5 milhões. A fachada e o projeto de interiores são de João Armentano.

"Metragens compactas exigem racionalização para um arranjo eficiente dos cômodos. É como montar as peças de um quebra-cabeça", afirma Armentano.

GRB/DIVULGAÇÃO

O Edifício Suzano, já entregue no Jardim Paulista: apenas sete apartamentos vendidos a R$ 4,5 milhões cada

CASA e JARDIM Sua casa linda do seu jeito. revistacasaejardim.globo.com

JACOB BOOMSMA/GETTY IMAGES E SEA COW/WIKIMEDIA COMMONS

O Millennium Park, um dos maiores telhados verdes do mundo, fica na região conhecida como The Loop, no centro de Chicago. No detalhe, sistema de som aéreo do Pavilhão Jay Pritzker emula a acústica de uma sala interna de concertos

Inaugurado em 2004, parque impulsiona turismo com arte, natureza e arquitetura exuberantes

Millennium Park: transformação da vida urbana em Chicago

NATHALIA FABRO

O Millennium Park, um dos principais pontos turísticos de Chicago, em Illinois, nos Estados Unidos, completou 20 anos de inauguração em julho deste ano. Projetado em um espaço que totaliza 24 acres, onde antes funcionava um estacionamento e um pátio de trens, o parque evidencia como a revitalização urbana pode ser benéfica para as cidades e seus moradores.

Quando aberto, em 2004, o complexo chamou a atenção de especialistas em urbanismo do mundo todo por reunir arte, arquitetura, cultura e paisagismo de maneira criativa.

É lá que está, por exemplo, uma das maiores instalações artísticas permanentes ao ar livre do planeta: a famosa escultura prateada "Cloudgate", mais conhecida como "The Bean" (o feijão, em tradução livre), idealizada pelo artista plástico indo-britânico Anish Kapoor. A peça é tão icônica que fica difícil pensar em Chicago e não se lembrar dela.

Outra instalação curiosa é a "Crown Fountain", criada pelo artista espanhol Jaume Plensa. Ela é composta por duas torres idênticas de 15 metros, que projetam imagens de mil cidadãos chicagoenses, fazendo referência ao uso de gárgulas em fontes antigas, nas quais os seres mitológicos eram esculpidos com as bocas abertas para permitir a saída da água.

LINHAS E SONS

Tratando-se de arquitetura, um dos grandes destaques é o Pavilhão Jay Pritzker, projetado pelo arquiteto canadense Frank Gehry. A estrutura de aço inoxidável fica 36 metros acima do solo e tem curvas arrojadas, uma treliça suspensa de tubos entrecruzados e degraus portáteis.

Com capacidade para 11 mil pessoas, o espaço recebe concertos musicais e, durante os meses mais frios, pode ser "fechado" com grandes painéis de vidro para a realização de recepções e palestras.

Ao lado do pavilhão, conectando o Millennium Park ao Maggie Daley Park, está a BP Bridge, também projetada por Gehry e feita de aço inoxidável. Ela tem cerca de 280 metros e um design curvilíneo diferenciado, que ajuda a criar uma barreira acústica contra o ruído do tráfego da via Columbus Drive.

Outro palco icônico para apresentações de música e dança é o Teatro Harris, que acomoda quase 1,5 mil pessoas. A construção, idealizada pelo escritório Hammond Beeby Rupert Ainge Architects, está localizada no subterrâneo do parque, e seu "isolamento" promove uma experiência sensorial mais profunda ao público.

ALI EMINOV/FLICKR/CREATIVE COMMONS

Da BP Bridge se vê o Millennium Park, o "skyline" e outros parques da cidade

HARRIS THEATER/DIVULGAÇÃO

O auditório do Teatro Harris, localizado no subterrâneo do Millennium Park, tem 1.499 lugares

CHOOSE CHICAGO/DIVULGAÇÃO

Os 2,5 acres do Lurie Garden foram projetados para preservar a fauna e a flora locais, com espécies que se adaptam às quatro estações do ano

MILLENNIUM PARK FOUNDATION/DIVULGAÇÃO

Nas passagens das Boeing Galleries são realizadas exposições gratuitas, como a das esculturas de Chakaia Booker entre 2016 e 2018

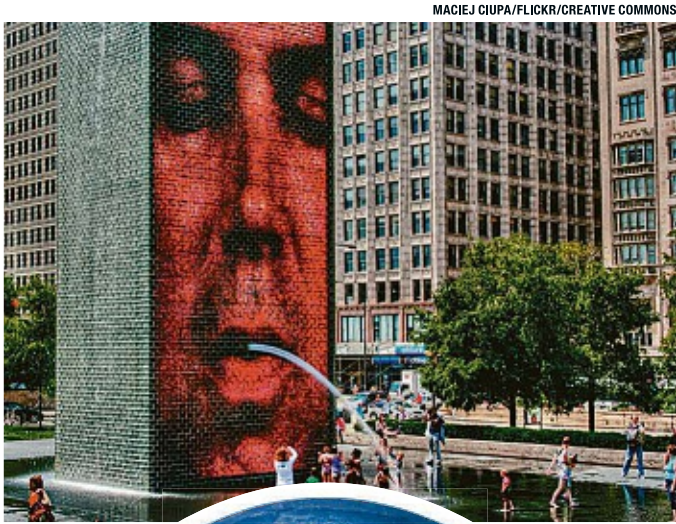
ORGANISMO VIVO

É no quesito paisagismo que o Millennium Park trouxe uma das principais mudanças no visual de Chicago: a área, antes acinzentada, coberta por veículos e trens, agora é um amplo "quadro verde" visto de cima. Os jardins foram pensados não só com finalidade estética, mas também para ajudar no desenvolvimento e na preservação do ecossistema local.

O Lurie Garden, por exemplo, combina espécies nativas e perenes, criando um habitat que floresce em todas as estações do ano. Seu design, elaborado pela paisagista norte-americana Kathryn Gustafson, do escritório GGN, é uma homenagem à História da cidade — que deixou de ser um pântano para virar uma das principais capitais dos EUA, referência em arquitetura e arte urbana.

"A manutenção é feita principalmente à mão, como a remoção de ervas daninhas e os cuidados gerais com as plantas. Os jardins são regados por um sistema automático e são projetados para exigir cada vez menos água à medida que amadurecem", descreve o portal da instituição Millennium Park Foundation, responsável pela conservação do parque.

MACIEJ CIUPA/FLICKR/CREATIVE COMMONS

FILIPPO DIOTALEVI/FLICKR/CREATIVE COMMONS

Ao lado, mil cidadãos de Chicago "emprestaram" seus rostos para a instalação da "Crown Fountain"

À esquerda, "The Bean" é um símbolo turístico de Chicago

PARADA OBRIGATÓRIA

A criação do projeto foi encabeçada por Richard M. Daley, prefeito de Chicago entre 1989 e 2011. Segundo relatos, ele deixava o carro no antigo estacionamento do local e ia andando para o dentista. Incomodado com a paisagem automotiva e ferroviária, teve a ideia de cobrir o espaço com um parque público.

Ao todo, a construção custou cerca de US$ 480 milhões e foi realizada de 1998 a 2004. Uma curiosidade é que o estacionamento não foi completamente abandonado: existem mais de duas mil vagas para carros no subterrâneo, fazendo do parque um dos maiores "telhados verdes" do mundo.

"No Millennium Park, cada parte comunica uma ideia de design diferente, fazendo a transição do estilo renascentista francês da Avenida Michigan para a arquitetura mais contemporânea a leste", descreve o site do Chicago Architecture Center (CAC).

Outras estruturas de destaque são a Nichols Bridgeway, projetada pelo arquiteto italiano Renzo Piano, com desenho minimalista e elementos que impedem a formação de gelo nos meses de inverno; e as Boeing Galleries, passagens ao ar livre que abrigam mostras temporárias de arte.

MOTIVOS PARA CELEBRAR

O projeto trouxe diversos benefícios para a cidade, como o impulsionamento do turismo, do comércio e do bem-estar dos moradores, que podem aproveitar os ambientes para os momentos de lazer e praticar exercícios físicos.

Além disso, o parque recebe diversos eventos gratuitos, tornando a arte e a cultura mais acessíveis. A comemoração do seu 20º aniversário, por exemplo, inclui uma ampla programação de atividades, como shows musicais e apresentações de filmes.

Em agosto de 2023, visando às festividades, o espaço começou a ganhar algumas melhorias, como novas escadas e pavimentos, rampas, sistema de impermeabilização e acessibilidade. A ideia é que o parque continue a prosperar por milênios.

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br | CONTATO COMERCIAL RJ: Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br | SUGESTÕES DE PAUTA: imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

INÊS 249

Ferrari Andamos no conversível de 620 cv da marca italiana. E ele é diferente de tudo o que já vimos

Roma Spider: dirigir com o cabelo ao vento nunca foi tão bom

DIVULGAÇÃO

Na cor Rosso Imola, um tom metálico e mais sóbrio do que o tradicional vermelho da fabricante, fica ainda mais fácil se apaixonar pelo conversível

Vitória Drehmer
Da Autoesporte

Entra no carro. Senta no banco do motorista. Pisa no freio e aperta o botão de partida. Seleciona o Drive. Solta o freio de estacionamento. Acelera. Freia. Aciona a seta. Segue os comandos do Waze. Olha os espelhos. Entra e sai de ruas e avenidas. Estaciona. Essa é a rotina de qualquer um que dirige todos os dias. Não há mais o frio na barriga do início, as coisas acontecem no automático — mas nem sempre. Quando você está dentro de uma Ferrari, nada é igual ao habitual.

Para começar, é impossível não chamar a atenção por onde passa com um esportivo da marca italiana. Por vários motivos. O principal é estar em uma Ferrari. Outro é ela ser uma Roma Spider, um dos modelos com o visual mais polêmico da fabricante italiana. Digo isso principalmente pelo formato da dianteira, mais alongada e com um visual apelidado de "nariz de tubarão". Sei que seria muita ousadia julgar, mas nem preciso. Sempre disse que esse é meu carro favorito da marca quando se trata de design.

Na cor Rosso Imola, um tom metálico e mais sóbrio do que o tradicional vermelho da fabricante, fica ainda mais fácil se apaixonar pelo conversível. Tanto que eu não fui a única. Perdi as contas de quantos motoristas pararam seus carros ao meu lado e bateram palmas. Sem contar as diversas ocasiões em que vi as pessoas tirando fotos do esportivo. Acho que nem preciso dizer que isso está longe de fazer parte do meu cotidiano.

Por isso, a bordo da Roma Spider, meu coração batia mais forte. Era uma emoção diferente: felicidade misturada com tensão. Parecia que eu tinha desaprendido a dirigir toda vez que via o símbolo do cavalinho rampante no volante. Cada movimento era pensado. Até trocar de faixa me deixava um pouco nervosa. Chegar perto demais dos outros carros? Nem pensar. Aquele frio na barriga das primeiras vezes havia voltado.

Com o passar do tempo, comecei a me acostumar com a situação. Decidi apenas aproveitar cada segundo — até porque, viver essa experiência realmente é para poucos. E há outro ponto importante: a Ferrari Roma Spider não sai da concessionária da Via Itália, a importadora oficial da fabricante no Brasil, por menos de R$ 3,950 milhões. Definitivamente, não é um carro para qualquer um. Tudo é diferente do esperado.

Mesmo com o valor exuberante, por incrível que pareça esse é um dos modelos mais baratos da marca italiana no nosso país. Isso acontece porque a Roma Spider atende a um público um pouco diferente do tradicional comprador de Ferrari. Acredite se quiser, mas o foco do conversível está mais no uso diário — e até familiar. Uma prova disso é que o modelo traz uma segunda fileira de bancos. O espaço, claro, só é indicado para crianças. Nem me arrisquei a sentar por ali. O porta-malas acompanha a ideia e tem um volume generoso para os padrões de superesportivos: 255 litros.

Só que essa proposta não impede a Roma Spider de entregar números incríveis. Repito: incríveis. O esportivo vem equipado com um motor V8 3.9 biturbo a gasolina que rende impressionantes 620 cv de potência e 77,5 kgfm de torque. Para a felicidade dos puristas, nada de eletrificação. O câmbio é automatizado de dupla embreagem com oito marchas e a tração, traseira. Tal motorização, aliás, é também usada na configuração cupê.

Na vida real, a máquina acelera de zero a 100 km/h em 3,4 segundos. Infelizmente, dirigi a Roma Spider pelas ruas de São Paulo por 40 minutos e não foi possível testar todo o seu poder. A experiência foi mais uma "degustação".

> A Roma Spider não sai da Via Itália, a importadora oficial da fabricante no Brasil, por menos de R$ 3.950.000

Sendo honesta, isso nem faz tanta falta. As outras sensações já impressionaram bastante. Começo comentando sobre algo simples: as luzes de seta. Diferentemente de outros carros, a Roma Spider não traz uma haste. Na verdade, dois botões foram posicionados no volante para o condutor indicar se quer mudar de direção para a esquerda ou direita.

Essa decisão tem uma explicação: o motorista não precisa tirar as mãos da direção e a condução fica mais segura, especialmente a velocidades mais altas na estrada. O mesmo acontece com outras funções do carro, como os modos de condução ou o botão de partida. Magnífico.

Para complementar a proteção aos ocupantes, o painel de instrumentos tem um tamanho considerável, de 10,5 polegadas, e deixa as principais informações do esportivo à mostra de maneira fácil e com ótima resolução. Basta olhar para a tela digital logo à frente para conferir a velocidade, o conta-giros, o mapa GPS e até imagens das câmeras exteriores.

Ainda assim, a Roma Spider tem central multimídia. Uma curiosidade é que sua tela fica na vertical. Outra é que ela é menor que a do cluster: 8,4". Permite conectar Apple CarPlay e Android Auto sem fio, configurar o ar-condicionado e até o aquecimento dos bancos. Uma terceira tela para o passageiro dianteiro dá acesso à seleção de músicas. Falando nisso, vale observar que a qualidade do sistema de som é outro item admirável.

Agora, vamos ao que interessa. Chega de suspense. Hora de falar da dirigibilidade. Confesso que, antes de começar a experiência, imaginei algumas situações. A principal delas é que, por ser esportiva, a Roma Spider quase não me proporcionaria conforto. Contudo, essa Ferrari conversível me surpreendeu até nisso.

Por exemplo: durante o trajeto, surgiu um buraco do qual não consegui desviar, e naquele momento senti de antemão a pancada, mas... adivinhem? A pancada não veio! A suspensão é mais acertada para o conforto do que a de muitos carros de passeio. E não só no modo Comfort. Quando troquei para o Sport — há ainda outros três: Wet, Race e Esc-Off —, a sensação foi a mesma. Claro que a Roma Spider fica mais responsiva, rígida e até com o ronco do motor mais alto. Ainda assim, quase não há balanços na cabine.

Sendo a Roma Spider um conversível, eu não poderia deixar de mencionar a capota. A Ferrari optou pela estrutura flexível com lona e tecido, a fim de diminuir o peso do modelo. No total, são 1.556 kg. Assim, a abertura é realizada quando o veículo está parado ou em velocidades de até 60 km/h. O processo leva apenas 13,5 segundos e é o mais rápido entre todos os concorrentes.

Para não dizer que não há um ponto negativo, é preciso manter um botão pressionado durante todo o ciclo de abertura ou fechamento da capota para completá-lo. Incomoda, mas claro que vale muito a pena dirigir com os cabelos ao vento.

Na hora de devolver o carro, com um gigante sorriso no rosto e uma pitada de tristeza, estacionei e demorei para entender como abrir a porta. No lugar da alavanca da maçaneta, basta pressionar um botão.

Está comprovado: na Roma Spider, nada é similar a um carro comum. Nada mesmo. E preciso admitir que saio com a sensação de querer viver esse algo diferente todos os dias. É que tem coisas que só a Ferrari pode nos proporcionar.

Volvo desiste de ter apenas carros elétricos até 2030

André Paixão
Da Autoesporte

O movimento de desaceleração na venda de carros elétricos tem causado uma mudança considerável no planejamento das fabricantes em todo o mundo. Depois de a Hyundai admitir que o caminho para modelos movidos apenas a bateria será mais longo, a Volvo desistiu de ter uma linha completamente elétrica a partir de 2030.

Vale lembrar que a marca sueca foi uma das primeiras montadoras a afirmar que não teria sequer mais modelos híbridos à venda em um futuro próximo.

Com o novo plano, em vez de ter somente automóveis elétricos de 2030 em diante, a Volvo promete que 90% de suas vendas serão de modelos elétricos e híbridos plug-in. Os 10% restantes serão de "alguns poucos modelos híbridos leves", de acordo com a fabricante.

> **26%**
> **das vendas atuais da Volvo são de elétricos**

Além de modificar sua estratégia, a Volvo agora não prevê mais um prazo para se tornar uma marca totalmente elétrica. A empresa diz que isso vai acontecer "quando os mercados estiverem favoráveis e, os consumidores, prontos."

A explicação, ainda de acordo com a companhia, está em uma série de motivos, como a "estrutura de pontos de carregamento não avançar tão rápido como o esperado e políticas locais e impostos de importação de veículos elétricos".

O posicionamento parece uma resposta às recentes medidas adotadas pelos governos dos Estados Unidos, Brasil e da União Europeia, que anunciaram uma taxação sobre os modelos elétricos importados. O objetivo é frear o avanço das marcas chinesas (a Volvo faz parte do grupo Geely).

Os próprios números de vendas da Volvo mostram que o objetivo parecia distante. Entre abril e junho de 2024, os carros elétricos representaram 26% das vendas da marca no mundo.

Atualmente, a linha da Volvo no Brasil tem dois híbridos plug-in (XC60 e XC90) e três elétricos (EX30, XC40 e C40).

DIVULGAÇÃO

O elétrico EC40, da Volvo, que desde 2010 pertence à chinesa Geely

Safra 2024/25 Segundo a Unica, queda no volume ainda não refletiu impacto efetivo dos incêndios

Após fogo, moagem de cana cai 3,25% no Centro-Sul

Fernanda Pressinott
De São Paulo

As usinas do Centro-Sul processaram 45,07 milhões de toneladas de cana na segunda quinzena de agosto, de acordo com a União da Indústria da Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica). O volume é 3,25% menor que o moído no mesmo período de 2023.

O levantamento inclui o período em que lavouras de cana de São Paulo foram afetadas por incêndios, a partir de 22 de agosto, mas, segundo a Unica, o recuo na moagem no Centro-Sul ainda não retrata de forma efetiva o impacto do fogo nas plantações.

Levantamento parcial realizado pela associação junto a empresas responsáveis por cerca de 75% da produção de São Paulo indicou que pelo menos 231,83 mil hectares de cana foram atingidos pelos incêndios. Desse total, 132,04 mil hectares foram em lavouras que ainda seriam colhidas, e a área restante — 99,79 mil hectares — ocorreu em locais onde a cana já havia sido colhida ou com lavouras de cana recém-plantada.

"Os prejuízos associados à queima são diversos. Nas áreas em que a cana já havia sido colhida, o fogo pode exigir a necessidade de nova condução de tratos culturais, com suplementação de fertilizantes, pulverização foliar e aplicação de herbicidas, além do risco de não rebrota e o consequente replantio de parte da lavoura", disse Luciano Rodrigues, diretor de inteligência setorial da entidade, em nota.

Ainda, segundo ele, "nas áreas onde a cana ainda seria colhida, o impacto dos incêndios pode incorporar a perda de qualidade da matéria-prima, a alteração do cronograma de colheita das usinas e a impossibilidade de processamento nos locais onde a colheita não pode ser realizada em tempo hábil para evitar maior degradação da cana-de-açúcar queimada".

Esse cenário deve ampliar a dificuldade para a fabricação de açúcar e intensificar a queda de rendimento agrícola da lavoura, acrescentou o executivo.

Moagem de cana
Volume de cana processada na 2ª quinzena de agosto (milhões de ton)

Fonte: Unica

No acumulado da safra, a moagem ainda está maior do que na temporada passada. Até 1º de setembro, a moagem no Centro-Sul chegou a 422,61 milhões de toneladas, um avanço de 3,93%.

Em relação à qualidade da matéria-prima, o nível de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) na segunda quinzena foi 0,92% superior ao de um ano antes, e alcançou 155,34 quilos de ATR por tonelada de cana. No acumulado da safra, o indicador está em 137,27 quilos de ATR, praticamente estável em relação ao mesmo período do último ciclo.

Ainda conforme o levantamento, a produção de açúcar na segunda quinzena de agosto caiu 6,02%, para 3,26 milhões de toneladas. No acumulado até 1º de setembro, a fabricação somou 27,17 milhões de toneladas, alta de 3,9%.

Rodrigues informou que a proporção de cana direcionada para a fabricação do açúcar também recuou na segunda metade de agosto. Uma fatia de 48,85% da matéria-prima foi destinada ao açúcar — na mesma quinzena da safra anterior, fora de 50,75%.

Como consequência, a fabricação de etanol pelas unidades do Centro-Sul na segunda metade de agosto atingiu 2,45 bilhões de litros, sendo 1,56 bilhão de litros (alta de 10,27%) de etanol hidratado e 888,93 milhões de litros (queda de 0,14%) de etanol anidro.

No acumulado desde o início do atual ciclo agrícola, em abril, até 1º de setembro, a fabricação do biocombustível totalizou 20,46 bilhões de litros (+7,14%), sendo 13,0 bilhões de etanol hidratado (+16,34%) e 7,46 bilhões de anidro (-5,84%).

Brasil pode ir à OMC se lei antidesmate da UE não for adiada

Ambiente

Rafael Walendorff
De Brasília

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou na quinta-feira que o Brasil vai esperar uma resposta até 1º de outubro da comunidade europeia sobre o pedido de adiamento da implementação da sua lei antidesmatamento, prevista para o fim deste ano. Se não houver prorrogação, o país poderá acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fávaro disse que a carta brasileira, apresentada na quarta-feira ao comissário europeu de agricultura, Januz Wojciechowski, foi endossada pelo Conselho Agropecuário do Sul (CAS), fórum ministerial que reúne os ministros da Agricultura de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, além do Brasil.

> "O melhor caminho é o diálogo e não a imposição"
> *Carlos Fávaro*

O documento pede a suspensão do Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR, na sigla em inglês) e a revisão da abordagem punitiva aos produtores que cumprem a legislação vigente.

"O Brasil teve uma posição muito firme com relação a isso. Nós sabemos das nossas responsabilidades com meio ambiente, com a produção sustentável. Não precisam apontar o dedo e mostrar as diretrizes. O melhor caminho para uma mudança desse paradigma é diálogo e não a imposição, sempre respeitando a soberania dos países", afirmou Fávaro a jornalistas após abertura da reunião do grupo de trabalho da Agricultura do G20, na Chapada dos Guimarães (MT).

Fávaro disse que o comissário europeu, em reunião bilateral na quarta-feira, relatou que tem problemas dentro do bloco com pedidos de prorrogação das medidas por países-membros.

"Vamos dar prazo até 1º de outubro para que a comunidade europeia se manifeste formalmente quanto à prorrogação. Caso não o façam, vamos buscar outros mecanismos para que a implementação não ocorra de forma unilateral", disse o ministro. Questionado se poderia haver questionamento via OMC, Fávaro respondeu que sim.

A pressão global contra a lei europeia não vem só do Hemisfério Sul. Os Estados Unidos pediram formalmente à UE em junho o adiamento da regra. Em julho, a associação que representa os traders de produtos madeireiros da Alemanha informou que a China indicou não estar disposta a compartilhar dados de geolocalização de seus produtos com as autoridades europeias. Indonésia e Malásia também já se manifestaram contra a lei.

Ontem, o chanceler alemão Olaf Scholz declarou que pediu à União Europeia a suspensão da EUDR, segundo a agência "Bloomberg". A posição de Scholz ocorre em meio à pressão das editoras jornalísticas, preocupadas com o fornecimento global de papel para impressão de jornais na Alemanha. *(Colaborou Camila Souza Ramos)*

Combate à fome deve ser prioridade em declaração de ministros no G20

Políticas

De Brasília

O compromisso com o combate à fome no planeta deve ganhar prioridade na declaração que os ministros da Agricultura de países do G20 devem divulgar nesta sexta-feira (13), após conclusão das reuniões na Chapada dos Guimarães (MT).

As metas globais de erradicação da fome estão "preocupantemente fora de alcance", alertou o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Qu Dongyu, em seu discurso na abertura da reunião. Ele pediu maior cooperação dos países-membros do G20 para o tema e disse que 733 milhões de pessoas passam por insegurança alimentar no mundo.

Segundo Dongyu, as mudanças climáticas, os choques econômicos e os conflitos são fatores que impulsionam a fome global e têm causado "crises alimentares de uma magnitude não vista há muitos anos".

O ministro Carlos Fávaro afirmou que a declaração ministerial do G20 está "bastante alinhavada", apesar do desafio de buscar consenso em compromissos sobre mudanças de rota para a produção de alimentos e o combate à fome.

"O texto já está bastante alinhavado para que possamos sair não com uma carta, que é um indicativo. Queremos sair com uma declaração, que é algo muito forte a ser implementado", indicou.

A declaração deve conter compromissos em quatro eixos prioritários: sustentabilidade da agricultura e dos sistemas alimentares, aumentar a contribuição do comércio internacional para a segurança alimentar e nutricional, elevar o papel essencial dos agricultores familiares em sistemas agrícolas e promover a integração da pesca e da aquicultura sustentáveis nas cadeias de valor locais e globais.

Fávaro disse que a delegação tem a oportunidade de dar um "primeiro passo" para a mudança nos sistemas alimentares, sem apontar culpados pelos extremos climáticos no mundo. "Cabe a este grupo discutir a implementação de medidas efetivas do combate à fome, e aí certamente começaremos a ter justiça social no planeta", afirmou no discurso em que classificou a fome como a "maior degradação" do ser humano.

Ele ressaltou o papel do comércio internacional na garantia da segurança alimentar e a necessidade de superar barreiras comerciais para garantir o fluxo de mercadorias e o acessos, por todos, a alimentos "a preços justos e competitivos com qualidade sanitária".

Qu Dongyu, diretor da FAO, destacou que os agricultores familiares desempenham papel central na garantia da segurança alimentar global, já que representam mais de 90% das fazendas do mundo, ocupam entre 70% e 80% das terras agrícolas e produzem mais de 80% dos alimentos do mundo em termos de valor.

O tema também foi lembrado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. Ao citar a realização da COP30, em Belém (PA), em 2025, ele cobrou medidas para descarbonização de países desenvolvidos e de apoio a pequenos produtores de nações em desenvolvimento para a transição agroecológica. O ministro destacou ainda o papel da agricultura familiar no combate à fome. *(RW)*

GUILHERME MARTIMON/MAPA

Carlos Fávaro fala durante abertura da reunião de ministros de Agricultura do G20, na Chapada dos Guimarães

Financiamento Bancos liberaram R$ 68,3 bilhões no primeiro bimestre; produtores alegam que restrições ambientais dificultam o acesso

Desembolso de crédito rural recuou 40% no atual Plano Safra

Rafael Walendorff
De Brasília

A forte retração nos desembolsos de crédito rural nos dois primeiros meses do Plano Safra 2024/25 ligou o alerta do setor produtivo, que já levou a preocupação aos ministérios da Agricultura e da Fazenda. Produtores alegam que restrições ambientais têm vetado o acesso aos recursos.

Entre julho e agosto deste ano, as instituições financeiras liberaram R$ 68,3 bilhões em financiamentos, queda de quase 40% em relação aos R$ 114,6 bilhões desembolsados no mesmo período da temporada passada.

Em julho, o ritmo das contratações já havia caído pela metade. O acesso de produtores aos recursos continuou limitado em agosto. No primeiro bimestre da safra nova, os desembolsos de custeio caíram de R$ 69,2 bilhões para R$ 47,1 bilhões (-32%) e os de investimentos de R$ 19,3 bilhões para R$ 10,3 bilhões (-46%). Comercialização e industrialização caíram para R$ 5,9 bilhões e R$ 4,9 bilhões, quedas de 53% e 63%, respectivamente.

O Ministério da Fazenda informou que não há problemas de oferta de recursos com a equalização federal nos bancos e cooperativas financeiras, mas admitiu que houve queda na liberação dos recursos, principalmente para grandes produtores em operações com juros livres. A seca e a indefinição sobre o próximo plantio podem ter retardado a busca por crédito.

"O que depende do orçamento do Tesouro Nacional e da Fazenda está rodando bem, sem relatos de problemas até agora", disse o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais, Gilson Bittencourt.

Ele ressaltou que, apesar do atraso na liberação dos recursos equalizados, o acesso aos financiamentos com a subvenção federal está mais acelerado do que no ano passado. A contratação de operações equalizadas passou de R$ 23,5 bilhões entre julho e agosto de 2023 para R$ 38,4 bilhões nos dois primeiros meses desta safra, segundo ele, em mais de 195 mil contratos.

A principal queda nesses dois meses foi no desembolso de recursos com taxas livres, provenientes da captação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), que caíram de R$ 47,1 bilhões entre julho e agosto de 2023 para R$ 14 bilhões. Nos recursos obrigatórios, que têm juros controlados, mas sem equalização, o recuo foi de R$ 27,7 bilhões para R$ 15 bilhões.

Na avaliação de Bittencourt, esse desempenho pode ser reflexo da estratégia adotada pelos bancos de liberar primeiro os recursos equalizados nesta safra.

> "Tudo indica que será uma safra com bem menos investimento"
> *Maurício Buffon*

No ano passado, as instituições deram vazão ao dinheiro captado pelas LCAs no início da safra, pois o governo havia aumentado a exigibilidade de aplicação de 35% para 50%, o que demandou adaptação no fluxo para cumprir as exigências.

Como não houve mudança nos percentuais das fontes para 2024/25, a hipótese é que pode haver uma preferência dos agentes financeiros por cumprir as programações nas linhas subvencionadas, disse o subsecretário.

Consultado, o Banco do Brasil disse que os desembolsos estão 16% maiores em relação a setembro de 2023 (R$ 6 bilhões em dez dias) e que a participação da instituição nas contratações de crédito rural no país passou de 39% em julho e agosto de 2023 para 46% no primeiro bimestre da safra atual. O BB não respondeu se houve retração em linhas específicas.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disse que não existe escassez de recursos. "O que pode ocorrer, de forma pontual e em alguns bancos de forma isolada, são ajustes de sistema para adequação de normas, o que pode levar a uma instabilidade na oferta de forma temporária".

A Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) se reuniu recentemente com o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos, para alertar sobre o cenário de "escassez" de crédito rural. Os sojicultores disseram que os bancos têm feito mais exigências para conceder crédito, principalmente na área ambiental.

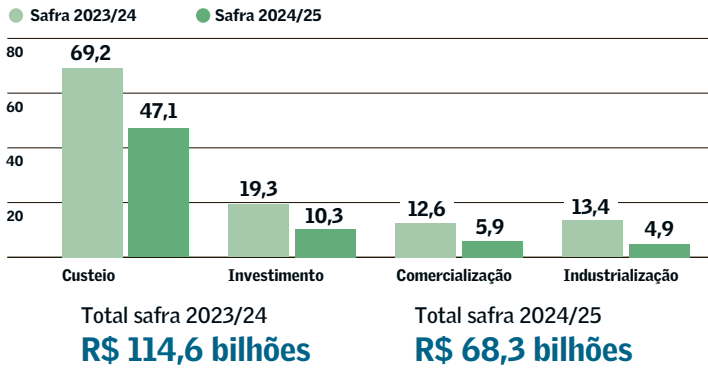
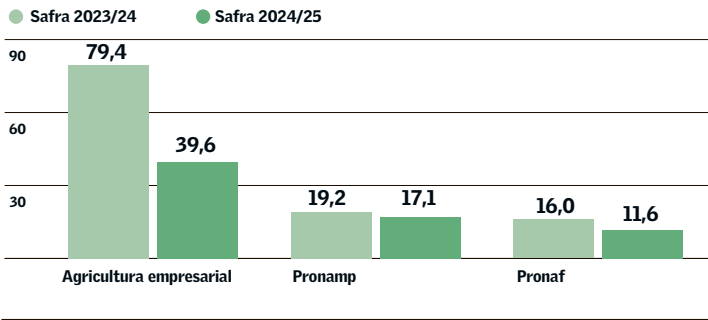
"Tudo indica que será uma safra com bem menos investimento em lavouras, devido ao crédito muito restrito", disse Maurício Buffon, presidente da Aprosoja Brasil.

As restrições seriam da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 5.081/2023, que impede a concessão de crédito rural a propriedades que tenham qualquer tipo de embargo e proíbe o financiamento a imóveis rurais que estão total ou parcialmente situados em áreas definidas como Florestas Públicas Tipo B, que não são destinadas ou tituladas.

Thiago Rocha, presidente da Câmara Temática de Modernização do Crédito do Ministério da Agricultura e consultor da Aprosoja, disse que produtores de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, na Amazônia Legal, tiveram acesso limitado a financiamentos no período e que o desempenho se deve às restrições da resolução.

O Ministério da Fazenda disse que as restrições socioambientais não são a causa da queda na liberação de financiamentos no início desta safra e informou que a resolução já foi reformada para solucionar problemas, principalmente a pequenos produtores e comunidades tradicionais. Outras alterações estão em estudo, segundo Gilson Bittencourt. A Pasta defendeu a aplicação da norma para barrar ilegalidades no campo. Procurado, o Ministério da Agricultura não respondeu. ***(Colaborou Cibelle Bouças, de Belo Horizonte)***

Crédito rural
Desembolsos totais entre julho e agosto (R$ bilhões)

Total safra 2023/24 **R$ 114,6 bilhões**
Total safra 2024/25 **R$ 68,3 bilhões**

Divisão por porte - Em R$ bilhões

Divisão por agente - Em R$ bilhões

Fonte: Banco Central

Conab confirma queda na colheita de grãos

Safra 2023/24

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Em seu último levantamento sobre a safra 2023/24, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) praticamente manteve sua estimativa para a colheita de grãos e fibras no país, ao prever um volume de 298,4 milhões de toneladas. O número representa uma queda de 6,7% em comparação com a produção do ciclo 2022/23.

A área total semeada com grãos e fibras foi estimada em 79,82 milhões de hectares, aumento de 1,6% ante 2022/23. Os maiores acréscimos foram observados na soja, seguida por gergelim, algodão, feijão e arroz. Já o cultivo total de milho (somando as três safras) teve redução de 1,21 milhão de hectares.

A menor produção de grãos na temporada 2023/24 se deve, principalmente, à demora na regularização de chuvas no início do plantio, que atrasou a semeadura da soja. Além disso, houve baixo volume de chuvas em parte do ciclo das lavouras no Centro-Oeste, Matopiba, São Paulo e Paraná. O impacto foi maior nas plantações de milho safrinha e na soja.

Ainda assim, a colheita de soja foi finalizada como a segunda maior da história: 147,4 milhões de toneladas, 4,7% abaixo do recorde de 2022/23. A produção total de milho ficou em 115,72 milhões de toneladas (incluindo as três safras), 12,3% de queda.

"Na primeira safra [do milho], as altas temperaturas e chuvas irregulares impactaram importantes regiões produtoras, como Minas Gerais. No segundo ciclo do cereal, o clima foi mais favorável em Mato Grosso e Goiás. Mas em Mato Grosso do Sul, em São Paulo e no Paraná, veranicos ocorridos em março e abril, aliados a altas temperaturas e ataques de pragas, comprometeram o potencial produtivo", disse a Conab, em relatório.

Safra 2023/24
Última estimativa da Conab para a colheita (milhões de toneladas)

Cultura	2021/22	2022/23	2023/24 Prev. ago	2023/24 Prev. set
Algodão (pluma)	2,554	3,173	3,644	3,654
Arroz	10,789	10,567	10,589	10,586
Feijão	2,990	3,036	3,259	3,249
Milho	113,130	131,892	115,648	115,722
Soja	125,550	154,609	147,382	147,382
Trigo	10,554	8,097	8,836	8,807
Total	**272,429**	**319,812**	**298,598**	**298,411**

Fonte: Conab

No caso do algodão, a estatal estimou alta de 15,1% na produção, que alcançou 3,6 milhões de toneladas de pluma, um novo recorde para a série histórica.

O volume colhido de arroz e feijão também foi maior na safra 2023/24 quando comparado com a temporada anterior. A colheita deve terminar em 10,6 milhões de toneladas de arroz, o que representa um crescimento de 5,5%.

A elevação foi determinada pela expansão da área de cultivo de arroz. Já a produtividade média foi afetada, reflexo, sobretudo das adversidades climáticas no Rio Grande do Sul, maior Estado produtor do cereal.

Para o feijão, a produção das três safras foi estimada em 3,25 milhões de toneladas, 7% superior à da temporada 2022/23. O bom resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho registrado na segunda safra, que teve acréscimo de 18,5% na produção.

Nas culturas de inverno, o plantio já foi concluído. No caso do trigo, a Conab estima uma redução de 11,6%. Apesar disso, a perspectiva é de uma colheita maior do que na safra anterior em razão da boa produtividade. O país deve colher 8,8 milhões de toneladas de trigo, alta de 8,8%.

O IBGE, por sua vez, reduziu sua estimativa para a safra brasileira de grãos em 2024 para 296,4 milhões de toneladas, volume 1,6 milhão de tonelada menor do que a projeção anterior. A principal redução veio do Rio Grande do Sul. Segundo o órgão, as enchentes retiraram cerca de 5 milhões de toneladas da safra de cereais, leguminosas e oleaginosas. ***(Colaborou Lucianne Carneiro, do Rio)***

Valor da produção agrícola caiu 2,3% em 2023, diz IBGE

Rafael Rosas
Do Rio

O recorde de produção de grãos no país e o aumento da área plantada não impediram a queda do valor de produção das principais culturas agrícolas do país em 2023. A pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM 2023), divulgada na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o valor da produção ficou em R$ 814,5 bilhões, 2,3% abaixo do ano anterior, mesmo com a safra recorde de 316,4 milhões de toneladas de grãos em 2023 (alta de 19,6%).

O crescimento da área colhida foi de 5,7% entre 2022 e 2023, para 95,8 milhões de hectares. A área plantada subiu 5,5%, para 96,3 milhões de hectares.

"Mesmo com o recorde de produção de grãos, caiu em 2,3% o valor de produção em termos nominais, por excesso de produção no mercado, variação cambial e correção de preço", ressaltou Winicius de Lima Wagner, pesquisador do IBGE responsável pelo estudo.

No ano passado, o dólar caiu 8%, reduzindo os ganhos, em reais, das exportações agrícolas. Além disso, o grande volume produzido contribuiu para manter os preços mais comportados.

Entre os principais produtos brasileiros, soja, cana-de-açúcar, milho e algodão registraram recordes de produção na série histórica, iniciada em 1974.

A pesquisa apontou que houve resultados variados no valor de produção de acordo com a cultura. A soja teve alta de 25,4% na produção, para 152,1 milhões de toneladas em 2023 e avanço de 0,4% no valor da produção, para R$ 348,6 bilhões. A segunda cultura com maior valor de produção foi a cana, com R$ 101,9 bilhões, alta de 8,5% frente a 2022, enquanto o volume subiu 7,8%, para 782,5 milhões de toneladas.

Em sentido contrário, o milho e o café viram o valor da produção cair. O milho teve queda de 26,2% entre 2022 e 2023, para R$ 101,8 bilhões, apesar da alta de 20,2% na quantidade produzida, para 131,9 milhões de toneladas. Comportamento semelhante teve o café, cujo volume subiu 7,1%, para 3,4 milhões de toneladas, enquanto o valor caiu 15,2%, para R$ 44 bilhões. Também houve queda no valor da produção do algodão (-9%), feijão (-5,4%) e trigo (-51,2%).

> **19,6%**
> **foi a alta da produção em 2023**

No grupo de cereais, leguminosas e oleaginosas, as produções de soja, milho e arroz, somadas, responderam por 93,1% do volume total. Foram 152,1 milhões de toneladas de soja; 131,9 milhões de toneladas de milho; e 10,2 milhões de toneladas de arroz. O valor de produção desse grupo foi de R$ 524,8 bilhões — 7,9% menor que em 2022 —, enquanto a quantidade foi de 316,4 milhões de toneladas, alta de 19,6%.

Em 2023, segundo o IBGE, as vendas externas de soja somaram 101,9 milhões de toneladas, novo recorde — o produto foi o que teve maior participação individual na pauta geral de exportação brasileira, com 15,7%. Os embarques de milho subiram 29,4% no ano, para 55,9 milhões de toneladas.

Sorriso (MT) foi o município que teve, em 2023, o maior valor de produção agrícola do país, com R$ 8,3 bilhões. A cidade liderou o ranking pelo quinto ano seguido. A seguir vieram São Desidério (BA), com R$ 7,8 bilhões, e Sapezal (MT), com R$ 7,5 bilhões. Apesar de liderarem o ranking nacional, houve queda no valor da produção nos três casos. Em Sorriso caiu 27,6% em relação a 2022, enquanto em São Desidério a diminuição foi de 12,4% e, em Sapezal, de 5,9%.

A PAM 2023 mostrou ainda que os dez municípios com os maiores valores da produção agrícola geraram juntos R$ 65,1 bilhões. Em relação aos Estados, Mato Grosso teve o maior valor de produção agrícola em 2023, com R$ 18,8 bilhões, uma queda de 12,2%. A seguir, o valor da produção de São Paulo subiu 9% entre 2022 e 2023, para R$ 112,5 bilhões, enquanto no Paraná a alta foi de 8,7%, para R$ 90,4 bilhões.

Safra 2024/25 Moagem de cana caiu 3,25% na segunda quinzena de agosto, aponta Unica B9

Conjuntura Impacto para o setor de dois meses de chuvas no RS foi semelhante aos mais de R$ 7 bilhões de dois anos de pandemia

Crise climática leva seguradora a repensar cálculo de riscos

Rita Azevedo
Do Rio

As mudanças climáticas, que têm aumentado a ocorrência e a gravidade de eventos como chuvas, ondas de calor e seca, começam a forçar uma transformação na maneira como as seguradoras gerenciam os riscos. A percepção é que esse talvez seja o "elefante na sala" com o qual eles devem aprender a lidar de forma urgente.

O ajuste é necessário porque o cenário que parece ser o novo normal desafia o modelo de negócios do setor. "O que estamos observando são eventos que antes ocorriam uma vez a cada cem, 200 anos passarem a ser mais frequentes. Isso é um aumento de risco e, quando se aumenta o risco, o preço do seguro sobe. E assim as pessoas deixam de comprar seguros porque o preço subiu, mas justamente em um momento em que o seguro passa a ser ainda mais importante", disse ao **Valor** o diretor-presidente do IRB(Re), Marcos Falcão. Nesse contexto, afirmou, o ressegurador terá de melhorar os modelos de avaliação e de precificação. "É um desafio, na verdade, para toda a indústria".

O IRB (Re) estruturou no início deste ano uma área com dedicação exclusiva à pesquisa e ao desenvolvimento que analisa a questão dos riscos climáticos. Uma das primeiras iniciativas foi um fórum realizado nesta semana no Rio de Janeiro que reuniu representantes dos setores público e privado, além de pesquisadores, para debater o que está acontecendo e traçar possíveis caminhos para lidar e mitigar os efeitos da mudança no clima.

Se há pouco tempo o Brasil era visto como "sem problemas" do ponto de vista de eventos naturais extremos — diferentemente de outros países —, "agora eles apenderam o caminho", disse o presidente da BrasilSeg, Amauri Vasconcelos.

Uma evidência disso é que as fortes chuvas registradas no Rio Grande do Sul entre abril e maio, que devastaram o Estado, tiveram um impacto para as seguradoras próximo ao da pandemia da covid-19, que durou mais de dois anos. Para Vasconcelos, isso demonstra o enorme poder destrutivo de fenômenos associados às alterações climáticas. "Um evento isolado de dois meses está se aproximando da maior calamidade já coberta pelo setor", afirmou.

As seguradoras no Brasil pagaram em indenizações decorrentes da covid-19 cerca de R$ 7 bilhões, dos quais a BrasilSeg desembolsou cerca de R$ 2 bilhões. Já o volume de pagamentos do mercado segurador atendendo aos avisos de sinistros relativos às enchentes no Rio Grande do Sul chegou a R$ 5,6 bilhões no fim de julho, podendo alcançar de R$ 6 a R$ 8 bilhões, de acordo com estimativas da Confederação Nacional de Seguradoras (CNSeg).

> "A gente tem uma quebra de série histórica evidente com a questão climática"
> *Dyogo Oliveira*

O novo cenário vai impor a necessidade de o setor atualizar a forma como avalia a chance de eventos catastróficos ocorrerem. "Continuamos usando modelos de série histórica para avaliação de risco, mas o problema é que a gente tem uma quebra de série histórica evidente com a questão climática", disse Dyogo Oliveira, presidente da CNSeg. "Essa é a indústria que melhor tem a capacidade de gerenciar riscos (...) Precisamos realmente exercer um esforço enorme de preparação do mercado para lidar com esse risco, que está aumentando e vai continuar aumentando."

O cientista Carlos Nobre enfatizou a situação de emergência. "As atuais mudanças climáticas são generalizadas, rápidas e se intensificam cada vez mais. Há recordes de secas, ondas de calor e incêndios florestais", disse.

A temperatura já subiu mais de 1,5 grau e, a longo prazo, pode comprometer até a existência da Amazônia. Como consequência, as geleiras estão derretendo muito e o nível do mar está mais alto — entre 20 cm e 25 cm em alguns locais do Pacífico, alertou Nobre, que é presidente do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Paulo Miller, assessor da diretoria de regulação prudencial e estudos econômicos da Superintendência de Seguros Privados (Susep), descreveu a crise do clima como um "elefante na sala" com o qual o setor de seguros deve lidar, "não com um olhar extrativista", para "explorar até que deixe de ser segurável", mas mantendo o risco "segurável" incentivando as boas práticas de gestão de risco. "A gente tem a questão da precificação, a venda da proteção, mas o seguro tem outro papel muito importante nessa agenda que é o papel regulatório, do incentivo de boas práticas de gerenciamento de risco por parte dos segurados", afirmou.

Entre as estratégias sugeridas pelas seguradoras para enfrentar os desafios está a maior aproximação com a academia, que produz conhecimento científico, e com o poder público, além de fomentar uma cultura de seguro mais ampla no país. "É motivo de preocupação a baixa penetração do seguro e o ritmo de crescimento no país, aquém do necessário para proteger nossa população, pessoas e negócios", disse Vasconcelos, da BrasilSeg. No caso do Rio Grande do Sul, as indenizações estimadas representaram menos de 10% do total de R$ 97 bilhões apurado como perda econômica, afirmou.

No campo, as perdas por eventos climáticos nos últimos dez anos somaram R$ 287 bilhões, sendo que apenas uma parcela, de R$ 56 bilhões, foi indenizada por meio de seguros agrícolas ou reembolsos do governo com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Quem arcou com o prejuízo restante, disse, foram produtores, muitos dos quais acabaram falindo. "No fundo, vai sobrar para a sociedade civil. Toda a sociedade é comprometida quando tem um quadro que se agrava com o risco climático e com uma cultura de seguro muito aquém da média mundial."

DIVULGAÇÃO

Falcão, do IRB(Re): ressegurador terá de melhorar modelos de avaliação

BCE reduz juros e indica que seguirá dependente de dados

Cristiana Euclydes
De São Paulo

Em decisão unânime e com a promessa de que as taxas de juros permanecerão restritivas "pelo tempo necessário", o Banco Central Europeu (BCE) deu prosseguimento ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em junho e voltou a reduzir os juros ontem. O movimento era amplamente esperado pelos participantes do mercado, com um corte de 0,25 ponto percentual na taxa de depósito, que passou de 3,75% para 3,5% ao ano. A taxa de refinanciamento foi cortada em 0,6 ponto, de 4,25% para 3,65%, enquanto a de empréstimos passou de 4,5% para 3,9%.

A decisão do BCE vem na esteira de um progresso adicional na desinflação, apesar de alguma persistência dos núcleos em níveis mais altos, ao mesmo tempo em que o crescimento da zona do euro tem emitido sinais mais fracos. Não por acaso, a autoridade monetária reduziu a projeção para o PIB deste ano de 0,9% para 0,8% e cortou a estimativa de crescimento de 2025 de 1,4% para 1,3%.

"A direção [dos juros] é óbvia, de queda, e não é pré-determinada nem em sequência nem em volume", afirmou a presidente do BCE, Christine Lagarde, durante entrevista coletiva concedida após a reunião, ao ser questionada se são esperadas novas reduções de 0,25 ponto na taxa de depósito em outubro e em dezembro. "Vamos continuar dependentes de dados e decidir reunião a reunião."

Na visão de Lagarde, porém, ser dependente de dados não significa, necessariamente, olhar um número específico, mas sim o conjunto de informações recebidas. Ela, além disso, reiterou a confiança nas projeções do BCE, que apontam para uma inflação de 2%, exatamente na meta perseguida pela autarquia, até o fim do próximo ano. Apesar disso, a dirigente ressaltou que as projeções de inflação podem ser revisadas para cima caso os salários cresçam mais que o previsto, ao mesmo tempo em que alertou que as tensões geopolíticas podem elevar os preços de energia.

Vale notar que, embora o BCE tenha mantido inalterada as projeções de inflação a 2,5% neste ano e a 2,2% em 2025, a autoridade monetária passou a ver alguma pressão adicional nos núcleos inflacionários, que não contemplam itens voláteis, como os preços de energia e de alimentos. A autoridade monetária elevou a estimativa para o núcleo de inflação deste ano de 2,8% para 2,9% e passou a previsão de 2,2% para 2,3% em 2025.

No mercado, porém, a persistência dos núcleos em níveis um pouco mais altos tem sido deixada em segundo plano em relação aos sinais de enfraquecimento da atividade econômica na zona do euro. As curvas de juros têm precificado, no momento, cerca de sete reduções de 0,25 ponto percentual na taxa de depósito pelo BCE.

KRISZTIAN BOCSI/BLOOMBERG

Ontem, porém, diante da ausência de "guidance" (prescrição futura) de Lagarde, o mercado corrigiu a rota com alguma alta firme nas taxas de curto prazo. O rendimento do Bund alemão de dois anos, por exemplo, teve expressiva, ao passar de 2,153% para 2,232%.

> "Vamos continuar dependentes de dados e decidir [sobre novos cortes] reunião a reunião"
> *Christine Lagarde*

Entre os participantes do mercado, porém, ainda persiste a avaliação de que o BCE pode acelerar o ritmo de redução dos juros em algum momento. "Parece ser apenas uma questão de tempo até que uma perspectiva de crescimento mais sombria se traduza em cortes de taxas mais agressivos. O pouso suave nos Estados Unidos e o impacto na zona do euro podem ser esse gatilho", afirma o chefe global de macroeconômica do ING, Carsten Brzeski.

O economista do banco holandês nota que o BCE já havia mudado em julho a avaliação de risco para sua perspectiva de crescimento para "inclinada para o lado negativo", e deve realizar cortes de juros mais agressivos a partir do ano que vem, ao se deparar com um processo de desaceleração da atividade.

O economista-chefe do Commerzbank, Jorg Kramer, avalia, em nota enviada a clientes, que o BCE deu a impressão de que não pretende cortar as taxas de juros novamente em outubro, e ressalta que Lagarde minimizou, na coletiva, a importância de uma taxa de inflação abaixo de 2% em setembro.

"O núcleo da inflação persistentemente alto e o aumento acentuado dos salários sugerem que o BCE esperará até dezembro para cortar as taxas novamente, quando tiver as novas projeções de inflação", diz. "Continuamos esperando mais dois cortes no primeiro semestre do ano que vem, com a taxa de depósito provavelmente atingindo 2,75% em meados de 2025."

Para os economistas do Wells Fargo Nick Bennenbroek e Anna Stein, o BCE permaneceu cauteloso sobre o ritmo de afrouxamento. "Continuamos confortáveis com nossa visão de uma pausa na taxa do BCE em outubro, a ser seguida por um corte de 0,25 ponto na taxa de depósito em dezembro", dizem.

"Nossa opinião também é que o BCE continuará reduzindo sua taxa de juros de referência a um ritmo constante de 0,25 ponto por trimestre (ou seja, a cada duas reuniões) em 2025", levando a taxa de depósito a 2,25% no próximo ano.

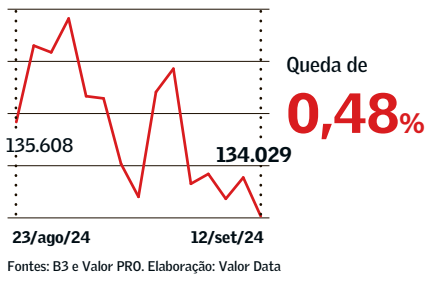
O Citi, da mesma forma, considera baixa a probabilidade de novos cortes antes de dezembro e diz que o horizonte permanece, de forma incomum, curto. "Uma aceleração nos cortes de juros este ano segue improvável, mas cortes mais rápidos ou mais profundos são mais prováveis no próximo ano", diz o economista chefe para Europa do Citi, Arnauld Marès.

INÊS 249

Finanças

Ibovespa
Em pontos

Queda de **0,48%**

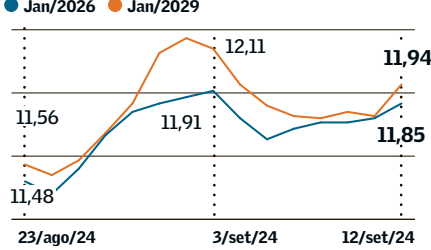
Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 12/set/24 - em %

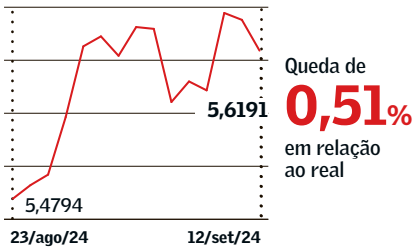
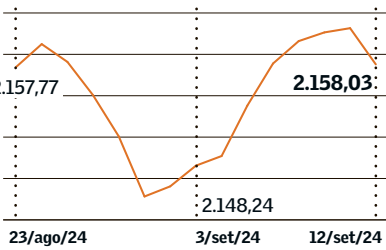
Bolsa	%
Dow Jones	0,58
S&P 500	0,75
Euronext 100	0,87
DAX	1,03
CAC-40	0,52
Nikkei-225	3,41
SSE Composite	-0,17

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Jan/2026 | Jan/2029

11,56 | 11,48 | 12,11 | 11,91 | 11,94 | 11,85

23/ago/24 | 3/set/24 | 12/set/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Queda de **0,51%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Disparada das taxas pesa sobre a bolsa, e Ibovespa termina em queda; dólar recua a R$ 5,6191

Riscos locais impõem alta aos juros futuros

Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet e Igor Sodré
De São Paulo

As preocupações com as contas públicas voltaram a dar o tom dos negócios na sessão de ontem e levaram os ativos locais a mais um dia negativo. Ainda que o dólar tenha fechado o pregão em queda contra o real, a moeda brasileira teve um desempenho pior do que seus pares emergentes, e os riscos relacionados à questão fiscal também impulsionaram os juros futuros e derrubando o Ibovespa.

A chave para a nova rodada de pessimismo dos agentes financeiros foram notícias relacionadas à concessão de um auxílio emergencial para pescadores, além das reiteradas promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de isentar do pagamento de Imposto de Renda os trabalhadores que ganham até R$ 5 mil mensais.

Os reflexos relacionados aos temores fiscais ficaram traduzidos de modo mais claro nos vértices mais longos da curva de juros. No fechamento do dia, a taxa do contrato do DI para janeiro de 2029 escalou de 11,79% para 11,96%.

"A curva [de juros] está feia. Não é um absurdo, mas mostra um patamar de juro elevado no Brasil. Já a americana caiu um pouco nos últimos dias. Chama atenção", diz CIO da 3R Investimentos, Tomas Awad.

Um conjunto de fatores que inclui atividade forte, elevada emissão de títulos prefixados de longo prazo pelo Tesouro Nacional e preocupações acerca de um aumento dos gastos fiscais por contas das condições climáticas levou os agentes a exigir um prêmio de risco maior no mercado de juros.

"A gente está tendo números de atividade insistindo em surpreender positivamente. Isso é bom para a economia, mas, por outro lado, na atual conjuntura, isso pressiona a curva, ainda mais estando na antessala de retomar o aperto monetário", diz o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha.

Ele afirma ter se assustado com o movimento da curva de juros na sessão de ontem, ao dizer que as taxas locais foram "o destaque negativo no mundo todo", mesmo sem um "grande vilão" que justificasse o comportamento.

0,48% foi a queda do Ibovespa na sessão de ontem

Além dos motivos já citados, Cunha avalia que os agentes começaram a tomar uma postura mais defensiva enquanto aguardam pela reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana que vem. Ao contrário da maior parte do mercado, a BGC acredita que o colegiado deve iniciar o "miniciclo" esperado de alta da Selic com um aumento de 0,5 ponto. "Para nós, há mais ganhos para o BC fazer o ajuste de maneira mais proativa."

A escalada das taxas também pressionou o Ibovespa, que fechou em queda de 0,48%, aos 134.029 pontos. As ações de bancos como Itaú, Bradesco e BTG Pactual, caíram 1,10%, 0,45% e 1,59%, respectivamente. Apenas Vale e Gerdau encerraram o pregão em alta entre as "blue chips", com um avanço de 0,90% e de 0,16%, respectivamente. Por outro lado, papéis ordinários da Petrobras recuaram 1,17%.

No mercado de câmbio, o dólar comercial acabou encerrando o dia em queda de 0,51% frente ao real, negociado a R$ 5,6191 no segmento à vista, mas o desempenho da moeda foi inferior ao de seus pares. A divisa americana, por exemplo, caiu 1,50% frente ao peso mexicano; 0,82% frente ao peso chileno; e 1,40% ante o peso colombiano.

O movimento de alívio nas moedas emergentes vem no momento em que ativos de risco voltam a se valorizar em meio à ansiedade em torno do início do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed). Em nota assinada pelos gestores Marc Seidner e Pramol Dhawan, a Pimco avalia que o dólar tende a cair, ao menos temporariamente, com o ciclo de flexibilização do Fed. Em ciclos anteriores, a gestora nota que o dólar caiu no início, mas se recuperou nos meses seguintes ao início dos cortes.

"Vemos a possibilidade de o dólar perder seu status de moeda 'high yield' [de alto retorno] à medida que a política monetária se normaliza, com potencial para uma depreciação moderada", dizem Seidner e Dhawan.

Em nota a clientes, a estrategista Luísa Valle, do Scotiabank, projeta o dólar a R$ 5,33 no fim deste ano e a R$ 5,26 no fim de junho de 2025. Para ela, embora a volatilidade permaneça alta, o Brasil deve aumentar os juros novamente, o que pode tornar o real mais atrativo.

Nos EUA, a sessão foi de ganhos entre os principais índices acionários. O Dow Jones teve alta de 0,58%; o S&P 500 subiu 0,75%; e o Nasdaq avançou 1,00%.

Raízen capta US$ 1 bi em bônus verdes com forte demanda

Rita Azevedo
Do Rio

Pela segunda vez no ano, a Raízen voltou ao mercado de títulos de dívida no exterior e captou US$ 1 bilhão. O plano inicial era levantar US$ 750 milhões, mas a forte demanda, que chegou a US$ 4,4 bilhões, permitiu elevar o montante, disse o diretor-financeiro, Carlos Moura, ao **Valor**.

"Fechamos a operação também com compressão de taxas", disse. A remuneração ("yield") é equivalente à remuneração dos Treasuries dos EUA com acréscimo de 2,18% ao ano. A estimativa inicial era de um acréscimo de cerca de 2,5%. "Ficamos honrados com o resultado da oferta, que demonstra o nível de confiança dos investidores."

Os títulos são rotulados como "verdes". A empresa vai usar o dinheiro para quitar dívidas e em propósitos corporativos gerais, com o compromisso de alocar o mesmo montante em projetos sustentáveis.

Em fevereiro, a Raízen emitiu US$ 1,5 bilhão em duas séries. Uma delas, de US$ 1 bilhão, com vencimento em dez anos, teve spread de 2,2%. Na outra, de US$ 500 milhões, com prazo de 30 anos, o spread ficou em 2,65% ao ano.

"Temos um programa anual de funding que prevê opções em determinados cenários. Quando o mercado doméstico tem taxa interessante, entramos nele. Quando o internacional está mais favorável, como é o caso, a gente acessa o mercado internacional", disse Moura.

Essa é a terceira emissão de uma empresa brasileira no exterior desde o início de setembro, quando o mercado voltou à ativa após o fim das férias no Hemisfério Norte. Antes da Raízen, Petrobras e Eletrobras captaram na semana passada US$ 1 bilhão e US$ 750 milhões, respectivamente, em duas ofertas marcadas também por forte interesse de investidores.

O esperado é que as próximas operações de empresas do país saiam após 18 de setembro, quando o Federal Reserve, banco central dos EUA, deve dar início aos cortes de juros por lá. Entre os nomes cotados para ofertas nessa janela está a Oceânica Engenharia, que no fim de julho informou a intenção de lançar bonds, mas ainda não concretizou a operação. A empresa segue considerando a opção, conforme fontes. Outra que fez "non-deal roadshow", reuniões com investidores sem compromisso de concretizar a operação, é a LD Celulose, que tem participação da DexCo.

A "janela" de captação de setembro deve ser uma das mais movimentadas do ano para brasileiras, segundo bancos de investimento. Isso porque, além do nível atual das taxas, alguns nomes poderão antecipar ofertas para evitar a possível volatilidade com eleições nos EUA.

O ambiente tem sido propício a ofertas de latino-americanas. Desde o início do mês, empresas da região captaram recursos. Nesta semana foram a argentina Edenor e a mexicana Fiemex. Na primeira semana do mês, a argentina YPF emitiu US$ 500 milhões. Sociedad Química y Minera de Chile e BBVA Mexico ampliaram a lista.

Na operação da Raízen, atuaram os bancos Citi, Itaú BBA, Morgan Stanley e Santander.

Fitch vê 'mini-ciclo' de aperto monetário com benefícios para BC

Gabriel Roca
De São Paulo

A dinâmica da inflação brasileira manteve-se bastante saudável no ano passado, mas, a partir do segundo trimestre deste ano, chegou a uma "encruzilhada". Assim, a agência de classificação de risco Fitch também passou a esperar um "mini-ciclo" de aperto monetário que, como deve ocorrer simultaneamente a cortes de juros nos EUA, pode trazer benefícios de credibilidade ao Banco Central.

"O desempenho da inflação nos últimos 12 meses foi bastante bom, com a queda nos preços de commodities, alívio nas cadeias globais de oferta, e o Banco Central subiu os juros de modo rápido, antes do Fed [o BC dos EUA]. Mas esse cenário começou a mudar no segundo trimestre deste ano e passamos a ver mais desafios no horizonte. Houve problemas relacionados às enchentes no Sul e às condições de mercado, que se deterioraram também com críticas do governo à atuação do BC", disse a chefe de ratings soberanos para Ásia e Américas da Fitch, Shelly Shetty, em evento realizado ontem em São Paulo.

Ela cita também o quadro fiscal e a atividade econômica em níveis robustos como responsáveis por tornar o processo de desinflação mais desafiador. "Mas, se olharmos em um cenário mais amplo, comparado com outras referências, em termos de inflação, o Brasil está no meio do caminho — não é a pior nem a melhor situação. Se você olhar para os juros reais e comparar com outros emergentes, é possível dizer que os juros reais são altos no país", diz.

Segundo ela, os desafios à frente fazem a Fitch esperar um miniciclo de altas de juros, com início já em setembro. "Com o Fed cortando juros, ao mesmo tempo em que o Brasil sobe, isso seria outro impulso para a credibilidade do Banco Central", aponta.

No mesmo evento, o economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, afirmou que, caso o governo demonstre um compromisso fiscal sólido junto aos agentes financeiros, o afrouxamento monetário poderia ocorrer ainda no primeiro semestre do ano que vem.

"As expectativas de inflação para os próximos anos se afastaram das metas e é difícil saber se este vai ser um ciclo de 1,5 ponto ou 2 pontos percentuais de alta da Selic. O que é claro é que devemos ter altas de juros em setembro, novembro, dezembro e janeiro. Mas acredito que, se o governo mostrar que vai cumprir o fiscal, isso deve nos aproximar dos cortes de juros", diz.

Para ele, se o governo conseguisse demonstrar um real compromisso com as regras fiscais, um ambiente muito melhor seria criado no país. "Poderíamos ter queda de juros ainda no primeiro semestre do ano que vem. E isso não traria só uma queda no juro curto, que é o controlado pelo BC, mas também nos juros de longo prazo. A taxa das NTN-Bs começou o ano por volta dos 5,3% e hoje está acima dos 6%, o que impacta nos investimentos e no financiamento da dívida. O governo precisa ser muito mais claro do ponto de vista fiscal."

> "Expectativas para os próximos anos se afastaram das metas e é difícil saber se este vai ser um ciclo de 1,5 ou 2 pontos"
> *Mansueto Almeida*

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Shetty: subir juro enquanto Fed corta seria impulso para credibilidade do BC

Segundo Mansueto, as incertezas fiscais também contribuíram para um desempenho ruim da moeda brasileira, que pode ver alguma apreciação nesse ambiente de cortes de juros nos países desenvolvidos e altas de juros locais.

O economista chama a atenção para o fato de que, caso as projeções de inflação do mercado sejam confirmadas — cerca de 4,6% em 2025; 4% em 2025; e 3,6% em 2026 —, o governo Lula 3 encerraria o período de quatro anos com a menor inflação média desde a adoção do real. "A notícia ruim é que essas projeções mudam de forma bastante rápida. E isso pode piorar com as incertezas fiscais", afirma.

Vice da Berkshire vende US$ 139 mi em ações da gestora

Dow Jones Newswires

O vice-presidente da Berkshire Hathaway, Ajit Jain, vendeu US$ 139 milhões em ações da Berkshire na última segunda-feira, reduzindo sua participação na empresa em mais de 50%, uma venda que pode ser vista de forma negativa pelos investidores.

Jain, também responsável pelas grandes operações de seguros da empresa, vendeu 200 ações classe A da Berkshire a um preço médio de US$ 695.418, de acordo com um formulário apresentado à Securities and Exchange Comission (SEC, a comissão de valores mobiliários dos EUA) na quarta-feira.

Jain vendeu as ações da Berkshire perto do pico atingido recentemente de cerca de US$ 725 mil por ação classe A.

Jain tinha uma das maiores participações da Berkshire entre os diretores e executivos da empresa. Atualmente, detém 61 ações classe A diretamente e outras 55 ações classe A por meio de fundos fiduciários criados por ele e sua esposa para seus descendentes, num total de 116 ações, de acordo com o processo.

A Fundação Jain, sem fins lucrativos, detém mais 50 ações classe A. Jain, nascido na Índia e que completa 73 anos em 15 de setembro, tem sido uma figura crítica nas operações de seguros da Berkshire por quase 40 anos. É provavelmente o empregado da companhia mais próximo do CEO Warren Buffett, que tem elogiado regularmente Jain nas suas cartas anuais aos acionistas e na reunião anual da Berkshire.

"Se encontrarem Ajit na reunião anual, façam uma cortesia profunda", escreveu Buffett na sua carta anual aos acionistas de 2012.

Jain é um subscritor de seguros brilhante, responsável por bilhões de dólares de lucros para a Berkshire, ao avaliar com precisão o risco de eventos de grande dimensão, incluindo catástrofes como furacões. Ele se beneficiou dos bolsos fundos da companhia e da disponibilidade de Buffett para assumir grandes riscos de seguros se os prêmios forem suficientes.

Ele foi responsável também pelo que poderia ter sido um lucro de bilhões de dólares no ano passado para a Berkshire, quando a empresa assumiu cerca de US$ 15 bilhões de exposição potencial aos furacões da Flórida e lucrou com uma época de tempestades ligeiras.

Jain foi promovido a vice-presidente da Berkshire e chefe de operações gerais de seguros em 2018. Ele se juntou ao conselho da companhia na época.

Ele é bem pago, tendo ganhado US$ 20 milhões no ano passado em compensação total e US$ 19 milhões em cada um dos dois anos anteriores.

Acredita-se que Jain adquiriu toda a sua participação na Berkshire com seu próprio dinheiro, uma vez que a empresa não dá compensação em ações a nenhum funcionário — refletindo a filosofia de Buffett de que os empregados devem ser pagos em dinheiro e que cada ação da Berkshire é preciosa.

Pagamentos Principais associações do segmento organizaram um grupo de trabalho e querem construir em um ano padrão para implementação do sistema

Setor criará modelo para 'split payment'

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O setor de pagamentos montou um grupo de trabalho formado pelas principais associações representativas do ramo e quer definir em um ano um modelo para implementação do "split payment", previsto na reforma tributária. As discussões estão ocorrendo no âmbito da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

O "split payment", uma das principais novidades da reforma tributária do consumo, permitirá o recolhimento dos novos tributos no momento da liquidação financeira da transação. A ideia é que o sistema entre em pleno funcionamento em 2027.

Diretora jurídica da CNF, Cristiane Coelho afirma que a implementação do sistema traz diversos desafios que precisam ser discutidos pelo setor em conjunto com o governo.

"O interesse da indústria é conseguir efetivar a reforma como o governo quer, mas de forma consciente, que continue dando segurança às transações eletrônicas", disse, em encontro do setor de cartões com jornalistas na sede da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). "Os custos devem ser compatíveis com o que a gente, como sociedade, consegue financiar. Porque se é um produto feito para o governo, vai ter que ser arcado também pelo governo", diz.

Fazem parte do grupo, além da Febraban, a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), a Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), a Associação Brasileira de Internet (Abranet), a Associação das Infraestruturas de Mercado Financeiro (Apiimf) e a Zetta.

O trabalho será orientado por algumas premissas, explicou Coelho. Entre elas, estão: segregação e recolhimento do tributo no ato da liquidação financeira, para evitar prejuízo a mecanismos de prevenção a fraudes; isonomia entre participantes e arranjos de pagamento; equilíbrio concorrencial; qualidade da experiência do usuário; e remuneração proporcional aos custos e investimentos.

O projeto será dividido em duas fases. A primeira será mais conceitual, enquanto a segunda será voltada principalmente ao desenho das especificações técnicas.

No encontro, as entidades que representam o setor de cartões também informaram que estão discutindo novas formas de financiamento para evitar que os usuários entrem no rotativo ou permitir que migrem mais rapidamente para alternativas mais baratas de parcelamento das dívidas no cartão de crédito.

Essa é a uma das pautas prioritárias do fórum de discussão criado em junho por cinco associações que representam bancos, fintechs e credenciadoras: Abipag, Abranet, Febraban, Abecs e Zetta. Como mostrou o **Valor** em junho, o setor de cartões selou um "armistício" após o embate acalorado sobre o parcelado sem juros no ano passado, que foi parar na Justiça. As associações celebraram um memorando de intenções buscando encerrar contenciosos e criaram o fórum. O grupo será uma instância para debater temas relativos ao setor, mas deixará de fora o parcelado sem juros.

"Os níveis de inadimplência e o patamar de juros são pontos que ainda temos a discutir. Queremos menos consumidores no rotativo", disse o presidente da Febraban, Isaac Sidney. "A nossa ambição é não ter ninguém no rotativo", disse Carol Conway, presidente da Abranet e atual presidente do fórum. Ela afirmou que ainda não é possível detalhar quais alternativas de financiamento estão sendo discutidas pelo grupo, mas que "em breve" devem ser apresentadas novidades. "Precisamos também conversar com o Banco Central e com entidades que representam consumidores", acrescentou Sidney.

No ano passado, em meio às discussões sobre o rotativo, uma das alternativas aventadas foi a possibilidade de cobrança de juros sobre o consolidado da dívida. A proposta previa que, a partir de um certo número de faturas não pagas, o banco poderia trazer a dívida a valor presente e cobrar juros também das parcelas vincendas.

Outras pautas elencadas pelo fórum são: acompanhamento do teto de juros sobre as dívidas do cartão, que passou a valer neste ano; portabilidade do saldo devedor da fatura de cartões; e funcionalidades via open finance.

DIVULGAÇÃO

"Níveis de inadimplência e patamar de juros são pontos que temos a discutir" *Isaac Sidney*

Ofertas no mercado de capitais sobem 30% em agosto

Liane Thedim
Do Rio

As ofertas no mercado de capitais chegaram a R$ 47,3 bilhões em agosto, alta de 30,7% em relação a igual mês de 2023, informou a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Com isso, o ano atinge um total de R$ 484,2 bilhões, recorde da série histórica iniciada em 2012, e já supera o contabilizado em todo o ano de 2023 (R$ 467,3 bilhões).

Já as emissões de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), que têm sido um dos focos dos gestores para elevar a rentabilidade dos fundos, somaram R$ 4,5 bilhões em agosto, quase triplicando (187,9%) o volume registrado no mesmo período do ano passado. Nos oito primeiros meses de 2024, o valor chega a R$ 43,3 bilhões, superando 2023 inteiro.

O total de emissões de debêntures foi de R$ 27,1 bilhões em agosto, crescimento de 38,9% em relação ao mesmo mês de 2023, e, no ano, de R$ 283,9 bilhões, também um recorde para o período. Os principais subscritores nesse intervalo foram os intermediários e demais participantes ligados à oferta (47,2%) e os fundos (44,9%). O investimento em infraestrutura (27,6%) e a gestão ordinária (25,2%) foram os principais destinos dos recursos, e o prazo médio dos papéis chegou a oito anos.

R$ 47 bi
foram as emissões no mercado de capitais no mês passado

"As condições favoráveis do mercado de capitais, a liquidez no mercado secundário e a evolução contínua da regulação têm permitido os sucessivos recordes neste ano, mesmo com potenciais volatilidades à frente", afirma Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima.

As notas comerciais tiveram o melhor resultado para agosto na série histórica, com R$ 7,1 bilhões em emissões. No acumulado de 2024, as empresas captaram R$ 31,4 bilhões com o instrumento, montante que supera o contabilizado em todo o ano de 2023.

Já os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) caíram 4,5% em agosto frente ao mesmo mês de 2023, para R$ 1,6 bilhão. No acumulado do ano, somam R$ 27 bilhões. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) despencaram 42,4% em agosto, com R$ 4,2 bilhões em emissões. Nos oito primeiros meses do ano, porém, o total captado, de R$ 39 bilhões, é o maior já registrado nesse período pela Anbima.

As ofertas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) também tiveram forte queda em agosto, de 23,5%, e somaram R$ 2,6 bilhões. Mas nos oito primeiros meses de 2024 o volume chegou a R$ 34,7 bilhões, patamar 14,8% superior ao de todo o ano de 2023.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 12/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.225,8725680	0,02	0,38	6,71
IRF-M	1+**	20.550,1761340	-0,26	0,65	3,05
IRF-M	Total	18.683,6984810	-0,17	0,56	4,13
IMA-B	5***	9.447,9460830	-0,08	0,35	5,25
IMA-B	5+****	11.417,4138250	-0,58	-0,41	-1,62
IMA-B	Total	10.045,6181230	-0,37	-0,09	1,40
IMA-S	Total	6.879,4899720	0,04	0,36	7,65
IMA-Geral	Total	8.342,3133360	-0,12	0,29	4,94

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	29/08	28/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,42	32,64	33,43	29,63	29,38	33,81
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,99	24,25	26,16	24,96	25,27	25,10
Conta garantida pré - a.a.	48,05	51,76	46,93	38,67	47,05	46,70
Desconto de duplicata pré - a.a.	20,69	21,39	21,45	21,70	21,56	27,05
Vendor pré - a.a.	15,99	15,99	16,21	15,28	15,40	18,43
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	14,87	14,37	17,37	16,30	16,63	17,52
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,43	18,65	19,24	18,30	17,62	17,99
Conta garantida pós - a.a.	24,79	24,74	24,09	24,76	24,59	27,85
ACC pós - a.a.	8,14	7,74	7,97	8,30	8,49	8,48
Factoring - a.m.	3,20	3,18	3,21	3,25	3,28	3,47

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	12/09/24	11/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	3,3500	5,3200	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3427	5,3421	5,3465	5,3535	5,3133
3 meses	-	5,3689	5,3678	5,3684	5,3660	5,2180
6 meses	-	5,3967	5,3957	5,3951	5,3928	5,1076
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6620	3,6540	3,6640	3,6520
1 mês	-	3,6685	3,6683	3,6690	3,6685	3,6583
3 meses	-	3,6821	3,6985	3,7145	3,7599	3,5038
6 meses	-	3,6821	3,8306	3,8379	3,8604	3,2287
1 ano	-	3,9133	3,9131	3,9130	3,9118	2,3885
Euribor ***						
1 mês	-	3,444	3,542	3,589	3,635	3,699
3 meses	-	3,467	3,470	3,490	3,542	3,824
6 meses	-	3,276	3,364	3,360	3,441	3,968
1 ano	-	2,960	3,053	3,088	3,180	4,103
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,07	5,10	5,15	5,26	5,32	5,39
T-Bill (3 meses)	4,97	5,00	5,07	5,09	5,20	5,45
T-Bill (6 meses)	4,71	4,71	4,75	4,85	4,93	5,54
T-Note (2 anos)	3,65	3,64	3,76	3,90	3,93	5,03
T-Note (5 anos)	3,47	3,44	3,54	3,67	3,67	4,43
T-Note (10 anos)	3,68	3,65	3,73	3,86	3,84	4,28
T-Bond (30 anos)	3,99	3,97	4,02	4,15	4,16	4,35

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	set/24*	ago/24	jul/24 (Mês)	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,35	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,47	11,20
CDI	0,35	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,47	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,56	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	4,13	8,26
IMA-B	-0,09	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,40	5,32
IMA-S	0,36	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,65	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-1,45	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,12	17,51
Índice Small Cap	-1,57	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-11,10	-2,18
IBrX 50	-1,62	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	1,47	19,46
ISE	-0,22	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-2,28	9,55
IMOB	1,88	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-5,98	4,77
IDIV	-0,26	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	4,73	21,94
IFIX	-1,03	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,42	5,63
Dólar Ptax (BC)	-0,01	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	16,82	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-0,24	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	15,80	13,79
Euro (BC) (4)	-0,20	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	16,68	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,11	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	15,83	16,00
Ouro (BC)	1,95	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	44,32	48,11
Inflação								
IPCA	-	-0,02	0,38	0,21	0,46	0,38	2,85	4,24
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 12/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 09/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Captação líquida R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.705.053,37					1.797,44	20.193,50	326.948,05	293.545,23
RF Indexados (2)	144.925,85	0,02	0,39	4,48	8,06	161,96	-454,56	-12.342,77	-18.259,92
RF Duração Baixa Soberano (2)	691.336,06	0,04	0,22	6,77	10,33	2.255,44	12.608,21	39.161,42	18.730,65
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	908.097,77	0,04	0,24	7,72	11,77	-512,41	3.263,34	95.117,98	99.601,86
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	195.394,43	0,02	0,05	7,79	11,83	162,16	1.983,81	85.131,41	88.165,35
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.566,57	0,01	0,15	6,18	9,27	141,82	1.366,22	-3.683,66	-5.727,53
RF Duração Livre Soberano (2)	220.772,08	0,03	0,24	6,36	10,00	440,01	3.682,39	-11.625,16	-24.561,75
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	670.627,21	0,03	0,23	6,95	10,75	-735,13	-1.237,63	-18.863,38	-28.800,33
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	410.012,35	0,03	0,33	7,16	11,35	-541,21	461,28	113.199,45	148.113,40
Ações	640.404,38					-529,96	-1.902,51	666,90	45.264,45
Ações Indexados (2)	10.753,83	0,10	-0,90	0,43	16,52	-35,46	12,76	192,58	-1.879,32
Ações Índice Ativo (2)	29.372,92	-0,07	-0,54	-0,96	13,32	-27,58	-873,56	-8.021,58	-7.421,13
Ações Livre	231.258,86	-0,09	-0,80	0,75	13,00	-324,38	-875,23	-1.890,52	-5.502,19
Fechados de Ações	124.998,80	-0,24	-0,61	-4,74	-0,29	0,00	1.181,98	-1.072,48	13.147,85
Multimercados	1.577.795,18					-29.388,71	-36.866,19	-180.977,16	-316.321,28
Multimercados Macro	134.386,73	0,06	0,28	3,16	7,45	-326,16	-1.513,01	-45.568,63	-65.524,97
Multimercados Livre	596.219,57	0,04	0,12	6,40	11,01	-27.994,17	-31.829,74	-46.324,82	-107.300,58
Multimercados Juros e Moedas	49.037,06	0,03	0,23	6,78	10,75	22,38	-69,49	-9.658,76	-14.677,68
Multimercados Invest. no Exterior (2)	716.045,93	-0,05	-0,24	7,71	12,85	-1.093,95	-3.560,36	-80.223,47	-125.567,15
Cambial	6.351,38	-0,11	-0,93	19,74	18,88	-34,68	-49,40	-685,40	-969,38
Previdência	1.477.432,50					43,64	-198,06	28.929,89	41.285,40
ETF	42.926,38					140,20	114,98	-3.226,86	-911,21
Demais Tipos	2.095.879,39					329,11	-2.919,68	82.040,04	101.237,25
Total Fundos de Investimentos	**7.449.963,18**					**-27.972,07**	**-18.707,69**	**171.655,41**	**61.893,20**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.774.690,42**					**1.910,50**	**7.084,39**	**113.620,35**	**177.688,53**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.274.111,37**					**-26.061,56**	**-11.623,30**	**285.275,76**	**239.581,74**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	12/09/24	11/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,78
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9323
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,57
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9917
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,82	10,79	10,76	10,77	10,54	12,46
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,31	11,25	11,19	11,28	10,93	11,83
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,58	10,55	10,53	10,43	12,80
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,68	10,67	10,62	10,63	10,48	12,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,82	10,80	10,77	10,79	10,54	12,43
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,98	10,95	10,92	10,98	10,66	12,23
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,25	11,21	11,19	11,28	10,91	11,84
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,67	11,63	11,58	11,74	11,33	10,80

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 12/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.482,95	10,571	512.258	10,554	10,576	10,570
Vencimento em nov/24	98.565,42	10,644	35.695	10,626	10,648	10,648
Vencimento em dez/24	97.790,76	10,778	28.076	10,764	10,790	10,790
Vencimento em jan/25	96.912,71	10,958	732.185	10,930	10,970	10,965
Vencimento em fev/25	95.983,14	11,118	6.529	11,095	11,125	11,125
Vencimento em mar/25	95.120,90	11,274	17.801	11,255	11,290	11,285
Vencimento em abr/25	94.308,10	11,382	146.310	11,340	11,400	11,400
Vencimento em mai/25	93.457,67	11,472	3.321	11,460	11,480	11,480
Vencimento em jun/25	92.572,85	11,545	5.503	11,530	11,550	11,550
Vencimento em jul/25	91.722,56	11,624	359.508	11,565	11,655	11,640
Vencimento em ago/25	90.770,22	11,675	311	11,680	11,695	11,690

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.639,45	-0,32	180.290	5.626,00	5.688,50	5.637,00
Vencimento em nov/24	5.659,34	-0,33	1.205	5.656,00	5.674,00	5.657,00
Vencimento em dez/24	5.676,80	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.697,18	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.723,06	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.243,38	0,06	5	6.242,00	6.242,00	6.242,00
Vencimento em nov/24	6.275,15	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.301,50	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	135.239	-0,58	64.685	134.705	136.345	135.255
Vencimento em dez/24	137.434	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	139.522	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 12/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6548	5,6554	0,30	-0,01	16,82	14,24
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6185	5,6191	-0,51	-0,24	15,80	13,47
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6670	5,8470	-0,25	-0,23	15,84	13,61
Euro (BC) - (R$/€)	6,2429	6,2441	0,55	-0,20	16,68	17,59
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2190	6,2197	-0,03	-0,11	15,83	17,07
Euro Turismo (R$/€)	6,2964	6,4764	0,02	-0,32	15,50	16,93
Euro (BC) - (US$/€)	1,1040	1,1041	0,25	-0,18	-0,12	2,94
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	463,8884	463,9377	1,86	1,95	44,32	52,38
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.558,42	1,85	2,22	23,88	33,75
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.516,55	-0,21	-0,30	22,02	31,15

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	12/09/24	11/09/24	No fim de ago/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	176.246,96	175.361,11	178.922,92	173.997,89	0,51	-1,50	1,29
Valor-Coppead Mínima Variância	103.699,62	104.122,61	105.748,61	93.533,91	-0,41	-1,94	10,87

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-
Raízen (2)	19/09/24	19/09/34	120	1.000	-	2,18	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 12/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 12/09/24

Índice	12/09/24	11/09/24	Em 30/08/24	Em 29/12/23	Em 12/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,90	182,89	188,53	165,54	156,42	0,55	-2,46	11,09	17,57
S&P BNY Emergentes	354,26	351,78	354,71	312,75	290,80	0,70	-0,13	13,27	21,82
S&P BNY América Latina	194,77	193,42	196,58	225,28	197,76	0,70	-0,92	-13,54	-1,51
S&P BNY Brasil	194,74	194,59	197,44	232,95	201,91	0,08	-1,37	-16,40	-3,55
S&P BNY México	285,18	278,99	286,82	331,67	305,60	2,22	-0,57	-14,02	-6,68
S&P BNY Argentina	287,59	283,79	268,80	178,27	138,67	1,34	6,99	61,32	107,39
S&P BNY Chile	139,56	138,36	143,28	162,12	151,49	0,87	-2,59	-13,91	-7,87
S&P BNY Índia	3.206,04	3.151,07	3.175,88	2.923,01	2.879,45	1,74	0,95	9,68	11,34
S&P BNY Ásia	216,02	214,56	218,99	189,60	180,10	0,68	-1,35	13,94	19,95
S&P BNY China	296,07	296,44	294,08	336,11	336,16	-0,12	0,68	-11,91	-11,92
S&P BNY África do Sul	188,26	179,88	192,07	199,87	194,55	4,66	-1,98	-5,81	-3,23
S&P BNY Turquia	32,33	32,82	33,07	22,45	24,84	-1,47	-2,23	44,00	30,19

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	0,5678	0,5678	0,8145
30/08 a 30/09	0,0676	0,5678	0,5678	0,7772
31/08 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685	0,5685	0,7829
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648	0,5648	0,7460
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687	0,5687	0,7846
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726	0,5726	0,8231
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728	0,5728	0,8245
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730	0,5730	0,8269

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 12/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	134.029	-0,48	-1,45	-0,12	13,61
IBrX	56.633	-0,50	-1,44	0,32	13,96
IBrX 50	22.544	-0,51	-1,62	1,47	15,12
IEE	92.696	-0,34	-0,21	-2,38	6,70
SMLL	2.092	-0,69	-1,57	-11,10	-5,73
ISE	3.678	-0,50	-0,22	-2,28	8,07
IMOB	950	-0,20	1,88	-5,98	2,92
IDIV	9.503	-0,42	-0,26	4,73	18,99
IFIX	3.358	-0,26	-1,03	1,42	4,14
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.699	-0,77	-1,44	-14,49	-0,55
IBrX	10.014	-0,79	-1,43	-14,12	-0,24
IBrX 50	3.986	-0,80	-1,61	-13,14	0,77
IEE	16.391	-0,63	-0,20	-16,43	-6,60
SMLL	370	-0,99	-1,55	-23,90	-17,48
ISE	650	-0,79	-0,21	-16,35	-5,40
IMOB	168	-0,50	1,90	-19,51	-9,91
IDIV	1.680	-0,71	-0,24	-10,34	4,16
IFIX	594	-0,56	-1,02	-13,18	-8,84

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	02/09/24	369.152
fev/24	352.705	03/09/24	369.150
mar/24	355.008	04/09/24	368.472
abr/24	351.599	05/09/24	368.984
mai/24	355.560	06/09/24	369.769
jun/24	357.827	09/09/24	369.339
jul/24	363.282	10/09/24	369.785
ago/24	369.214	11/09/24	370.260

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	12/09/24	11/09/24	10/09/24	09/09/24	06/09/24	05/09/24
Índice	2.158,03	2.161,53	2.161,12	2.160,28	2.158,11	2.154,04
Var. no dia	-0,16%	0,02%	0,04%	0,10%	0,19%	0,23%
Var. no mês	0,59%	0,76%	0,74%	0,70%	0,60%	0,41%
Var. no ano	4,49%	4,66%	4,64%	4,60%	4,50%	4,30%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 12/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	33,5300	33,5500	0,16850	0,16870
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6548	5,6554
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,6405	36,7323	0,1539000	0,1543000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8078	0,8256
Colon (Costa Rica)	514,8800	521,0300	0,010850	0,010980
Coroa (Dinamarca)	6,7595	6,7601	0,8365	0,8367
Coroa (Islândia)	137,7300	138,0100	0,04097	0,04106
Coroa (Noruega)	10,7732	10,7770	0,5247	0,5250
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7400	22,7630	0,2484	0,2487
Coroa (Suécia)	10,3211	10,3235	0,5478	0,5479
Dinar (Argélia)	132,1865	132,7314	0,04260	0,04278
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3054	18,5160	18,5180
Dinar (Líbia)	4,7616	4,7839	1,1820	1,1877
Direitos Especiais de Saque ***	1,3442	1,3442	7,6012	7,6020
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5395	1,5398
Dirham (Marrocos)	9,7908	9,7958	0,5773	0,5776
Dólar (Austrália)***	0,6695	0,6696	3,7859	3,7869
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6548	5,6554
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7812	2,8302
Dólar (Canadá)	1,3595	1,3596	4,1592	4,1599
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7722	6,8550
Dólar (Cingapura)	1,3038	1,3046	4,3345	4,3376
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6548	5,6554
Dólar (Hong Kong)	7,8031	7,8034	0,7247	0,7248
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6154	0,6155	3,4800	3,4809
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7354	6,8260	0,8284	0,8397
Euro (Comunidade Européia)***	1,1040	1,1041	6,2429	6,2441
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1070	3,1692
Franco (Suíça)	0,8527	0,8528	6,6309	6,6323
Guarani (Paraguai)	7754,0400	7770,2700	0,0007277	0,0007293
Hryvnia (Ucrânia)	41,1000	41,4000	0,1366	0,1376
Iene (Japão)	142,2300	142,2400	0,03976	0,03976
Lev (Bulgária)	1,7716	1,7727	3,1899	3,1923
Libra (Egito)	48,3800	48,4900	0,1166	0,1169
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00044
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3080	1,3081	7,3965	7,3978
Naira (Nigéria)	1630,0000	1680,0000	0,00337	0,00347
Lira (Turquia)	33,8925	33,9114	0,1668	0,1669
Novo Dólar (Taiwan)	32,1480	32,1780	0,17570	0,17590
Novo Sol (Peru)	3,7680	3,7704	1,4998	1,5009
Peso (Argentina)	958,5000	959,0000	0,00590	0,00590
Peso (Chile)	930,5500	931,1400	0,006073	0,006078
Peso (Colômbia)	4222,5000	4229,0000	0,001337	0,001339
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2356	0,2356
Peso (Filipinas)	56,1890	56,2090	0,10060	0,10060
Peso (México)	19,5934	19,6039	0,2885	0,2886
Peso (Rep. Dominicana)	59,7600	60,1400	0,09403	0,09464
Peso (Uruguai)	41,0300	41,0600	0,13770	0,13780
Rande (África do Sul)	17,8480	17,8543	0,3167	0,3169
Rial (Arábia Saudita)	3,7526	3,7528	1,5068	1,5071
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001346	0,0001347
Ringgit (Malásia)	4,3330	4,3355	1,3043	1,3052
Rublo (Rússia)	91,1955	91,2045	0,06200	0,06201
Rúpia (Índia)	83,9220	83,9770	0,06734	0,06739
Rúpia (Indonésia)	15425,0000	15435,0000	0,0003664	0,0003666
Rúpia (Paquistão)	278,3000	278,5000	0,02030	0,02032
Shekel (Israel)	3,7243	3,7267	1,5174	1,5185
Won (Coréia do Sul)	1341,5900	1342,1000	0,004213	0,004215
Yuan Renminbi (China)	7,1173	7,1195	0,7943	0,7946
Zloty (Polônia)	3,8809	3,8827	1,4564	1,4572

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2552,09	0,01219	463,8884	463,9377

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	12/09/24	11/09/24	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Menor índice (12 meses)	Maior índice (12 meses)
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.096,77	40.861,71	0,58	-1,12	9,04	18,62	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.423,07	19.237,30	0,97	-0,77	15,44	27,03	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.569,68	17.395,53	1,00	-0,81	17,04	27,56	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.595,76	5.554,13	0,75	-0,93	17,32	25,41	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.475,14	23.211,18	1,14	0,55	12,01	16,08	18.737,39	23.475,14
México	Cidade do México	IPC	51.999,73	51.195,76	1,57	0,03	-9,39	0,27	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.320,28	1.309,92	0,79	-3,08	10,47	21,83	1.077,85	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	97.797,01	98.667,75	-0,88	6,84	69,10	151,90	38.257,94	98.913,06
Chile	Santiago	IPSA	6.343,16	6.301,58	0,66	-1,81	2,35	7,76	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.540,12	28.191,17	1,24	0,35	9,94	24,88	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.790.058,19	1.764.128,50	1,47	4,22	92,54	232,67	538.084,49	1.796.920,06
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.462,92	1.450,28	0,87	-2,37	4,83	9,06	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.518,39	18.330,27	1,03	-2,05	10,55	17,83	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.435,07	7.396,83	0,52	-2,57	-1,43	2,51	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.453,78	33.174,42	0,84	-2,67	10,22	17,03	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.216,75	4.195,75	0,50	0,77	13,73	15,09	3.290,68	4.240,57
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.753,88	2.690,47	2,36	-1,07	20,60	25,25	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.400,20	11.278,90	1,08	-0,01	12,85	20,57	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.406,91	1.413,54	-0,47	-1,70	8,80	12,83	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	893,25	884,50	0,99	-2,77	13,53	21,25	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.340,83	71.805,06	0,75	-0,72	19,33	26,21	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	81.074,20	79.874,00	1,50	-4,47	3,33	21,81	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.792,47	6.780,30	0,18	0,48	6,19	10,39	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	904,16	920,93	-1,82	-1,25	-16,55	-13,86	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.510,54	2.489,95	0,83	-3,29	4,69	15,31	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.982,34	11.922,91	0,50	-3,65	7,58	9,06	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.521,04	9.419,66	1,08	-3,17	27,45	16,68	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.053,53	2.033,28	1,00	-1,35	9,48	9,68	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.668,38	80.827,81	1,04	-2,49	6,21	10,23	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.833,27	35.619,77	3,41	-4,69	10,07	12,38	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.293,10	8.195,20	1,19	-0,28	5,92	12,03	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.492,33	1.499,53	-0,48	-3,36	-18,80	-23,52	1.433,10	1.951,27
China	Xangai	SSE Composite	2.717,12	2.721,80	-0,17	-4,40	-8,67	-13,39	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.572,09	2.513,37	2,34	-3,82	-3,13	1,40	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.240,39	17.108,71	0,77	-4,16	1,13	-4,36	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	82.962,71	81.523,16	1,77	0,72	14,84	23,42	63.148,15	82.962,71
Indonésia	Jacarta	JCI	7.798,15	7.760,96	0,48	1,66	7,22	12,46	6.642,42	7.798,15
Tailândia	Bangcoc	SET	1.421,58	1.415,41	0,44	4,60	0,40	-8,02	1.274,01	1.545,50
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.653,25	21.031,00	2,96	-2,76	20,76	30,66	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

MIRANDA CARVALHO — EDITAL DE ALIENAÇÃO e INTIMAÇÃO DAS PARTES

O Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito **VICTOR AGUSTIN CUNHA JACCOUD DIZ TORRES, Juiz da 17ª VC da da Capital/RJ**, nos termos do art. 879, I, e seguintes do CPC, **FAZ SABER**, a quantos que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que a partir da publicação do presente edital de alienação na internet, estará aberto prazo para recebimento de propostas de aquisição judicial dos bens penhorados no processo abaixo relacionado até o **dia 09/09/2024 às 14:00h**, prazo prorrogável até o dia **10/12/ 2024 às 14:00h**, As propostas deverão ser encaminhadas ao Leiloeiro Judicial **IGOR DE MIRANDA CARVALHO**, Jucerja nº: 242, através do **e-mail: contato@mirandacarvalholeiloes.com.br. Proc nº: 0236362-97.2009.8.19.0001**. **Exequente:** William Joseph Sweeney V. **Executada:** Brazil in Búzios Empreendimentos Turísticos Ltda. Me. **Interessado(a)s**: Cláudia Maria Monteiro Leal (CPF: 789.522.047-00), Steritec Incorporações Imobiliárias Ltda. (CNPJ: 08.178.054/0001-53), Alexandre e Ana Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ: 04.026.510/0001-99), Carlos Eduardo de Lima Maia (CPF: 053.847.287-10) e Luis Eduardo Ladeira Nardelli (CPF: 120.860.127-05); Sweeney International Importação e Exportação de Bebidas Ltda. (CNPJ: 08.736.378/0001-60). **LOTE ÚNICO:** Imóvel composto pelas seguintes matrículas de nºs: 296, 489, 4.875, 6.714 e 6.715 no Ofício Único de Armação dos Búzios/RJ; Inscrição municipal nº: 01090010892001. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). VALOR DA AVALIAÇÃO CORRIGIDA ATÉ JUNHO/24: R$ 19.144.725,74. CONDIÇÕES DA VENDA: 1. PRAZO:** O procedimento para a realização da venda por INICIATIVA PARTICULAR por intermédio do Leiloeiro Igor Barros de Miranda Carvalho, Jucerja nº 242, não deverá exceder o prazo de 180 dias a contar da data de publicação do despacho que determinou a venda por iniciativa particular do bem acima mencionado. **2. VALOR MÍNIMO DE PROPOSTAS:** O valor mínimo para o envio de propostas/alienação será de 60% do valor da avaliação. **3. COMISSÃO DO LEILOEIRO:** 5% sobre o preço da alienação. **4. FORMAS DE PAGAMENTO: a)** À VISTA; **b)** A PRAZO: A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 meses, garantido por hipoteca do próprio bem quando se tratar de bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. **5.ALIENAÇÃO:** A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do leiloeiro e do adquirente, expedindo-se: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra (ad corpus), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes de ofertar a proposta, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições, características e estado de conservação. **6. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** As propostas deverão ser enviadas para o **e-mail: contato@mirandacarvalholeiloes.com.br**. **7. ÔNUS:** A alienação será precedida pelas regras contidas no art. 130, § único, do CTN e art. 908, § 1º, do CPC, assim, sub-rogando-se os débitos fiscais e caráter propter rem no respectivo preço, a preferência de recebimento dos valores será decidida pelo M.M Juízo comitente. O Arrematante somente responderá pelas despesas do imóvel a partir da sua imissão na posse. **8. PENHORAS E ÔNUS:** Com a alienação, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e outros ônus que gravam a matrícula, serão todos baixados/cancelados junto RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante. **9. DISPOSIÇÕES FINAIS:** A publicação do edital servirá como ciência, suprindo eventual insucesso nas intimações pessoais, dos respectivos patronos e de terceiros com gravames sobre os bens penhorados. Rio de Janeiro, 15/08/2024. **DR. VICTOR AGUSTIN CUNHA JACCOUD DIZ TORRES -** JUIZ DE DIREITO. 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ.

ESTADO DE MATO GROSSO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇO/SEPLAG

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº SEPLAG-PRO-2023/07782 – SIGADOC (07782/2023/SEPLAG-SIAG)

A **Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG** torna público que realizará licitação, tendo por objeto o **Registro de Preço para futura e eventual aquisição de licença de softwares para atender às demandas dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso**, conforme especificações e condições técnicas constantes no Edital e em seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias **16/09/2024 a 30/09/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às 08h45min - **Horário local (Cuiabá/MT).**

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia **30/09/2024 às 09h00min** - Horário local (Cuiabá/MT), através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br.**

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo sistema SIAG – tel. (65) 99214-5804 ou (65) 99281-4313.

Cuiabá – MT, 12 de setembro de 2024.
PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais/SEPLAG
(original assinado nos autos)

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

PRORROGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA
Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a PRORROGAÇÃO de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).
CONCORRÊNCIA:
FFM 1380/2024-00 – "AUDITORIA DE PROCESSOS", prorrogado prazo para entrega de propostas até 20/09/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº003/2024/SEDEC
SEDEC-PRO-2024/01062

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio de seu Secretário de Estado Sr. **CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA, ADJUDICA E HOMOLOGA** o objeto do Lote Único, do resultado da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico Nº003/2024/SEDEC**, realizado via Sistema de Aquisições Governamentais/SIAG Processo Administrativo SEDEC-PRO-2024/01062, onde a abertura da sessão ocorreu no dia 04/09/2024, às 14hs 30min (horários de Cuiabá/MT), composta de Lote ÚNICO, ficando o resultado da seguinte forma : **ADJUDICADO e HOMOLOGADO por este Secretário em favor da empresa: LOTE ÚNICO – A7 SUPERIORI REALIZAÇÕES LTDA, CNPJ 29.556.151/0001-02, no valor total do Lote ÚNICO de R$199.900,00 (Cento e noventa e nove mil e novecentos reais)**, para a Contratação de empresa especializada no ramo de eventos específicos para locação do espaço, montagem e desmontagem, mobiliários em geral e comunicação visual, que tem como objetivo a participação do Governo do Estado de Mato Grosso por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico SEDEC, na 48ª Feira Internacional de Santa Cruz de La Sierra, EXPOCRUZ, no pavilhão do Brasil, com Estande Institucional contendo 64m² de área, no período de 20 a 29 de setembro de 2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Cuiabá, 06 de Setembro de 2024.
CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC-MT

PECINI LEILÕES — EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES (opea)

1º Público Leilão: 23/09/2024, às 10h00 - 2º Público Leilão: 25/09/2024, às 10h00

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22, (atual denominação de **RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**), venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: APARTAMENTO Nº 53-C**, 5º pavimento do **"CONDOMÍNIO MULTIPREDIAL TOPÁZIO"**, integrante do **"CONJUNTO HABITACIONAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA"** sito Avenida Waldemar Tietz, nº 686, no 38º Subdistrito – Vila Matilde, São Paulo/SP. Áreas: total construída de 39,77m²; útil ou exclusiva de 34,68m², comum de 5,09m². FIT 32,53m² ou 0,247%. Mat. nº 117.184 do 16º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária nº 143.046.0200-3. **1º Leilão: R$ 294.524,53**. **2º Leilão: R$ 260.356,22**. Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** Imóvel Ocupado. Desocupação pelo Arrematante; **v)** Venda *ad corpus*; **vi)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Fica a Devedora Fiduciante **EUDICE DE SOUSA** – CPF nº 072.236.458.06, comunicado dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES — EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 24/09/2024 às 14h15 | 2º Público Leilão: 26/09/2024 às 14h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **LEONOR APARECIDA VALENTIN MAGATTI**, inscrita no CPF nº 113.238.568-70, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97 e posteriores alterações, **EM LOTE ÚNICO**, os **IMÓVEIS do EDIFÍCIO TROCADERO**, situado na Rua Severo Penteado nº 77, 1ª Circunscrição Imobiliária, Campinas/SP: **1) APARTAMENTO Nº 12, 12º ANDAR**. Áreas: Útil: 330,97m²; Comum: 47,68m²; Total: 378,65m²; FIT: 69,784m², ou seja, 0,0661. Matrícula nº 54.794 do 1º CRI de Campinas/SP. Inscr. Munic.: 3423.12.69.0112.01012. **2) BOX DE GARAGEM Nº 14, 2º SUBSOLO**. Áreas: Útil: 16,00m²; Comum: 17,67m²; Total: 33,67m²; FIT: 2,860m², ou seja, 0,00272. Matrícula nº 54.795 do 1º CRI de Campinas/SP. Inscr. Munic.: 3423.12.69.0112.01027. **3) BOX DE GARAGEM Nº 15, 2º SUBSOLO**. Áreas: Útil: 16,00m²; Comum: 17,67m²; Total: 33,67m²; FIT: 2,860m², ou seja, 0,00272. Matrícula nº 54.796 do 1º CRI de Campinas/SP. Inscr. Munic.: 3423.12.69.0112.01028. **4) BOX DE GARAGEM Nº 16, 2º SUBSOLO**. Áreas: Útil: 16,00m²; Comum: 17,67m²; Total: 33,67m²; FIT: 2,860m², ou seja, 0,00272. Matrícula nº 54.797 do 1º CRI de Campinas/SP. Inscr. Munic.: 3423.12.69.0112.01029. **5) BOX DE GARAGEM Nº 17, 2º SUBSOLO**. Áreas: Útil: 16,00m²; Comum: 17,67m²; Total: 33,67m²; FIT: 2,860m², ou seja, 0,00272. Matrícula nº 54.798 do 1º CRI de Campinas/SP. Inscr. Munic.: 3423.12.69.0112.01030. Consolidação das propriedades em 28/08/2024. **Lances Mínimos: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 2.905.646,18. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 5.195.006,99. A Credora analisará propostas condicionais, na forma do artigo 27 § 2º da Lei Federal 9.514/97. Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e ações judiciais em andamento; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI e emolumentos de qualquer natureza, decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **3.** Débitos de IPTU e taxas condominiais existentes **antes** e **após** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes do ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **7.** A descrição dos imóveis é restrita às informações contidas nas matrículas imobiliárias. Fica o **ESPÓLIO DE SUELI DE FÁTIMA XAVIER CARDOSO** - CPF nº 965.456.828-49, por seus herdeiros **ARTHUR TEIXEIRA PENTEADO**, CPF nº 338.197.898-55 e **FERNANDO ANTONIO TEIXEIRA PENTEADO FILHO**, CPF nº 312.610.128-36, comunicado e intimado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP.**

PECINI LEILÕES — EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 23/09/2024. às 10h45 I 2º Público Leilão: 25/09/2024. às 10h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo (Mútuo) e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia com Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), firmado em 14/09/2020, na cidade de Porto Alegre/RS, e posterior Cessão de Crédito, o seguinte **IMÓVEL**: **PRÉDIO RESIDENCIAL** ,situado à Rua José Adelino de Andrade, nº 63, do tipo C-2d, construído na Quadra E, do Conjunto Residencial Morro do Farol, na cidade de Osasco/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO: 126,00m². ÁREA CONSTRUÍDA: 172,64m²**, conforme Lançamento de IPTU (metragem não descrita na matrícula). Matrícula Imobiliária nº 37.188 do 1º CRI de Osasco/SP. Inscrição Imobiliária nº 23223.42.24.0336.00.000.02. Consolidação da Propriedade: 26/07/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 650.165,60. 2º Leilão: R$ 366.139,83. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, a verificação e confirmação da área construída, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras Para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Caberá ao arrematante todas as custas, impostos e taxas para regularização da construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes; **5.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8**. As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Fiduciantes **JULIO SUZUKI**, CPF nº 533.642.878-72, e **VANDA GENI MACHADO**, CPF nº 050.589.438-67, e o Devedor **ANGELO GATTI NETO**, CPF nº 219.269.698-12, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Anuentes: **VANESSA SOLOMARY SUZUKI GATTI** CPF nº 222.401.648-40; **JULIO SUZUKI JUNIOR**, CPF nº 272.112.788-89; e **ADRIANA CHIHEKO SUZUKI**, CPF nº 222.401.478-30. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES — EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - *LEILÕES ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão – 23/09/2024 às 14h00 | 2º Público Leilão – 23/09/2024 às 15h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelas comitentes abaixo, venderá em 1º ou 2º Público Leilão, em consonância com o Art. 63, § 1º ao 5º da Lei nº 4.591/64, c/c incisos VI e VII do art. 1º da Lei nº 4.864/65, os direitos decorrentes dos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda e Outros Pactos de Unidade Autônoma, relativos às Frações Ideais do Terreno e partes construídas, que correspondem às seguintes Unidades Autônomas Condominiais: **•1) APARTAMENTO Nº 112, 11º PAVIMENTO DA TORRE 01, BLOCO MOMENTO – TEG MANSÕES STO. ANTÔNIO**, à Rua Armando Strazzacappa, nº 54, Campinas/SP. Áreas: Privativa Coberta (apartamento): 70,000m²; Privativa Coberta: 10,350m² (01 vaga pequena coberta e determinada de garagem); Privativa Total: 80,350m²; Comum Coberta: 15,762m²; Comum Descoberta: 19,987m²; Comum Total: 35,749m²; Total: 116,099m². Coef. De Prop.: 0,0059184, vinculada a vaga de garagem acessória nº 74, localizada no pavimento térreo. Matrícula nº 162.340 do 2º CRI de Campinas/SP**. 1º LEILÃO: R$ 765.478,79. 2º LEILÃO: R$ 467.935,60. TGSP-41 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – CNPJ nº 27.153.514/0001-33.**•2) APARTAMENTO Nº 2005, 20º PAVIMENTO, TORRE A – ELO CAMINHOS DA LAPA do SETOR 2 - RESIDENCIAL, DO CONDOMÍNIO ELO & ELO DUO CAMINHOS DA LAPA**, à Rua Fortunato Ferraz, nº 851, 14º Subdistrito - Lapa, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 55,530m²; Comum Coberta: 39,713m²; Total Edificada: 95,243m²; Comum Descoberta: 9,649m²; Comum Total: 49,362m²; Total: 104,892m², com direito ao uso de uma vaga indeterminada. FIT: 0,001421. Matrícula nº 170.888 do 10º CRI de São Paulo/SP**. 1º LEILÃO: R$ 694.633,21. 2º LEILÃO: R$ 546.442,55. TGSP-36 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** – CNPJ nº 25.424.017/0001-05.**•3) SALA COMERCIAL Nº 309, 3º PAVIMENTO, DO SUBCONDOMÍNIO OFFICES, DO CONDOMÍNIO SOMA PERDIZES**, à Avenida Sumaré, nº 169, 19º Subdistrito - Perdizes, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Coberta: 25,500m²; Comum Coberta: 6,226m²; Comum Descoberta: 0,726m²; Comum Total: 6,952m²; Total: 32,452m². FIT: 0,0021400. Matrícula nº 144.468 do 2º CRI de São Paulo/SP**. 1º LEILÃO: R$ 301.483,96. 2º LEILÃO: R$ 237.717,79. TGSP-32 SPE LTDA.** – CNPJ nº 19.552.515/0001-22. **UNIDADES CONCLUÍDAS E DESOCUPADAS.** Regras dos Leilões: **i)** O interessado se responsabiliza pela análise das unidades e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** O Arrematante pagará o valor do lanço à vista; 5% de comissão à leiloeira; ITBI; custas cartoriais para lavratura e registro da escritura; **iii)** Venda em caráter ad corpus; **iv)** O arrematante se sub-rogará nos direitos e obrigações do título originário; **v)** O arrematante se responsabiliza pela quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos e por todas as despesas que vencerem a partir da data dos leilões; **vi)** Hipoteca bancária será baixada em até 180 dias a contar da data dos leilões; **vii)** As Comitentes terão preferência na forma da lei; **viii)** Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponíveis no portal da Pecini Leilões. **www.pecinileiloes.com.br. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

INÊS 249

Mercado de capitais A partir de novembro, investidores terão acesso a dados detalhados

Abertura de comissões deflagra nova 'guerra dos coletes'

CLAUDIO BELLI/VALOR

Diego Ramiro, da Abai, vê 'guerra do passado' e diz que atualmente os clientes já podem pedir aos assessores a abertura de dados das comissões

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Uma queda de braço repaginada entre corretoras e bancos, que há alguns anos foi apelidada de "guerra dos coletes", ganhou combustível nos últimos dias, após uma decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O regulador negou um pedido feito pela Ancord, associação que reúne corretoras e distribuidoras de títulos mobiliários, para adiar a entrada em vigor das novas regras de transparência sobre as remunerações recebidas pela comercialização de serviços e produtos de investimento. Isso significa que, em menos de dois meses, o investidor pessoa física passará a receber um documento trimestral no qual estará estampado o quanto pagou à corretora em comissões ao fazer cada investimento.

Do lado das corretoras, o ponto é mais sensível e envolve não só prazo, mas também concorrência. A alegação é que uma mesma regra deveria ser seguida não só na venda dos valores mobiliários, como ações ou debêntures, mas também com títulos bancários, como é o caso de CDBs, LCIs ou até mesmo títulos de capitalização. Apesar disso, como os bancos estão fora do escopo da CVM — e sim sob o Banco Central — , eles não precisarão abrir esses dados. O argumento, entre as corretoras, é que será criada uma distorção entre os dois tipos de produtos, com um lado sendo prejudicado. Outro ponto trazido é que poderia haver uma "arbitragem regulatória", com os títulos bancários ganhando mais apelo entre investidores diante da falsa leitura de que nesses papéis não haveria o pagamento de taxas e que, por isso, seriam mais atrativos

Sobre esse assunto, a CVM disse, em nota enviada ao **Valor**, que "apesar de estar em interlocução com o Banco Central do Brasil para estabelecer regras harmônicas para a distribuição de produtos financeiros, a distribuição de valores mobiliários tem diferenças fundamentais para a distribuição de produtos originados e distribuídos por instituições financeiras". Destacou, ainda, que o "inteiro teor da decisão estará disponível em ata, que será oportunamente publicada".

Outro ponto que também tem sido levantado pelas corretoras é que a regra trazida pela CVM é bastante ampla e, em alguns pontos, genérica, o que pode dar margem a diferentes metodologias adotadas entre as casas na hora de abrir os dados das comissões. Assim, os dados não seriam comparáveis entre diferentes instituições financeiras.

Outros pontos específicos da norma foram apontados como problemáticos, segundo fontes consultadas. Um deles envolve, por exemplo, a venda de uma debênture. A norma pede que a corretora informe o "spread" (diferença entre a compra e venda de um ativo) e quanto a instituição ganhou ao comprar um papel do investidor. No entanto, a leitura é que não é possível "monitorar" a debênture comprada, já que a mesma pode ficar na tesouraria ou ser vendida depois de meses, o que inviabilizaria o repasse da informação pedida pela autarquia.

> Do lado das corretoras, o ponto é mais sensível e envolve não só prazo para entrada em vigor da nova regra, mas concorrência

Em seu pedido, conforme apurou o **Valor**, a Ancord teria proposto um faseamento para a entrada em vigor da regulamentação, ou seja, começar com alguns produtos, como fundos de investimento. Para um segundo momento, a ideia seria a de transformar os dados em imagens gráficas, de forma a facilitar o entendimento do investidor e para permitir a comparação entre diferentes instituições. Teria dito, ainda, que os intermediários ainda precisam finalizar o desenvolvimento de seus sistemas para conseguir aplicar a nova regra. Procurada para comentar, a associação preferiu não conceder entrevista sobre o tema. Já a CVM informou que o colegiado já havia sinalizado "que o novo prazo fixado havia sido estabelecido em caráter definitivo e não seria objeto de nova prorrogação".

Segundo uma fonte que pediu para falar em anonimato, corretoras e associação chegaram a entrar em contato com o Banco Central para tratar do assunto. A resposta teria sido de que o tema em questão estava, sim, na mesa do regulador, mas que no momento o BC tinha outros assuntos represados e que "não haveria braço para tratar sobre o assunto". Procurado, o BC preferiu não comentar.

Além da questão da falta de paridade de obrigações entre os títulos de valores mobiliários e os bancários, uma das fontes disse que existe ainda um "custo de observância" implícito, que recairá sobre as corretoras.

No mercado, o comentário geral é o de que a atual discussão remonta à briga que se tornou pública há alguns anos, no auge da pandemia, sobre o potencial conflito de interesses de um assessor de investimento, divulgado em um comercial exibido nas redes de televisão, pelo Itaú Unibanco. Do outro lado, a XP comprou a briga e saiu em defesa dos agentes autônomos.

Diego Ramiro, presidente da Associação Brasileira dos Assessores de Investimento (Abai), afirma que, além da assimetria entre a atuação de bancos e corretoras, a falta de regras sobre padronização para o envio dos dados é um problema e pode gerar dúvidas para o investidor. "Não se trata apenas de se mostrar a receita, já que a plataforma que tem tesouraria pode mostrar parte da receita como custo", diz. "Isso me parece uma guerra do passado", comenta. Ele destaca que, hoje, os clientes já podem pedir aos assessores a abertura de dados das comissões.

Regulador precisa fomentar ambiente pró-sustentabilidade

Liane Thedim
Do Rio

O setor bancário precisa desafiar os reguladores a desenvolver um arcabouço que favoreça as operações voltadas a impactos ambientais positivos, disse ontem Jamie Fergusson, diretor global para negócios climáticos da International Finance Corporation (IFC), instituição de investimentos no setor privado do Banco Mundial, em evento sobre finanças sustentáveis no Rio.

De acordo com Fergusson, os bancos precisam oferecer produtos sob a ótica das mudanças climáticas, como hipotecas verdes, modalidade de crédito destinada a financiar a compra, construção ou melhoria de uma habitação que cumpra critérios de eficiência energética e sustentabilidade ambiental, e sistemas para transição industrial.

"Todos estamos buscando descobrir como fazer isso acontecer. Estamos trabalhando com o mercado imobiliário para emitir títulos e ampliar a oferta de prédios verdes ou inteligentes e preparando grandes fundos para aumentar a demanda", afirmou.

Isabela Ribeiro Damaso Maia, chefe da área de sustentabilidade do Banco Central brasileiro, afirmou que a autarquia tem adotado medidas para melhorar a adequação do sistema financeiro às regras ambientais. Uma delas, disse, foi a criação do Bureau Verde do Crédito Rural, que reúne informações sobre operações de crédito rural para verificar se elas cumprem critérios de sustentabilidade.

De acordo com Maia, o BC bloqueou 1,2 mil operações de financiamento a produtores rurais no primeiro semestre por não atenderem a critérios socioambientais, num total de R$ 726 milhões. "Devemos liderar por meio do exemplo, não é uma questão exclusiva de empresas. Temos que ter metas individuais, empresariais e governamentais", disse no mesmo evento.

Ela afirmou que o ponto de virada da atuação do BC no tema aconteceu em 2020, quando a sustentabilidade se tornou prioridade estratégica para a instituição.

> "Devemos liderar por meio do exemplo, não é uma questão exclusiva de empresas"
> *Isabela Maia*

Rachel Kyte, professora da Universidade de Oxford, destacou que chegou a hora de os bancos entenderem os problemas de não incluírem a avaliação de riscos ambientais na carteira, para que, assim, interpretem o que está acontecendo para seus clientes. "No século XIX os bancos eram vistos como bem social, são entidades que geram lucro, e isso vai ser importante para investirmos na natureza."

Rami Aboul Naga, do Banco Central do Egito, ressaltou que os bancos centrais e as autoridades financeiras em todo o mundo estão sob pressão e fora da zona de conforto. "Existe um risco claro se abatendo sobre nós e ele tem que ser incorporado nas políticas públicas. Não podemos mais ignorá-lo, porque existe impacto claro sobre inflação e PIB de diferentes países e cadeias de valor. Vai afetar todo mundo no planeta", afirmou.

Para Naga, as autoridades regulatórias financeiras têm a responsabilidade de incorporar esses riscos sem substituir os tradicionais que já existem. "Cada banco central precisa decidir que tipo de jornada vai fazer para envolver o mercado financeiro na mudança climática e melhorar o processo decisório em direção a finanças de baixo carbono."

'Take private': estratégia com foco em empresas listadas

Palavra do gestor

Renata Simon e Rafael Bilton

Há mais de dois anos o Brasil não vê um IPO na bolsa de valores. É a maior "seca" da história do país. Em 2021, vimos o maior número de captações via IPO no mercado, com 42 ofertas e mais de R$ 60 bilhões de injeção de capital nessas empresas. Mas a festa acabou. Os IPOs se retraíram na mesma velocidade em que a taxa de juros básica do país subiu. Ao mesmo tempo, as empresas abertas amargaram significativa desvalorização de suas ações no período. No jargão do mercado, tem muita empresa "barata" na bolsa e comprá-las pode ser uma boa oportunidade. E os investidores estão se movimentando nesse sentido.

É o caso, por exemplo, da BR Properties, adquirida pela Slabs Investimentos e que, em seguida, realizou uma oferta pública de aquisição (OPA) para fechamento do capital. Outro caso foi o do laboratório Hermes Pardini, que fechou seu capital por meio de uma operação de compra pelo Fleury, combinando ações do Fleury e dinheiro. Ainda há casos em análise pela CVM, como o do Banco Alfa de Investimentos, adquirido pelo Banco Safra. No caso da Cielo, o fechamento de capital e a compra de ações dos minoritários foi orquestrada pelos acionistas controladores.

Nos Estados Unidos, esse movimento também tem sido notável. O fundo de private equity Silver Lake adquiriu a Endeavor por US$ 13 bilhões. Foi uma das maiores transações do ano, e no modelo "take private", que no jargão americano significa fechar o capital de uma empresa por aquisição do seu capital por investidor privado.

Por vezes, a "privatização" do capital permite que a gestão se concentre mais na operação e crescimento do negócio, contribuindo significativamente para simplificação das exigências regulatórias e redução dos custos de observância que cercam as companhias abertas. Além disso, quando o preço das ações das empresas de capital aberto se descola do seu valor intrínseco, a gestão pode tomar decisões de curto prazo (visando a subida de preço da ação), ao invés de focar em atividades que criem e construam riqueza a longo prazo.

No entanto, o capital fechado também tem desvantagens, principalmente para os minoritários que adquiriram o papel em bolsa. Isso porque, de um lado, podem ser forçados a vender o papel em um momento ruim de mercado, ou, de outro, tomarem a decisão de ficar numa empresa cuja gestão, a forma e qualidade de fornecimento das informações poderão ser drasticamente alteradas, sem contar a perda de liquidez do papel.

Como forma de evitar a manutenção forçada dos minoritários em empresas que optam por fechar o capital, as leis e regulamentações nacionais oferecem alternativas como as OPAs, que, em linhas gerais, consistem em ofertas públicas efetuadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, que visam à aquisição de ações de companhia aberta, e por meio das quais o ofertante obriga-se a adquirir os papéis dos acionistas aderentes à oferta.

Para fins de "take private", destacam-se a OPA por alienação de controle e a OPA para cancelamento de registro. A primeira obriga o adquirente do controle de companhia aberta a lançar uma oferta pública de aquisição aos demais acionistas detentores de ações com direito a voto da companhia alvo, por preço no mínimo igual a 80% do valor pago por ação do bloco de controle, e 100% se listada no Novo Mercado — o preço por ação deverá ser igual ao oferecido às ações do controlador. Logo, a OPA por alienação de controle evita que minoritários fiquem à deriva de negociações privadas das ações componentes do bloco de controle, garantindo o exercício de um "tag along" por parte dos minoritários.

Já a OPA para cancelamento de registro determina que o cancelamento do registro de companhia aberta somente poderá ser deferido caso seja precedido do lançamento de oferta pública de aquisição de todas as ações de emissão da companhia cujo registro se pretende cancelar, podendo ser formulada pelo acionista controlador e/ou pela própria companhia. Neste caso, a OPA deverá ser lançada a preço justo, conforme apurado em laudo de avaliação realizado por empresa especializada, de modo a evitar arbitrariedades do controlador e/ou da própria companhia na fixação do preço de aquisição por ação.

Sem prejuízo das limitações regulatórias, a verdade é que o movimento "take private" tem ganhado espaço tanto local como internacionalmente, sendo uma boa oportunidade de investidores privados adquirem bons ativos a preços atraentes.

Renata Simon é sócia de M&A e Societário do VBSO Advogados

Rafael Jubilut Bilton é associado de M&A e Societário do VBSO Advogados
E-mail rsimon@vbso.com.br

A força do cuidado pessoal

Estilo Gerações Z e Alpha impulsionam o mercado de beleza, e marcas se adaptam a demandas por diversidade, experiência personalizada e agenda ESG. Por *Eduardo Simões*, para o Valor, de São Paulo

GETTY IMAGES

A força do mercado de beleza e cuidados pessoais no Brasil pode ser traduzida em números. Quarto maior mercado do mundo, está atrás apenas de Estados Unidos, China e Japão nesse segmento. Segundo a consultoria WGSN, o país hoje é responsável pela receita de US$ 24,56 bilhões, e é projetado um crescimento de 5,96% até 2027. As marcas contam por aqui com a força do fenômeno “skincare”, o cuidado com a pele.

A indústria global de beleza, por sua vez, é um mercado avaliado em mais de US$ 640 bilhões pela Statista, plataforma alemã de análise de dados, que prevê um crescimento anual de 3,33% até 2028, com a consolidação de consumidores da geração Z — nascidos entre 1997 e 2010 — e a progressiva chegada dos Alpha — pessoas nascidas a partir de 2010 e até 2025.

Presidente do Grupo L’Oréal no Brasil, Marcelo Zimet destaca a importância da geração Z no desempenho do setor. Esse grupo compõe cerca de 20% da população brasileira e exerce influência significativa na economia.

Para ele, esses jovens têm três características importantes: maior atenção aos valores das marcas, preferência por uma experiência personalizada e conexão por meio do mercado de influência. “No ano passado, nos tornamos o líder em share de influência para a categoria de beleza”, diz Zimet.

Na Natura, a linha de perfumes unissex Humor é considerada uma “cocriação” com jovens da geração Z — mais de 900, de três países, segundo a empresa — que participaram de “conversas e dinâmicas em grupo sobre os temas diversidade, fluidez e liberdade”. Tatiana Ponce, vice-presidente de marketing, marca e inovação da empresa, afirma que é uma política da empresa “associar o que há de melhor disponível na tecnologia — leia-se aqui inteligência artificial — com o nosso toque humano, para promover o bem-estar”.

Iniciativa do Grupo Boticário, a “cocriação” de Egeo Fresh Meli & Egeo Sweet Meli, duas fragrâncias com aroma de melancia, um pedido da comunidade de fãs da marca — os “botilovers” —, também é citada como exemplo desse cenário por Gabriela Comazzetto, diretora-geral de negócios do TikTok na América Latina.

A propósito de perfumaria, o Brasil ocupa uma estável segunda posição no ranking de consumo mundial, perdendo apenas para o mercado dos Estados Unidos. O desafio sempre foi “vender perfumes sem conseguir cheirar”, segundo Lucia Lisboa, head para a América Latina em Fine Fragrance da suíça Givaudan, um dos principais produtores de fragrâncias do mundo, fabricante de perfumes como os da maison Jean Paul Gaultier.

Lisboa conta que um estudo realizado no ano passado pela Givaudan, sobre novas gerações, apontou um distanciamento dos millennials — pessoas que nasceram entre 1980 e 1995 — da perfumaria. Essa geração, também chamada de Y, sempre foi mais ligada em tecnologia, diz, mas os jovens Alpha e Z teriam retomado o interesse, sobretudo por produtos unissex e que permanecem na memória olfativa.

Com isso, entre os perfumes, há também uma tendência premium, com uma demanda maior por elixires — a mais alta concentração de um extrato de perfume, após parfum, eau de parfum e eau de toilette —, os favoritos do consumidor brasileiro, que exige maior permanência das fragrâncias na pele.

Na L’Oréal, lembra Zimet, a onda “no gender” apareceu em pesquisas apontando que os homens estão “vivendo em um momento de quebra de ciclo, rompendo os paradigmas do passado com a beleza e adotando cada vez mais o autocuidado”.

“Apesar de acreditarmos que nenhum dos nossos produtos são específicos para gênero, podemos evoluir quando falamos na comunicação específica para esse público, seja em mí-

INÊS 249

> “É uma geração questionadora. Eles também exigem diversidade e igualdade de gênero dentro das empresas”
> *Patrícia Lima*

Segundo Patrícia Lima, os jovens da geração Z são os clientes mais exigentes da Simple Organic

Lucia Lisboa, da Givaudan, diz que os jovens Alpha e Z retomaram o interesse por perfumaria

Renata Gomide, do Grupo Boticário, diz que ‘consumidores cada vez mais exigentes’ buscam produtos com ‘altíssima qualidade’

dia ou na própria embalagem”, diz Zimet. Recentemente, a empresa lançou MYSLF, a nova fragrância masculina de YSL Beauty, que tem sido uma alavanca também da L’Oréal Luxo no Brasil. “A campanha trouxe à tona as novas concepções de masculinidade que vêm surgindo recentemente, a fim de contribuir na desconstrução dos rótulos.”

Com a entrada dos jovens Alpha e Z nas contas do mercado de beleza, questões ligadas a sustentabilidade teriam ganhado tração na jornada de compras, segundo as marcas, assim como a diversidade e a personalização, inclusive por meio de ferramentas de IA.

Os consumidores desses grupos etários são tidos como mais atentos às agendas ESG (sigla em inglês para environmental, social and governance) das empresas do setor: questionam a procedência de seus princípios ativos, querem saber quais os impactos ambientais e sociais de sua produção, se houve testes em animais e até se causam dano à vida marinha, com branqueamento de corais, caso de alguns protetores solares.

Ainda que as grandes marcas tenham programas de sustentabilidade, atribui-se um ritmo mais acelerado de inovações no setor às startups de beleza — as beauty techs — , muitas delas nativas digitais. Porém, a dificuldade dessas jovens empresas de produzir em larga escala acaba afetando muitos negócios.

Criada em 2017 pela empresária Patrícia Lima, a beauty tech catarinense Simple Organic viu o jogo mudar quando foi adquirida em 2020 pela farmacêutica Hypera. Lima afirma que a “sustentabilidade é cara”, e que não conseguiria se manter com uma produção com ingredientes orgânicos, veganos, naturais e cruelty-free, condições sine qua non das novas gerações, se não fosse o aporte financeiro de um grande investidor.

“Desde a aquisição, nós crescemos 1.100%”, conta a empresária. “É isso que também nos possibilita lançar produtos com preços mais acessíveis, mantendo o lucro da empresa.”

Segundo Lima, os jovens da geração Z formam a clientela mais exigente da Simple Organic. “São deles os maiores questionamentos que recebemos sobre políticas de embalagem”, conta. “É uma geração questionadora. Eles também exigem diversidade e igualdade de gênero dentro das empresas. A Simple é ativista. Somos a primeira marca a levantar a bandeira dos filtros solares sustentáveis, que não afetam os corais. Num país com a extensão de costa que temos, isso faz diferença”.

É importante ressaltar, por outro lado, que muitos desses jovens que têm as redes sociais como fonte de informação acabam usando produtos não apropriados a suas respectivas idades, como o ácido retinoico. Membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), a médica Daniela Pimentel conta que grande parte de seus pacientes nas faixas etárias de adultos já chega ao consultório com os próprios regimes de cuidados para a pele.

“Muitas vezes acabam exagerando e querendo usar muitos princípios ativos ao mesmo tempo. O problema é que nem sempre tudo aquilo que eles veem e compram é indicado para eles, e o uso de vários produtos ao mesmo tempo, principalmente os não adequados, pode prejudicar a saúde da pele. Por isso sempre enfatizamos a importância de procurar um dermatologista”, diz.

Lá fora, os sinais de aquecimento do mercado começaram no ano passado. A desaceleração da economia chinesa vem impactando as marcas de luxo como um todo, porém seus segmentos de beleza mostraram desempenhos positivos, com destaque para a Sephora, a meca das gerações Alpha e Z, pertencente ao conglomerado de luxo LVMH.

Dono da Gucci, o grupo Kering criou no ano passado a Kering Beauté, uma divisão de beleza, setor que o conglomerado identifica como estratégico e “que constitui uma extensão natural” de seu universo, segundo comunicado. O gigante de luxo vem desenvolvendo produtos para algumas de suas marcas mais emblemáticas, como Bottega Veneta, Balenciaga e Alexander McQueen.

Proprietário de gigantes da relojoaria de luxo e joalheria, como Cartier e Baume & Mercier, o grupo suíço Richemont criou o Laboratoire de Haute Parfumerie et Beauté, com o objetivo de fazer com que suas maisons já envolvidas em fragrâncias “alcancem uma massa crítica neste campo altamente competitivo, em que a escala é crucial”, segundo o anúncio de sua criação. Atualmente, a francesa Interparfums está a cargo da produção de três perfumes ligados a marcas Richemont: Dunhill, Van Cleef & Arpels e Montblanc.

A propósito de Montblanc, o Grupo Vizcaya, que representa a Interparfums no Brasil, acabou de lançar uma nova linha de perfumes associada à maison alemã. Unissex, bem ao gosto do freguês Z ou Alpha, as quatro fragrâncias são as primeiras na categoria premium associadas à Montblanc. Por meio do formato de seus frascos e do uso de caligrafia na identificação de cada aroma, elas celebram os 100 anos da Meisterstück, emblemática caneta-tinteiro da marca.

Gerente de marketing das marcas internacionais do Grupo Vizcaya, Mariangela Ramos conta que a Montblanc sempre teve uma imagem mais conservadora e tradicional. “Mas hoje o requisito é ser plural e atemporal”, afirma Ramos. “Precisamos fazer essa conexão com um público que não quer ser rotulado.”

Algumas tendências previstas recentemente pela consultoria Euromonitor já começam a se consolidar no mercado de beleza. Em um estudo, a empresa menciona uma categoria de consumidores batizada de “pragmáticos do bem-estar”, para os quais a eficácia comprovada de um produto tem um papel decisivo na jornada de compra: 85% dos consumidores estariam dispostos a pagar mais por produtos de beleza com benefícios comprovados. A tendência, por sua vez, beneficia o mercado “premium” .

“Com a democratização das informações e o crescimento exponencial do uso das redes sociais, temos visto consumidores cada vez mais exigentes na busca de produtos com altíssima qualidade, o que nos leva diretamente à premiumização das escolhas dos consumidores por produtos com atributos, ativos, ingredientes e performance cada vez mais relevantes”, explica Renata Gomide, VP de consumer do Grupo Boticário.

“Em resposta a esse movimento, temos marcas mais premium como O.U.i, de fragrâncias sofisticadas, desenvolvidas por perfumistas franceses, e a Truss, com linhas profissionais, que atendem a um segmento que engloba tecnologia e técnicas de salão de beleza”, diz Gomide.

Para Zimet, do Grupo L’Oréal, o Brasil também tem seguido a tendência de busca por produtos mais sofisticados, e os consumidores estão “abertos a investir”, desde que tenham suas expectativas em relação a esses quesitos contemplados.

“Todas as categorias têm um forte potencial de valorização. Em produtos capilares, por exemplo, a penetração é altíssima, mas ainda conseguimos trazer novos tratamentos e valor agregado”, diz o executivo.

Também a crescente personalização dos produtos é tida como tendência do mercado de beleza, com as novas gerações interessadas em explorar as possibilidades da inteligência artificial. As marcas usam as ferramentas sobretudo para colher dados dos consumidores e recomendar produtos e rotinas customizadas de acordo não somente com seus gostos, mas seus tipos de pele também, por exemplo.

Renata Gomide afirma que o Boticário foi pioneiro no uso da IA no mercado de beleza, uma frente em que estão atuando com profundidade. “Já trabalhamos com realidade aumentada em maquiagem e skincare, que são os grupos que mais precisam de ajuda na hora da compra. Nosso objetivo é nos tornarmos conselheiros de beleza, oferecendo um olhar de ajuda na jornada de compra em todas as nossas categorias, conseguindo sanar todo tipo de dúvida dos nossos consumidores”, diz. ■

Marcelo Zimet, da L’Oréal Brasil: campanha traz à tona ‘novas concepções de masculinidade que vêm surgindo’

Tatiana Ponce, da Natura: união da tecnologia com o toque humano ‘para promover o bem-estar’

As origens da prosperidade

Economia Para o historiador Rainer Zitelmann, o desenvolvimento da Polônia e do Vietnã se deve ao foco na criação de riqueza e à iniciativa empresarial. Por *Tej Parikh*, do "Financial Times"

LINH PHAM/BLOOMBERG

Clientes em joalheria em Hanói, Vietnã, uma das economias de maior expansão do mundo

O Estado grande está de volta ao mundo ocidental. A linguagem dos subsídios, do protecionismo e das estratégias setoriais encabeçadas pelo Estado, mais uma vez, ocupa lugar central no debate político. As atitudes públicas em relação aos criadores de riqueza também vêm ficando mais amargas há algum tempo. No entanto, à medida que o intervencionismo estatal tem mais espaço em nossas economias, é fácil perder de vista o papel essencial que as empresas e empreendedores têm na geração de prosperidade e crescimento econômico.

No livro "How Nations Escape Poverty" (Como as nações escapam da pobreza, ainda sem edição no Brasil), o historiador e sociólogo alemão Rainer Zitelmann nos recorda do poder do capitalismo. Ele descreve como a Polônia e o Vietnã, dois países devastados pela guerra e má governança no século XX, agora se tornaram estudos de caso sobre sucesso no desenvolvimento.

Desde 1960, os dois países viram o Produto Interno Bruto (PIB) per capita mais do que quintuplicar. Algumas projeções indicam que a renda per capita da Polônia poderia ultrapassar a do Reino Unido nos próximos dez anos. Hoje, o Vietnã é uma das economias de maior expansão do mundo. Zitelmann argumenta que o sucesso de ambos é resultado de um foco direto na criação de riqueza e na iniciativa empresarial — e dos reformistas que possibilitaram isso.

Em 1989, após o fim do monopólio do Partido Comunista polonês, Leszek Balcerowicz tornou-se ministro das Finanças do novo governo democrático do país. Zitelmann atribui a Balcerowicz grande parte do progresso inicial do país. Ele logo ajudou a estabilizar a inflação, criou uma bolsa de valores e um banco central independente, entre outras instituições, e privatizou estatais. As reformas tiveram por objetivo abrir caminho para que indivíduos e empresas prosperassem.

No Vietnã, governado pelo socialismo, a aceitação do setor privado foi mais gradual. Após uma experiência com a agricultura coletivizada que resultou na falta de alimentos, as reformas de mercado — conhecidas como Doi Moi — ganharam impulso na década de 1980. Elas permitiram a remoção de controles sobre os preços, de restrições às empresas privadas e dos postos de controle internos das mercadorias

Nos dois países, foi dada maior ênfase aos indivíduos como a fonte de criação de riqueza e crescimento — em vez de ao governo ou à ajuda externa. À medida que a iniciativa privada foi se expandindo, o mesmo ocorreu com a renda e o emprego. De acordo com Zitelmann, além das reformas que viabilizaram o livre mercado, as atitudes em relação aos criadores de riqueza privada também ajudaram.

Em vez de verem como algo negativo o aumento da desigualdade de riqueza que veio de início com a maior liberdade de empreendedorismo, muitas pessoas nesses dois países a encararam como uma aspiração, segundo Zitelmann. Isso trouxe dinamismo para os dois países — as pessoas viram uma oportunidade de se fortalecer e melhorar suas vidas. Zitelmann cita várias pesquisas em seu livro segundo as quais os cidadãos vietnamitas e poloneses tendem a ter atitudes mais favoráveis aos ricos do que os americanos ou alemães, por exemplo.

No Vietnã, uma pesquisa revelou que os cidadãos, em grande medida, atribuem a criação de riqueza a assumir riscos, a habilidades e ideias especiais e ao empenho pessoal. A palavra "capitalismo" é mais associada ao progresso, à inovação e à escolha, o que leva a um círculo cada vez maior de ganhos. Outra pesquisa constatou que os pontos de vista positivos em relação aos sistemas econômicos liberais na Polônia superam em muito as da maioria dos outros países avançados.

O passado recente de ambos os países — sob governos controladores que sufocaram suas economias — ajudou a consolidar atitudes positivas em relação à livre iniciativa. O contraste, ao longo do espaço de tempo de uma mesma geração, entre cartões de racionamento e pobreza, de um lado, e escolha e oportunidade, de outro, está incorporado na memória dos cidadãos.

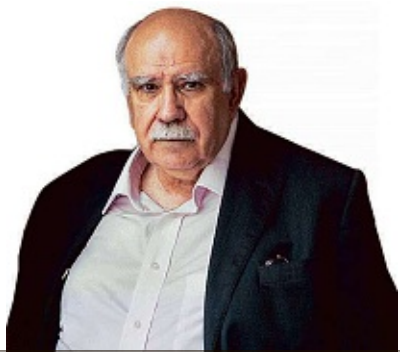
Também é interessante que em países com uma história mais longa de iniciativa privada exista uma visão mais negativa em relação aos ricos. Por exemplo, na Alemanha, de acordo com pesquisas citadas por Zitelmann, as pessoas tendem a associar riqueza a herança ou a evasão fiscal. Em comparação com os poloneses, os alemães também acreditam que os ricos são mais gananciosos e egocêntricos.

Nas economias desenvolvidas, as experiências com a desigualdade, multinacionais que driblam impostos e concorrência estrangeira pioraram as visões em relação ao livre mercado e deram origem a uma atitude mais inclinada à "soma zero" em relação aos criadores de riqueza privada. Algumas dessas experiências foram usadas para justificar uma maior intervenção estatal, em meio aos desafios cada vez maiores com o envelhecimento médio populacional, a segurança nacional e as mudanças climáticas.

Com o passar do tempo, talvez, as oportunidades de riqueza trazidas pelo livre mercado também venham a reforçar o incentivo dos indivíduos para se isolarem em sua riqueza ou tentarem buscar renda manipulando o cenário local. É aí que o Estado pode desempenhar um papel, incentivando a concorrência e o investimento em recursos produtivos e na inovação. Reformas para canalizar melhor as energias do capitalismo podem ser uma resposta mais adequada do que sufocar as empresas com intervenção estatal excessiva.

Nem o Vietnã nem a Polônia estão livres de problemas, seja econômica ou politicamente. No entanto, a avaliação de Zitelmann sobre a eclosão desses países é um lembrete oportuno do que a livre iniciativa pode alcançar quando os governos a permitem. ***(Tradução de Sabino Ahumada)*** ■

Coluna Social

A decadência da política brasileira

José de Souza Martins

O desmonte das instituições e das regras de civilidade abre espaço para o primado da baderna como fundamento da desordem necessária ao autoritarismo

Desde a Proclamação da República, por meio de um golpe militar, contra o minoritário Partido Republicano, em que quem a proclamou imaginara estar depondo o gabinete do regime parlamentarista do Império e não a monarquia, o Brasil político vive de saltos e incertezas. Entre uma ditadura e a expectativa de nova e futura ditadura.

Aqui a democracia tem sido o provisório dos intervalos democráticos, em que a liberdade política ceva os famintos do retorno a um poder autoritário. Na política e fora dela, um certo número de brasileiros gosta de mandar e outro, de ser mandado. As exceções estão aprisionadas nas limitações do pendularismo ideológico.

A multidão de golpistas de 8 de janeiro e seus instigadores está sendo processada e condenada. No entanto, suas lideranças estão fora da cadeia. Continuam descaradamente conspirando contra a democracia, desafiando as leis e os tribunais.

Ainda agora, no 7 de Setembro, convocados por um pastor que trocou o púlpito pela tribuna partidária, organizaram uma ruidosa demonstração partidária na avenida Paulista. Candidatos da extrema direita bolsonarista presentes como se lá não estivessem, na São Paulo sob ocupação.

Cada intervalo democrático tem tido aqui sua safra de partidos políticos. A República nunca teve partidos representativos de um projeto democrático de nação, propriamente republicano.

Neste momento, são 29 os partidos do elenco partidário. Alguns são autênticos. Muitos são apenas disfarces para incrementar as chances de eleição na votação do segundo turno. Com isso os verdadeiros partidos não são os das ideias, mas os de pessoas sem ideias e de grupos de interesse.

Vivemos a antevéspera das eleições municipais. Desde a criação do primeiro município brasileiro, em 1532, é o município e seus interesses localistas a identidade de referência do nosso processo político. Quem observa atentamente a conduta política dos deputados federais, perceberá que um número significativo deles é vereador federal, figura que não está prevista na Constituição.

CARVALL

Do ponto de vista político, o Brasil é hoje um país minimalista, uma aberração. O localismo não é a especialidade própria da nação e da democracia. O localismo é redutivo e imobilista, mais orientado pela permanência do que pela mudança. Como em "Alice do outro lado do espelho", de Lewis Carroll, quanto mais anda, mais distante fica do destino.

Não é estranho que isso ocorra num país que tem 29 partidos políticos para não ter nenhum, partidos que não raro conspiram contra a política. Uma vista d'olhos na biografia dos políticos brasileiros nos mostrará que não são poucos aqueles cuja trajetória é viagem turística por partidos políticos os mais desencontrados. O que faz dos nossos políticos sujeitos sem ideias nem convicções políticas.

Nestes dias de preparação para as eleições municipais, os embates não nos apresentam o que os candidatos pretendem fazer para consumar o que deve ser próprio da administração das comunas locais. O município é a unidade política que entre nós confronta o poder com as necessidades sociais e cotidianas dos cidadãos, os eleitores. O município é o lugar institucional em que o eleito não é uma pessoa, mas quem personificará um mandato.

Nas sociedades locais, as invisibilidades são muito diferentes das invisibilidades forjadas das "fake news". Segundo o dizer popular, ali a mentira tem pernas curtas (embora nem tão curtas assim).

No município, as invisibilidades enganadoras são de outro tipo, fundadas na tradição e no desconhecimento tradicional do mundo. O aqui e o agora só enganam o enganador. Mas isso tem feito da consciência localista, entre nós, o móvel de uma lentidão histórica, de uma relutância antipolítica para compreender a distância entre o que o país consegue fazer e o que o país carece que se faça. Entre o individualismo das conveniências pessoais e antissociais e o comunitário do bem comum.

O povo brasileiro vive um curiosíssimo e peculiar momento de consciência política decadente. Nos países democráticos, a consciência política é dominada pelo primado da liberdade mediada pelos valores do direito de expressão pessoal e coletiva das diferentes interpretações do bem comum. A liberdade de expressão, na democracia, seja na tradição liberal, seja na tradição conservadora, aqui, tem sido liberdade no marco da usurpadora precedência do meu direito sobre o direito do outro.

Um dos sinais da decadência da política no Brasil é justamente a prática incivilizada da incompetência para o diálogo. O desmonte das instituições e das regras de civilidade na política abre espaço para o primado da baderna como fundamento da desordem necessária ao autoritarismo.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

Alternativa ao plástico

Ciência Produto criado a partir de fonte renovável, biodegradável e compostável, bioplástico busca mercado enquanto aguarda criação de leis mais rígidas. Por *Helena Carnieri*, para o Valor, de Curitiba

Um dos primeiros passos de quem decide tomar atitudes ambientalmente corretas costuma ser desligar a torneira para economizar água. O segundo, olhar com desconfiança para os sacos de lixo de plástico.

No entanto, a diminuição do uso de plástico não é simples. "A sacola plástica é uma das minhas maiores preocupações. Quando vou ao mercado e à feira, sempre levo daquelas grandes e reutilizáveis. Sempre que posso, evito trazer sacolas plásticas para casa. Mesmo assim, consigo acumular uma boa quantidade de sacolinhas", afirma a engenheira de alimentos Paula Roth dos Santos.

E o que fazer com elas? O mais comum é usá-las para o lixo "sujo", orgânico. Já em países com legislação rigorosa contra o plástico de uso único, como a Itália, o cidadão precisa colocar seu lixo orgânico em sacos compostáveis, que depois são encaminhados para virar adubo junto com seu conteúdo, sob pena de multa.

"Aqui no Brasil a gente faz uma bomba de gás carbônico: junta um monte de casca de ovo e de banana dentro de um saco que leva centenas de anos para se degradar e prende bem firme sem oxigênio, o que dificulta a compostagem natural dos resíduos orgânicos e alimentos", diz Gabriela Gugelmin, diretora de sustentabilidade da ERT Bioplásticos.

A empresa é fabricante de resina de bioplástico a partir da cana-de-açúcar, com tecnologia desenvolvida por cientistas americanos e produção em Curitiba, além de uma nova unidade a ser inaugurada em breve em Manaus.

Como o mercado brasileiro ainda é escasso — poucos municípios proíbem o plástico de uso único não compostável —, as vendas da empresa se concentram em outros países que possuem legislação mais restritiva, como Chile, Peru e Colômbia. "Sacola é a primeira coisa que os países proíbem porque se usa muito, é muito leve e não tem como reciclar", diz Gugelmin.

Alguns supermercados de São Paulo já possuem essa opção para o cliente, em geral cobrada à parte. Para o consumidor que se incomoda com o destino de sua sacolinha, o jeito é pagar mais caro para dar sua contribuição ao meio ambiente — o custo sai em média o dobro, mas trata-se de alguns centavos.

Assim como o saco de lixo, outros produtos em plástico, como talheres, pratos e canudos, entram na categoria do "uso único", e é para esses que surgem opções de substituição.

"Tenho acompanhado congressos internacionais há alguns anos e observo que as pessoas se dividem entre a reciclagem do plástico convencional e o investimento em bioplásticos biodegradáveis e compostáveis", afirma Michele Rigon Spier, professora e pesquisadora de biopolímeros da Universidade Federal do Paraná. "O assunto é polêmico e gera muitas e longas discussões. Creio que nenhuma solução irá funcionar isoladamente. Temos que caminhar de forma paralela", diz ela, que também é engenheira de alimentos e doutora em engenharia de bioprocessos e de biotecnologia.

DIVULGAÇÃO

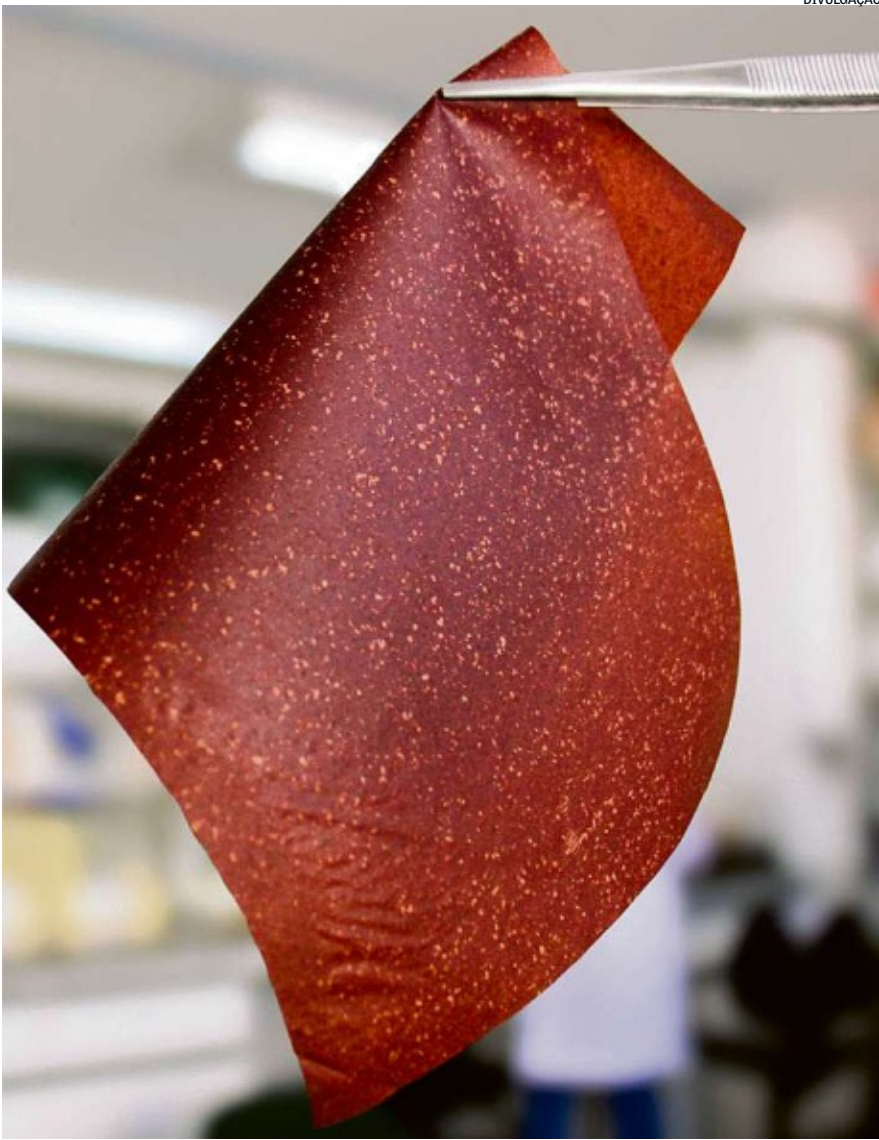
Saco de bioplástico recompostável: em países com legislação rigorosa, o cidadão deve usar sacos compostáveis para embalar seu lixo

Em seu laboratório, ela estuda a aplicação de diferentes biocompostos (exemplares de bioplásticos) e seu comportamento durante a degradação no solo e na água. "Eu defendo o bioplástico verdadeiro, aquele de fonte renovável e integralmente biodegradável e/ou compostável — que não seja danoso à vida terrestre e aquática", explica.

Para ser um bioplástico, o material precisa ser feito a partir de fontes renováveis ou ser compostável, ou seja, virar adubo num prazo de 6 meses sob determinadas condições de solo, umidade e temperatura. Tecnicamente, existem 4 classes do produto, mas a professora da UFPR "põe a mão no fogo" apenas por produtos de fonte renovável, que sejam biodegradáveis e compostáveis, ou seja, que venham de fontes naturais e possam "virar natureza de novo". "Algumas empresas fazem falsas alegações, se passam por amigas da natureza, mas a população não tem conhecimento para entender que não é verdade."

Para a Fundação Henrich Böll, que editou em 2020 o "Atlas do plástico", o termo "bioplástico é enganador por sugerir que qualquer polímero derivado da biomassa é ecologicamente correto". Em linhas gerais, o produto real pode ser feito a partir de biomassa ou por um tratamento dado às fibras vegetais, que envolve secagem, moagem e modificação de estrutura da planta (física, química e enzimática), em processos que dão à fibra uma característica plástica.

Além de substituir materiais de uso único, cientistas pesquisam o uso na agricultura, como Fabio Yamashita, professor da Universidade Estadual de Londrina (PR). "Testamos a aplicação desses materiais na área de alimentos e agrícola", diz. Um exemplo são filmes agrícolas, mantas plásticas de proteção para hortaliças contra ervas daninhas. "Os filmes atuais, de polietileno, degradam-se rapidamente e geram contaminação, e o agricultor acaba queimando após o uso. Já na Europa e na Ásia, usa-se muito a opção compostável, que segura a umidade no solo e facilita o crescimento da planta, e ainda pode ser incorporado ao solo como adubo", afirma Fábio Fajardo, da Eco Brasil Biopolímeros.

DIVULGAÇÃO

Bioplástico feito a partir de banana, da Embrapa Instrumentação

MARIANA FRANZONI/DIVULGAÇÃO

'Testamos laranja, banana e manga e já usamos macromoléculas dos subprodutos', diz Henriette Monteiro de Azeredo, da Embrapa

Apesar das inúmeras pesquisas, o entrave é escalonar essa produção e ganhar mercado. "O Brasil tem um potencial enorme, se você pensar que somos os únicos produtores, por exemplo, de guaraná, açaí, castanha-do-Brasil, com milhares de toneladas de resíduos desperdiçados", diz Michele Spier.

Se no mundo produzem-se cerca de 400 milhões de toneladas de plásticos ao ano, apenas algo como 4 milhões são bioplásticos compostáveis. No Brasil, a proporção é ínfima, e a expansão requer uma mudança de cultura: pagar um pouco mais para ser ambientalmente correto. "O potencial de mercado é imenso para os próximos dez anos, mas é preciso uma mudança cultural profunda para que entendamos que o bioplástico será o futuro e não deve ser tratado como um tabu, seja ele compostável ou não", diz Fábio Henrique Fajardo, diretor comercial da Eco Brasil, fabricante do produto.

"O custo ainda é uma barreira, mas eu estudo e desenvolvo bioplásticos e compostos e posso dizer que, se há quatro anos a demanda era praticamente zero, atualmente recebo novas consultas a cada semana. É visível que há pessoas preocupadas com o meio ambiente e a questão do lixo plástico."

Na seara da legislação, o Projeto de Lei 780/2022 altera a Lei 10.925, de 2004, para incluir os bioplásticos entre os produtos com alíquota zero de PIS/Pasep e de Cofins sobre importação e venda no mercado interno — o que pode ajudar no quesito preço.

"Falta no Brasil uma legislação nacional única que estabeleça o que pode ou não ser usado, qual o plástico biológico verdadeiro, para que as empresas produzam seriamente", diz Michele Rigon Spier, professora da UFPR.

Pelo país, há leis publicadas ou tramitando sobre a proibição de sacolas plásticas em cerca de 80 municípios, incluindo São Paulo, Marília (SP), Taboão da Serra (SP), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Distrito Federal e Itajaí (SC). Já no mundo são 99 países com restrições severas às sacolinhas plásticas convencionais e itens de uso único. Além delas, nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, incentiva a reciclagem e a compostagem.

Para o professor Fábio Yamashita, "a cadeia do plástico é bastante complexa, e criar leis proibindo o uso para algumas aplicações — como sacolas de supermercado, copos e canudos descartáveis — sem termos alternativas viáveis, não ajuda a resolver o problema".

Leis pouco elaboradas podem dar margem para o "greenwashing" e "os chamados plásticos oxibiodegradáveis, que podem causar maiores danos ambientais do que os convencionais". "Precisamos de polímeros biodegradáveis com custo adequado e convertedores que forneçam, principalmente, materiais de embalagem biodegradáveis adequados para as indústrias consumidoras", afirma Yamashita.

A professora da PUC-PR e especialista em sustentabilidade Danielle Denes lembra que o bioplástico, por ser oriundo de insumos renováveis e resinas biodegradáveis, permite a redução expressiva da emissão de gases de efeito estufa, mas que é importante destacar a existência dos "falsos" bioplásticos. "Muitas vezes, eles são comercializados como alternativas ecológicas em substituição ao plástico tradicional, mas são derivados de petróleo com aditivos e enzimas que aceleram o processo de degradação, gerando o famigerado microplástico."

De acordo com Henriette Monteiro Cordeiro de Azeredo, pesquisadora da Embrapa Instrumentação, diferentes materiais têm diferentes propriedades para diferentes aplicações. "Testamos até agora laranja, banana e manga e já usamos macromoléculas extraídas dos subprodutos (como pectina extraída de casca de banana)", diz Azeredo. Ela lembra que a crítica dos ambientalistas vai além dos materiais oxibiodegradáveis, que, em vez de se degradar, apenas se fragmentam, gerando microplásticos. "Existem também as versões 'verdes' dos plásticos convencionais, como o polietileno verde, que é feito a partir de matérias-primas renováveis, mas não é biodegradável", explica.

Se a substituição do plástico de uso único parece pouco, outras pesquisas buscam usar o bioplástico também em produtos duráveis, como eletrônicos. É o caso da Positivo Tecnologia. Por enquanto, apenas a embalagem plástica que envolve o computador para entrega ao consumidor é feito de bioplástico. "É apenas o primeiro passo de um projeto para tornar os equipamentos produzidos pela Positivo Tecnologia cada vez mais sustentáveis", diz Leandro Rosa dos Santos, vice-presidente de Estratégia e Inovação da Positivo Tecnologia.

De qualquer forma, a iniciativa evitará que mais de quatro toneladas de resíduo plástico sejam depositadas em lixões, aterros e oceanos, apenas no primeiro ano. Mas o objetivo é ir além. "A ideia faz parte de um movimento da companhia em direção a um computador verde, com componentes que não gerem resíduos plásticos e agridam o meio ambiente ao fim da vida", diz o executivo.

"Este é um desafio tecnológico ainda bem complexo e que vai demandar muita pesquisa e desenvolvimento para chegarmos em um bioplástico para fabricação das peças plásticas de um produto eletrônico." ■

JOANA FRANÇA/DIVULGAÇÃO

Obra de Anish Kapoor (à esq.), uma das 19 em exposição no novo espaço cultural na avenida Paulista; 'Se a gente passar pelo Anish, a gente está certificado para o que vier depois', diz o curador Marcello Dantas

Respiro para a criatividade

Arte Com exposição de Anish Kapoor na sua abertura, o centro cultural multivocacional Casa Bradesco dá início a nova fase do complexo Cidade Matarazzo. Por *Eduardo Simões*, para o Valor, de São Paulo

No começo da década de 2010, o empresário francês Alexandre Allard empenhou esforços para reabilitar dois endereços emblemáticos de Paris: o hotel Le Royal Monceau, onde propôs criar, por meio da arte contemporânea, "um universo artístico presente todos os dias", como descrito pelo jornal "Le Monde". O outro era o Hôtel de la Marine, palácio do século XVIII, que fazia as vezes de guarda-móveis do então rei Luís XV. Allard desejava transformar o monumento na Place de La Concorde em um "centro mundial da criação e da cultural", como declarou ao semanário "Le Nouvel Obs".

Foi à época dessas experiências que Allard começou a arquitetar o retrofit artístico que iria transformar o antigo hospital e maternidade Umberto Primo, próximo à avenida Paulista, no complexo Cidade Matarazzo. Filho de pai engenheiro e mãe professora de matemática, Allard sabia que um plano perfeito se faz com três pontos: equacionou arte, natureza e o multiculturalismo de São Paulo para conceber a essência de seu projeto. Mas, para o polinômio de sucesso que o empresário tinha em mente, faltava um termo: capital.

No dia 15, a Cidade Matarazzo abre para o público a Casa Bradesco, centro cultural multivocacional, marco de uma nova fase de aberturas do complexo. A concessão dos "naming rights" ao Bradesco, um dos maiores bancos do país, é um trunfo para Allard: atraiu para seu ecossistema de cultura e sustentabilidade uma instituição financeira de peso paulistana, tradicionalmente ligada ao universo do teatro, dos musicais e das festas populares.

Com mais de 5 mil m², a Casa Bradesco é dividida em quatro espaços, nomeados com advérbios de lugar: o primeiro a ser aberto é o Aqui, que vai abrigar uma exposição do artista indo-britânico Anish Kapoor. Até 2026 virão as demais salas: Ali, um lugar para crianças estimularem suas inclinações artísticas; Acima, estúdios compartilhados de criação para jovens; e o Abaixo, espaço mais flexível, que poderá receber teatro, dança, shows etc., com público em pé ou sentado.

Com 19 obras, a exposição de Anish Kapoor tem curadoria de Marcello Dantas, ex-diretor do Museu da Língua Portuguesa e curador da 13ª Bienal da Mercosul (2022), entre outros. Como diretor-artístico da Casa Bradesco, Dantas vem trabalhando no projeto há seis anos. Ao conceber a nova instituição, não queria fazer do espaço um museu, com vistas a uma coleção própria, mas um lugar "essencialmente interdisciplinar", em que artistas, músicos, designers e cientistas — todas as profissões — possam explorar novas linguagens.

"É uma plataforma para gerar conteúdos e produções originais. Ele não compete diretamente com espaços expositivos historiográficos, como o Masp ou a Pinacoteca. Tampouco é um foro neutro, como a Oca, ou um instituto, com uma programação temática, caso da fotografia no Moreira Salles", diz Dantas. Sobre a escolha de Kapoor para inaugurar a Casa Bradesco, o curador afirma que ele sempre foi um consenso.

"Ele batiza o espaço. Não somente pelo tamanho do artista que ele é, mas também pelos desafios técnicos que sua exposição representa. Desenvolver o projeto fez com que nós testássemos a capacidade da instituição, da estrutura do edifício. Se a gente passar pelo Anish, a gente está certificado para o que vier depois", afirma o curador.

> "Os artistas são os profetas dos tempos modernos, detentores de uma mensagem que precisamos passar para a humanidade"
> *Alexandre Allard*

Dantas afirma que a exposição é um recorte da produção de Kapoor "a partir de uma ideia contemporânea de inflamação", nome que dá título à mostra, que fica em cartaz até janeiro de 2025.

"Ela trata de um fenômeno que acontece ao mesmo tempo dentro do corpo e na sociedade. Ou seja, o corpo humano passa por um processo coletivo e individual. Num sentido clínico e também social, que sinaliza para uma transformação, para a cura ou a morte. E todas as obras estão nesse limiar, entre uma dimensão e outra".

O curador destaca ainda que a Casa Bradesco é o maior prédio individual original da Cidade Matarazzo. Sua vocação, diz, é ser o grande espaço público do complexo, porque todos os demais têm atividades reservadas ou privadas. Em consonância com Dantas, a diretora de marketing do Bradesco, Nathália Garcia, vai além e afirma que o espaço será um "sinônimo de inclusão".

"Haverá uma entrada pela alameda Rio Claro, que está passando por obras de beneficiamento. Com isso, eu evito que o acesso à Casa seja pela rua Itapeva, pelo hotel Rosewood, algo que de algum modo pode intimidar os visitantes", diz Garcia. "Com isso eu faço um convite à população para que visite este recorte de Mata Atlântica preservada em plena região da avenida Paulista, em que a diversidade está no simples e no luxo, no histórico e no novo".

A palavra público tem um forte caráter simbólico para Allard. Na prática, a Cidade Matarazzo foi inaugurada em 2022, com a abertura do Rosewood. O hotel cinco estrelas tem recebido alguns dos mais importantes eventos de São Paulo.

De baile de Carnaval a desfiles de moda, como o da grife Neriage, feito há algumas semanas à sombra do Jardim das Oliveiras, na área externa do restaurante Taraz. Repleto de celebridades, esses acontecimentos não representam, no entanto, o desejo de Allard de criar uma continuidade entre a Cidade Matarazzo e a capital paulista, entre o privado e o compartilhado.

Allard conta que, quando concebeu seu projeto, tinha em mente poder reunir quatro grupos de pessoas que "infelizmente não têm oportunidade de se juntar e criar neste país". Entre eles, artistas, como aqueles que há dez anos lançaram a pedra fundamental metafórica da Cidade Matarazzo, com a exposição — ou "invasão cultural", como prefere Allard — "Made by... Feito por Brasileiros", criando quase uma centena de obras que foram espalhadas pelas ruínas do complexo hospitalar.

RICARDO MATSUKAWA/DIVULGAÇÃO

AYA Hub, na Cidade Matarazzo, é dedicado "a acelerar a economia regenerativa e de baixo carbono"

"Os artistas são os profetas dos tempos modernos, detentores de uma mensagem que precisamos passar para a humanidade, para nos ajudar a entrar numa nova cultura, né? Diferente desta cultura extrativista, que não respeita a biodiversidade, que nos fez chegar a esse estado terrível de coisas", diz Allard.

O segundo grupo inclui os demais criativos, como se convencionou nomear aqueles profissionais ligados à moda, publicidade, literatura, televisão etc., o contingente que forma, em hipótese, os sócios do recém-aberto clube privado Soho House, filial paulistana da rede iniciada em 1995, em Londres. Apesar de seu caráter exclusivo, Allard aposta nos ruídos criativos que podem advir de seus sócios, de expatriados a nativos.

O terceiro e o quatro grupos fazem parte do mundo corporativo, como o Bradesco, que abraçou a iniciativa do espaço dedicado a distintas expressões artísticas. Allard afirma que desde sempre soube que o sucesso da Cidade Matarazzo dependeria de uma aproximação com as elites financeiras do país.

"Eles têm e sempre tiveram o futuro do país nas mãos. Como podemos construí-lo junto a eles? Eles têm o dinheiro, têm, indiretamente, o poder político. Quero mostrar a eles que a regeneração da natureza é um caminho de progresso e prosperidade financeira e social. Foi para atraí-los que fiz o hotel, o centro de convenções, e o AYA, para as empresas discutirem a questão ecológica do Brasil."

Allard se refere ao AYA Hub, a sede paulista da AYA Earth Partners, situada na Cidade Matarazzo, e "o primeiro e maior ecossistema dedicado a acelerar a economia regenerativa e de baixo carbono do Brasil", segundo comunicado. O lugar já abrigou debates sobre investimentos de líderes empresariais na cultura, soluções sustentáveis na indústria têxtil e da beleza, e os caminhos para a transição energética.

Nos meses seguintes à abertura da Casa Bradesco, virão os novos lançamentos que reforçam a porosidade entre público e privado da Cidade Matarazzo, como a inauguração da Sua Rua, via arborizada que irá conectar o complexo à Paulista, "celebrando a cultura urbana e promovendo pequenos agricultores com mercados orgânicos", segundo Allard. E ainda mais espaços dedicados a moda, beleza, design, gastronomia, longevidade etc.

Allard conclui que no ecossistema chamado Cidade Matarazzo cada nova peça, com autonomia e identidade fortes, amplia o poder da outra. "A Soho House é a minha arapuca para a indústria criativa, assim como o Rosewood é a minha arapuca para a liderança financeira do Brasil. Eles estavam separados, agora se reúnem aqui para celebrar a cultura brasileira entendendo que diversidade dá dinheiro. Até o fim do ano, passo a passo, vamos ter um grande portal mostrando que, do outro lado, tem outra vida possível". ■

INÊS 249

EU&

O gestor roqueiro

À Mesa com o Valor

Luis Justo

Há 13 anos no cargo de CEO do Rock In Rio, o executivo abraça o lema do fundador da marca, Roberto Medina, de que a ideia é “sonhar grande e fazer acontecer”. Por *Camilo Rocha,* para o Valor, de São Paulo

Não foi nenhuma experiência musical ou de produção de eventos que fez Luis Justo ser contratado como CEO do Rock In Rio. Até porque ele praticamente não tinha nada disso, com exceção de um evento com profissionais de moda e duas bandas de rock na adolescência.

Quando competiu pela vaga, em 2011, Justo teve como concorrente um candidato com um extenso currículo na área. Em um certo momento, soube pelo headhunter que o havia sondado que tudo indicava que a vaga não seria sua. Justo encerrou a chamada desanimadora e, em seguida, ligou para a secretária de Roberto Medina, fundador do Rock In Rio, e pediu um encontro extra porque “faltou falar algumas coisas”.

Um almoço com Medina foi então marcado no sofisticado restaurante Antiquarius, na Barra da Tijuca. Justo foi assertivo: “Não tenho experiência em produção de eventos, mas tenho tesão e vontade de estar nessa história para construir o seu sonho”. Medina sorriu e não se falou mais em negócios no restante do almoço. Já contratado, o fundador do festival assumiu que foi o almoço que virou o jogo, pois gente com experiência de eventos já havia na empresa, mas a atitude e o discurso apaixonado de Justo eram raros.

Treze anos depois, Justo segue como o CEO, agora da Rock World, empresa que administra e produz os festivais Rock In Rio, The Town e, desde 2023, Lollapalooza no Brasil. Com receita declarada de R$ 647 milhões em 2023, a empresa conta com 15 funcionários em São Paulo, outros 20 baseados em Lisboa e 150 na sede no Rio de Janeiro. Foi na capital paulista que Justo recebeu o **Valor** para um café da manhã, no restaurante do hotel Radisson Vila Olímpia. Na mesa, ovos mexidos e tapioca de queijo e peito de peru.

O Rock In Rio X, que começa nesta sexta-feira, segue até o dia 22 de setembro, será a décima edição do evento e uma comemoração de seus 40 anos de existência. Os destaques musicais internacionais incluem o cantor inglês Ed Sheeran, o rapper americano Travis Scott, a estrela pop americana Katy Perry e a banda Avenged Sevenfold. Um total de 750 artistas deve passar pelos seis palcos do festival. Vários dias do evento já estavam com os ingressos esgotados até o fechamento desta edição.

Nascido em 1977, Justo cresceu na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, filho de pai engenheiro e mãe professora. Estudou no colégio São Bento, instituição católica que até hoje admite apenas alunos homens. É da época da escola que, segundo ele, vêm os maiores amigos de sua vida.

Quando Justo chegou ao Rock In Rio, em 2011, o evento estava prestes a reestrear no país depois de uma década, período em que quatro edições em Lisboa e duas em Madri foram realizadas. “Quando se trata de Rock In Rio, você está falando de uma proporção tão grande de processos e necessidades, que já entra querendo pedalar”, explica Justo, tomando seu segundo café com leite. “Então, 2011 foi para entender onde é que eu tinha me metido, no bom sentido.”

Para o executivo, foi um momento de compreender qual contribuição poderia trazer como gestor, mas também de conhecer de perto a cultura da empresa e a identificação com seus valores pessoais. “Eu queria decodificar que cultura era essa. E deu match.”

O executivo define a ideia de “sonhar grande e fazer acontecer” como central na cultura da empresa, atitude essa que vem do fundador, Roberto Medina. “Qual o próximo sonho grande? Tem que parecer impossível o suficiente, porque se parecer possível a gente está errando na escala”, define.

Para Justo, um passo importante de sua gestão foi provocar um exercício em que o todo o time da empresa se reuniu para pensar e formalizar o que definiria a cultura do Rock In Rio. Realizada alguns meses antes da pandemia, a atividade conseguiu definir oito valores da empresa, entre eles coragem, criatividade, excelência, integridade e pensar grande. Segundo ele, são valores que existem em Roberto Medina, mas que também tinham que ser de toda a equipe.

“Não podemos perder esses valores nos próximos 40, 100 anos. Não é apenas sobre vender mais ingressos, fazer mais eventos, esse pensamento cartesiano de negócios. Quem trabalha aqui tem que estar motivado pela ideia de pensar grande. Foi isso que fizemos com o The Town”, resume.

Desde que Justo entrou na empresa, o Rock In Rio realizou mais cinco festivais no Rio (a edição de 2024 será a sexta sob sua gestão), outros cinco em Lisboa, um em Madri e um em Las Vegas. Em 2023, a empresa lançou o festival The Town na cidade de São Paulo, que recebeu um público total de meio milhão de pessoas. No mesmo ano, a gigante americana de eventos Live Nation fechou com a Rock World a produção da edição brasileira do festival Lollapalooza.

Com seus diversos dias esgotados, o Rock In Rio parece alheio ao movimento no setor dos festivais, que vem provocando o cancelamento ou adiamento de vários eventos. No fim de agosto, foi a vez do festival espanhol Primavera Sound anunciar que não faria uma edição no Brasil em 2024, após dois anos consecutivos de festivais bem-sucedidos.

Em julho, Justo falou ao **Valor** sobre o “superaquecimento” de eventos musicais que aconteceu logo depois do fim da pandemia. Para ele, enfrentar o desafio do momento seguinte, em que a euforia passou e a bolha estourou, exigia que “os organizadores diversifiquem a programação e melhorem a infraestrutura, o que inclui a criação de experiências inéditas e memoráveis”.

Entre essas experiências, nas palavras do executivo, “estão uma robusta área VIP, brinquedos radicais e, nesta edição especial de 40 anos, a produção de um musical inédito”. Concebido e dirigido pelo diretor teatral Charles Möeller, “Sonhos, Lama e Rock and Roll” pretende contar a história e os bastidores dos 40 anos do festival. Com duração de 35 minutos, o musical será exibido quatro vezes em cada dia do evento.

Outra novidade do festival é o espaço Global Village, ambiente de 7.500 m^2 que ocupará a área da antiga Rock Village. A área trará espaços gastronômicos tematizados de acordo com diferentes países (pub inglês, boulangerie francesa, boteco brasileiro, entre outros) e apresentações musicais mais propícias a locais intimistas, incluindo Hermeto Pascoal, Amaro Freitas, Lia de Itamaracá e Angelique Kidjo (única representante do continente africano na proposta global).

E quando se fala em um festival desse porte, é impossível não citar as marcas. No grande movimento de ativações que tenta fisgar o frequentador, 12 empresas patrocinam o Rock In Rio: Itaú (master), C&A, Coca-Cola, Doritos, Ipiranga, KitKat, Heineken, Natura, Prudential, Seara, Tim e Volkswagen.

O Dia Brasil é mais uma aposta inédita do Rock In Rio neste ano, em uma escalação apenas com artistas nacionais. O leque é amplo, com representantes de MPB, trap, pop, funk, samba, sertanejo e música eletrônica espalhados pelos cinco palcos. Nomes como Luísa Sonza, Chitãozinho & Xororó, Ivete Sangalo e Zeca Pagodinho estão entre os artistas.

O festival vem promovendo a data como um dia de “hit atrás de hit”, focando no aspecto da familiaridade dos repertórios brasileiros. O lineup inicialmente apresentado não trazia artistas da região Norte. Em carta aberta, a cantora Fafá de Belém chegou a reclamar da ausência: “A Amazônia não faz parte do Brasil? A cultura amazônica, nortista, não é parte deste país?”. Algumas semanas depois, o festival adicionou quatro artistas da região às atrações: Gaby Amarantos, Gang do Eletro, Suraras do Tapajós e Victor Xamã.

Segundo o executivo da Rock World, o festival afirmou desde o início que mais nomes seriam adicionados à lista inicial. “Foi um infeliz mal-entendido, pois quando divulgamos o primeiro momento, eram apenas entre 70% e 80%

Rogerio Vieira/Valor

Cardápio

Radisson, Vila Olímpia

Item	Qtd.	Valor
Dois cafés continentais individuais	2	R$ 82,00
Água mineral sem gás	2	-
Porção de ovos mexidos	2	-
Tapioca de peito de peru e queijo	2	-
Café com leite	3	-
Subtotal		R$ 164,00
Total		**R$ 180,40**

Luca Palomares

do lineup", diz. O executivo pontuou ainda que edições anteriores contaram com nomes da região Norte, incluindo o palco Nave, atração de 2022 que trouxe apenas artistas da Amazônia, como Mestre Solano, Guitarrada das Manas e a própria Fafá de Belém.

Justo tinha 13 anos em seu primeiro Rock In Rio, em 1991, edição que tinha como atrações Guns N'Roses e Faith No More, bem ao agrado do adolescente roqueiro. "Sempre gostei de ouvir muito rock. Tive banda cover de Iron Maiden, tentei deixar o cabelo crescer, mas ele crescia para cima, então não deu certo."

Quando cursava a faculdade de engenharia de produção, na PUC-RJ, Justo integrou uma banda de rock progressivo, com um trabalho mais autoral. Chamada Horizon, chegou a abrir shows para a banda Angra, de renome dentro do gênero. Vieram os primeiros convites para viagens com a banda. Foi quando o pai de Justo o chamou para uma conversa.

"Ele disse: 'Termina a engenharia porque aí você tem o plano A e o plano B'", relembra. As pretensões de uma carreira musical acabaram ficando para trás. Ele participou do programa Empresa Júnior, da universidade, tendo seus primeiros contatos com planos de negócios e clientes.

Em 2000, Justo trabalhava no mercado financeiro. Os ganhos eram bons, mas a falta de propósito o frustrava. Procurando uma saída, foi de terno e gravata fazer uma entrevista com Oskar Metsavaht, fundador da marca de roupas Osklen, então uma grife com alguma projeção nacional, mas ainda operando numa "garagem em São Cristóvão".

O futuro executivo se encantou com as aspirações de Metsavaht de tornar a Osklen uma marca global, que ele via como ocupando um lugar entre as marcas de luxo e as marcas de lifestyle. O dono da Osklen disse que não tinha dinheiro para contratar um executivo.

Na verdade, de acordo com Justo, não havia nenhum cargo definido. O primeiro posto era uma espécie de consultor interno, mas, aos 28 anos, ele havia se tornado CEO da empresa. Nos pouco mais de dez anos em que ficou na Osklen, Justo comandou a abertura de lojas em locais como Nova York, Tóquio e cidades da Europa.

"Minha carreira como executivo nesses quase 20 anos se concentrou em empresas da área da indústria criativa, mas no papel de gestão", ressalta. Justo gosta de reforçar seu perfil de "engenheiro com lado criativo". "Eu sempre gostei das artes, mas sentia que tinha dentro de mim a paixão pela gestão, por resolver problemas", afirma.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

'Quem trabalha aqui tem que estar motivado pela ideia de pensar grande', afirma Luis Justo, sobre a cultura do Rock In Rio

ACERVO PESSOAL

Com o cantor inglês Ed Sheeran, uma das atrações do Rock In Rio deste ano

Como ele lembra, a área de eventos musicais é cada vez mais profissional e sujeita a uma série de processos que inclui agentes, tour managers e empresários que são bem distantes da ideia que muitos ainda têm sobre esse métier. Na ponta existe o artista, mas até chegar a ele existem diversas "camadas" de profissionais que cuidam de aspectos técnicos, logísticos e criativos.

Justo procura desfazer o clichê do artista doidão e excêntrico que ainda persiste. "Eu estava com o Ed Sheeran em Lisboa, e o que ele queria no camarim era uma TV grande e umas cervejinhas para assistir a um jogo de futebol com os amigos", conta.

Mas, mesmo o que muitas vezes é pintado como excêntrico tem seu sentido, na visão do presidente da Rock World. Ele conta sobre um artista internacional (o nome não foi revelado) que veio para o Rock In Rio e pediu que as paredes do camarim fossem sempre roxas. Justo foi tentar entender a motivação.

"Ele estava havia dois anos em turnês, vivendo entre hotel, palco e camarim. Hoje no Rio, amanhã em Bogotá, depois em Londres, sempre exigindo camarim roxo", conta. "Depois entendi que essa era a casa do cara. Depois de dois anos, ele precisava ter algum senso de referência para não pirar."

De acordo com o executivo, por trás da mesa de pingue-pongue e das toalhas brancas ou da pista de corrida que Mick Jagger exigiu perto do palco (não servia uma esteira), existem necessidades humanas básicas — os Rolling Stones se apresentaram em 2014 no Rock In Rio Lisboa.

"Ele quer casa, quer se sentir bem antes de entrar no palco. Todo grande artista obviamente tem por trás uma grande insegurança, uma vulnerabilidade. Eu passei a ter um olhar muito mais empático sobre a indústria como um todo. Se o cara não quis marcar um show porque é aniversário do filho, está certo ele. São pessoas", diz Justo, que tem dois enteados no casamento atual e dois filhos de um casamento anterior.

Quem quiser ver os sete dias do Rock In Rio em casa pode acompanhar a cobertura do Multishow, Canal Bis e Globoplay — onde os shows serão transmitidos ao vivo. Já a TV Globo vai exibir os melhores momentos, diariamente, além de um especialsobre o festival nodia29. No digital, o site do Rock In Rio vai transmitir os shows dos palcos Mundo e Sunset. ■

INÊS 249

Sedução das uvas estrangeiras

Vinho As apostas bem-sucedidas de empresários brasileiros — de Alberto Weisser a Bruno Levi D'Ancona — em vinícolas situadas em outros países. Por *Daniel Salles*, para o Valor, de São Paulo

De tanto ouvir o CEO global da PepsiCo, o espanhol Ramon Laguarta, falar em ESG, o paulistano Alberto Weisser, membro do conselho de administração da companhia, resolveu lhe fazer um convite. "Por que você não vai conhecer minha vinícola?", propôs a ele, não faz muito tempo, com o intuito de exibir o modelo de sustentabilidade que a propriedade pôs em prática. "Não dá para ficar só no discurso", disse.

Laguarta foi até lá, ficou surpreso com o que viu e aproveitou a visita para detalhar ações concretas da PepsiCo — uma companhia que faturou US$ 91 bilhões no ano passado — em prol do meio ambiente. "Então por que você não mostra o que já foi feito e para de falar sobre o que ainda vai fazer?", retrucou o paulistano, com um atrevimento que CEOs não costumam admitir de muita gente.

A Tapada de Coelheiros, a vinícola de Weisser, se encontra em Arraiolos, no Alentejo, em Portugal. A história dela remonta a 1467, quando a propriedade foi oferecida, como dote de casamento, a Dom Ruy de Sousa — um dos responsáveis pelo Tratado de Tordesilhas. Até 2015, quando foi adquirida por Weisser e sua então mulher, Gabriela Mascioli — fundadora da extinta livraria paulistana Mille Foglie, especializada em livros de gastronomia —, a vinícola teve vários outros donos.

O casal se mudou para a propriedade, que produz vinhos reputados desde 1991, logo após a compra. Foi um divisor de águas na trajetória do executivo que, dois anos antes, deixou a presidência global da Bunge. Atualmente, ele também integra o conselho de administração da Bayer e da Linde, uma multinacional de origem alemã, e é advisor da firma de investimentos Temasek, de Cingapura. Com o fim do casamento, Gabriela fez as malas e Weisser ficou.

Nas mãos do executivo, que contratou o renomado enólogo Luís Patrão para chefiá-la, a vinícola se rendeu à produção biológica. Incentiva o uso de matéria orgânica para enriquecer e revitalizar o solo e rejeita a utilização de produtos químicos. Dos 800 hectares da Tapada de Coelheiros, 600 estão tomados por uma floresta habitada por ovelhas, veados e outros animais. Já os vinhedos se resumem a 50 hectares. No Brasil, os vinhos de Weisser são trazidos pela Mistral e custam entre R$ 252,00 e R$ 4.586,54.

Por ter espalhado diversas caixas para morcegos, que ajudam no controle de pragas, além de instalar painéis solares na adega e substituir todas as lâmpadas antigas por versões de LED, entre outras medidas do tipo, a Tapada de Coelheiros obteve o cobiçado Selo de Produção Sustentável concedido pela Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA). "Temos a obrigação de preservar a propriedade que dá origem aos nossos vinhos", diz Weisser.

DIVULGAÇÃO

Alberto Weisser: vinícola se rendeu à produção biológica

DIVULGAÇÃO

No Alentejo, em Portugal, a Tapada de Coelheiros tem extensão de 800 hectares

DIVULGAÇÃO

Vinhos da Tapada de Coelheiros custam no Brasil entre R$ 252,00 e R$ 4.586,54

Mais de 250 vinícolas se encontram no Alentejo, a região de Portugal que mais produz vinho. Apenas 23, porém, conquistaram o Selo de Produção Sustentável da CVRA. Isso se deve aos rígidos critérios impostos pela entidade. Tido como uma referência no mundo dos vinhos, o programa de sustentabilidade da CVRA existe desde 2015. Começou com 91 membros — a adesão é gratuita e voluntária — e já chegou a 632, entre vinícolas e produtores de uva.

Registre-se que nenhum associado tem aval para fazer alarde da participação no programa. "Não queremos dar margem para uma espécie de 'greenwashing'", justifica João Barroso, coordenador da área de sustentabilidade da CVRA. Ele se refere à prática que consiste em divulgar medidas em prol do meio ambiente sem, no entanto, tirá-las do papel — muitas empresas não resistem a ela, sobretudo na era do ESG.

Já as vinícolas que conquistam o Selo de Produção Sustentável podem divulgá-lo à vontade. As 23 que já alcançaram a certificação totalizam uma área que corresponde só a 10% do total monitorado pela CVRA.

Há outras vinícolas na Europa que pertencem a brasileiros. Lançada em 2018, a Fattoria Villa D'Ancona pertence à família de Bruno Levi D'Ancona, "managing partner" da gestora de private equity TreeCorp. A vinícola foi montada em uma fazenda de cerca de 200 anos na Toscana, Itália, na região de Casentino. Conhecida pela produção de castanha e de cogumelo porcini, a propriedade pertencia a antepassados da família D'Ancona, de origem judaica. Com aproximadamente sete hectares, terminou nas mãos do pai de Bruno, o médico Carlos D'Ancona.

Aficionado por vinhos, o filho convenceu o pai a retomar a produção de tintos na fazenda, o que foi feito até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) — o conflito obrigou os familiares a darem no pé. Para tirar a Fattoria Villa D'Ancona do papel, Bruno se aliou a uma célebre vinícola da região, a Tenute San Fabiano, que produz vinhos desde o século XIII e pertence a velhos amigos dos D'Ancona, os Borghini Baldovinetti. Combinou-se o seguinte: a Tenute San Fabiano irá produzir rótulos exclusivos para a Fattoria Villa D'Ancona, e somente para o mercado brasileiro, até a novata estar apta a andar com as próprias pernas. A distribuição está a cargo da Evino.

A fazenda da Fattoria Villa D'Ancona dispõe de um casarão do século XVIII que será transformado em um hotel com cerca de 40 quartos. Concluída essa etapa, a vinícola começará a ganhar seus próprios vinhedos — por ora, os Borghini Baldovinetti também estão encarregados do fornecimento das uvas. A Tenute San Fabiano, por sinal, deverá continuar à frente da enologia mesmo quando a produção for transferida para a fazenda dos D'Ancona.

Um dos maiores produtores de vinhos finos do Brasil, o grupo Miolo também se rendeu a vinhedos estrangeiros. Fundada em 1989, a companhia se aliou a uma vinícola situada no Valle de Uco, em Mendoza, na Argentina, para lançar um tinto com uvas malbec colhidas nesta região — mais exatamente no pé da Cordilheira dos Andes, a cerca de mil metros de altitude. O resultado é o Miolo Reserva Malbec Safra 2023, lançado em julho.

Com 48 mil garrafas, a novidade ampliou para cinco o número de terroirs geridos pelo grupo comandado por Adriano Miolo. Uma das quatro vinícolas da companhia, a Terranova, encontra-se no Vale do São Francisco, na Bahia. Miolo, Seival e Almadén, as outras três, estão localizadas no Rio Grande do Sul. Com seu novo malbec, a Miolo ampliou seus domínios ainda mais.

Também notória é a Quinta da Romaneira, à margem do rio Douro, em Portugal, que produz vinhos bem pontuados por guias como o da "Wine Enthusiast" e o do crítico James Suckling. Sua origem remonta a 1757. A fase atual começou em 2004, quando o britânico Christian Seely e um grupo de investidores adquiriram o negócio. Em 2012, o empresário André Esteves, sócio do BTG Pactual, comprou 80% da propriedade por um valor estimado em € 20 milhões — Seely segue no comando. O banqueiro virou sócio da Quinta da Romaneira um ano antes de comprar a vinícola italiana Argiano, em Montalcino, na célebre Toscana.

Dono da construtora MRV, o empresário mineiro Rubens Menin também ingressou nesse ramo. Ele se aliou a Cristiano Gomes, integrante do conselho de administração do Banco Inter, para comprar duas vinícolas na região do Douro: a Quinta da Costa de Cima e a Quinta do Sol. ■

DIVULGAÇÃO

Adriano Miolo: vinícola situada no Valle de Uco, em Mendoza, na Argentina

DIVULGAÇÃO

Miolo Reserva Malbec Safra 2023: vinícola a mil metros de altitude

Vinho

Excepcionalmente a coluna de Jorge Lucki não é publicada nesta edição.

A doutora Marisa Monte

Educação Cantora recebe honraria da USP pela contribuição artística e pelos projetos filantrópicos que criou, com prioridade para educação e saúde. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

Em junho, Marisa Monte recebeu o título de doutora honoris causa pela Universidade de São Paulo (USP). A proposta da concessão do título foi feita pela Faculdade de Educação e, segundo o estatuto da universidade, a honraria é concedida "a personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham contribuído, de modo notável, para o progresso das ciências, letras ou artes; e aos que tenham beneficiado de forma excepcional a humanidade, o País, ou prestado relevantes serviços à Universidade".

A honraria não foi apenas uma homenagem pela carreira artística da cantora, compositora, multi-instrumentista e produtora musical. Aos 57 anos, Marisa Monte se firmou como um dos grandes nomes da MPB ao mesmo tempo em que construiu uma trajetória na filantropia, auxiliando projetos que vão da criação de um fundo para ajudar alunos universitários economicamente vulneráveis até o incentivo a um grupo de artesãs do município de São Gonçalo do Amarante, na Grande Fortaleza, que praticam um dos hobbies preferidos da cantora: crochê. Nas redes sociais, viralizaram vídeos descontraídos gravados durante a turnê "Portas", há dois anos, mostrando Marisa empunhando as agulhas durante os momentos de descanso.

A prática da filantropia não é recente. Há 23 anos, Marisa é madrinha da Filhos da Águia, escola de samba mirim da Portela, honraria que divide com Paulinho da Viola. O projeto transforma a vida de mais de 700 crianças e jovens, além das suas famílias, para muito além do Carnaval. Portelense desde menina (seu pai, Carlos Monte, foi diretor da escola de samba), a cantora mantém um contato próximo com os sambistas da agremiação, conhecendo os desafios da comunidade.

Apesar de apostar em projetos diversos, Marisa Monte prioriza a educação e a saúde, áreas que habitualmente necessitam mais de recursos. Um deles é o USP Diversa, programa de doação voltado para o financiamento de bolsas de permanência estudantil lançado em 2021 e relacionado ao combate do racismo estrutural. "Aumentar a inclusão e a diversidade é um problema de todos nós", disse a artista, na época. Desde então, ela participa de campanhas para divulgar o programa e outras ações para sensibilizar a sociedade civil sobre a importância da inclusão e das políticas de permanência estudantil nas universidades.

O interesse pelos estudantes, aliás, fez com que Marisa fizesse um show-surpresa no Colégio Estadual André Maurois, na Gávea, zona sul do Rio, em 2016. Naquele ano, várias escolas de diversas cidades brasileiras foram ocupadas por alunos que criticavam a forma precária com que era gerida a rede pública de ensino. Além de cantar quatro músicas com os estudantes, Marisa usou suas contas nas redes sociais para divulgar uma lista de necessidades elaborada pelos alunos e ainda pediu doações.

Na saúde, a cantora também agiu diretamente na criação de um espaço no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo, no ano passado. Lá foi criada uma área em que as crianças em tratamento podem praticar atividades musicais e artísticas. Batizado de Espaço Imaginário Marisa Monte, o projeto conta com equipamentos como tablets, livros, caixas de som e instrumentos musicais, que são utilizados pelos pacientes em recuperação como também por acompanhantes, médicos, funcionários e enfermeiros. A festa de inauguração contou com a presença de Arnaldo Antunes, que ouviu, admirado, um jovem paciente tocar violão.

Marisa foi a 123ª pessoa a receber o título de doutor honoris causa da USP e a terceira mulher. Antes dela, foram homenageadas a zoóloga alemã radicada no Brasil Eveline Du Bois-Reymond Marcus (1901-1990) e a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que deu nome à lei de proteção contra a violência doméstica, a Lei Maria da Penha. "Receber esse título é uma prova de que a arte tem o poder de impactar vidas, de despertar consciências e de promover mudanças. É um reconhecimento não apenas da minha trajetória artística, mas também ao poder da música como ferramenta de transformação", disse Marisa em seu discurso.

Em conversa com o **Valor**, por e-mail, ela destaca a importância dos incentivos fiscais no fomento da filantropia no Brasil, onde a divulgação ainda é tímida, se comparada a países onde a ação de benefício mútuo para todas as partes é uma força social poderosa. Veja a seguir os principais tópicos da entrevista.

ACERVO PESSOAL

Há 23 anos, Marisa Monte é madrinha da Filhos da Águia, escola de samba mirim da Portela, projeto que beneficia mais de 700 crianças e jovens

CECÍLIA BASTOS

Batizado de Espaço Imaginário Marisa Monte, projeto no Incor (São Paulo) é dedicado a crianças em tratamento

Projetos filantrópicos

Para despertar meu interesse, é preciso compartilhar ideias e incentivar valores nos quais eu acredito como educação, cultura, meio ambiente e direitos humanos.

Fundo USP Diversa

O programa USP Diversa, do qual eu sou embaixadora, tem como objetivo angariar recursos para oferecer ajuda financeira aos alunos cotistas da USP vulneráveis socioeconomicamente. Essas bolsas de permanência são fundamentais para a inclusão através da educação e para possibilitar a conclusão dos cursos de graduação na USP, que é a maior instituição pública de ensino e pesquisa do Brasil, promovendo uma universidade mais diversa. A educação é a chave para a inclusão e capacitação de todos em uma universidade pública que reflita a riqueza e a complexidade da sociedade brasileira.

Espaço Imaginário, no InCor

O projeto foi concebido a partir do relato de vários fãs sobre o impacto positivo da arte e da música no seu bem-estar físico e emocional. A partir de conversas com Ludhmila Hajjar, médica e professora titular da USP, sobre a interação de medicina e arte, criamos um espaço de convivência dentro do Incor, com biblioteca, instrumentos musicais e atividades culturais, oficinas de artes e de literatura para pacientes, acompanhantes e funcionários. O projeto é aberto a toda a comunidade hospitalar, como médicos, funcionários e enfermeiros. Essa primeira unidade completou um ano recentemente e é inteiramente custeada com doações privadas. Estamos abertos a ampliar o projeto para mais instituições de saúde com apoio de novos doadores.

Mulheres do crochê

Conheci o trabalho das artesãs de Curral Grande como fã de crochê. Faço crochê desde criança. É uma associação majoritariamente feminina, no sertão do Ceará, que promove a perpetuação de saberes tradicionais do artesanato. A associação existe há 20 anos, e a união das artesãs oferece a possibilidade de ganhar escala e produzir peças grandes ou em quantidade. Já estive lá algumas vezes e admiro o empreendedorismo feminino das líderes locais, como dona Conceição Marta e Norma, que há anos se organizam para oferecer capacitação e oportunidades a mais mulheres. Tenho atuado ali informalmente como Marisa "Ponte", ligando-as a outros grupos, designers e ativistas visando a potencializar, dar visibilidade e ampliar o trabalho lindo que elas fazem.

Madrinha da Filhos da Águia

As escolas de samba do Rio de Janeiro nasceram de associações das comunidades que se organizavam em torno das festas tradicionais e das celebrações. Hoje o trabalho social do GRCESM (Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim) Filhos da Águia vai muito além do Carnaval, preservando valores culturais, gerando oportunidades de capacitação e autoestima e levando educação complementar a uma região de vulnerabilidade socioeconômica da cidade do Rio de Janeiro. Tenho acompanhado há 23 anos o trabalho deles como madrinha e posso testemunhar o impacto que a arte, a educação e a cultura têm no desenvolvimento das nossas crianças.

Adesão de filantropos

Brasileiro é um povo generoso nos casos de caridades emergenciais. Assistimos a isso na pandemia, nas fortes chuvas do litoral norte em São Paulo e nas recentes tragédias do Rio Grande do Sul. Porém, diferentemente de países onde a filantropia é uma força social poderosa, o campo ainda é muito carente de incentivos fiscais no Brasil (que vêm sendo solicitados ao governo na janela da reforma tributária), a lei de "endowment" é muito recente (e merece revisão para abarcar mais setores como o ambiental) e ainda faltam boas campanhas de comunicação.

Embora poucos, existem grandes doadores no Brasil, porém estes, na sua maioria, por uma influência católica, ou por uma questão de segurança, não têm o hábito de falar sobre suas doações. Além disso, temos uma filantropia tradicional e poucos se arriscam em investir em pesquisa, dados ou a fazer "advocacy" por um ambiente tributário mais estimulante.

Título de doutora honoris causa

Receber esse título é uma prova de que a arte tem o poder de impactar vidas, despertar consciências e promover mudanças. É um reconhecimento não só da minha trajetória artística, mas também do poder da música como ferramenta de transformação social.

Big techs e direitos autorais

As grandes empresas de tecnologia cresceram muito e rapidamente no vácuo da regulamentação. Esse debate está acontecendo no mundo inteiro, e é importante que o Brasil esteja na vanguarda dessa discussão e participe ativamente na proteção dos direitos dos brasileiros e do patrimônio intelectual e cultural da humanidade. Direitos autorais são direitos fundamentais na nossa Constituição, além de constarem da carta de direitos humanos das Nações Unidas." ■

Ícone do Rio, Confeitaria Colombo completa 130 anos

História

Turismo garante sobrevivência da casa no Centro, que tem ainda outros pontos tradicionais, como a Cavé e a Manon. Por *Lucianne Carneiro*, do Rio

LEO PINHEIRO/VALOR

Confeitaria Colombo e sua famosa claraboia: art déco da Belle Époque, num tempo em que as elites brasileiras queriam que o Rio parecesse francês

Imortalizada em uma famosa marchinha de Carnaval cantada pela vedete Virginia Lane nos anos 1950, a Confeitaria Colombo é hoje, ao mesmo tempo, um lugar de memória e de destaque no turismo do Rio de Janeiro, que ganha ainda mais espaço em um mundo pautado pelas redes sociais. No dia 17, a casa completa 130 anos de fundação localizada no mesmo imóvel em que foi fundada, no centro da cidade, como um ícone da antiga capital e do Brasil da Belle Époque.

Os paralelepípedos da rua Gonçalves Dias parecem uma introdução para a viagem no tempo na qual o visitante embarca ao cruzar as portas da confeitaria. As vitrines de vidro guardam louças antigas, cristais e latas do famoso biscoito de leque de diferentes épocas. Os espelhos gigantes que cobrem as paredes e foram trazidos de navio da Bélgica dividem a atenção com a claraboia, que tem desenhos de flores, folhas e anjos. São 580 m² só no andar principal, além de um segundo piso.

Os detalhes da arquitetura em estilo art nouveau são resultado principalmente da reforma feita no início do século XX pelos fundadores, os imigrantes portugueses Manoel José Lebrão e Joaquim Borges de Meireles. Foi ali que Lebrão teria criado a famosa expressão "o cliente tem sempre razão". Mesmo antes disso, no entanto, era uma casa francesa, com anúncios nos jornais sobre os serviços da "confiserie" para "banquets et pic-nics".

"A Colombo nos transporta para o Rio do fim do século XIX e do início do século XX, após a proclamação da República", afirma Silvia Bianchi, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. "Tínhamos uma cultura copiada dos franceses, e o Brasil entrou na sintonia da Belle Époque." Bianchi é autora do livro "Entre o café e a prosa: Memórias da Confeitaria Colombo no início do século XX" (editora Terceira Margem), fruto de sua tese de doutorado.

Para explicar a importância da confeitaria atualmente, Bianchi recorre ao conceito de lugar de memória, criado pelo historiador francês Pierre Nora e definido como aquele espaço "onde a memória se cristaliza e se refugia".

"É um local de grande importância histórica, com memórias passadas de pais para filhos, o que faz com que esse lugar permaneça vivo. O passado está sempre presente. Visitar esses locais é como se fosse possível voltar no tempo, como no filme 'Meia-Noite em Paris'", diz a professora, fazendo referência à comédia de 2011 dirigida por Woody Allen em que toda noite um escritor viaja no tempo para a Paris dos anos 1920.

A confeitaria foi reconhecida com os títulos de patrimônio material e imaterial do Rio de Janeiro. Nos relatos sobre a casa, a lista de frequentadores renomados é destaque, com personalidades como Olavo Bilac, Machado de Assis, Heitor Villa-Lobos, Chiquinha Gonzaga, Washington Luís, Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas.

"O velho na porta da Colombo", citado na marchinha "Sassaricando", na voz de Virginia Lane, é outro dos personagens, desta vez ficcional, dos 130 anos da confeitaria. Menos conhecido, no entanto, é o cachorro Menelik, que também ficava na porta e virou uma mascote da casa, segundo Bianchi.

Se a Colombo se mantém como um lugar de memória, é ao turismo que deve sua sobrevivência, especialmente depois da pandemia, afirma Roberto Assis, que comprou a casa da Arisco, empresa fabricante de temperos, no fim dos anos 1990, junto com o irmão Maurício. A empresa havia adquirido o negócio interessada na geleia de mocotó, investiu em restauração e sanou dívidas, mas resolveu se concentrar na sua área principal de atuação.

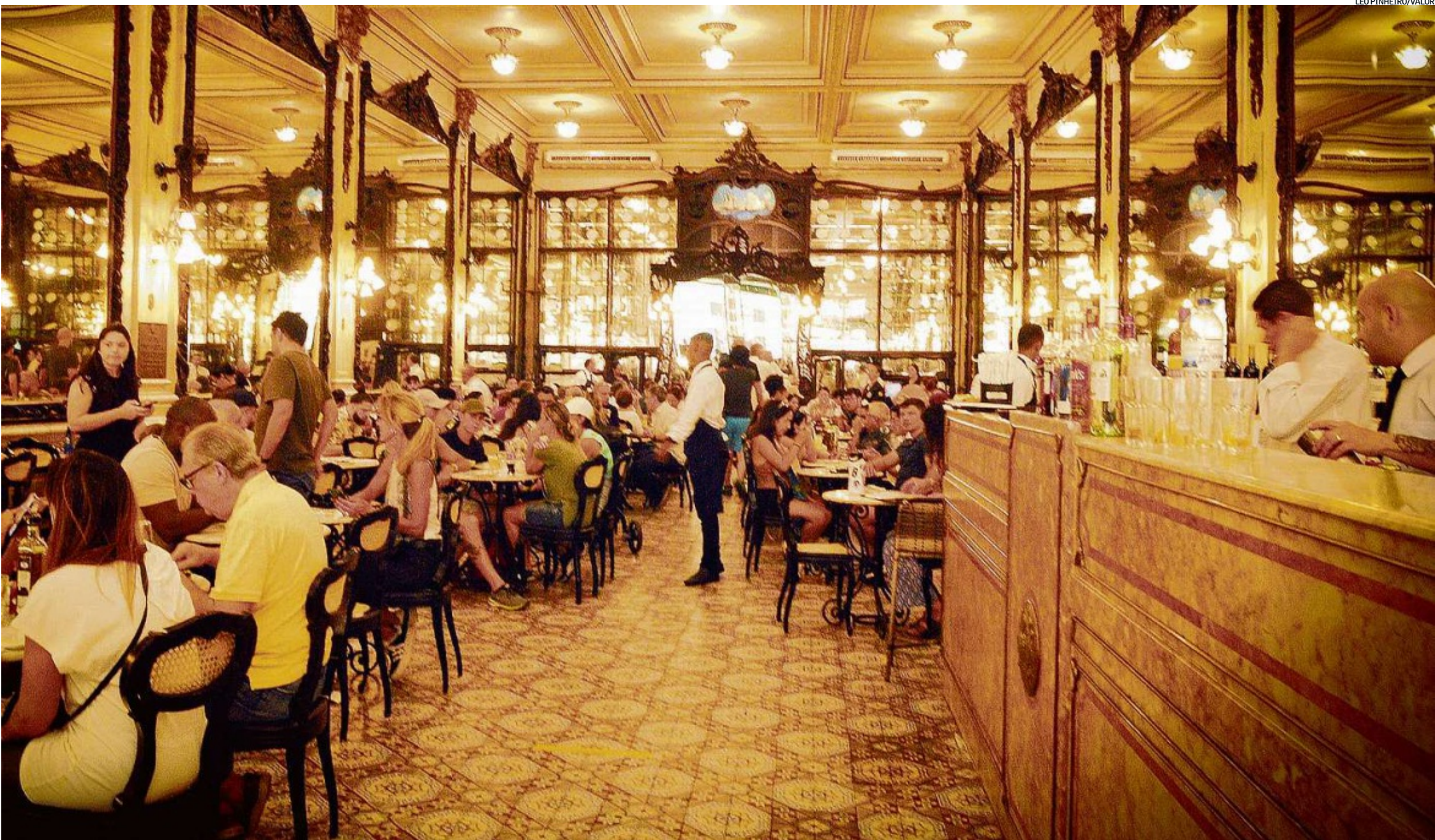
O investimento foi de R$ 2,2 milhões, que, a preços de hoje, reajustados pela inflação, correspondem a R$ 10,5 milhões. Os primeiros anos foram difíceis, conta Roberto Assis, de 82 anos. Segundo ele, o centro do Rio já estava em processo de esvaziamento e lhe faltava experiência no setor de restaurantes.

"Os clientes eram pessoas mais velhas e começamos a pensar em como atrair os mais jovens. Foi daí que vieram os eventos, como casamentos. Também fizemos sorteios de refeições nos voos da antiga Varig, para chamar atenção", diz Roberto Assis.

Aos poucos, a estratégia se voltou para atrair os turistas. Como em outros negócios, a pandemia foi um teste de resistência e levou à intensificação do foco no turismo. Foi nesse momento também que Assis transferiu a administração para o filho Rodolfo, que passou a tomar as decisões, com o pai como conselheiro. "Continuo vindo todo dia aqui, até umas 14h. Só não venho quando estou viajando", diz Roberto Assis.

Hoje, afirma Rodolfo, a visita ao local é uma combinação de arquitetura, gastronomia e cultura: "A experiência do turista tem a questão arquitetônica; a

EU&

LEO PINHEIRO/VALOR

Em 2023, o número de visitantes da Confeitaria Colombo chegou a 360 mil pessoas, uma alta de 30% em relação a 2022

LEO PINHEIRO/VALOR

LEO PINHEIRO/VALOR

Roberto e Rodolfo Assis: administração da Colombo passou de pai para filho

LEO PINHEIRO/VALOR

A famosa madrilenha, um pão doce com creme de goiabada e açúcar da Confeitaria Manon

gastronomia, com itens de confeitaria que nem são mais comuns, como o sorvete Banana Split; e temos um vídeo de sete minutos que conta a história desde sua abertura até os dias de hoje".

Em 2023, o número de visitantes chegou a 360 mil pessoas, uma alta de 30% em relação a 2022. "As pessoas vêm aqui para essa experiência completa. Eu brinco que a Confeitaria Colombo é um ponto turístico e o ingresso para entrar é a pâtisserie", afirma Rodolfo Assis.

A rotina da casa se parece com outras atrações turísticas do mundo hoje: é palco de fotos e vídeos de visitantes, que tentam reproduzir o que veem em plataformas como Instagram, TikTok e YouTube. Há o tempo todo alguém tirando uma selfie ou posando para uma foto.

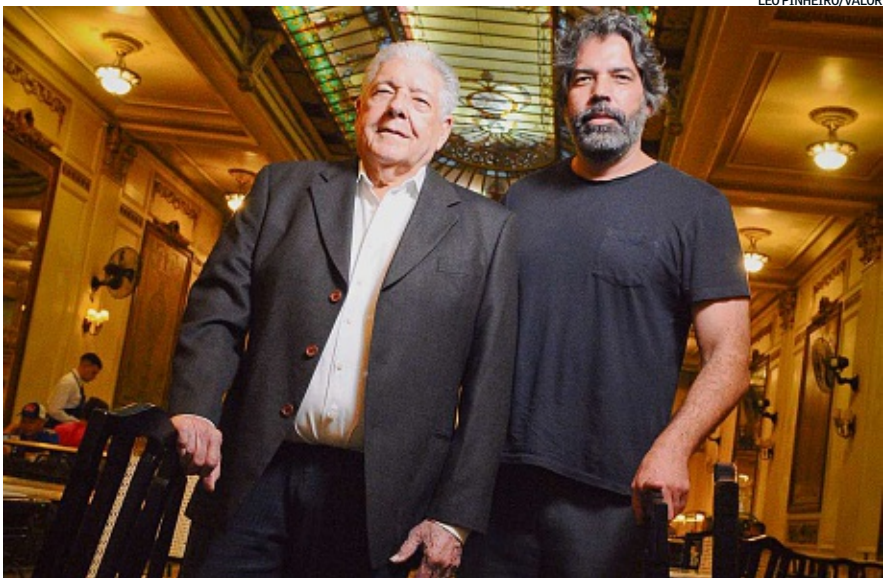
O turismo, como outras atividades, foi transformado pelas redes sociais. Guias impressos ficaram para trás, e as redes são trazem as principais indicações de passeios. Ao mesmo tempo, o turista quer ver e ser visto nas redes.

Outras confeitarias

Quem vai ao centro do Rio para visitar a Colombo tem ainda outras opções de confeitarias tradicionais para conhecer, como a Cavé e a Manon. A despeito da fama maior, a Colombo não é a mais antiga: o título é da Cavé, fundada em 1860.

O imóvel original da pioneira chegou a ficar alguns anos fechado ao público — funcionava a poucos metros de distância —, mas hoje está na mesma esquina da Uruguaiana com a Sete de Setembro, onde foi fundada por Charles Auguste Cavé.

Com uma área bem menor que a da Colombo, de cerca de 80 m², a arquitetura da Cavé também tem lustres e vitrais da França, além de paredes com azulejos

Cavé, hoje um imóvel tombado, foi fundada em 1860, sendo mais antiga do que a Colombo

DIVULGAÇÃO

A Confeitaria Colombo teve frequentadores renomados nas primeiras décadas do século XX, como Getúlio Vargas

e enfeitadas com espelhos. Entre doces franceses e portugueses, há mais de 40 tipos, mas os carros-chefe são o pastel de natal e o mil-folhas, conta a administradora do lugar, Clarene Bernardo, que ainda se ressente da queda do movimento no pós-pandemia.

"Além dos lanches, antes tínhamos várias refeições no cardápio, mas isso acabou na pandemia. O Centro mudou muito. Só agora estamos voltando aos poucos", afirma Bernardo.

Com recursos próprios, a administradora acabou de recuperar os lustres franceses e defende apoio institucional para os proprietários de empreendimentos tombados, que têm custo maior de manutenção. "Estamos correndo atrás de manter a Cavé viva. O custo é alto porque a casa é tombada nas três esferas. A Cavé é de interesse público para o Rio. Gostaria que a casa voltasse a ter o glamour que já teve um dia", diz.

A Confeitaria Manon também enfrenta as mudanças dos últimos anos, com parcela ampla de trabalhadores em rotina híbrida de trabalho, em formato presencial e home office. A casa foi fundada em 1942 por imigrantes portugueses, mas foi transferida para um grupo de imigrantes espanhóis nos anos 60.

Um deles é Benito Gonzalez Lopez, que, com quase 90 anos, é o atual proprietário. O espanhol de Ponteareas, na região da Galícia, saiu do dia a dia da loja em 2002 e hoje quem administra o negócio é a filha Fabiúla Gonzalez Lopez, médica que divide o tempo entre a confeitaria, o consultório e o trabalho como servidora pública. "O maior movimento hoje é em vésperas de feriado e no sábado, por causa dos turistas", diz ela.

> "A Colombo nos transporta para o Rio do fim do século XIX e do início do XX, após a proclamação da República"
> *Silvia Bianchi*

A arquitetura é art déco, com luminárias, pilastras e um teto que reproduz o interior do navio Serpa Pinto, que fazia a rota entre Lisboa e Buenos Aires, com escala no Rio. A maioria dos visitantes vai em busca da famosa madrilenha, um pão doce com creme de goiabada e açúcar. "A Manon é uma espécie de entidade, uma dessas casas tradicionais que não fecham. Também é o legado da minha família", afirma Fabíula. ■

INÊS 249

EU&

Contra o etarismo e o capacitismo

Janela Crítica O terror 'A Substância', com Demi Moore, e o documentário 'Assexybilidade' levam aos cinemas duas visões de combate. Por *Pedro Butcher*, para o Valor, do Rio de Janeiro

A diretora francesa Coralie Fargeat estreou na direção de longas-metragens com uma releitura feminista dos "filmes de vingança" chamada, justamente, "Vingança" — tema de um texto nesta coluna quando foi lançado no Brasil, em julho de 2018. Era um filme em muitos aspectos interessante, que se apropriava das convenções do gênero com irreverência, sem qualquer compromisso com a verossimilhança, testando os limites do "bom gosto" e da plateia.

Depois de dirigir um episódio da série "Sandman" (2022), Fargeat lançou seu segundo longa em maio passado, no Festival de Cannes, ocupando o lugar do "filme-choque" da competição. A sessão de "A Substância" — uma coprodução internacional independente entre França, Estados Unidos e Reino Unido que entra em cartaz nos cinemas no dia 19 — causou arrepios e provocou uma reação dividida, majoritariamente positiva. No fim, o júri presidido por Greta Gerwig conferiu ao filme o prêmio de melhor roteiro (assinado pela própria diretora).

Parte da repercussão do filme coube à presença de Demi Moore, estrela de "Ghost" (1990), que há tempos não ganhava um papel como protagonista no cinema. Moore também tem sido uma voz ativa no combate à forma como a indústria audiovisual descarta atrizes mais velhas — e o tema do filme é exatamente esse. Ela interpreta Elisabeth Sparkle, apresentadora de um programa de TV de fitness, demitida pelo executivo Harvey (Dennis Quaid) com a justificativa de que ele precisaria "dar às pessoas o que elas querem, e as pessoas sempre querem o novo".

Descartada, Elisabeth contata um misterioso vendedor do mercado clandestino que oferece "a substância", um líquido que, uma vez injetado no corpo, produz um clone mais jovem da mesma pessoa.

Para que funcione, porém, algumas regras precisam ser obedecidas de forma rigorosa: "Você ativa uma vez, estabiliza todo dia, troca uma vez por semana"; ou seja: uma vez ativado o processo, é preciso não esquecer de tomar uma nova injeção todos os dias (a estabilização), e a cada sete dias ocorre uma troca: o corpo mais novo adormece e o mais velho desperta.

Como em "A Vingança", Coralie Fargeat está interessada em brincar com os gêneros de forma provocativa. "A Substância" é um filme de horror que também testa limites e se alterna entre cenas que provocam aflição e outras que arrancam risos (às vezes simultaneamente). Fargeat também espalha vários "ovos de páscoa" pelo filme.

A escolha do nome Harvey para o personagem do executivo machista não parece ser uma mera coincidência, e o clone jovem de Elisabeth (interpretado por Margaret Qualley) adota o nome de Sue — uma provável referência a Elisabeth Sue, estrela de "Karatê Kid" (1984), outra estrela dos anos 1980 e 1990 que enfrentou o etarismo feminino em Hollywood.

O filme começa e termina na calçada da fama do Hollywood Boulevard. Vemos o momento em que a estrela com o nome de Elisabeth Sparkle é cravada no chão, e a passagem de tempo é marcada pelos pés sujos que passam por ali. Coralie Fargeat filma aquela região tão simbólica de Los Angeles como um espaço velho e malcuidado. A mensagem é clara: quem está decadente e feio é Hollywood, não Elisabeth.

"A Substância" é um filme de impacto, não há dúvidas, mas a repetição de estratégias que tinham um efeito de maior frescor em "Vingança" não funciona tão bem aqui. Os rumos da trama, que parecem seguir determinadas cartilhas de roteiro, acabam reforçando estereótipos que supostamente seriam combatidos, como a personalidade frívola de Sue, a jovem clone; a rivalidade feminina que se instala e a metáfora da monstruosidade. Tudo isso é atravessado pela ironia, claro, mas a crítica, aqui, não é suficiente para produzir as novas imagens que um filme de combate precisa produzir.

Na mesma ocasião, também chega aos cinemas outro filme de combate, ainda que completamente diferente. O documentário "Assexybilidade", de Daniel Gonçalves (do excelente "Meu Nome É Daniel", de 2018), tem como tema a vida sexual de pessoas com deficiência. Entre depoimentos e performances, Gonçalves produz imagens e traz falas que ainda permaneciam à sombra na produção audiovisual brasileira. O filme é um potente manual anticapacitista, que martela preconceitos e contribui para tirar da invisibilidade e do silêncio a vida das pessoas com deficiência. ■

DIVULGAÇÃO

Demi Moore faz a apresentadora de um programa de TV de fitness demitida por causa da idade

A Substância
(França, EUA, Reino Unido, 2024). Direção: Coralie Fargeat. Distribuidora: Imagem.
Estreia: 19 de setembro
★★☆☆☆

Assexybilidade
(Brasil, 2023). Direção: Daniel Gonçalves.
Distribuidora: Olhar. Estreia: 19 de setembro
★★★☆☆

'Mary & George' retrata a libido voraz de um rei

TV Julianne Moore faz a viúva que prepara o filho para ser concubino do monarca. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

Minissérie com Julianne Moore toma licenças históricas para alcançar maior efeito dramático

Rei James IV & I, título que se refere tanto ao seu reinado na Escócia e Irlanda, de 1567 a 1625, quanto na Inglaterra, de 1603 a 1625: ele unificou reinos, promoveu a tradução da Bíblia para o inglês e ajudou a encerrar a Guerra Anglo-Espanhola, mas hoje é mais lembrado por sua libido voraz, sobretudo no que diz respeito ao seu séquito de cortesãos do mesmo sexo.

Especula-se que confidentes como Esmé Stewart, Robert Carr e George Villiers, o duque de Buckingham, tenham sido seus amantes, muito embora, no caso do último, isso seja mais que uma suposição. Durante uma reforma em 2004 na mansão histórica Apthorpe Hall, foi descoberta uma passagem secreta que ligava o quarto do rei ao de Villiers.

O livro de não ficção "The King's Assassin" (2017), de Benjamin Woolley, se debruça sobre essa relação em particular — e também serve de base para o roteiro de "Mary & George".

Julianne Moore ("Para Sempre Alice", "As Horas") interpreta Mary Villiers, uma viúva sem sobrenome de prestígio, determinada a "elevar" a linhagem dos filhos a qualquer preço. O primogênito autista parece ser um caso perdido para seus propósitos, mas George tem um futuro promissor.

Vivido por Nicholas Galitzine (o galã de "Cinderella" e "Uma Ideia de Você"), George é um jovem Adônis que atrai olhares por onde passa, tanto das mulheres quanto dos homens. A despeito da precária situação financeira da família, Mary consegue os meios para enviá-lo à França, onde deverá receber uma educação adequada à nobreza.

George volta outro homem, fluente no francês e impecavelmente vestido. Mary agora tem planos ainda maiores para o rapaz. Tendo se casado com o aristocrata inglês Sir Thomas Compton (Sean Gilder, de "Shameless"), ela teve a oportunidade de conhecer pessoalmente o rei James (Tony Curran, de "Outlaw King"), assim como testemunhar seus momentos de intimidade com o favorito Robert Carr, conde de Somerset (Laurie Davidson, de "Cats").

Seu plano: fazer com que o filho se torne o novo concubino do rei. Para tal, Mary precisa encontrar um modo de colocar George dentro da corte.

Naturalmente, a minissérie toma muitas licenças históricas para melhor efeito dramático. Até onde se sabe, Mary nunca teve uma amante (Niamh Algar, de "As Virtudes"), assim como Sir Francis Bacon (Mark O'Halloran, de "Darklands") não morreu de sífilis.

Não há indícios históricos de orgias tão escancaradas no século XVII. Ainda que num círculo restrito, o rei James não podia ser tão indiscreto numa época em que a sodomia era considerada um crime passível de pena de morte.

Dividida em sete episódios, "Mary & Gerald" é fluida e envolvente, e a atuação de Julianne Moore faz valer nosso tempo. Originalmente produzida pelo canal Starz, a minissérie tem direção principal de Oliver Hermanus, o mesmo dos filmes "O Rio Sem Fim", "Shirley Adams" e "Beleza", vencedor da Queer Palm, prêmio especial LGBTQIA+ conferido pelo Festival de Cannes. ■

Mary & George
(Inglaterra, 2024). Criador: D. C. Moore.
Onde: Globoplay ★★★☆☆

Um ‘aviso’ sobre o fim da democracia

Cinema Filme “2073”, mistura ficção científica e imagens documentais para imaginar as consequências da ascensão neofascista no mundo. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Veneza

O filme “2073” vislumbra um futuro desolador. Com o mundo dominado por ditadores, libertários e bilionários da tecnologia, o cidadão que anseia por alguma liberdade precisa viver como rato, escondido em abrigos subterrâneos. Tecnicamente, o filme que assombrou a recém-encerrada 81ª edição do Festival de Veneza deveria ser classificado como ficção científica. Mas o diretor Asif Kapadia prefere chamá-lo de um “aviso”, já que a trama imaginativa é toda entrecortada por material documental atual, sugerindo que a humanidade caminha, quase sonâmbula, para o fim da democracia.

Quem conduz o espectador pela produção de formato híbrido é Ghost (Samantha Morton), a protagonista muda que luta para sobreviver no submundo, por não aceitar ter os passos monitorados. Enquanto a personagem vasculha os lixos em uma distópica São Francisco de céu avermelhado (resultado da crise climática), ela questiona como o mundo chegou a esse pesadelo. Sob a trilha sonora do carioca Antonio Pinto, que potencializa a atmosfera pós-apocalítica, o que se vê são drones patrulhando do alto a cidade reduzida a escombros e os policiais militarizados brutalizando os poucos que não se sujeitam às regras.

Em sua narração, a protagonista só adianta que “o evento”, ocorrido em 2036, foi o responsável pelo colapso da civilização que a sua avó conheceu e que Ghost tenta resgatar nos livros, muitos deles proibidos. Conforme ela tenta traçar o percurso que levou o planeta ao autoritarismo, surgem na tela trechos de noticiários e de filmagens amadoras. São cenas recentes de brutalidade policial, de ascensão neofascista, de devastações de guerras, de fugas de refugiados e também de implementação acelerada da inteligência artificial.

“Toda a especulação vem de fatos, pesquisas e bom jornalismo, ainda que o espectador conheça a minha protagonista de uma ficção científica de Steven Spielberg”, afirma Asif Kapadia, de 52 anos, referindo-se ao filme “Minority Report - A Nova Lei” (2002). Na adaptação cinematográfica da obra de Philip K. Dick, a atriz encarna justamente a mutante capaz de prever o futuro, o que a torna perfeita para olhar para trás agora, procurando entender o que deu errado e o que podia ter sido evitado.

“Brinco com os formatos, mesclando sci-fi e imagens de arquivo, porque seria pesado demais para a plateia aguentar um documentário sobre como o autoritarismo, a tecnologia descontrolada e as mudanças climáticas podem nos conduzir à catástrofe sem volta”, diz o cineasta londrino, mais conhecido pelos documentários “Amy” (2015), pelo qual conquistou o Oscar da categoria, “Senna” (2010) e “Diego Maradona” (2019). “E apresentar tudo como ficção científica também não funcionaria porque o gênero se tornou muito seguro, deixando o espectador confortável diante de um futuro devastador, como se aquilo não tivesse muito a ver com ele.”

Ainda sem data para estrear no Brasil, mas com grandes chances de passar em algum festival no país, pelo modo contundente e perturbador com que amarra temas globais, “2073” faz várias críticas. As políticas conservadoras de Donald Trump, Vladimir Putin, Jair Bolsonaro, Nigel Farage, Narendra Modi e Rodrigo Duterte, entre outros, dividem espaço com os bilionários da tecnologia Jeff Bezos, Elon Musk e Mark Zuckerberg, citados aqui por, de alguma forma, terem influência na ascensão da direita radical e por se comportarem como se não precisassem respeitar as leis.

Como o documentário foi concluído no primeiro semestre, Kapadia nem incluiu a briga na Justiça entre Elon Musk, como proprietário da rede social X e o Supremo Tribunal Federal no Brasil. Depois do fechamento do escritório do X no país, em agosto, o STF determinou a nomeação de um representante legal, o que não aconteceu, resultando na suspensão das atividades da plataforma no Brasil.

DIVULGAÇÃO

Em “2073”, a protagonista Ghost (Samantha Morton) luta para sobreviver no submundo, por não aceitar ter os passos monitorados

“Quando Elon Musk comprou o X, em 2022, o jogo político ficou claro. Não gostaria de ver isso acontecer, mas acredito que ele será presidente dos EUA. Pessoas assim, que querem tudo, geralmente não têm empatia ou humanidade”, diz Kapadia.

A ideia de “2073” começou a se formar durante o processo do Brexit, de 2016 a 2020, período em que o cineasta se perguntava como aquilo podia estar acontecendo. “Como alguém podia votar a favor da retirada do Reino Unido da União Europeia sem perceber como isso prejudicaria o nosso país? E a explicação era o racismo, que estava por trás, culpando os imigrantes por tudo. Como políticos fascistas e mentirosos apareciam na TV e ninguém questionava as coisas horríveis que diziam, eu me senti em uma sociedade distópica.”

Pouco depois, Kapadia percebeu que a situação era global, acompanhando o fenômeno Donald Trump nos EUA; o autoritarismo crescente de Narendra Modi na Índia, terra de seus pais; e a ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil, onde fez muitos amigos durante a filmagem de “Senna”.

“Conheci gente jovem querendo Bolsonaro no poder, querendo um cara forte que ameaçasse atirar nas pessoas”, afirma Kapadia. Ele acrescenta que o fato de seu colaborador habitual Antonio Pinto ser brasileiro trouxe outras camadas à trilha sonora de “2073”. “Antonio viveu a era Bolsonaro, além do que a sua família já tinha enfrentado na ditadura militar”, diz o diretor, lembrando o episódio em que o cartunista Ziraldo, pai do músico, foi preso, em 1968, por sua oposição ao regime militar.

“Um filme como ‘2073’ é urgente e necessário por condensar tudo o que vemos nos noticiários do dia a dia em um lugar só, explicando como a democracia é destruída”, diz Antonio Pinto, de 57 anos, que também compareceu à première mundial do título no Festival de Veneza. “A música precisa ser dramática e, ao mesmo tempo, bonita para segurar o filme de duas maneiras: dar o peso da desgraça, mas também fazer com que tudo seja menos ardido e doloroso.”

Kapadia ainda não sabe qual o destino de “2073”, em termos de distribuição e exibição. E o diretor não tem medo de entrar na lista proibida de todos os poderosos que ataca no filme? “É provável que isso aconteça, o que complicará a minha vida na hora de viajar e de usar a internet.”

Mas o pior, na visão do cineasta, é não saber se ele terá onde se esconder com a família, se passar a sofrer perseguição. “Para qual país eu poderia correr?”, pergunta Kapadia, destacando que nem a Nova Zelândia, tradicionalmente um dos países menos corruptos do globo, poderia recebê-lo. “Nunca me deixariam entrar lá. Os bilionários de Silicon Valley compraram terras justamente no país para a construção de seus bunkers no caso de uma guerra nuclear.” ■

É Tudo Verdade

Era uma vez em 1974

Amir Labaki

Mostra na Cinemateca Brasileira reúne filmes lançados há 50 anos, no Brasil e no mundo, com títulos de mestres como Luchino Visconti e Joaquim Pedro de Andrade

Pelo terceiro ano consecutivo, a Cinemateca Brasileira apresenta de quinta-feira, dia 19, ao outro domingo, 29, um de seus ciclos recentes mais inspirados, “50 Anos Depois”. Com curadoria do cineasta Paulo Sacramento (“O Prisioneiro da Grade de Ferro”), é um fascinante mergulho na produção cinematográfica brasileira e mundial lançada há exatamente meio século. A sessão ao ar livre de abertura e diversão garantida, com a mais hilária comédia dirigida por Mel Brooks, “O Jovem Frankenstein”.

Que país e mundo eram aqueles? No Brasil, viviam-se os anos de chumbo da ditadura militar que completava uma década com a sucessão do terceiro (Emílio Médici) ao quarto e penúltimo general-presidente (Ernesto Geisel). A vizinha Argentina acelerava a descida ao caos de sua própria noite dos generais com a morte em agosto do novamente presidente Juan Domingo Perón.

Humilhado internamente pelo escândalo de Watergate e externamente pela derrota iminente na cruel Guerra do Vietnã, Richard Nixon renunciava em agosto à presidência da República, sendo sucedido pelo opaco Gerald Ford. Os melhores ventos sopraram mesmo de Portugal em abril com a Revolução dos Cravos, que encerrou mais de meio século de autoritarismo salazarista e selou de vez a libertação do jugo colonial de países africanos como Moçambique e Guiné-Bissau.

Sob variadas formas, transição parece ser o denominador comum do cinema que chegava às telas mundiais em 1974. Na Europa, corriam em paralelo a cerimônia do adeus de inúmeros grandes mestres consagrados sobretudo no pós-guerra e o apogeu na Alemanha do mais longevo dos “cinemas novos” que romperam os cânones clássicos desde os anos 1960.

Com seu penúltimo filme, “O Fantasma da Liberdade”, Luis Buñuel retomava em nova sátira à burguesia a estrutura episódica de seus primeiros filmes surrealistas. Em “Violência e Paixão”, também sua penúltima obra, Luchino Visconti reencena de forma claustrofóbica a colisão entre tradição e modernidade.

Por sua vez, Jacques Tati celebrava o amor ao circo em seu último longa-metragem, “Parada”. “Cenas de um Casamento” não tem esse caráter crepuscular para a obra de Ingmar Bergman, mas certamente é a súmula de suas radiografias da experiência amorosa.

Se forças centrífugas já pulverizavam a Nouvelle Vague francesa e os “angry young men” da British New Wave, o trio central do Novo Cinema Alemão estava na ponta dos cascos em 1974. Em “O Medo Consome a Alma”, Rainer Werner Fassbinder injetou tensão racial a um melodrama inspirado em Douglas Sirk. “O Enigma de Kaspar Hauser” cristalizou-se como um dos mais perturbadores dramas de Werner Herzog. Já nenhum filme da fase inicial de Wim Wenders parece mais delicado do que “Alice nas Cidades”.

DIVULGAÇÃO

Gena Rowlands em ‘Uma Mulher Sob Influência’, de John Cassavetes, destaque da mostra

É uma Hollywood à beira da grande mutação a representada em “50 Anos Depois”. Vivia-se a fronteira entre a nova onda dos jovens independentes detonada no final dos 1960 e a era dos blockbusters que teria no ano seguinte “Tubarão”, de Steven Spielberg. Neste contexto destacaram-se “O Poderoso Chefão - Parte 2”, de Francis Ford Coppola; “Alice Não Mora Mais Aqui”, de Martin Scorsese; “Chinatown”, o melhor Polanski não apenas do período americano; e “Uma Mulher Sob Influência”, talvez a maior parceria entre John Cassavetes e Gena Rowlands.

Duas originais vozes de cinematografias menos conhecidas afirmavam-se. O iugoslavo Dusan Makavejev pedia passagem para sua anarquia sensual com “Sweet Movie”, na sequência de seu impressionante “W.R. - Mistérios do Organismo” (1971). Por sua vez, ninguém menos que o iraniano Abbas Kiarostami estreava em longas-metragens já em chave alta com “O Viajante”, combinando, como bem definiu o seu compatriota Ehsan Khoshbakht, “realismo com a economia e precisão do artista visual”.

E o cinema brasileiro? Um período transicional também se atravessava, com a Embrafilme ganhando corpo e a produção da comédia erótica se firmando na Boca do Lixo. O ciclo do Cinema Novo esgotara-se, mas não o da produção de seus próceres, como comprovava com a melhor tradução para as telas de Dalton Trevisan em “Guerra Conjugal”.

De São Paulo, José Mojica Marins, Ozualdo Candeias e Walter Hugo Khouri seguiam suas veredas personalíssimas respectivamente com “Exorcismo Negro”, “Caçada Sangrenta” e “O Anjo da Noite”. “Iracema, uma Transa Amazônica”, de Jorge Bodanzky e Orlando Senna, e “Triste Trópico”, de Arthur Omar, elevavam o novo patamar de hibridização entre ficção e documentário. Com seu ensaio de arquivo “Getúlio Vargas”, Ana Carolina estreava em longas-metragens, já apontando com uma das principais revelações da década.

Há muito mais em “50 Anos Depois”, do inesquecível balanço geracional “Nós que nos Amávamos Tanto”, de Ettore Scola, ao popularíssimo soft pornô “Emmanuele”, de Just Jaeckin. Não foram tempos que justifiquem qualquer nostalgia. Celebre-se, contudo, aquele refúgio de luzes bruxuleantes, com tanta energia a nos embalar.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS 249

EU& LIVROS

A despedida literária de Paul Auster

Último romance do autor reflete seus anos finais ao abordar o tema da velhice. Por *Cadão Volpato*, para o Valor, de São Paulo

Baumgartner
Paul Auster
Trad.: Jorio Dauster
Companhia das Letras, 176 págs., R$ 79,90

BEBETO MATTHEWS/AP

'Baumgartner' saiu nos EUA apenas cinco meses antes da morte de Paul Auster

Os últimos tempos na vida de Paul Auster, morto em abril de 2024, aos 77 anos, foram difíceis. Em dezembro de 2022, o escritor recebeu o diagnóstico de um câncer, que depois seria exposto ao público, nas redes sociais, pela mulher, a também escritora Siri Hustvedt.

Dois grandes desastres já haviam acontecido naquele ano. Em abril, o filho, Daniel Auster, fora condenado pela morte da filha de 10 meses de idade, por overdose acidental. O bebê dormia ao seu lado, depois que ele consumira as drogas. Horas após a condenação, Daniel foi encontrado morto na estação de metrô próxima da sua casa no Brooklyn, não muito distante do endereço do pai.

Enquanto tudo isso acontecia, porém, Auster continuava fazendo o que sabia: batucava um romance em sua velha máquina de escrever, e o livro acabou saindo nos Estados Unidos apenas cinco meses antes da sua morte.

"Baumgartner", uma história de amor e luto do ponto de vista de um septuagenário às voltas com a velhice, pode (e provavelmente será) lido à sombra desses acontecimentos funestos na vida do artista. Porque Sy Baumgartner, o professor universitário e escritor à beira da aposentadoria, guarda muitas semelhanças com Auster, o que não é nenhuma novidade para quem já entrou no universo do autor de "A invenção da solidão" (1982), seu primeiro livro mais importante — e o melhor, na opinião de muita gente.

Auster, um escritor popular e ao mesmo tempo sofisticado, costumava operar com os mesmos instrumentos nos livros que escreveu ao longo de décadas. Nem sempre chegou perto de "A invenção da solidão", que não é ficcional, mas resume os principais pontos de atração na obra dele: a força do acaso, as fatalidades, as coincidências, o fracasso, os desastres iminentes, os acontecimentos banais e também os extraordinários, a ausência da figura paterna, a geografia e a atmosfera de Nova York, mais exatamente do Brooklyn.

São elementos presentes em boa parte dos seus livros, em maior ou menor grau, e em "Baumgartner", o último, eles se misturam no que a gente poderia chamar de uma despedida literária.

De uma ou de outra forma, os acontecimentos na vida de Baumgartner encontram alguma similitude na existência de Auster (o que não é nada tão incomum na literatura). Os leitores de Auster encontrarão na obra derradeira as mesmas virtudes e os mesmos defeitos que detectaram nos 18 romances que ele escreveu (sem levar em conta os outros livros de não ficção).

Baumgartner acumula sub-histórias, histórias dentro de outras histórias, e essas digressões às vezes atrapalham um pouco quem gosta de leituras em linha reta (para quem aprecia os desvãos da imaginação, continua sendo um prato cheio). Auster, em sua literatura derradeira, não conseguiu parar de contar histórias, o que tem a ver com tudo que ele sempre foi.

A decrepitude da velhice contada com humor, a finitude batendo à porta do personagem principal e ainda assim alguma esperança amorosa se insinuando, acaso, destino, coincidências, perdas de seres e de coisas, luto, está tudo ali: Baumgartner, o professor de filosofia de Princeton, à beira da aposentadoria, tenta lidar com a morte da mulher, Anna, com a qual vivera um casamento feliz de 40 anos. São quase 10 de luto, e o escritor (quase sempre há um escritor nos livros de Auster) ainda se equilibra, com tristeza, na corda bamba da memória.

Não deve ter sido fácil para Siri, a primeira leitora dos textos do marido, pois ela é quem encara o luto agora. Isso não teria importância caso a vida dos dois não se confundisse em seus livros (Siri já foi Iris, um anagrama do seu nome, em um romance, e o filho Daniel, do primeiro casamento de Auster com outra escritora, Lydia Davis, já assombrou como personagem outro romance de Siri Hustvedt).

Com toques tragicômicos, que facilitam a leitura das primeiras 40 páginas do livro, em que Baumgartner se vê às voltas com as atribulações da vida diária na perspectiva de um intelectual na pior idade (essa história de "melhor idade" não passa de um eufemismo), o último romance de Auster revela o poder de narrar que o autor preservou, mesmo com algumas das fragilidades que se acumularam nos livros que antecederam "4321" (de 2017), este sim um espantoso confronto com a capacidade de narrar (nele, há quatro perspectivas diferentes para um mesmo protagonista).

No final das contas, o legado de Paul Auster foi preservado, naquilo que lhe deu prestígio e leitores fiéis. "Baumgartner" é esta última fábula de uma bela fila, escrita por alguém que se recusou a parar de contar histórias e as inventou do melhor jeito que pôde, até o fim.

Solidão conduz livro de contos

Tiago Feijó traz personagens marcados pelo vazio. Por *Matheus Lopes Quirino*, para o Valor, de São Paulo

Breve inventário de pequenas solidões
Tiago Feijó
Penalux, 100 págs., R$ 44,00

Finalista do Prêmio Leya de 2021 com o romance "Doze dias" (ed. Penalux), Tiago Feijó, de 41 anos, constrói um diorama da solidão em seu novo livro, "Breve inventário de pequenas solidões", com 10 contos em que dá forma a personagens marcadas pelo vazio. O autor as aprisiona em seus arquétipos para demarcar as fronteiras de cada conto e manter controle sobre suas criações, sem muito espaço para a fabulação. Elas estão fadadas aos seus destinos.

É o caso de Dona Quitéria, protagonista de "Solenemente", uma sorveteira que vive numa rua pacata, onde um mistério no vizinho da frente tira sua atenção da monotonia cotidiana. Já em "Ele é só um menino", Feijó arquiteta um ambiente de tensão em um apartamento. O personagem principal, um entregador de pizza, sondado para transportar drogas para o excêntrico anfitrião, está em um dilema moral.

Aceitar ou não a proposta indecente faz com que Diego relembre do destino fatal do irmão (ele, inclusive, usa o nome do falecido) e de todo sofrimento causado à família. A personagem está só em seu inferno particular. A provação é, nesta seleta de contos, o principal ingrediente para a vida das personagens. A culpa e o silêncio balizam os enredos. A provação é incorporada na forma de pensamento das personagens introspectivas. As ações são sorrateiras.

Em matéria de estrutura do conto, Feijó não subverte o gênero. É tradicional em suas escolhas e no arco narrativo, sobressaem-se suas invenções e a ousadia por acrescentar nas tramas aparentemente vazias sempre uma história degradante. No caso de "Solenemente", cessa o latido da matilha cultivada pelo vizinho desaparecido. E se desenrola um mistério que vai cativar a senhora e mobilizar, aos poucos, aquele microcosmo interiorano.

"Na cabeça dela, girava a lembrança daquele homem sozinho, abandonado de tudo e de todos, bem cedo viúvo, criando o único filho a duras penas, mas esse, quando deu de voar, bateu asas e sumiu, deixando o velho à mercê da solidão. Foi daí em diante que principiou aquela coisa de recolher cachorros", escreve Feijó, atestando os sintomas do abandono.

O arquétipo de fragilidade do senhor, assim como a representação que o autor constrói das mulheres em "Breve inventário...", ao mesmo tempo que contempla dilemas interiores, contraria o ideal da solidão defendido pelo historiador francês George Minois — em "A história da solidão e dos solitários", ele discorre sobre como a característica pode produzir sujeitos fortes, centrados e ricos em uma vida interior.

Já na era das redes sociais, Feijó impulsiona a narrativa do conto "Telefonema" com outra tensão, a possibilidade de algo inédito, capaz de resolver o problema do conto em poucas linhas. Após uma briga familiar, mãe e filho romperam. As adversidades abatem a família, e o perdão está a uma ligação de distância.

"Levantou-se da poltrona e caminhou até a janela. A recordação daquela tarde nefasta havia instalado nele um doloroso sentimento de solidão. E ele pensou em quão estranha era aquela dor, a dor da solidão, que parece preencher o corpo todo ao mesmo tempo que nos torna vazios, como se não tivéssemos nada dentro a não ser carne, ossos e órgãos", escreve Feijó, sobre o vazio que corrói a personagem do conto.

Feijó constrói o arquétipo de uma viúva dominadora no conto. Em seu livro, os protagonistas são dominados pelos pares, como algozes — que são obrigados a conviver. Como no caso do pássaro *Thraupis ornata*, conhecido na linguagem popular como sanhaçu-rei, uma ave da Mata Atlântica marcada pela plumagem azul com detalhes em verde-amarelo. O pequeno ser alado volta batizado pelo nome do compositor e pianista alemão Ludwig van Beethoven (1770-1827).

Ao narrar a saga do pássaro engaiolado, Feijó escreve que a ave "compreendeu que jamais tornaria a sobrevoar a amplidão dos ares. E, neste dia, no dia em que entendeu tudo isso, Beethoven chorou, chorou seu choro de pássaro, seu canto de morte, que pelos ouvidos do homem, por terrível ironia, ecoava tal qual uma sinfonia singular e harmoniosa. Foi então que o passarinheiro o batizou pelo nome".

A redenção, mostrada por meio da paz interior e da meditação, parece ser um estado ideal custoso buscado pelo autor, que passa pelos contos e traz causos de violência doméstica, brigas parentais e injustiças, sempre em atmosferas carregadas.

Para chegar a tal ponto, Feijó parece ter compreendido a lição de outro mestre da solidão, referência de Minois, Blaise Pascal. "Descobri que toda a infelicidade dos homens vem de uma única coisa, que é não saber permanecer em repouso num quarto", apenas trocando o ambiente doméstico, quarto pela cozinha, como em "Nossos mortos": "A jovem sorri da desatenção da mãe. Desde sempre ela foi assim, pensa a filha feliz e faminta. E as duas começam a se servir em silêncio. E comem em silêncio também, um silêncio completamente diferente da azáfama que há pouco espocavam por todo canto da cozinha". O silêncio, no livro, é a linguagem da conciliação.

DIVULGAÇÃO

Tiago Feijó é professor e escritor

Lançamentos

A bancada da Bíblia
André Ítalo Rocha
Todavia
304 pags., R$ 79,90

O braço das igrejas evangélicas no Congresso é um dos mais poderosos da política brasileira. Deputados e senadores eleitos com o chamariz da religião têm sido cortejados por todos os presidentes desde a Assembleia Constituinte de 1987-8. Neste livro, o jornalista André Ítalo Rocha, do **Valor** e Prêmio Todavia de Não Ficção, investiga as origens e o funcionamento da bancada evangélica, mergulhando nas histórias entrelaçadas de religião e poder. O subtítulo do livro, "Uma história de conversões políticas", enfatiza o modo como se desenrolou um fenômeno iniciado em 1890 com a eleição dos primeiros deputados protestantes no Brasil.

Invisível
Eloy Moreno
Trad.: Rodrigo Peixoto
Arqueiro, 304 págs., R$ 59,90

Este romance chega ao Brasil depois de vender mais de 500 mil exemplares em diversos países. O autor espanhol aborda o tema do bullying e como suas vítimas muitas vezes não entendem a razão de serem humilhadas. Na história, um adolescente que sofre com o problema se sente invisível porque ninguém a seu redor na escola parece perceber e tomar alguma atitude contra o sofrimento pelo qual ele passa — nem os professores, nem os colegas. Até que as agressões provocam um acidente grave e o protagonista é hospitalizado. O livro se inicia com frases tiradas de histórias de super-heróis com os quais ele se identifica.

Pura cor
Sheila Heti
Trad.: Bruna Beber
Companhia das Letras, 232 págs. R$ 79,90

A canadense Sheila Heti é autora de livros de ficção — entre eles "Maternidade" — e de ensaios, com textos publicados em veículos como "The New Yorker", "Bookforum", "Granta" e "The London Review of Books". Neste livro ela narra a história de Mira, que se divide entre o amor por Annie e a admiração que sente pelo pai. Este lhe oferece um estranho presente: disquinhos duros de uma coloração incomum, a "cor pura" do título. Em tom espirituoso, Heti faz o leitor acompanhar as sensações que um corpo humano atravessa ao longo da vida, do primeiro amor à perda dos pais, da vida escolar à carreira profissional.

Uma vaga de sonho
Louis Aragon
Trad.: Flávia Falleiros
100/cabeças, 128 págs. R$ 52,00

Escrita a partir de diálogos de Aragon (1897-1982) com o líder do movimento surrealista, André Breton, esta obra apresentou os termos "surreal" e "surrealidade" meses antes da publicação do primeiro manifesto da corrente de vanguarda. O livro, de 1924 e até agora inédito no Brasil, traz notas e posfácio da tradutora Flavia Falleiros, que o vê como texto-chave para a compreensão do surrealismo, sua prática e seu testemunho sobre o período. Aragon publicou diversos livros de poesia, além de romances. Em 1932, deixou o experimentalismo para se dedicar à militância política, passando a escrever livros pautados pelo realismo socialista. ■

Três versões do modernismo

Edição resgata poetas experimentais pouco lembradas. Por *Marina Della Valle*, para o Valor, de São Paulo

Três poetas modernísssimas
Álvaro A. Antunes (org. e trad.)
Editora 34
368 págs., R$ 95,00

Movimento global, o modernismo chegou à literatura inglesa com a virada do século XX, trazendo uma onda de experimentações com formas e expressão que talvez tenha atingido o ápice após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a publicação de "Ulisses", de James Joyce, e o poema "The Waste Land" (Terra Desolada, na tradução de Ivan Junqueira), de T.S. Eliot, em 1922, ano que também inaugurou o movimento no Brasil.

"Três poetas modernísssimas", com tradução, ensaios e notas de Álvaro A. Antunes, traz o holofote para três nomes menos lidos da poesia modernista em inglês, bem pouco conhecidos no Brasil: Mina Loy, Hope Mirrlees e Nancy Cunard.

Em comum, além de serem mulheres e modernistas, as poetas são apresentadas por obras que Antunes define como "poema-longo", assim com hífen "porque nem todo poema longo é um poema-longo no sentido mais estrito que a historiografia do modernismo consagra". Nessa categoria, inclui poemas longos que não apresentam um "ímpeto épico"; em vez de tender a "dispersar sua energia centrifugamente", como o épico, o "poema-longo, em sua circunscrição atenta, condensa energias e se faz mais nítido sem deixar de ser amplo, centripetamente".

O volume é bilíngue, e é uma felicidade que inclua um material de apoio muito bem preparado e escrito, com uma apresentação geral do livro, uma apresentação de cada poeta, fartas anotações sobre as traduções e comentários sobre os poemas traduzidos, além de um ensaio final sobre o já muito brevemente apresentado "poema-longo" modernista.

Além de pouco conhecidas, as obras apresentadas podem ser, por diferentes motivos, um pouco herméticas para o leitor sem muita familiaridade com seus contextos. O leitor de "Três poetas modernísssimas" encontra no material de apoio uma ótima base para mergulhar nos poemas, assim como referências para ir além, se desejar. Para os apreciadores do ofício exigente de tradução de poesia, as notas também oferecem janelas para as soluções adotadas por Antunes, em observações que iluminam original e tradução.

Das três poetas apresentadas, a mais conhecida é Mina Loy (1882-1966), que por aqui teve "Escritura estilhaçada", uma coletânea de textos poéticos e políticos traduzida por Maíra Mendes Galvão publicada pela 100/cabeças em 2020 e outras traduções avulsas em sites e periódicos. Além do poema "Canções para Joannes" (1917), o livro inclui mais oito poemas e uma seção chamada "Prosas de combate", com "Aforismos sobre futurismo" e "Manifesto feminista", ambos de 1914, estes sem originais e anotações.

DIVULGAÇÃO

Das três poetas apresentadas, a mais conhecida é Mina Loy, que teve livro lançado pela 100/cabeças em 2020

Nascida em Londres, Mina Loy foi também artista e designer e, enquanto morava em Florença, conheceu o nascente movimento futurista italiano e se envolveu num triângulo amoroso com Filippo Marinetti e Giovanni Papini. Indo para Nova York, tornou-se parte do círculo da revista "Others", que incluía Marianne Moore e William Carlos Williams, entre outros.

Foi amante do poeta e boxeador Arthur Cravan, figura um tanto excêntrica que desapareceu no mar mexicano em 1918, deixando Loy grávida. Entre Nova York e a Europa, Loy tornou-se amiga de outra figura central para as três autoras do volume: o poeta Ezra Pound (1885-1972).

"Canções para Joannes", descrito por Antunes como "um poema de desamor feminista", é fragmentário e elusivo quanto ao próprio sentido, enigmático, construído em uma mescla de termos cultos e coloquiais, silêncios marcados por travessões, em versos cirúrgicos com imenso poder de síntese. Entre os outros poemas inclusos, um é intitulado "Nancy Cunard", outra das poetas abordadas no volume.

Inglesa de família rica, Cunard teve uma vida colorida, desde o início de rebeldia e liberdade sexual, mais tarde de ativismo racial e político, o que ajudou a ofuscar sua produção poética. "Paralaxe", o poema traduzido no livro, foi publicado pela primeira vez em 1925, pela Hogarth Press, de Virgina e Leonard Woolf — é provável que o título do poema tenha sido dado pela autora de "As ondas".

Polifônico, borra a identificação de quem é cada voz e a quem ela se dirige. Suas inovações, diz Antunes, "não são as predominantemente linguísticas, mas sim as de cunho estrutural, e estas têm parentesco tanto com o primeiro Eliot quanto com a prosa modernista de James Joyce, Virginia Woolf e Dorothy Richardson, na medida em que almeja perturbar a certeza referencial de quem o lê".

"Paris: um poema", de Hope Mirrlees (1887-1978), também foi publicado pela Hogarth Press, em 1920, e é igualmente vertiginoso, por motivos diversos, embora também partilhe da polifonia indeterminada, a não linearidade e a fragmentação que se apresenta nos outros poemas.

Mirrlees inclui anúncios, locais e referências parisienses usando colagens e montagens num "colapso de tempos e épocas", em poema que apresenta elementos tipográficos inovadores, traduzindo também em formas locais e imagens evocadas pelo texto.

"Três poetas modernísssimas" é um volume que faz jus às poetas abordadas e às obras apresentadas. Redescobertos, são poemas que brilham sem a poeira que os anos podem deitar sobre obras menos pulsantes.

Marina Della Valle, jornalista e tradutora, é doutora em estudos linguísticos e literários em inglês pela Universidade de São Paulo ■

Outros Escritos

O retorno do vivo

Michel Laub

Felipe Charbel e os segredos de um tio

1.

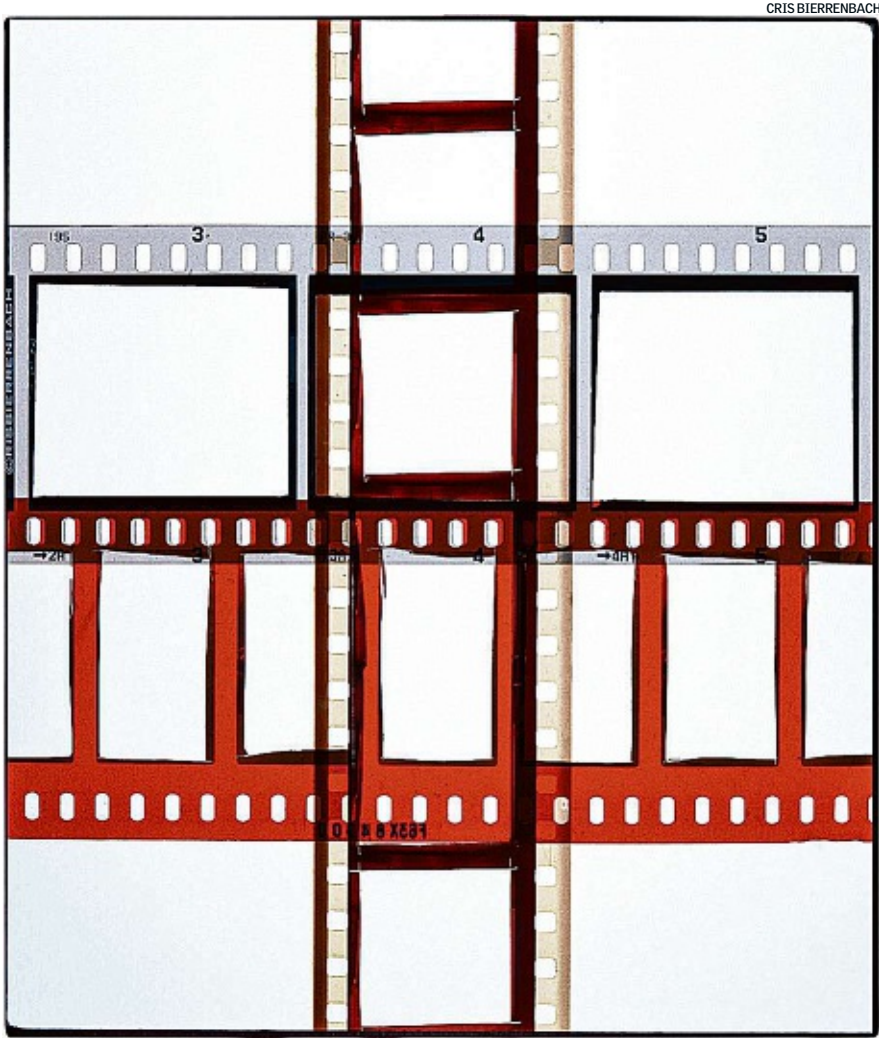
"Alguém remexe na caixa. Pega uma fotografia, depois outra, e a maneira como elas se combinam o faz ver cada uma de modo diferente." O trecho está no ótimo "O instante contínuo", de Geoff Dyer, e é citado numa cena parecida do também ótimo "Saia da frente do meu sol", de Felipe Charbel (Autêntica Contemporânea, 134 págs.).

Nesse último caso, o procedimento vale não só para as imagens que estão dispostas ao longo do livro: o autor faz o mesmo ao lidar com lembranças próprias, histórias contadas por familiares, leituras correlatas, documentos de arquivo. O tema é a vida do tio Ricardo, figura boêmia da Lapa carioca que terminou os dias andando de muletas, derrubado por uma doença nunca bem diagnosticada, no quarto dos fundos do apartamento da família de Charbel na Tijuca.

Ver de modo diferente é saber expressar essa diferença, usando o instrumento à mão quando se é escritor: isso passa pelo senso de detalhe, pelo ouvido que arranjará vocabulário e sintaxe para obter um determinado efeito. Em "Saia da frente...", a prosa mistura descrição física e resumo sociológico, ironia e ternura ao evocar o universo de uma classe média empobrecida na zona norte do Rio dos 1990 — dentaduras, TVs em preto e branco, panelas de ferro amarradas com panos de prato, "cortinas de material grosseiro que fediam a amônia e sardinha frita".

É nesse cotidiano generalizante que Ricardo anula sua individualidade. Não é algo difícil de conseguir: basta ser um agregado que precisa ser alimentado e limpo, gastando os trocados da aposentadoria em "Corega, pilhas para o radinho e cigarros". O refúgio são hábitos e rituais solitários em meio a um espaço exíguo e congestionado: acordar antes das seis, fazer a barba no tanque. Pegar sol na varanda sentado numa cadeira de vime. Almoçar na cama, fumar três maços por dia, ouvir programas AM como "Show do Antônio Carlos" e "A Turma da Maré Mansa".

2.

Charbel escreveu parte de "Saia da frente..." em meio a uma crise pessoal: suas brigas familiares, seu casamento desfeito, suas dúvidas profissionais e em relação à escrita, tudo é incorporado ao texto numa abordagem que é a um só tempo honesta e dúbia — já que o autor espera, em algum nível, o desmentido da própria insegurança existencial e artística por meio do elogio do leitor.

CRIS BIERRENBACH

A dubiedade se estende a outros aspectos do livro. Uma de suas influências é "Vidas minúsculas", de Pierre Michon, composto por pequenas biografias de pessoas comuns cuja passagem pela Terra deixou apenas "migalhas" — papéis largados num sótão, histórias repetidas na "murmuração dos velhos". É aí que nasce o gênero aplicável a Ricardo: a biografia especulativa. Dela fazem parte as verdades possíveis, a reinvenção do que provavelmente já foi inventado, mas antes de tudo a projeção do autor naquilo que diz sobre o seu personagem.

De novo é uma questão de forma, que é uma questão de escolha: o que vai e não vai aparecer no texto, em que ordem e tom. Durante toda a adolescência, Charbel ouviu o folclore que transformou o tio numa sucessão de rótulos — de "dândi do subúrbio" e "malandro emérito" a "homem que arrastava pela vida um balde de mijo". Já na época em que estava escrevendo a respeito, ainda indeciso se transformaria o material num romance, num conto, numa biografia ou num ensaio, o autor chegou a rascunhar e apresentar a amigos perfis de alguém que no passado "bebeu dionisiacamente" e "nutriu uma indiferença soviética em relação à propriedade".

Felizmente para Charbel e para nós, o texto final tem pouco dessa idealização, ao menos no sentido romântico do termo. O Ricardo que emerge da página não é o que tipos como ele costumam virar em certa crônica brasileira de costumes: o filósofo intuitivo, o malandro aforista. Suas frases reais ou atribuídas nos tocam de outra maneira, nunca sem o contexto e sem o arranjo — em meio a parágrafos que parecem tratar de outra coisa, por exemplo — que as ilumina e inflama: "Melhor deixar quieto e morrer sentado"; "As coisas são como são, banguense".

3.

Toda história pessoal pode ser social, cultural. As fotos do tio estão num saco, que está dentro de outro saco numa caixa no fundo de um armário. Isso não é à toa: ao manusear as imagens de modo dyeriano, Charbel percebe algo inusitado, que dá um relevo diverso ao seu personagem no terço final da história. "O verdadeiro conteúdo de uma fotografia é invisível", escreve John Berger, outro dos autores citados em "Saia da frente...". No registro do que é mostrado, há um jogo "não com a forma, mas com o tempo", preservando-se apenas um "momento tirado de um continuum."

Que tipo de ausência, de segredo, há nas imagens em que Ricardo está na Lapa ou na praia, com roupa de auxiliar de escritório ou fantasiado para o Carnaval, sozinho ou na companhia de pessoas que Charbel só pode imaginar quem são? Numa delas há um sujeito "de ombros estreitos e cabeça pesada, olhos vidrados, aspecto lombrosiano". Em outra, alguém que "lembra o Popeye" pelo "jeitão de grumete". Um braço muito branco é "quase uma lança". Um sorriso é o "de quem se antecipa, prepara uma flechada".

Se em todo retrato há a "coisa um pouco terrível" que Roland Barthes chama de "retorno do morto", aqui se trata do início de um processo contrário: "O morto conheci bem, foi só o que conheci nos anos em que meu tio morou lá em casa". Já o retorno do vivo é a história de um Ricardo que tinha "prazer em atuar", cuja "ficção com o próprio corpo" ajuda todos ao seu redor a "fazerem o que têm vontade de fazer". Não há mulheres nas imagens. Não há vergonha, tristeza, apatia. O segredo não é bem segredo, afinal, porque a família sempre tratou dele com a condescendência dos eufemismos ("solteirão convicto", "homem de vícios", "não dava pinta").

Na versão romântica alternativa, Ricardo foi "anarquista, epicurista, hedonista, niilista, cínico e cético, tudo ao mesmo tempo". Em "Saia da frente...", o espetáculo dessa biografia se deve a uma vitória mais silenciosa: sobreviver na "medula do moralismo cristão tijucano", numa época em que alguém com um perfil assim só podia ser "inquilino no quartinho dos fundos da própria vida". Não importa se aquilo ou parte daquilo que Charbel narra é invenção: nos termos generosos de seu livro, a verdade se afirma como ramo dos afetos.

Michel Laub, jornalista e autor dos romances "Diário da queda" (2011), "Solução de dois Estados" (2020) e "Passeio com o gigante" (2024), escreve neste espaço quinzenalmente ■

INÊS 249

NOAM GALAI/GETTY IMAGES

Iris Apfel reuniu fotos tiradas ao longo de sua vida e designs têxteis nunca vistos

"As rugas são um símbolo de coragem"

Maximalista do estilo, Iris Apfel, que morreu aos 102 anos, revela suas inspirações. Por *Carola Long*, do "Financial Times"

Colourful
Iris Apfel
Ebury Press, 288 págs. R$ 227 (Kindle)

Iris Apfel, que morreu em março aos 102 anos, era única. Aos 96, já havia se tornado a pessoa mais velha a ter uma boneca Barbie feita à sua imagem e estava na rara posição de ser uma influenciadora de moda centenária ou autointitulada "estrela geriátrica". Em 2005, aos 84, foi a primeira pessoa viva, que não um estilista, a ter uma exposição de seu guarda-roupa no Costume Institute do Metropolitan Museum of Art, "Rara Avis". "Obrigada por nos mostrar que a moda não tem limite de idade", foi uma das homenagens prestadas após sua morte pela figurinista Charlese Antoinette.

Apfel era designer de interiores. Em 1950, com seu marido Carl, ela fundou a Old World Weavers, que fazia reproduções luxuosas de tecidos históricos encontrados em suas viagens, de Capri ao Afeganistão. Um veludo de seda com listas de tigre se tornou um sucesso, e seus projetos de restauração incluíram a Casa Branca. Foi depois da exposição "Rara Avis" que ela foi catapultada para a condição de "ícone acidental" da moda, quando o mundo acordou para a sua abordagem alegre, colorida e maximalista do estilo, refletida em seu mantra "Mais é mais e menos é uma chatice".

Esta foi apenas uma das muitas máximas de Apfel, e muitas mais podem ser encontradas em seu livro póstumo, "Colourful". Ela começou a escrevê-lo em 2023, reunindo fotos tiradas ao longo de sua vida e designs têxteis nunca vistos. Apfel escreve: "Este não é um livro de segredos — não tenho segredos. Desculpe desapontá-lo se é isso que você procura. Mas tenho algumas boas histórias. E algumas ideias". O livro oferece uma rica tapeçaria de inspiração que ofusca qualquer rolagem do Instagram, com 6 capítulos explorando suas teorias sobre criatividade e estilo.

Um dos meus episódios favoritos é sobre como ela conseguiu um par de jeans em uma época em que as mulheres raramente os usavam, o que mostra o poder de ter confiança em suas convicções. Ela escreve que "as mulheres não usavam jeans. Elas não podiam comprar jeans. Eles não eram um item de moda no fim dos anos 30 e começo dos 40. Fui recebida com confusão e uma pitada de consternação quando os pedi na loja do Exército e da Marinha em Wisconsin (...). Mas eu tinha um grande turbante xadrez e brincos grandes que eu achava que ficariam perfeitos com uma camisa engomada e jeans de trabalho".

O balconista disse: 'Você não sabe que moças não usam jeans? O que há de errado com você?'". Mas graças à perseverança de Apfel, que retornou à loja uma semana depois, ele acabou encomendando um par de jeans masculino. O resultado? "A roupa ficou tão arrasadora quanto eu imaginava. Ainda uso jeans masculinos; eles me caem melhor. Eles se tornaram a minha praia."

O livro é uma ode à diversão. Se você já se preocupou que uma roupa está exagerada, veja algumas das coisas favoritas de Apfel: "Uma bolsa em formato de cachorro; pulseiras de joaninhas; enfeites de Natal o ano todo". Ela não era apenas única, era como o Natal que chega mais cedo. Palavras de sabedoria de cada um dos seis capítulos de "Colourful":

Tudo influencia tudo

Minhas viagens sempre me inspiraram... Sou uma esponja; aprendo por osmose. Sugando e absorvendo ideias o tempo todo, coisas que não percebo que estou absorvendo. Guardo tudo até o momento em que preciso, e então elas aparecem.

Gosto de cores alegres

O que é uma cor alegre? Trata-se da tonalidade — eu me cerco de tons claros, puros e brilhantes. Sempre disse que nunca encontrei uma cor de que não gostasse, mas há tons que não me agradam — nada que seja turvo ou opaco, obrigada. Eu os evito porque eles não parecem poderosos para mim. Eles não combinam comigo. Não me dão energia. Quanto mais brilhante, melhor. É aí que está a energia. Cores de pedras preciosas o tempo todo. Eu até usei um vestido de noiva cor-de-rosa.

Ser ousada e se divertir

Você tem que olhar no espelho e ver a si mesma, e não outra pessoa. O mundo ficou muito mais homogeneizado, e eu acho que a moda é um espelho da sociedade. Em Nova York, às vezes você pode dizer o código postal de uma pessoa pelo que ela está vestindo. Estou sempre procurando por originais; sou como Diógenes com a lanterna. Eu adoraria trazer de volta um mundo "sem tendências", onde não existisse "in" ou "out".

Fora da sua zona de conforto

Para mim, estilo implica originalidade, mas também coragem. Você não pode simplesmente deixar isso parado. É preciso muito trabalho duro. Primeiro, você precisa se encontrar. Precisa saber quem você é e então trabalhar nisso. Estilo é uma questão de atitude, mas você precisa ter individualidade para ter uma atitude. Você precisa saber quem você é e se ater a isso.

Você só tem uma viagem

Concentre-se em cultivar sua vida interior. Sou uma pessoa reservada. A privacidade é muito preciosa. Alguém capaz de contar uma grande história, ou alguém com um grande senso de humor — uma fagulha — é memorável e não me importo se alguém mais sabe quem é essa pessoa. Não busco reconhecimento. Se você começar a buscar validação fora de si mesmo, esse não é um bom lugar para estar.

Há todo tipo de beleza

Tudo é sua atitude. Quando você pensa nas coisas de uma certa maneira, você parece de uma certa maneira. E acho que é por isso que nunca fiz cirurgia plástica. É uma invenção fantástica se, Deus me perdoe, você sofre um acidente ou tem algum tipo de trauma, mas usá-la para ser cortada e aparada para parecer mais jovem... não entendo. Às vezes quando Carl e eu saíamos, ele costumava olhar ao redor e dizer: "Baby, você é a única aqui com seu próprio rosto". Para mim, as rugas são um símbolo de coragem. Não há nada de errado com elas." *(Tradução de Mario Zamarian)* ■

TRF-4
CEF indenizará cliente por movimentações fraudulentas e atípicas com uso de senha
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Impactos da reforma tributária no setor de energia
E2

TRT-SP
Empresa fornece uniforme pequeno e é condenada
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Civil Foi a primeira vez que os ministros julgaram a legalidade da moderação ativa por provedor

Decisão do STJ permite ao Google retirar vídeo do YouTube sem autorização judicial

Marcela Villar
De São Paulo

Uma recente decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitiu ao YouTube, do Google, sem ordem judicial, derrubar o vídeo de um médico que propagou desinformação durante a pandemia da covid-19, violando os termos de uso da rede social. Foi a primeira vez que os ministros julgaram a legalidade da moderação ativa por provedor sem intermédio da Justiça.

A discussão envolve o artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que trata da necessidade de aval de juiz para a remoção de uma publicação on-line. Esse mesmo dispositivo legal está no centro do debate de duas ações no Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento no STF é mais abrangente, pois trata da necessidade de uma decisão judicial prévia e específica para que haja a responsabilidade civil da plataforma por um conteúdo ilícito divulgado por usuário.

Segundo advogados, a decisão do STJ é positiva por reafirmar algo que estava implícito no artigo 19. Também pode influenciar a decisão do STF, dizem, na medida em que determina que a política de uso da comunidade social precisa respeitar o ordenamento jurídico do Brasil.

Porém, acrescentam, ratificar sem critério termos de uso de provedores pode dar um "superpoder" a empresas que já dominam o mercado. Além disso, defendem que quem deve dizer se um conteúdo é legal ou não são os Poderes Legislativo e Judiciário.

O caso julgado por unanimidade pela 3ª Turma envolve a disseminação de um vídeo do neurocirurgião Paulo Porto de Melo em que incentiva o uso da hidroxicloroquina, tratamento não reconhecido como eficaz pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o coronavírus. O YouTube tirou-o do ar por violar seus termos de uso.

DIVULGAÇÃO
Patrícia Peck: termos de uso das plataformas são como um contrato e cabe um controle quando as cláusulas são violadas

Porto de Melo buscou a Justiça. Alegou censura e que a medida infringiu sua liberdade de expressão e configurava "shadowbanning" — prática que limita o alcance de conteúdos nas mídias digitais. Porém, seu pedido para manter a postagem foi negado em primeira e segunda instâncias.

Ele indicou, no recurso ao STJ, 11 violações na decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). A Corte entendeu ter sido razoável o controle posterior do conteúdo pelo Google, que não representaria censura. Para o neurocirurgião, o vídeo só poderia ter sido retirado de circulação pelo Poder Judiciário — hipótese que só é cabível em casos que envolvam nudez ou atos sexuais, mediante pedido de quem foi ofendido, segundo ele.

O relator do caso foi o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Ele afirma, no voto, que os termos de uso devem estar subordinados à Constituição, às leis e à toda regulamentação aplicável direta ou indiretamente ao ecossistema da internet. E que o artigo 19 do Marco Civil "não impede nem proíbe que o próprio provedor retire de sua plataforma o conteúdo que violar a lei ou os seus termos de uso" (REsp 2139749).

Para ele, dar uma interpretação restritiva ao dispositivo, no sentido de que somente se autoriza a retirada de conteúdo por ordem judicial, vai de encontro ao esforço da comunidade nacional e internacional, do poder público, da sociedade civil e das empresas de buscar "uma internet livre de desinformação" e de "práticas ilícitas, que proteja crianças e adolescentes e que fortaleça os princípios de liberdade, direitos humanos, universalidade, privacidade, neutralidade, inovação e autonomia informacional".

A exclusão de postagens pelos provedores, acrescenta, "pode ser reconhecida como uma atividade lícita" de compliance interno da empresa, que estará sujeita à responsabilização por eventual retirada indevida que venha a causar prejuízo injustificado ao usuário". Cueva descartou a tese do shadowbanning, uma vez que houve transparência sobre o motivo da remoção.

A jurisprudência do STJ até então só havia analisado a responsabilidade civil dos provedores em casos de denúncias de terceiros ofendidos por publicações de outros usuários. Nas ações julgadas, a Corte entendeu que, embora o provedor não fosse responsável pela fiscalização prévia do conteúdo, seria corresponsável se o material ofensivo não fosse retirado a partir da notificação. Isso porque as empresas donas das redes sociais se beneficiam economicamente e, portanto, estimulam a criação de comunidades digitais (REsp 1117633 e AREsp 681413).

Na visão da advogada Patrícia Peck, do Peck Advogados, os termos de uso das plataformas são como um contrato. Quando as cláusulas são violadas, cabe um controle. E isso, segundo ela, não confronta com o direito constitucional da liberdade de expressão. "O mesmo artigo 5º que permite a liberdade de expressão veda o anonimato. A pessoa pode falar o que pensa, mas responde pelo que diz. Então se aquela manifestação for enquadrada com uma prática ilícita ou estiver descumprindo uma regra contratual, está sujeito à aplicação de uma medida", afirma.

As plataformas, para ela, não só podem como devem ter esse tipo de iniciativa. Mas ela deve ser acompanhada de transparência e possibilidade de revisão, pois há casos de remoção indevida, como em campanhas de câncer de mama associadas à nudez ou denúncias falsas de usuários. Essas duas máximas têm sido usadas na Europa, de acordo com Patrícia, e a tendência é que estejam presentes no STF. "É um dever de agir de forma rápida, mas é preciso deixar de forma muito clara para o usuário o que aconteceu."

Para o advogado João Victor Archegas, coordenador de Direito & Tecnologia e Govtech do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio), que é parte interessada nas ações do Supremo, o STJ elucidou algo que na lei estava implícito. "É um contexto de autorregulação, mas não uma autorregulação pura. Eles precisam respeitar o Marco Civil e o ordenamento jurídico, mas têm um amplo espaço de autonomia para definir as próprias regras", afirma.

A partir daí, diz, se iniciam outras discussões, presentes no STF e Congresso, sobre o artigo 19 do marco legal, como a ampliação dos temas sensíveis que devem ser removidos pelas plataformas. "Precisa se pensar em padrões e protocolos transparentes sobre o processo que leva a exclusão de determinado conteúdo ou não. Hoje, é uma caixa preta."

A advogada Giovanna Ventre, do Google, afirma que o YouTube recebeu a decisão do STJ de forma muito positiva. "Respalda a capacidade das plataformas de moderar o conteúdo de acordo com os termos de uso e guidelines de comunidade", diz. O Google, adiciona, entende que o artigo 19 é "uma política pública muito eficiente". Segundo ela, os termos de uso sofrem alterações periódicas, com diálogo entre criadores de conteúdo e a sociedade.

O advogado do médico Paulo Porto no caso, Emerson Grigollette, do Grigollette Advogados, informou, por meio de nota, que vai recorrer da decisão. "Se não obtivermos êxito no país, levaremos a questão perante tribunais internacionais até que a justiça seja restabelecida." De acordo com ele, "não é de hoje que o debate aberto sobre a covid e a boa prática da ciência estão interditadas no Brasil".

> "Exclusão de postagens pelos provedores é uma atividade lícita"
> *Villas Bôas Cueva*

Corte exclui roaming do PIS/Cofins

Luiza Calegari
De São Paulo

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que as empresas de telefonia podem excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores referentes a interconexão ou roaming, contabilizados como receitas e transferidos a outras empresas. A decisão uniformiza o entendimento para a 1ª e a 2ª Turmas, que tinham decisões divergentes sobre o assunto.

Por unanimidade, o colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Teodoro Silva Santos. Ele destacou que, ao julgar a "tese do século", o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o faturamento de terceiros não pode compor a base de cálculo dos impostos.

"Os valores arrecadados de seus usuários pelas operadoras referentes à interconexão a serem repassados a outras operadoras pelos serviços prestados, por não integrarem o patrimônio do contribuinte, não configuram receita/faturamento e, portanto, não compõem as bases de cálculo das contribuições para o PIS e a Cofins", afirmou o ministro em seu voto (EREsp 1599065).

Ele afastou a argumentação da União. Para a Fazenda Nacional, os valores relacionados à interconexão e roaming decorrem da prestação de serviços, em oposição a pertencerem a terceiros. Nesse caso, portanto, deveriam integrar o faturamento da empresa e ser incluídos na base de cálculo do PIS e da Cofins.

O advogado Eduardo Maneira, que atuou no caso representando a Oi, que foi a parte vencedora, explica que a empresa conseguiu comprovar que os valores de interconexão são receitas de terceiros, e não custos de subcontratação. "A decisão está em absoluta sintonia com as normas regulatórias dos serviços de telecomunicações, que dizem que a interconexão e o compartilhamento de redes são obrigatórios", afirma.

Fernando Raposo, sócio da área tributária no Bichara Advogados, calcula que o principal efeito da decisão será retroativo. Isso porque a tecnologia de interconexão era prevalente na telefonia fixa, e a regulação dos serviços de roaming deve ser atualizada com a reforma tributária (Emenda Constitucional nº 132).

Mas, segundo ele, o entendimento também pode ter impacto direto em outros julgamentos do próprio STJ, em que as empresas de telefonia discutem a exclusão desse tipo de serviço das bases de cálculo do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), que são contribuições cobradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). "A discussão é idêntica e o STJ certamente deve seguir o mesmo caminho, porque a base de cálculo é a mesma", afirma.

Além disso, diz Raposo, outros setores sujeitos a obrigações regulatórias semelhantes poderão apresentar esse precedente para basear a argumentação de que esse tipo de transferência, que deve ser cobrada do cliente e repassada a outra empresa, não integra o patrimônio e, por isso, não está sujeita à incidência dos impostos.

Por fim, o advogado aposta que essa discussão se encerra no STJ. Em outro recurso da Oi referente à incidência de PIS e Cofins sobre a receita de interconexão, a 2ª Turma do STF já tinha reconhecido que o assunto era infraconstitucional (RE 1203682) e devolvido o caso ao STJ. Mesmo que a União recorra da decisão, a Corte deve aplicar igual entendimento a esse caso, avalia Raposo.

Ministros voltam a julgar Sistema S

Luiza Calegari
De São Paulo

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou na quarta-feira, de uma vez, nove recursos (embargos de declaração) apresentados após o julgamento que definiu que a base de cálculo das contribuições ao Sistema S não deve ficar restrita a 20 salários mínimos (hoje R$ 28,2 mil). Porém, a relatora do caso, ministra Regina Helena Costa, não chegou a ler os votos.

Advogados que se debruçam sobre o caso avaliam que alguns dos pontos levantados nos embargos eram essenciais para os contribuintes e a União, que agora devem aguardar pela publicação da íntegra dos votos da relatora. A Fazenda, por exemplo, tinha pedido o afastamento da modulação de efeitos adotada.

Em março, os ministros definiram que o contribuinte com decisão judicial até a data de início do julgamento (25 de outubro de 2023) poderia pagar contribuições de terceiros ou parafiscais com base no teto de 20 salários mínimos até a publicação da ata da sessão (REsp 1898532 e REsp 1905870). O entendimento adotado pelos ministros contrariou a jurisprudência que vinha se formando no STJ a respeito do tema — decisões da 1ª e da 2ª Turmas aplicavam a limitação.

Por sua vez, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) havia pedido para ser incluída na decisão, para que os efeitos do precedente também se aplicassem a ela. Com a restrição da decisão às entidades do Sistema S, também resta a incerteza a respeito da validade do entendimento para outras contribuições, como o Incra e o salário-educação.

Cristiane Matsumoto, tributarista do Pinheiro Neto, explica que sem os votos há duas possibilidades: pagar as contribuições sobre a folha salarial da empresa ou adotar o teto de 20 salários mínimos. "Até a publicação do acórdão, não vai ser possível entender exatamente de que forma esses questionamentos foram rejeitados. Mas dependendo de como a decisão tiver sido tomada, a diferença para a empresa é enorme", avalia.

A Cigel Distribuidora de Cosméticos, que é parte de um dos casos julgados pelo STJ, pedia a manutenção da modulação, mas a retirada da exigência de pronunciamento judicial ou administrativo favorável para sua aplicação.

Daniel Ávila Thiers Vieira, sócio do Locatelli Advogados, chama atenção para o fato de que a própria empresa de um dos leading cases julgados não conseguiu decisão favorável nas instâncias inferiores e não foi beneficiada pela modulação.

Eduardo Suessmann, sócio do Suessmann Advogados, destaca que seria preciso ficar claro se liminares poderão ser consideradas "decisões" favoráveis. O ponto foi levantado nos embargos e continua sem definição até a publicação do acórdão.

"Quem tem decisão favorável está garantido, apesar de ainda não se saber em qual dimensão", diz Cristiane Matsumoto. Ela acrescenta que o contribuinte que não judicializou a questão saiu perdendo.

Ednaldo Rodrigues, do Candido Martins Advogados, defende que a decisão do STJ afronta a isonomia e cria um problema concorrencial. "Contribuintes do mesmo segmento econômico passaram a ter cargas tributárias absolutamente distintas, apenas porque um obteve uma decisão judicial favorável e outro não."

Para Daniel Ávila Thiers Vieira, o recado final que fica é que a judicialização compensa. "Embora queiram reduzir o impacto das decisões, os ministros têm incentivado a judicialização e fortalecido o contencioso tributário."

Impactos da reforma no setor de energia

Opinião Jurídica

Heleno Taveira Torres

A reforma da tributação do consumo, introduzida pela Emenda Constitucional 132/23, trouxe a criação do IBS e da CBS e implantará relevantes mudanças na economia, com promessas de neutralidade, maior simplificação, transparência e não cumulatividade plena, com integral devolução de todos os créditos acumulados na cadeia, para que a tributação se opere com a soma das três alíquotas: do município e do Estado de destino (IBS) e da União (CBS). Certamente, os benefícios da reforma justificam os esforços do período de transição, que deve ser usado para mitigar potenciais riscos tributários.

No setor elétrico, que é um dos mais estratégicos do país, espera-se tempos melhores com a reforma tributária. Cientes de que qualquer assimetria que esta trouxer poderá gerar majoração das tarifas, logo, compartilhada com os consumidores.

Conforme o artigo 9º, parágrafo 3º, da Lei 8.987/1995: "Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso." Esta é uma regra de proteção para evitar que aumento de custos tributários prejudique a essencialidade dos serviços.

A complexidade da cadeia de transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que envolve diferentes modalidades contratuais, como o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), demanda uma abordagem funcional, a evitar distorções entre distribuidoras, produtoras e comercializadoras.

As agências assumem competência para fixar regulamentação nos estritos limites legais, jamais para invadir competências, como aquela de natureza tributária. E a eficiência regulatória, na equação do equilíbrio econômico-financeiro, nos contratos com o ente público, tampouco pode servir de escusa para prejudicar direitos dos contribuintes.

Exemplo disso, recentemente, o STF formou maioria de seis votos a zero pela constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, que fez incluir os artigos 3º-B e 3º, XXII, na Lei nº 9.427/1996, para exigir apenas das distribuidoras de energia elétrica a proibição de compensar os valores da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, contra o Tema nº 69, do próprio STF, que é coisa julgada formal e material. O exame de mérito foi suspenso após pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

Há uma violência simbólica inequívoca ao princípio da não discriminação, do artigo 150, II, da CF, quando uma lei surge para criar regimes tributários diferentes para contribuintes que se encontram em situação equivalente, mormente quando em face dos efeitos de coisa julgada, ferindo a isonomia e afrontando o artigo 5º, XXXVI, da CF.

A coisa julgada impõe que o crédito, em razão do Tema nº 69 do STF, conferido às concessionárias de energia elétrica, deva ser integralmente compensado mediante repetição de indébito tributário. Por isso, espera-se que na ADI 7.324, se não afirmar o direito à compensação, ao menos siga o rumo de reconhecer a prescrição para cobrança.

Algo dessa natureza jamais acontecerá com o IBS ou a CBS. O parágrafo 2º do artigo 12 do PLP 68/24 estabelece que "a base de cálculo do IBS e da CBS é o valor da operação", do qual são excluídos "I - o montante do IBS e da CBS incidentes sobre a operação; e o II – montante do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)". Logo, os tributos sobre o consumo estarão excluídos da base de cálculo do IBS e da CBS, além de serem facilmente identificados, darão créditos às empresas e não haverá nenhum cálculo "por dentro" (alíquota sobre o valor da conta com o tributo) ou substituição tributária.

O Imposto Seletivo, que virá com a reforma para agravar a tributação de certos produtos ou serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente não incidirá sobre energia elétrica. Esta é também uma boa notícia, especialmente para o consumidor.

O setor convive com contratos de construção de grandes linhas de transmissão ou complexos sistemas de distribuição que exigem elevados investimentos por períodos longos de tempo. Em boa hora, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) foi mantido no artigo 104 do PLP 68/24, com suspensão do pagamento do IBS e da CBS. E, no artigo 105, poderemos ter casos em que importações e aquisições no mercado interno de bens de capital serão realizadas com suspensão do pagamento do IBS e da CBS.

Tem-se a questão do direito ao crédito referente ao total da energia adquirida pela distribuidora, pois entre a geração da energia e a entrega há perdas técnicas, e também perdas comerciais, como o furto de energia, que é um problema de segurança pública. Temas a serem aperfeiçoados no Senado.

Há, porém, diversas questões em aberto, como a apropriação dos créditos, sobre o direito de uso do "cashback", que ficou limitado a 20% para o IBS, nas operações de fornecimento de energia elétrica, bem como quanto ao aproveitamento dos benefícios fiscais no regime de transição.

No setor elétrico, a modicidade tarifária é um princípio que não pode ser olvidado. Em 2021, o STF (RE 714139 - Tema 745) declarou a inconstitucionalidade de normas que fixavam a alíquota sobre energia elétrica sem observar a essencialidade no ICMS. Mesmo que esse princípio já não integre o IBS, a dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial seguem em vigor. Com a transparência dos custos tributários, espera-se vir aumentada a eficiência econômica do setor elétrico e que isso se reflita em alguma redução dos preços da energia para o consumidor e para os setores produtivos.

Heleno Taveira Torres
é advogado e professor titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da USP

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 204ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19A1316806) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 204ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 204ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de fevereiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 204ª Série da 1ª Emissão – (IF 19A1316806), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PROMON — Promon S.A.

CNPJ/MF nº 05.315.149/0001-83 - NIRE 35.300.192.184

Extrato da Ata de AGOE de 30/07/24

Em 30/07/24, às 17h00min, realizada exclusivamente na modalidade digital, pela plataforma "I-Sat". Editais de convocação publicados no Valor Econômico nos dias 20, 23 e 24/07/24; **Mesa:** Luiz Fernando Telles Rudge - Presidente e Vanessa Fernanda Franco de Oliveira - Secretária; **Ordem do Dia: a)** Exame, discussão e deliberação sobre as contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/03/24, com parecer dos auditores independentes; **b)** Deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/03/24; **c)** Deliberação sobre a proposta de distribuição de dividendos ao dividendo mínimo obrigatório; **d)** Fixação da remuneração global anual dos administradores; **e)** Ratificação do pagamento de dividendos aos acionistas, já realizado em 31/10/23, provenientes da reversão da totalidade da Reserva Especial e da Reserva de Lucros a Realizar da Companhia, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 23/10/23; **f)** Deliberação sobre a compensação, pela reserva estatutária de Liquidez da Companhia, de saldo negativo da reserva de capital e de prejuízo decorrente de benefício pós-emprego relativo a obrigações legais do plano de saúde de ex-empregados, ambos provenientes de exercícios passados; e **g)** Outros assuntos de interesse geral. Presentes acionistas representando mais de 79% do capital social; **Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações por mais de 99% dos votos válidos registrados, abstendo-se de votar os legalmente impedidos e os acionistas que assim se manifestaram em seus respectivos boletins de voto: **a)** Aprovação das contas, do relatório da Administração, bem como das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/03/24, com parecer dos auditores independentes, emitido em 28/06/24, pela KPMG Auditores Independentes - CRC nº 2SP014428/O-6, assinado pela Sra. Arlene Zacharias Bidola Kuyama, CRC nº 1SP244099/O-5, cujas publicações foram realizadas, na íntegra, em 04/07/24, no Valor Econômico e também disponibilizadas aos acionistas para consulta no endereço https://acionistasweb.promon.com.br, tendo sido dispensadas as publicações do anúncio de que trata o art. 133 da Lei das S/A, nos termos do §5º do mesmo art., nos dias 29/06, 02 e 03/07/24. Abstiveram-se de votar a matéria tratada neste item "a" da Ordem do Dia os administradores estatutários da Companhia que também são acionistas; **b)** Aprovação da seguinte Proposta da Administração de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/03/24: *"Foi apurado lucro líquido, no montante de R$ 3.883.530,22, no exercício social encerrado em 31/03/24, para o qual a Administração da Companhia propõe a seguinte destinação, em consonância com o disposto na Lei nº 6.404/1976 e no Estatuto Social da Companhia, proposta essa apresentada no melhor interesse da Companhia: (i) R$ 194.176,51 para a Reserva Legal, conforme art. 193 da Lei das S/A e do art. 31 do Estatuto Social; (ii) R$ 922.338,43 para distribuição aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das S/A e do art. 32 do Estatuto Social; e (iii) R$ 2.767.015,28 para a Reserva de Liquidez, previsto no art. 31, IV e §1º do Estatuto Social"*; **c)** Aprovação da distribuição de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, previsto na alínea "b", acima, no montante de R$ 9.191.676,91 provenientes da Reserva de Liquidez da Companhia. Em decorrência da aprovação das propostas descritas nesta alínea "c" e na alínea "b", acima, será distribuído o valor total de R$ 10.114.015,34 aos acionistas titulares de ações de Companhia nesta data, sendo o respectivo pagamento realizado até 23/08/24. O valor dos dividendos cabível a cada ação será de, aproximadamente, R$ 0,083, obtido dividindo-se o valor total dos dividendos propostos nas alíneas "b.ii" e "c" da presente ata pelo número de ações em circulação nesta data; **d)** Em conformidade com o disposto no art. 152 da Lei das S/A, foi aprovada a fixação do montante global anual de remuneração dos administradores de até R$ 5.300.000,00, não computados nesse valor: as verbas relativas a eventual participação nos lucros e resultados pagos conforme a Lei nº 10.101/2000; os benefícios uniformemente concedidos aos profissionais da Companhia e às suas sociedades controladas; e os benefícios pagos ou concedidos a administradores por determinação legal; **e)** Aprovação da ratificação do pagamento de dividendos aos acionistas, já realizado em 31/10/23, no valor total de R$ 13.523.231,57, provenientes da reversão da totalidade da Reserva Especial e da Reserva de Lucros a Realizar da Companhia, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 23/10/23; **f)** Aprovação da seguinte proposta de compensação, pela Reserva Estatutária de Liquidez da Companhia, do saldo negativo da Reserva de Capital e de prejuízo decorrente de benefício pós-emprego relativo a obrigações legais do plano de saúde de ex-empregados, ambos provenientes de exercícios passados: *"A Reserva Estatutária de Liquidez, prevista no art. 31 do Estatuto Social da Companhia, abrange, entre outras finalidades, a sua utilização para aquisição das próprias ações pela Companhia, bem como para absorção de prejuízos. Propõe-se a compensação dos seguintes valores negativos, provenientes de exercícios passados, pela conta de Reserva de Liquidez (também constituída em exercícios anteriores): (i) o montante negativo de R$ 2.278.616,35 correspondente ao saldo da Reserva de Capital apurado no balanço patrimonial de 31/03/24, valor esse resultante de vendas de ações de emissão da própria Companhia realizadas em exercícios anteriores a 2016; e (ii) o montante negativo de R$ 3.764.742,65 correspondente ao prejuízo decorrente de benefício pós-emprego relativo a obrigações legais do plano de saúde de ex-empregados, apurado em avaliação conduzida por atuário independente"*. **Encerramento:** A ata foi lavrada e por todos assinada, autorizada sua publicação na forma de extrato, com omissão dos nomes dos acionistas presentes e do anexo. São Paulo, 30/07/24. Luiz Fernando Telles Rudge - Presidente e Vanessa Fernanda Franco de Oliveira - Secretária. Certifico que a presente ata foi registrada sob o nº 327.628/24-8, em 02/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SANTANDER HOLDING IMOBILIÁRIA S.A.

(*subsidiária integral*)

CNPJ nº 18.511.694/0001-97 - NIRE 35.300.454-529

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de junho de 2024

Data, Hora e Local: Aos 28 de junho de 2024, às 13:00 horas, na sede social da Santander Holding Imobiliária S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041/2235 - Bloco A (parte), Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011. **Convocação e Presença:** Dispensada, em razão da presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Sandro Rogério da Silva Gamba, Presidente da Mesa. João Pedro Gabriele de Araripe Sucupira, Secretário da Mesa. **Publicações:** Dispensada a sua publicação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº. 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Abertura:** Foi aprovada a proposta de lavratura da presente ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. com Versão do seu Patrimônio Líquido para a Santander Holding Imobiliária S.A., celebrado em 30 de junho de 2024, pelas administrações da Companhia e da **Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 688, 6º andar, salas 40 e 44, Bela Vista, CEP 01310-909, inscrita no CNPJ sob o nº 31.831.562/0001-00 ("Apê11"), o qual passa a integrar a presente ata como **Anexo II** ("Protocolo de Incorporação"); **(ii)** a escolha da empresa especializada Falvella Contabilidade Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Irai, 1912, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 43.842.048/0001-50, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 2SP046117/O-6 ("Empresa Especializada") para proceder à avaliação do patrimônio líquido da Apê11 e elaborar o respectivo laudo de avaliação; **(iii)** o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Apê11 com data-base de 31 de maio de 2024 ("Laudo de Avaliação"), cuja cópia integra esta ata como **Anexo III**; **(iv)** a incorporação da Apê11 pela Companhia ("Incorporação"); **(v)** a alteração do objeto social da Companhia em razão da Incorporação, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social; **(vi)** a abertura de filial da Companhia; **(vii)** autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas; e **(viii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Após exame das matérias constantes da Ordem do Dia, os representantes do Acionista da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer restrições: **(i)** Aprovaram o Protocolo de Incorporação, nos termos do **Anexo II**; **(ii)** Aprovaram e ratificaram a nomeação da Empresa Especializada para a elaboração do Laudo de Avaliação; **(iii)** Aprovaram o Laudo de Avaliação, elaborado pela empresa especializada Falvella Contabilidade Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Irai, 1912, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 43.842.048/0001-50, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 2SP046117/O-6 constante do **Anexo III** à essa ata, o qual apurou o patrimônio líquido contábil da Companhia na data-base de 31 de maio de 2024 no valor total de R$ 14.811.811,15 (quatorze milhões, oitocentos e onze mil, oitocentos e onze reais e quinze centavos); **(iv)** Aprovaram a Incorporação, nos termos do Protocolo de Incorporação. Em virtude da Incorporação, fica declarada extinta a Apê11 e, como consequentemente, a Companhia sucede a Apê11 em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade. Tendo em vista que a Companhia detém a totalidade das ações de emissão da Apê11 e, portanto, as referidas ações já estão refletidas em conta de investimento por equivalência, a Incorporação não implicará em aumento de capital da Companhia. As variações patrimoniais ocorridas entre a data base do Laudo de Avaliação e a presente data serão absorvidas integralmente pela Companhia; **(v)** Aprovaram a alteração do objeto social da Companhia para incluir as seguintes atividades: **(1)** "Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis"; **(2)** "Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet"; **(3)** "Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis"; **(4)** "Intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários"; **(5)** "Cobranças e informações cadastrais"; e **(6)** "Correspondente de instituições financeiras". Em razão desta deliberação, o artigo 3º do Estatuto Social passará a ser redigido da seguinte forma: *"Artigo 3 º - A Companhia tem por objeto:* (a) *A compra e venda de imóveis próprios ou de terceiros;* (b) *Locação e administração em geral de bens imóveis próprios e de terceiros, incluindo, mas não se limitando, para a organização de eventos, exposições e reuniões públicas;* e (c) *Participação em sociedades, consórcios, fundos de investimentos e demais veículos que tenham por objeto a atividade imobiliária e atividades afins.* (d) *Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis;* (e) *Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;* (f) *Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis;* (g) *Intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;* (h) *Cobranças e informações cadastrais;* e (i) *Correspondente de instituições financeiras."* **(vi)** Aprovaram a abertura da filial da Companhia, a ser localizada na Rua Amador Bueno nº 474, Térreo, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo- SP; **(vii)** Autorizaram os Diretores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas; e **(viii)** Aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia que passa a integrar a presente ata como **Anexo I**. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: **Sandro Rogério da Silva Gamba -** Presidente da Mesa, **João Pedro Gabriele de Araripe Sucupira -** Secretário da Mesa. Acionista: **Banco Santander (Brasil) S.A. -** (p.p. Mariana Sao Marcos de Alvarenga). JUCESP nº 287.849/24-7 sob NIRE 3590677753-3 em 30/07/2022. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I: Estatuto Social: Capítulo I:** Natureza, Denominação, Sede e Foro, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1 º - A Santander Holding Imobiliária S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado e que se regerá pelas disposições legais vigentes que lhe forem aplicáveis e por este Estatuto Social. Artigo 2 º - A Companhia tem sua sede e foro na Capital do Estado de São Paulo podendo, mediante decisão de sua Diretoria, abrir, transferir e encerrar filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. Artigo 3 º - A Companhia tem por objeto: (j) A compra e venda de imóveis próprios ou de terceiros; (k) Locação e administração em geral de bens imóveis próprios e de terceiros, incluindo, mas não se limitando, para a organização de eventos, exposições e reuniões públicas; e (l) Participação em sociedades, consórcios, fundos de investimentos e demais veículos que tenham por objeto a atividade imobiliária e atividades afins. (m) Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis; (n) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (o) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; (p) Intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (q) Cobranças e informações cadastrais; e (r) Correspondente de instituições financeiras. Parágrafo único - Com exceção à compra de imóveis recebidos por qualquer uma das instituições do Grupo Santander em decorrência de liquidação de empréstimos, financiamentos ou outros instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução, é vedado à Companhia a compra de imóveis que não sejam destinados para o próprio uso. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II:** Do Capital: Artigo 5º - O capital da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R$ 447.911.740,01 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, novecentos e onze mil, setecentos e quarenta reais e um centavo), dividido em 558.600.675 (quinhentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos mil, seiscentos e setenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo único - A cada ação ordinária corresponde um voto na assembleia geral. **Capítulo III:** Da Administração: Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de, no mínimo, 2 (dois) diretores e, no máximo 6 (seis) diretores, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores Executivos, todos residentes e domiciliados no país e com mandato de 03 (três) anos, sendo admitida a reeleição. §1º - Caberá ao Diretor Presidente, nos seus impedimentos ou ausências temporárias, designar o seu substituto dentre os membros da Diretoria. Não o fazendo, caberá à Diretoria designar o substituto daquele em reunião. Se o impedimento ou a ausência temporária for de qualquer outro Diretor, seu substituto será designado pelo Diretor Presidente. §2º - No caso de vacância de cargo da Diretoria, deverá ser convocada Assembleia Geral para deliberar sobre o provimento do cargo vago se tal providência for necessária para a observância do número mínimo de membros desse órgão. §3º- As substituições previstas neste artigo poderão implicar a acumulação de cargos, mas não a dos honorários e demais vantagens, nem do direito de voto do substituído. §4º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão convocadas e presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, outro Diretor que for previamente indicado pelo Diretor Presidente. §5 º - Para que as reuniões da Diretoria possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença: (a) da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos; ou (b) de 2 (dois) diretores se só houver dois diretores em exercício. §6 º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente da reunião, em caso de empate, o voto de desempate. §7º - A Companhia terá um Responsável Técnico em atendimento aos regimentos e regulamentos do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (CRECISP), cujo vínculo com a Companhia vigorará por prazo indeterminado nos termos do termo de posse e do instrumento celebrado entra a Companhia e o Responsável Técnico. Artigo 7 º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem os suficientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. §1 º - Compete ao Diretor-Presidente a administração dos negócios sociais e a presidência das reuniões da Diretoria. §2 º - Compete aos Diretores colaborar com o Diretor Presidente na condução dos negócios da Companhia. Artigo 8 º - A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada: (a) conjuntamente por 2 (dois) Diretores; ou (b) por qualquer 1 (um) dos Diretores em conjunto com 01 (um) procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; ou (c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem. §1 º - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia na forma da alínea (a) do "caput" acima, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. §2 º - A Companhia poderá ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria, ou por um único procurador, nos seguintes casos: (a) empresas, repartições públicas, autarquias, sociedades de economia mista, ou concessionárias de serviços públicos, podendo, para tanto, assinar, dentre outros, cartas de encaminhamento de documentos, documentos que integrem processos sujeitos ao exame de órgãos reguladores; (b) em Assembleias Gerais, Reuniões de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Companhia participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e (c) nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. Artigo 9 - Compete ao Responsável Técnico a administração e a representação da sociedade no que diz respeito aos negócios imobiliários, em Juízo ou fora dele, a qual será exercida de forma isolada pelo responsável técnico nomeado, corretor de imóveis, Fabio Ferreira Gusmão, advogado, Técnico em Transações Imobiliárias pelo CRECISP sob o nº 247595-F, podendo esta ser exercida também por ele em conjunto com um ou com os demais sócios ou diretores. §1º - Se vier a ocorrer o falecimento ou a retirada do sócio responsável técnico, obriga-se a acionista a apresentar junto ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2a. Região - CRECI/SP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do falecimento ou do desligamento, novo responsável técnico. Outrossim, não poderá o responsável técnico outorgar procurações a terceiros - nele incluídos quaisquer dos sócios - para a prática de atos reservados ao corretor de imóveis." **Capítulo IV:** Das Assembleias Gerais: Artigo 10 - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do ano social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade. Artigo 11 - As assembleias gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Companhia, ou, na sua ausência, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. **Capítulo V:** Do Conselho Fiscal: Artigo 12 - O Conselho Fiscal da Companhia, que será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. §1 º - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos. §2 º - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. §3 º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI:** Do Ano Social, Do Balanço e Dos Lucros: Artigo 13 - O ano social terá início em 1 º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 14 - Ao final de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras, de cujo resultado do exercício apurado serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para Imposto sobre a Renda, observadas as disposições legais vigentes. Artigo 15 - Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, obedecendo a seguinte ordem de dedução: I. 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; e II. A quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 1% (um por cento), no mínimo, do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Artigo 16 - Do saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar pela formação de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir os recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos, sendo que o saldo da referida reserva não poderá ultrapassar, em conjunto com a Reserva Legal, o capital social da Companhia. Parágrafo único - Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas dessa reserva para que o respectivo montante, em conjunto com o saldo da Reserva Legal, não ultrapasse o saldo do capital social. Artigo 17 - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social. Artigo 18 - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços extraordinários, podendo a Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral: I. Distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada período do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; II. Declarar dividendo intermediário à conta de Lucros Acumulados ou de Reserva para Equalização de Dividendos; e III. Pagar ou creditar a seus acionistas juros a título de remuneração do capital próprio investido, destes últimos, até o limite estabelecido no artigo 9 º da Lei n º 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e na forma do parágrafo 7 º desse mesmo artigo as eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em lei e neste Estatuto. **Capítulo VII:** Das Disposições Finais: Artigo 19 - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Artigo 20 - Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.

OURIBANK S.A. BANCO MÚLTIPLO

CNPJ nº 78.632.767/0001-20 - NIRE 35300524179

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 01.08.2024

Data, hora, local: 01.08.2024, às 10h, na Sede social, Av. Paulista, nº 1728 - 3º andar, São Paulo-SP. **Presença**: Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Presidente: David Assine; e Secretário: Daniel O. Assine. **Deliberações Aprovadas:** A distribuição de dividendos, no montante total de R$ 40.000.000,00, tendo por base parte do saldo constante na conta de Reserva Especial de Lucros. O pagamento dos dividendos será realizado à única acionista até 07.08.2024. **Encerramento:** Nada mais. Conselheiros: David Assine; Daniel O. Assine e Bruce Thomas Philips. São Paulo, 01.08.2024. **David Assine -** Presidente, **Daniel O. Assine -** Secretário. JUCESP nº 309.858/24-0 em 23.08.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ourinvest Investimentos – Holding Financeira S.A.

CNPJ nº 35.850.230/0001-24 - NIRE 35.300.546.71-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01.08.2024

Data, Hora, Local: 01.08.2024, às 11 horas. Sede social, Av. Paulista, 1728 – 7º andar, São Paulo-SP. **Presença**: Totalidade dos acionistas. **Mesa**: Presidente: David Assine, Secretário: Daniel O. Assine. **Deliberações Aprovadas:** A distribuição de dividendos, no montante total de **R$40.000.000,00**, tendo como base parte do saldo constante na conta de Reserva Especial de Lucros. O pagamento dos dividendos será realizado aos acionistas, até 07.08.2024 e equivalem a aproximadamente R$ 6,650649685 por ação. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 01.08.2024. Acionistas: Bruce Thomas Philips, Charles Assine; Daniel O. Assine; David Assine, George Meisel e Rodolfo Schwarz. David Assine - Presidente, Daniel O. Assine - Secretário**.** JUCESP nº 309.856/24-3 em 23.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 321ª E 322ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21B0566153/21B0566154) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 321ª e 322ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 321ª e 322ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de fevereiro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 321ª e 322ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21B0566153/21B0566154), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico Nº 90067/2024 - Objeto: Prestação de serviços de atendimentos técnicos de Help Desk 1º Nível e atendimentos de chamados técnicos, nas dependências da PRODESP e nas de seus clientes, localizados no Estado de São Paulo, abrangendo toda a infraestrutura, recursos tecnológicos e humanos. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 01/10/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegocios públicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51 - NIRE 35.300.156.668 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Agosto de 2024

28/08/2024, às 15h, por videoconferência. **Presenças:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração por videoconferência. **Mesa:** Presidente: Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Sr. André Chidichimo de França. **Deliberações: (i)** Registrar o recebimento da carta de renúncia do Sr. **Rodrigo Bacellar Wuerkert**, RG nº 07.575.010-9 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 767.598.817-53, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, a partir desta data. O Conselho de Administração agradece ao Rodrigo Bacellar Wuerkert pelo seu destacado desempenho à frente da Companhia nos últimos anos, desejando-lhe todo o sucesso em seus futuros desafios profissionais. **(ii)** Eleger, nesta data, o Sr. **Elsen Christian de Carvalho Carmo**, RG nº 08191138-0 IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 024.934.937-02, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, cumulando a responsabilidade pela área comercial, mantendo-se o mandato atual. O Diretor Presidente deverá tomar posse em seu respectivo cargo mediante a assinatura do Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, o qual conterá a declaração do respectivo Diretor de sujeição à cláusula compromissória prevista no art. 36 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Diante da deliberação acima, a Diretoria Executiva da Companhia passará a ter a seguinte composição, com mandato até 28/11/2025: (a) **Elsen Christian de Carvalho Carmo**, RG nº 08191138-0 IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 024.934.937-02, como Diretor Presidente, cumulando a responsabilidade pela área Comercial; (b) **José Roberto Borges Pacheco**, RG nº 52.694.103-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 239.571.311-20, como Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; (c) **Rose Gabay**, RG nº 10.440.412-7 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 066.214.998-09, como Diretora Executiva, responsável pela área de Recursos Humanos; (d) **Renato Alves Costa**, RG nº 349877683 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 360.452.528-45, como Diretor Executivo, responsável pelas áreas de Tecnologia da Informação, Marketing e Sustentabilidade; (e) **André Chidichimo de França**, RG nº 23.349.585-X, expedida pela SSP/SP, inscrito na OAB/SP sob nº 165.801 e no CPF/MF sob nº 253.070.168-75, como Diretor Executivo, responsável pelas áreas do Jurídico, Compliance, Privacidade e Proteção de Dados e Oficial de Governança Corporativa; e (f) **Marcos Pimentel de Viveiros**, RG nº 8910002034156, expedida pela SSP/CE, e inscrito no CPF/MF nº 440.556.253-91, como Diretor Executivo, responsável pelas áreas de Atendimento, Novos Negócios e Produtos. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Barueri/SP, 28/08/2024. **Mesa: Luiz Carlos Trabuco Cappi -** Presidente; **André Chidichimo de França -** Secretário. **JUCESP** nº 336.166/24-2 em 06/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 291ª, 292ª, 293ª, 314ª E 315ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20L0871063 / 20L0871064 / 20L0871066 / 20L0871068 / 20L0871069) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 18 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 291ª, 292ª, 293ª, 314ª e 315ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 291ª, 292ª, 293ª, 314ª e 315ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de outubro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **18 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 291ª, 292ª, 293ª, 314ª e 315ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20L0871063 / 20L0871064 / 20L0871066 / 20L0871068 / 20L0871069), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE - COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 23/09/2024, às 09h30 | 2º Público Leilão: 25/09/2024, às 09h30

opea

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: APARTAMENTO Nº 93**, 9º andar ou 10º pavimento do **"EDIFÍCIO SPAZIO NOBILE"**, sito Rua Amaro Bezerra Cavalcanti, nº 290, no 38º subdistrito Vila Matilde, São Paulo/SP. Áreas: útil de 51,070m²; comum de 45,385m² e construída de 96,455m², FIT 1,5634%, incluído o direito ao uso de 1 vaga de garagem. Mat. nº 127.701 do 16º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária nº 058.103.0220-3. **1º Leilão: R$ 345.194,17. 2º Leilão: R$ 134.668,64.** Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv) Imóvel Ocupado.** Desocupação por conta do Arrematante; **v)** Venda ad corpus; **vi)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Fica o Devedor Fiduciante **EDISON VALENTE** – CPF nº 006.479.578-09, comunicado dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S.A.

CNPJ: 10.371.492/0001-85 - NIRE: 35.300.361.997

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2024 - ÀS 10:00 HORAS

CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, JUCESP - Certifico o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 336.169/24-3 em 06.09.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90157/2024**, referente ao processo nº **024.00111809/2024-64**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 13/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 499ª E 501ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22C0978882/22C0978890) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de março de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão – (IF 22C0978882/22C0978890), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ/ME Nº 92.791.243/0001- 03 NIRE Nº43300002799 COMPANHIA ABERTA ATA Nº 16 DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL 1. Data, hora e local: Realizada em 30 de julho de 2024, às 09:00 horas na Irani Papel e Embalagem S.A., na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho Fiscal, e como convidados, Odivan C. Cargnin, Diretor Executivo, Evandro Zabott, Gerente de Contabilidade, Rafael Biedermann e Rosane Afavero, Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, presidida pelo Sr. Rene Sanda e secretariada pela Sra. Adrielly Moreira. **3. Ordem do Dia:** Análise das Demonstrações Contábeis relativas ao 2º Trimestre de 2024; e Encontro com a Auditoria Independente PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. – PWC. **4. Abertura dos trabalhos:** O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Rene Sanda iniciou lendo a pauta da reunião e deu boas-vindas a todas as Conselheiras Fiscais e demais participantes. A Conselheira Rosângela C. Suffert informou que a empresa, na qual seu marido é sócio, manifestou a intenção de assinar um contrato operacional com a Companhia. Comunicação realizada em atendimento aos normativos sobre contratos com partes relacionadas, conforme estabelecido pela legislação vigente e as políticas de governança corporativa da Companhia. O Diretor Odivan C. Cargnin irá analisar o contrato e verificar enquadramento da transação, e caso necessário dar andamento para o processo de aprovação do Contrato com Partes Relacionadas. **5. Matérias apreciadas: 5.1. Análise das Demonstrações Contábeis relativas ao 2º Trimestre de 2024.** Odivan C. Cargnin e Evandro Zabott apresentaram e discorreram sobre os pontos principais do 2T24 e prestaram os esclarecimentos solicitados. Os Conselheiros Fiscais tomaram conhecimento das Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre de 2024, revisadas pelo Comitê de Auditoria em Reunião de 22.07.2024 e aprovadas previamente pelo Conselho de Administração em Reunião de 25.07.2024. **5.2. Encontro com Auditoria Independente PricewaterhouseCoopers.** Convidados a participar da reunião o Sr. Rafael Biedermann e a Sra. Rosane Afavero, Auditores Independentes da PWC. O Auditor Rafael Biedermann, comunicou que no decorrer dos trabalhos não encontrou indícios de corrupção ou fraude e comentou sobre os assuntos relevantes no trimestre. Perguntado aos Conselheiros sobre o conhecimento de quaisquer indícios de corrupção ou fraude e informado que não encontraram indícios. **6. Manifestação do Conselho Fiscal sobre a 2ª ITR de 2024.** Os Conselheiros Fiscais analisaram previamente as Informações Trimestrais relativas ao Segundo Trimestre de 2024, com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos sobre os controles internos prestados pela administração e as discussões em separado com a Auditoria Independente da PricewaterhouseCoopers e à vista do relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos auditores independentes, previsto para ser emitido sem ressalvas no dia de hoje, os Conselheiros Fiscais não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que indique que as informações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias e nas correspondentes notas explicativas, relativas ao trimestre encerrado, não estejam em condições de serem divulgadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. Porto Alegre-RS, 30 de julho de 2024. Rene Sanda - Presidente do Conselho Fiscal. Letícia Pedercini Issa, Rosângela Costa Süffert - Conselheiras Fiscais. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10525129 em 03/09/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 242953751 - 20/08/2024. Autenticação: E140769E9A4E96EB14B5 644428E24A1DECE74EA8. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local: Realizada em 25 de julho de 2024 às 17:50 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente digital, por vídeo conferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa**: A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. **3. Presenças**: Presentes os membros do Conselho de Administração, Srs. Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sérgio Viana Mallmann, Roberto Faldini e Carlos Fernando Souto. **4. Ordem do Dia**: Apreciar o reporte trimestral do Comitê de Auditoria, não estatutário, referente ao 2T24. **5. Deliberação**: Os membros do Conselho de Administração apreciaram o reporte das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria referente ao 2º Trimestre de 2024, avaliando positivamente o relatório com recomendações e destaques do período e agradecendo o monitoramento e acompanhamento realizado. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini e Carlos Fernando Souto). **7. Declaração**: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 25 de julho de 2024. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10520551 em 30/08/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 242895484 - 14/08/2024. Autenticação: E8A0E586A230682A846CE252F14F1A5DAEC753E. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, Hora e Local: Realizada em 25 de julho de 2024 às 17:30 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente digital, por videoconferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa**: A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. **3. Presenças**: Presentes os membros do Conselho de Administração, Srs. Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sérgio Viana Mallmann, Roberto Faldini e Carlos Fernando Souto. **4. Ordem do Dia**: Rerratificar e aprovar a redistribuição das atribuições dos membros da Diretoria. **5. Deliberação**: Conforme o disposto no § 1º, artigo 14 do Estatuto Social, o Conselho de Administração rerratifica e aprova a redistribuição das atribuições dos membros da Diretoria, mantendo as atuais designações, na forma a seguir: **5.1**. Como atos de gestão necessários a consecução dos objetivos sociais, cabe a diretoria colegiada: • Executar o plano estratégico através dos ciclos de planejamento orçamentário e de desdobramento de metas de desempenho e de revisões da estratégia. • Submeter para aprovação do Conselho de Administração o Orçamento-Programa anual contemplando: receitas, custos, despesas, resultados e verba para investimentos correntes e as respectivas projeções financeiras. • Submeter para aprovação do Conselho de Administração os projetos estratégicos de investimentos em expansão contemplados no plano estratégico em curso. • Aprovar portfólio de projetos de investimentos (Melhoria, Manutenção e de Infraestrutura) no âmbito do Comitê de Investimentos, de acordo com a verba para investimentos correntes aprovada no Orçamento-Programa do ano. • Acompanhar mensalmente o desempenho financeiro da empresa e definir ações que possam potencializá-lo. • Acompanhar mensalmente o desempenho dos negócios, definindo iniciativas e ações para aprimorar a gestão, reduzir custos e despesas, fortalecer a relação com os clientes e consequentemente melhorar os resultados. • Acompanhar sistematicamente o desempenho das áreas corporativas e definir ações e projetos de aprimoramento. • Acompanhar periodicamente as atividades dos comitês vinculados à diretoria. • Aprovar proposição dos diretores para preenchimento ou desligamento de funções de liderança: gerências, coordenações e supervisões. • Participar das reuniões do Conselho de Administração quando convidados. Estes atos são exemplificativos e não exaustivos, podendo ser designadas outras atribuições para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Companhia. **5.2**. Individualmente, compete a cada Diretor: Ao **DIRETOR PRESIDENTE (CEO)**: i) zelar pelo cumprimento do Estatuto Social; ii) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; iii) coordenar e dirigir os demais Diretores; iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Colegiada; v) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia; vi) aprovar as definições e alterações da estrutura organizacional; vii) assegurar a elaboração dos orçamentos anuais e plurianuais de operações e investimentos e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração;; viii) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; iv) coordenar a Área de Auditoria Interna. Ao **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**: i) garantir a execução da política financeira da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração; ii) representar a Companhia perante os órgãos de supervisão do mercado em que seus valores mobiliários estejam admitidos à negociação, em especial a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão e público investidor; iii) coordenar e dirigir as áreas relacionadas à Diretoria de Administração, Finanças e Relações com Investidores, estabelecendo metas e as diretrizes para sua atuação; iv) representar a Companhia judicialmente. Ao **DIRETOR DE PESSOAS, ESTRATÉGIA E GESTÃO**: i) definir iniciativas e diretrizes para atração, retenção e desenvolvimento de pessoas; ii) promover um ambiente estimulante ao desenvolvimento de equipes de alta performance; iii) definir e executar a política de remuneração alinhada aos desafios estratégicos da empresa; iv) elaborar plano estratégico através dos ciclos de planejamento orçamentário e de desdobramento de metas de desempenho e de revisões da estratégia; v) definir iniciativas e projetos para o aprimoramento do sistema de gestão; vi) coordenar e dirigir as áreas relacionadas à Diretoria de Pessoas, Estratégia e Gestão, estabelecendo metas e as diretrizes para sua atuação; vii) coordenar e dirigir a área de Projetos Estratégicos, estabelecendo metas e as diretrizes para sua atuação. Ao **DIRETOR DE NEGÓCIOS PAPEL E FLORESTAL**: i) coordenar e dirigir as áreas comercial, logística, industrial dos Negócios Papel e Resinas, abrangendo a produção e venda de produtos, estabelecendo metas e as diretrizes para sua atuação; ii) coordenar e dirigir todas as atividades relacionadas às operações florestais no Estado do Rio Grande do Sul (Florestal RS) e no Estado de Santa Catarina (Florestal SC), próprias e arrendadas, bem como, todo o processo de terceirização dos serviços florestais de forma a assegurar o suprimento de matéria-prima, estabelecendo metas e as diretrizes para sua atuação; iii) coordenar e dirigir a realização de análises de mercado e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais. Ao **DIRETOR DE NEGÓCIO EMBALAGEM**: i) coordenar e dirigir as áreas comercial, logística, industrial do Negócio Embalagem, abrangendo a produção e venda de produtos, estabelecendo metas e as diretrizes para sua atuação; ii) coordenar e dirigir a realização de análises de mercado e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais. Quando demandados pelos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, os Diretores deverão contribuir com os assuntos relacionados às suas respectivas áreas. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini e Carlos Fernando Souto). **7. Declaração**: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 25 de julho de 2024. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10520556 em 30/08/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 242895115 - 14/08/2024. Autenticação: 5B392AF27BF8DFC559E BDE34E732C7141D3D12D. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 2ª EMISSÃO (IF CRA019000GS/CRA019000GT) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@planner.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão – (IF CRA019000GS/CRA019000GT), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@planner.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 136ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20B0817201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de fevereiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 136ª Série da 4ª Emissão – (IF 20B0817201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CONTOURGLOBAL SOLUTIONS RIO LTDA.

CNPJ/ME nº 42.885.404/0002-30 - NIRE 33213272340

Ata de Reunião de Sócios realizada em 06 de setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 06 dias de Setembro de 2024, às 11:00 horas, na sede social, na Estrada Rio São Paulo, nº 6011, Lote Área 6, Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ, CEP.: 23.075-900 ("Sociedade"), por meio de videoconferência. **2. Mesa:** Presidente: Sr. Ludovic Pasqualinotto; Secretária: Sra. Juliana Franco Arruda. **3. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), tendo em vista a presença da única sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas ao final desta Ata, a saber: ContourGlobal Solutions Holding LTDA. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) a redução do capital social da Sociedade, em decorrência do excesso de capital atualmente estabelecido para o desenvolvimento do objeto social da Sociedade; e (ii) a autorização para que a administração da Sociedade pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Reunião de Sócios ("ARS"). **5. Deliberações:** Após analisar, discutir e avaliar o material de apoio e todos os documentos correlatos aos temas propostos na Ordem do Dia, os quais foram disponibilizados à sócia na forma da lei, a única sócia da Sociedade, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, aprovou: **(i)** a redução do capital social da Sociedade, atualmente no valor de R$ 27.991.332,00 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e dois reais), dividido em 27.991.332 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e duas) quotas, de valor nominal e unitário de R$ 1,00 (um real), o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, bens e direitos, por ser considerado excessivo para o desenvolvimento de seu objeto social, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.082 e seguintes do Código Civil, sendo essa redução no montante de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), mediante o correspondente cancelamento de 4.000.000 (quatro milhões) de quotas, restituindo-se o valor correspondente para a única quotista da Sociedade. A redução de capital aprovada se efetiva mediante cumprimento dos requisitos legais, notadamente nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Em razão da redução havida, o capital social da Companhia passa de: R$ 27.991.332,00 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e dois reais), dividido em 27.991.332 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e duas) quotas, para: R$ 23.991.332,00 (vinte e três milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e dois reais), divididos em 23.991.332 (vinte e três milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e duas) quotas, o qual se encontra integralmente subscrito e integralizado. **(ii)** a autorização aos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para futura implementação da redução de capital ora aprovada, inclusive a publicação desta ata para os fins legais. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente Ata em forma sumária, nos termos do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Ludovic Pasqualinotto - Presidente da Mesa; Juliana Franco Arruda. - Secretária. **Sócia:** ContourGlobal Solutions Holding LTDA. São Paulo, 06 de setembro de 2024. **Mesa: Ludovic Pasqualinotto** - Presidente da Mesa, **Juliana Franco Arruda** - Secretária. **Única Sócia: ContourGlobal Solutions Holding LTDA.**

megaleilões GESTOR JUDICIAL

24ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executados **SPE INCORPORADORA PEDRO TIZZIANI LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.416.488/0001-60; **GANDINI AUTOMÓVEIS LTDA,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.962.761/0001-64; **CARLOS EDUARDO SCALET GANDINI,** inscrito no CPF/MF sob o nº 309.016.358-63; **PATRICIA ELIANE PIOVESANO GANDINI,** inscrito no CPF/MF sob o nº 278.532.328-96; **ALBERTO EDUARDO VASCONCELLOS DE CAMPOS,** inscrito no CPF/MF sob o nº 131.640.088-30; **TÂNIA ALBERTINI DE CAMPOS,** inscrito no CPF/MF sob o nº 166.711.348-80; **GANDINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.019.236/0001-61. **A Dra. Tamara Hochgreb Matos**, MM. Juíza de Direito da 24ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **MERY HADDAD GASPAR** em face de **SPE INCORPORADORA PEDRO TIZZIANI LTDA E Outros - Processo nº 1057157-07.2020.8.26.0100 – Controle nº 930/2020,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 24/09/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 27/09/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 27/09/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 18/10/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS:** Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão sub-rogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 03 dias a diferença, sob pena de ser tornada se efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a nova praça à custa do exequente (art. 892, § 1º do CPC). **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM:** 1 LOTE DE IMÓVEL DO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE INDAIATUBA/SP; e 5 LOTES DE IMÓVEIS DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITU/SP. **A descrição detalhada dos bens e os valores dos lotes está disponível no site www.megaleiloes.com.br.** São Paulo, 15 de agosto de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dra. Tamara Hochgreb Matos - Juíza de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

Contourglobal Solutions Holding Ltda.

CNPJ/ME nº 41.706.637/0001-85 - NIRE 35.237.114.207

Ata de Reunião de Sócios realizada em 06 de setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 06 dias de setembro de 2024, às 12:00 horas, na sede social, na Estrada Rio São Paulo, nº 6011, Lote Área 6, Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ, CEP.: 23.075-900 ("Sociedade"), por meio de videoconferência. **2. Mesa:** Presidente: Sr. Ludovic Pasqualinotto; Secretária: Sra. Juliana Franco Arruda. **3. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), tendo em vista a presença da única sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas ao final desta Ata, a saber: Kani Lux Holdings S.À.R.L. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) a redução do capital social da Sociedade, em decorrência do excesso de capital atualmente estabelecido para o desenvolvimento do objeto social da Sociedade; e (ii) a autorização para que a administração da Sociedade pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Reunião de Sócios ("ARS"). **5. Deliberações:** Após analisar, discutir e avaliar o material de apoio e todos os documentos correlatos aos temas propostos na Ordem do Dia, os quais foram disponibilizados à sócia na forma da lei, a única sócia da Sociedade, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, aprovou: **(i)** a redução do capital social da Sociedade, atualmente no valor de R$ 27.568.503,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e três reais), dividido em 27.568.503 (vinte e sete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e três) quotas, de valor nominal e unitário de R$ 1,00 (um real), o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, bens e direitos, por ser considerado excessivo para o desenvolvimento de seu objeto social, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.082 e seguintes do Código Civil, sendo essa redução no montante de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), mediante o correspondente cancelamento de 4.000.000 (quatro milhões) quotas, restituindo-se o valor correspondente para a única quotista da Sociedade. A redução de capital aprovada se efetiva mediante cumprimento dos requisitos legais, notadamente nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Em razão da redução havida, o capital social da Companhia passa de: R$ 27.568.503,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e três reais), desconsiderados os centavos, dividido em 27.568.503 (vinte e sete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e três) quotas, para: R$ 23.568.503,00 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e três reais), desconsiderados os centavos, divididos em 23.568.503 (vinte e três milhões, quinhentas e sessenta e oito mil, quinhentas e três) quotas, o qual se encontra integralmente subscrito e integralizado. **(ii)** a autorização aos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para futura implementação da redução de capital ora aprovada, inclusive a publicação desta ata para os fins legais. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente Ata em forma sumária, nos termos do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa**: Ludovic Pasqualinotto - Presidente da Mesa; Juliana Franco Arruda. - Secretária. **Sócia**: Kani Lux Holdings S.À.R.L, neste ato representada pelo Sr. Ludovic Pasqualinotto, francês, casado, controller, inscrito no CPF/ME sob o nº 236.447.738-74, portador do RNE nº V953545-9 CGPI/DIREX/DPF, com endereço comercial na Estrada Rio São Paulo, nº 6011, Lote Área 6, Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ, CEP.: 23.075-900. São Paulo, 06 de setembro de 2024. **Mesa: Ludovic Pasqualinotto -** Presidente da Mesa, **Juliana Franco Arruda -** Secretária. **Única Sócia: Kani Lux Holdings S.À.R.L.**

Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.

CNPJ/MF n° 50.935.576/0001-19 - NIRE n° 35.300.095.241

Edital de 1ª (Primeira) Convocação da Assembleia Geral de Investidores da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.

Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda., localizada na Rua Wilhem Winter, n° 300, CEP 13.213-000, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu contrato social (**"Emissora"** ou "**Plascar Ltda.**"), vem convocar os Titulares das 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Onze Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("**Emissão**", "**Notas Comerciais**", "**Investidores**" ou **"Titulares de Notas Comerciais"**, respectivamente), nos termos do artigo 71 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da cláusula IX do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Onze Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda." celebrado entre a Plascar Ltda., a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário ("**Agente Fiduciário**") e a Plascar Participações Industriais S.A., na qualidade de avalista ("**Termo de Emissão**"), a reunirem-se, em 1ª (primeira) convocação, em assembleia geral de Investidores, a ser realizada em 30 de setembro de 2024, às 16h00 (dezesseis horas), de modo **exclusivamente digital**, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia ("**Assembleia**"): (i) Aprovar ou rejeitar *waiver* do prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos previstos na cláusula 5.1.1 (i) do Termo de Emissão para a Emissora comunicar o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série, bem como que o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série ocorra sem a incidência do Prêmio de Resgate, correspondente a 1,75% (um inteiro e setenta e cinco por cento), previsto na cláusula 5.1.1. (ii) do Termo de Emissão, de forma que o Valor do Resgate Antecipado Facultativo de cada uma das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da Primeira a Décima Série, conforme o caso; acrescido (b) da Remuneração Fixa, calculada *pro rata temporis,* desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração Fixa da Primeira a Décima Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; e (c) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; (ii) Aprovar ou rejeitar a alteração da cláusula 5.1.3 do Termo de Emissão para permitir o Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais da Décima Primeira Série, o qual poderá ser realizado sem a comunicação prévia ao Agente Fiduciário e sem a incidência do Prêmio do Resgate. O valor a ser pago em relação à cada uma das Notas Comerciais da Décima Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da Décima Primeira Série, conforme o caso; acrescido (b) da Remuneração Fixa, calculada *pro rata temporis,* desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração Fixa da Décima Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (c) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (d) do Prêmio Variável calculado conforme cláusulas 4.10.4 e seguintes do Termo de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Notas Comerciais da Primeira à Décima Série" em conjunto com "Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Notas Comerciais da Décima Primeira Série" será "Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Notas Comerciais"); e (iii) Aprovar ou rejeitar que o pagamento das Notas Comerciais da Primeira à Décima Primeira Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo possa ser realizado (i) por meio de moeda corrente ou, alternativamente, (ii) por meio de dação em pagamento de notas comerciais a serem emitidas pela Emissora. **Informações Gerais:** A Assembleia será instalada, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Titulares de Notas Comerciais que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Notas Comerciais em Circulação e em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum. Na Assembleia, a cada Nota Comercial em Circulação (conforme definida na cláusula 9.4.1 do Termo de Emissão) caberá um voto, sendo que, conforme a cláusula 9.4.3 do Termo de Emissão, a aprovação das deliberações da Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais dependerá da aprovação de Titulares de Notas Comerciais Titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Notas Comerciais em Circulação relativas às Séries objeto da deliberação. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, cujo *link* de acesso será disponibilizado pela Plascar Ltda. aos Titulares de Notas Comerciais que enviarem os seguintes documentos, por e-mail, para a Plascar Ltda. (contatori@plascargroup.com), com cópia ao Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br), até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da Assembleia: **(a)** no caso de pessoa física, documento de identidade; **(b)** no caso de pessoa jurídica, cópia dos atos societários e dos documentos que comprovem os poderes de representação; e **(c)** caso seja representado por procurador, procuração com poderes específicos para a sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. A Plascar Ltda. e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Titulares de Nota Comercial. São Paulo, 13 de setembro de 2024. **Plascar Indústria de Componentes Plásticos - Ltda.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 35ª EMISSÃO (IF CRA0220033F/CRA0220033G) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 35ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 35ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de março de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 35ª Emissão – (IF CRA0220033F/CRA0220033G), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores